Olimpíada
Sem perder nenhum set em quatro partidas, a seleção feminina de vôlei disputa a semifinal contra os EUA amanhã B6

Balança comercial
Tendência de queda nos preços das commodities e aumento de importações devem reduzir superávit brasileiro A4

Pagamentos
Fraudes relacionadas ao Pix poderão custar R$ 3,6 bi a bancos e consumidores em 2027, diz Cleber Martins C4

Quarta-feira, 7 de agosto de 2024
Ano 25 | Número 6060 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO
25 ANOS

Empresas em crise se tornam alvo de aquisição por valor simbólico e assunção de dívidas

Reestruturação Gestoras especializadas em ativos problemáticos têm atuado em diversos acordos, que vão de grupos de varejo a concessionárias de infraestrutura

Fernanda Guimarães e Mônica Scaramuzzo
De São Paulo

Empresas com graves problemas financeiros e que enfrentam processos de reestruturação têm sido vendidas por valores simbólicos, numa operação em que o comprador assume as dívidas. Esse foi o caso da varejista Dia, companhia em recuperação judicial, negociada por € 100. O controlador espanhol tentou primeiro vender a empresa no Brasil, antes de entrar na Justiça com pedido de proteção contra credores.

Outras operações semelhantes têm ocorrido no país. A companhia de biotecnologia Superbac, que recebeu investimentos do fundo de private equity da XP, também passou para uma empresa especializada em reestruturação. Outra foi a rede de calçados Mr. Cat, comprada pelo fundo HIG. A Rodovias do Tietê se soma à lista — foi vendida pelo valor simbólico de R$ 1, após acordo costurado pela reestruturadora Starboard.

"Esse tipo de operação no Brasil tem crescido porque o mercado tem se sofisticado e a legislação, evoluído, além do entendimento, tanto do acionista como do credor, de que eventualmente essa pode ser uma alternativa melhor do que uma simples repactuação de dívidas", resume Renato Azevedo, sócio da gestora Latache.

A estratégia tem sido usada como forma de ajudar fundos a saírem de investimentos problemáticos, e que demandariam muito esforço em um processo de reestruturação. Trata-se, na maioria dos casos, de uma venda a "porteira fechada", o que significa a transferência dos ativos e também de passivos e outras obrigações.

Daniel Vorcaro, presidente do Banco Master, diz que a montanha-russa da economia e os efeitos da pandemia, além das crises institucionais no país, afetaram muitas companhias, que tiveram de passar por reestruturação. O Master, segundo ele, participou de compras de companhias por valor simbólico, com assunção das dívidas, por meio do banco ou de veículos financeiros da instituição. Além da varejista Dia, por meio do fundo MAM (sem participação do banco), há outras empresas adquiridas pela instituição, como a Veste (ex-Restoque), dona de marcas do varejo de moda, e também a Metalfrio. "São empresas bem conceituadas, mas que tiveram de passar por reestruturação", diz. **Página B1**

Copom usa tom duro em ata, e juro futuro sobe

Gabriel Roca, Victor Rezende, Gabriel Shinohara e Alex Ribeiro
De São Paulo e Brasília

O Comitê de Política Monetária (Copom) endureceu o tom na ata da decisão da semana passada e afirmou que, caso julgue apropriado, "não hesitará em elevar a taxa de juros para assegurar a convergência da inflação à meta". A menção a uma alta da Selic agitou o mercado de juros, que colocou nos preços chances ainda maiores de um ciclo de aperto monetário. No fim da sessão, os contratos futuros embutiam alta de 0,25 ponto na Selic em setembro e taxa de 11,5% no fim do ano. A taxa do DI para janeiro de 2026 subiu de 11,23% a 11,55%. O dólar caiu 1,48%, para R$ 5,6561, e o Ibovespa subiu 0,8%, num dia de alívio nos mercados globais. **Páginas C1 e C2**

Kamala define Tim Walz como candidato a vice

Agências internacionais

A vice-presidente Kamala Harris escolheu o governador de Minnesota, Tim Walz, como companheiro de chapa para as eleições presidenciais americanas de 5 de novembro — opção vista como estratégica para conquistar os votos do eleitor rural e branco dos EUA. Aos 60 anos, Walz é pouco mais velho do que Harris, que fará 60 anos em outubro. A escolha foi elogiada pelo presidente Joe Biden, que classificou o governador como "voz poderosa para os trabalhadores". Declarações de Walz viralizaram nas últimas semanas entre os eleitores democratas, após ele se referir a Donald Trump e J.D. Vance como "esquisitos". **Página A13**

MATT ROURKE/AP PHTOTO

O governador de Minnesota e candidato a vice, Tim Walz, é aplaudido por Kamala Harris durante discurso em comício de campanha na Filadélfia

Pressão do BPC no Orçamento deve continuar

Jéssica Sant'Ana
De Brasília

Estimativas do governo para o Benefício de Prestação Continuada (BPC) mostram que o programa deve continuar a pressionar o Orçamento federal, mesmo com as medidas de economia que estão sendo adotadas. O governo estima economizar R$ 47 bilhões em quatro anos (2025 a 2028) com o pente-fino que vem fazendo no programa destinado a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda. Mesmo assim, a projeção de gastos com o BPC, pela ótica financeira e sem incluir precatórios e sentenças judiciais, saltará de R$ 106,6 bilhões neste ano para R$ 140,8 bilhões em 2028. Os dados foram obtidos pelo **Valor** por meio da Lei de Acesso à Informação. **Página A6**

Crédito é menor e mais caro para empreendedora

Marcello Corrêa e Gabriel Shinohara
De Brasília

Donas de pequenos negócios pagam mais pelo crédito do que os homens. Segundo estudo do Sebrae, com dados do Banco Central, a taxa média para essas empreendedoras é de 40,6% ao ano, ante 36,8% para os homens. Elas também têm menos acesso a crédito, representando 40% das operações, mas só 29% do volume concedido no 1º trimestre. Os dados consideram R$ 109 bilhões emprestados a micro e pequenas empresas e microempreendedores individuais no período. **Página C6**

Eleição em Belém tem COP30 como pano de fundo

Fabio Murakawa
De Belém

A eleição municipal em Belém promete ser acirrada, com três grandes forças políticas disputando o comando da cidade, que em 2025 será sede da principal conferência climática mundial, a COP30. Os preparativos para o evento — que tem na infraestrutura hoteleira seu principal ponto de preocupação — serão pano de fundo para a disputa. Com as principais obras nas mãos do governo do Pará, a COP30 virou um trunfo eleitoral para o clã Barbalho e seu candidato, o deputado Igor Normando (MDB) — primo do governador Hélder Barbalho e do ministro das Cidades, Jader Filho.

Nesse cenário, fica enfraquecida a possibilidade de o atual prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues (Psol), apoiado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, usar a máquina a seu favor na busca pela reeleição. Já o terceiro candidato em destaque, o deputado federal bolsonarista Éder Mauro (PL), que tem liderado as pesquisas, vê a conferência como um evento importante, pelos investimentos que chegarão à cidade, mas afirma que os negociadores climáticos devem levar em conta os interesses do setor produtivo. **Página A8**

Regulamentação da tributária fica para novembro

Julia Lindner e Caetano Tonet
De Brasília

Relator da regulamentação da reforma tributária, o senador Eduardo Braga (MDB-AM) disse que só deve apresentar o seu parecer final a partir de novembro, após as eleições municipais. "Não vou colocar para votar um relatório esvaziado", afirmou ele, em entrevista ao **Valor**. O relator defendeu alguns "ajustes finos" em trechos que tratam da Zona Franca de Manaus, especialmente no que diz respeito ao comércio da região, e a criação de uma "escadinha" no Imposto Seletivo sobre automóveis elétricos e híbridos. "O elétrico e o híbrido precisam ter uma graduação diferenciada, não podem ter a mesma tributação que um carro a combustão." **Página A11**

Brasil volta à final do futebol feminino

MARCIO MACHADO/EURASIA SPORT IMAGES/GETTY IMAGES

Em partida emocionante, com seis gols, a seleção feminina de futebol venceu a equipe espanhola, atual campeã mundial, por 4 a 2 e voltará a disputar uma final olímpica contra as americanas, que ficaram com o ouro em 2004, em Atenas, e 2008, em Pequim. A partida será realizada no sábado, às 12h no horário de Brasília. Página B6

Indicadores

Ibovespa	6/ago/24	0,80 % R$ 22,7 bi
Selic (meta)	6/ago/24	10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	6/ago/24	10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	6/ago/24	5,6522/5,6528
Dólar comercial (mercado)	6/ago/24	5,6555/5,6561
Dólar turismo (mercado)	6/ago/24	5,6854/5,8654
Euro comercial (BC)	6/ago/24	6,1750/6,1762
Euro comercial (mercado)	6/ago/24	6,1817/6,1824
Euro turismo (mercado)	6/ago/24	6,2480/6,4280

7 898937 880054

Destaque

Oncoclínicas no Oriente Médio
Dois meses após aumento de capital que representou a entrada do Banco Master como acionista, a Oncoclínicas fechou acordo com um grupo da Arábia Saudita para criar uma rede de tratamento oncológico no Oriente Médio. **B2**

INÊS 249

Os cinco pedidos de Haddad a Lula

Lu Aiko Otta

"Estão querendo nos matar", contou um integrante da equipe econômica, falando sobre a reação da Esplanada dos Ministérios em relação ao aperto fiscal promovido no mês passado.

O instinto assassino aflorou nem tanto pelo congelamento de R$ 15 bilhões, que havia sido anunciado com antecedência e não surpreendeu. A causa foi a trava adicional: até setembro, os ministérios só podem empenhar (iniciar o gasto) de 35% do que restou após os cortes. Na prática, é como se a tesourada tivesse sido de R$ 47,5 bilhões.

É, porém, uma restrição provisória. Foi feita para evitar o risco de, mais para o fim do ano, a área econômica se ver na situação de precisar cortar nas despesas para cumprir as regras fiscais, mas não ter como.

A trava adicional reforça o trabalho que tem sido feito pelo governo para mitigar incertezas em relação às contas públicas, disse um integrante do governo. Na sua visão, o mercado mergulhou numa convenção, uma crença conjunta, de que houve aumento do risco fiscal. "Mas se olharmos os dados e fatos, era para ter redução e não aumento da incerteza", comentou.

Dados: a pesquisa Focus, respondida por instituições financeiras, aponta para alguma melhora nas expectativas. A mediana para o resultado primário deste ano é um déficit de 0,7% do Produto Interno Bruto (PIB) na pesquisa desta semana, ante 0,8% em janeiro. A projeção para a dívida líquida do setor público chegou a 63,7% do PIB, ante 64,45% do PIB no início do ano.

O déficit projetado pelo governo é de R$ 28,7 bilhões em 2024. No ano passado, o saldo foi de R$ 230 bilhões negativos. É, portanto, um ajuste de quase R$ 200 bilhões em 12 meses, talvez o maior da história. E, notou, já se fala no mercado sobre o "risco" de o governo cumprir a meta.

Fatos: foi rompido um tabu sobre corte de despesas. "Não podia falar aquela palavra que começa com a letra 'c' nas reuniões no Planalto", brincou uma fonte. Agora, pode. Do ponto de vista da área econômica, esse foi um divisor de águas.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu sinal verde para congelar R$ 15 bilhões nas despesas deste ano e cortar R$ 25,9 bilhões em 2025. Medidas adicionais de ajuste fiscal são elaboradas, pois serão necessárias.

A ruptura do tabu faz parte de uma lista de cinco pedidos feitos pela equipe econômica a Lula na reunião da Junta de Execução Orçamentária (JEO), no dia 3 de julho, conta um integrante do governo.

Também foi solicitado que o presidente e demais ministros reafirmassem seu compromisso com o arcabouço fiscal (e Lula usou a cadeia nacional de rádio e TV para isso no último dia 28); que fosse autorizado o "pente-fino" nos benefícios sociais ; e que não fossem interditadas discussões sobre medidas adicionais de cortes nas despesas.

O quinto ponto diz respeito ao Banco Central. Era preciso deixar claro que as críticas de Lula se dirigiam à atuação política do atual presidente da autarquia, Roberto Campos Neto. "Defenda a autonomia, porque a autonomia faz sentido para a gente", pediram.

E foi sugerido que o próximo chefe do Banco Central, a ser indicado em breve, seja alguém "com rigor técnico e que não jogue contra o governo". Os nomes mais citados nos bastidores são o do atual diretor de Política Monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo, e Marcelo Kayath, sócio da gestora QMS Capital e ex-diretor do Credit Suisse.

O compromisso de Lula com a equipe econômica será testado. "Há dúvidas se o apoio é ilimitado", afirmou o head de Macroeconomia da ASA, Jeferson Bittencourt, ex-secretário do Tesouro Nacional.

A pouca simpatia do presidente em relação a cortes de despesa não é segredo. E é possível que venha à tona, até porque este é um ano eleitoral e contenções de gastos em áreas como saúde e educação nada têm de popular.

Outro ponto que deixa o mercado com a pulga atrás da orelha é a composição do ajuste fiscal. Dos R$ 15 bilhões congelados em julho, R$ 11,2 bilhões são bloqueio (feito para manter as despesas dentro do limite estabelecido pelo arcabouço fiscal) e R$ 3,8 bilhões são contingenciamento (feito para atingir a meta de equilíbrio entre receitas e despesas).

Assim, parece que o governo está mais empenhado em cumprir o limite do arcabouço do que a meta de resultado primário, comentou Bittencourt. Mas é essa segunda que determina a dinâmica da dívida pública.

O congelamento de R$ 15 bilhões é "nada", afirmou o diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Marcus Pestana. Pelas suas contas, seriam necessários R$ 57 bilhões. É, também, um ajuste de má qualidade. Foram cortados quase R$ 5 bilhões em investimentos, que já eram "medíocres", comprometendo a perspectiva de desenvolvimento econômico à frente, comentou.

A tensão que tomou conta dos mercados esta semana recomenda cautela dobrada. É causada por questões que não são nossas, como o risco de recessão nos Estados Unidos e a mudança na política monetária japonesa. Mas a conta chega aqui, na forma de dólar caro e mais incertezas para definição de juros. No calor dos palanques, será má ideia politizar o ajuste fiscal ou a autonomia do Banco Central.

Lu Aiko Otta é repórter especial em Brasília. Escreve às quartas-feiras.

Mídia Pesquisa mostra que só 14% dos entrevistados confiam nas redes sociais como meio de informação

Veículos tradicionais mantêm credibilidade perante o público

Marsílea Gombata
De São Paulo

As redes sociais cresceram como meio para se informar, mas os veículos tradicionais são os que possuem maior confiança dentre os brasileiros, mostra a pesquisa Como o Brasileiro se Informa?, que será divulgada nesta quarta-feira, em evento em São Paulo.

Em sua terceira edição, a pesquisa feita pela Fundamento Análises, unidade da Fundamento Grupo de Comunicação especializada em business intelligence, com o apoio institucional da Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner) e do Instituto Palavra Aberta, mostra que sites de jornais, revistas, rádios e canais de TV são o principal meio de informação para 29% dos entrevistados, enquanto portais de notícias o são para 24%. As redes sociais, por sua vez, são o canal de informação primordial para 21% dos respondentes, sete pontos acima dos 14% na edição anterior da pesquisa, em 2018.

Os canais de TV por assinatura são o principal meio para 11%, os de TV aberta, para 6%. O rádio, por sua vez, o é para 4%, podcasts para 3%, jornal impresso para 2% e grupos de WhatsApp para 1%.

"Um ponto positivo da pesquisa é que os veículos tradicionais ainda têm espaço. Aqueles que fazem jornalismo mesmo estão em primeiro lugar", afirma Marta Dourado, CEO da Fundamento Grupo de Comunicação.

Patricia Blanco, presidente executiva do Instituto Palavra Aberta, argumenta que a ascensão das redes sociais acende um alerta, mas lembra que a pesquisa mostra que apenas 14% confiam mesmo nelas.

"Temos aqui pessoas com habilidades para saber identificar conteúdos e diferenciar o que veem em rede social do jornalismo tradicional, mostrando mais confiança no segundo. Isso é muito positivo", diz. "Os brasileiros estão mais cautelosos em relação ao conteúdo."

Ela argumenta, contudo, que o crescimento de veículos de notório viés ideológico acaba confundindo o leitor sobre o que é cobertura factual e jornalismo profissional e o que é jornalismo opinativo.

Regina Bucco, diretora executiva da Aner, dá boas-vindas ao crescimento das redes sociais com o jornalismo profissional, mas considera temerário quando essa ascensão ocorre baseada em jornalismo não profissional. "Agora, no período de eleições, teremos de lidar com mentiras eleitorais", alerta Bucco. "É baratíssimo criar uma mentira, mas caríssimo combatê-la."

O cenário do Brasil se assemelha ao de outros países, como os Estados Unidos. Pesquisa de maio do Pew Research Center mostra que o percentual de adultos que se informam pelas redes sociais e sites de notícias passou de 37% em 2018 para 48% em 2024. Aqueles que preferem a TV passaram de 41% para 32%, os que usam jornais impressos caiu de 13% para 9%, e a parcela dos que utilizam rádio para se informar foi de 8% para 9%.

No Brasil, 87% afirmaram acompanhar notícias diariamente, 9% de duas a quatro vezes por semana, 3% disseram nunca acompanhar e 1% acompanha quinzenalmente.

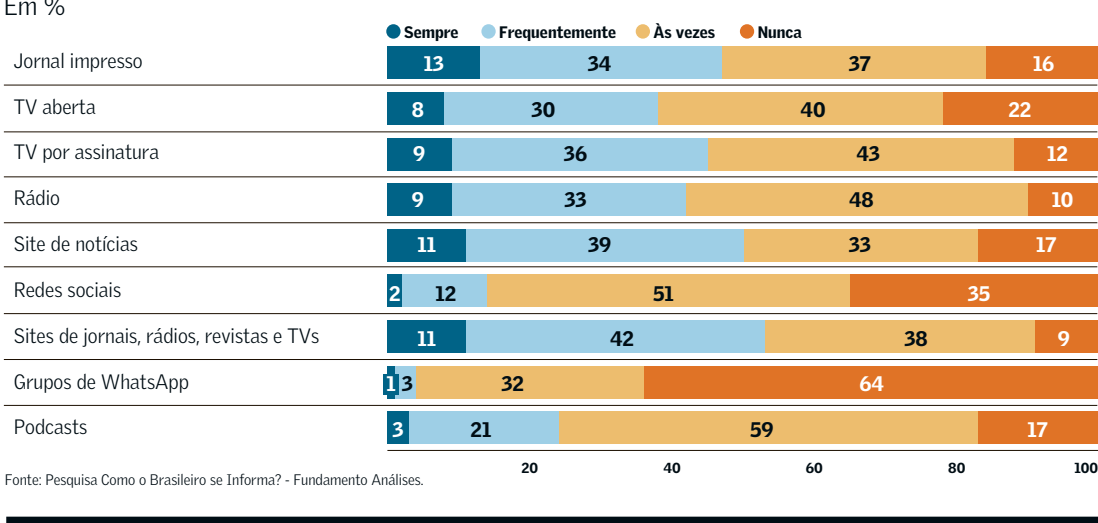
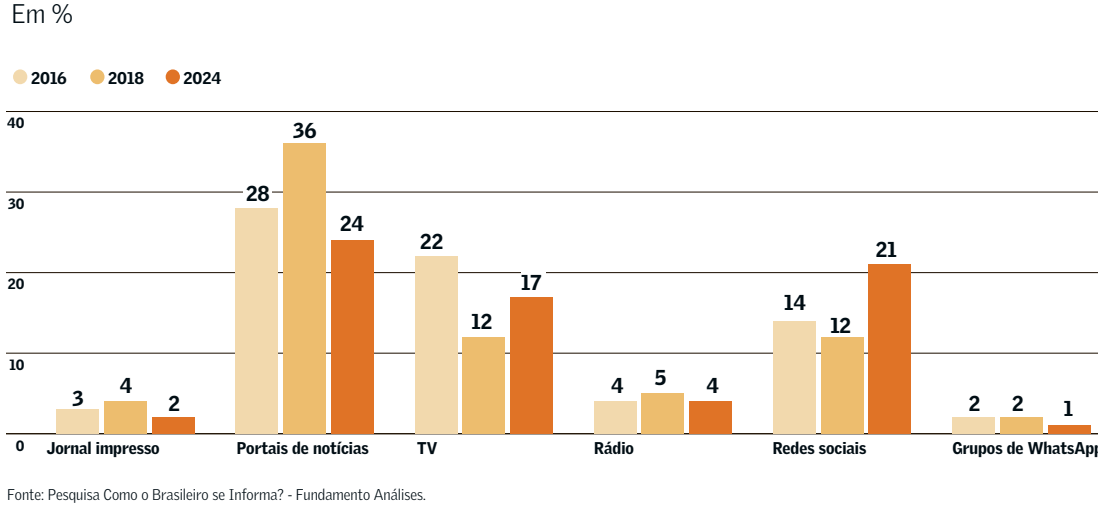
As respostas mostram que os maiores índices de confiança ainda estão em meios tradicionais. Dos entrevistados, 53% dos respondentes confiam mais — dizendo que sempre confiam e frequentemente confiam — em sites de jornais, revistas, rádios ou canais de TV, 50% em portais de notícias e 47% em jornais impressos. Em seguida vem a TV por assinatura, com 45%, e a TV aberta, com 38%. As redes sociais ficaram com 14%, e grupos de WhatsApp, com 4%.

A pesquisa mostra queda nos índices de confiança entre 2016 e 2024. Portais de notícias passaram de 86% para 50%, jornais de 70% para 47%, TV de 69% para 41%, rádio de 66% para 42% e redes sociais de 30% para 14%.

Os brasileiros hoje não se restringem apenas a veículos mais tradicionais. Convidados a mencionar espontaneamente o meio que utilizam para se manter atualizados, os respondentes citaram 129 diferentes veículos de mídia, dos mais variados portes e características, incluindo veículos regionais e especializados.

Outro ponto mostrado ainda foi a maior busca por notícias em veículos com claro posicionamento ideológico, o que pode refletir o aumento da polarização política e social no país.

"A polarização aparece na pesquisa à medida que vemos veículos com posicionamento político muito claro e declarado entre as principais fontes de informação", afirma Fernanda Dabori, vice-presidente da Fundamento Grupo de Comunicação. "É nítido que parcela da população prefere ver notícias com as quais se identifica, em alinhamento com a posição que já tem."

> Veículos "que fazem jornalismo mesmo estão em primeiro lugar"
> *Marta Dourado*

A pesquisa indica ainda aumento da desconfiança dos brasileiros em relação a influenciadores nas redes sociais (59%), lideranças religiosas (56%), personalidades e celebridades (50%), políticos e porta-vozes de partidos políticos (46%) e empresários e porta-vozes de empresas (40%).

As fontes mais confiáveis são pesquisadores e acadêmicos, com 72% de credibilidade, seguidos por médicos e especialistas em saúde, com 64%. Fontes especializadas como essas costumam ser as principais referências usadas no jornalismo profissional.

O levantamento indica também preocupação dos brasileiros com a potencial geração de conteúdo falso com recursos de Inteligência Artificial (IA). Questionados sobre o uso da IA para a produção de conteúdo falso nas campanhas eleitorais, 86% se disseram preocupados com a manipulação de fotos ou vídeos falsos de candidatos em situações polêmicas, 88% com áudios adulterados, 90% com textos falsas como se pertencessem a veículos jornalísticos, e 88% com a criação de sites e posts falsificados.

Enquanto 42% afirmam já ter recebido alguma notícia falsa manipulada por IA, 43% não têm ideia se isso ocorreu. Dos entrevistados, 45% afirmaram já ter compartilhado uma notícia falsa, enquanto 47% disseram não, e 8% não sabem dizer.

Quando desconfiam de uma notícia falsa, contudo, 42% dos entrevistados dizem verificar se a notícia está publicada em outra fonte confiável, 27% acessam sites de checagem de notícias, 21% procuram o assunto no Google ou outro buscador na internet.

Outros 7% dizem não fazer nada, nem mesmo compartilhar, 1% pergunta para amigos e familiares, 1% verifica se o tema está nas redes sociais.

"É interessante o nível de preocupação com inteligência artificial. Mas também é expressivo o percentual de pessoas que não sabem dizer se já receberam conteúdo manipulado. Isso mostra que temos de ter instrumentos de esclarecimento e educação", diz Adriana Panzini, head da Fundamento Análises. "As pessoas não estão preparadas para lidar de forma objetiva [com conteúdo manipulado] como já lidam com checagem de informação."

Realizada entre 5 de junho e 4 de julho, a pesquisa contou com a participação de 1.321 brasileiros acima de 18 anos. Do total entrevistado, 59% eram do sexo feminino, 67% tinham 50 anos ou mais, 85% possuíam ensino superior ou pós-graduação, 50% trabalham em tempo integral, 64% viviam na Região Sudeste.

Dos entrevistados, 36% recebiam entre quatro e dez salários-mínimos e 23%, entre dois e quatro. Foi utilizada metodologia quantitativa com preenchimento online em plataforma automatizada, com a adoção de questionário estruturado, incluindo perguntas fechadas de múltipla escolha e abertas para menções espontâneas.

O índice de confiança é de 95%, e a margem de erro, de 5%.

O quanto você confia em cada um desses meios de informação?
Em %

Fonte: Pesquisa Como o Brasileiro se Informa? - Fundamento Análises.

Qual o principal meio usado para acompanhar as notícias?
Em %

Fonte: Pesquisa Como o Brasileiro se Informa? - Fundamento Análises.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Neogrid usa IA para fortalecer conexões entre indústria e varejo

Batizada de NIA, primeira IA brasileira otimiza a gestão das jornadas da indústria ao conectar estratégia e execução, integrar dados e entregar análises preditivas

Empresa investe em tecnologia para promover novas pontes de colaboração entre a indústria e o varejo

© GETTY IMAGES

A falta de integração — tanto operacional quanto de dados — continua a ser um dos principais desafios de estratégias de vendas, distribuição de produtos e engajamento de clientes. De acordo com um estudo publicado pela Deloitte, cerca de 45% das empresas globais enfrentam dificuldades em estabelecer e alavancar pontos de colaboração em suas redes de negócio. Para aumentar a eficiência e promover a geração de insights na cadeia de consumo, empresas como a Neogrid vêm investindo em novas tecnologias para promover pontes inéditas de colaboração entre a indústria e o varejo.

Com mais de duas décadas de atuação, a Neogrid consolidou um ecossistema abrangente de soluções e dados para compradores, vendedores, fornecedores e distribuidores, oferecendo informações em tempo real para a tomada de decisões. Para ampliar seu potencial de impacto, a companhia tem já historicamente se orientado pela formação de estruturas data-driven e pela qualificação de dados estratégicos para diversas pontas do mercado de bens de consumo. "Estamos sempre expandindo o nosso olhar para as necessidades de diferentes profissionais e áreas de negócios, com o olhar direcionado para apoiá-los em suas diferentes jornadas. Mais do que gerar volume, queremos disponibilizar informações, predições e prescrições que levem a decisões mais ágeis e acertadas. Nossa solução vem para ser um verdadeiro copiloto de líderes e times e para expandir a capacidade humana", afirma Jean Carlo Klaumann, CEO da Neogrid.

DECISÕES DATA-DRIVEN — Três diferenciais da NIA para a gestão de cadeias de consumo

PROATIVIDADE
A NIA é uma solução agnóstica capaz de analisar diferentes fontes de dados e históricos de clientes — e aprender com as interações feitas na plataforma. A partir dessa característica, a ferramenta gera análises automáticas e insights personalizados, prevendo cenários futuros e sugerindo planos de ação para gestores de diferentes áreas.

MONITORAMENTO CONTÍNUO
A solução se conecta a diferentes sistemas de inteligência comercial para monitorar market share, rupturas, preços e tendências conforme as necessidades de cada cliente. A plataforma é capaz de alertar gestores sobre quedas de participação em regiões específicas levando em consideração as movimentações de concorrentes.

ANÁLISES INTEGRADAS
A partir de gráficos e dashboards customizáveis, a NIA facilita a interpretação de informações e permite o acesso por múltiplos canais de forma integrada, gerando alertas de eventos, mercados e relatórios. Mantendo uma memória de longo prazo das interações, independentemente do canal utilizado.

INTEGRAÇÃO DE DADOS

O novo posicionamento tem como um dos pontos centrais o lançamento da NIA, plataforma agnóstica e omnichannel de inteligência artificial conectada ao Ecossistema Neogrid. A tecnologia será anunciada oficialmente durante o Neogrid Summit 2024 (que acontece no dia 15 de agosto, em São Paulo) e tem como objetivo promover a gestão conectada e inteligente da jornada da indústria até o varejo, facilitando o acesso a informações estratégicas. O foco está na integração de dados internos e externos e na geração de insights ligados a processos de distribuição, disponibilidade, sortimento de produtos e definição de preços em canais de venda.

O monitoramento intuitivo de KPIs de mercados e concorrentes é outra característica de destaque da NIA — os usuários podem, por exemplo, fazer análises a partir de prompts simples, via múltiplos canais, começando sua jornada de insights via dashboard com continuidade no app, por envio de mensagens e até mesmo áudios. "Não são dados que faltam. Na verdade, há excesso de informação e baixa qualidade de análises e carência de insights que realmente mudem o jogo. Queremos ajudar nossos clientes a, diariamente, terem acesso a uma IA que traga respostas a perguntas como: no que eu devo focar hoje? Em quais redes de São Paulo minhas marcas estão com menor nível de estoque? Como está o nível de ruptura do meu produto? Ou até mesmo pedir alertas que indiquem queda de market share", afirma Klaumann.

Jean Carlo Klaumann

> **"Estamos sempre expandindo o nosso olhar para as necessidades de diferentes profissionais e áreas de negócios, com o olhar direcionado para apoiá-los em suas diferentes jornadas"**
> **JEAN CARLO KLAUMANN**
> CEO da Neogrid

OPORTUNIDADES COMPARTILHADAS

A NIA já nasce conectada a um conjunto de ferramentas de inteligência comercial da Neogrid, que também será lançado em 15 de agosto e que reúne o NeoMarket, solução de acompanhamento de performance de categorias — market share, sell-out e estoque —; NeoRetail, voltado para o monitoramento das atividades de times de vendas da indústria com dados indicadores diretamente conectados à execução no PDV; e o NeoDistribution, que promove a gestão de desempenho e o mapeamento de oportunidades para gestão de distribuidores.

Novas conexões estão já em desenvolvimento e, em breve, a NIA passará a estar integrada a outras soluções do Ecossistema Neogrid.

PROMOÇÕES HIPERPERSONALIZADAS

O roadmap de novas tecnologias da Neogrid inclui ainda o PromoTrade, plataforma pioneira voltada para a realização de promoções de forma colaborativa entre indústria e varejo. A partir da integração de promoções, verbas comerciais e ações de trade marketing e retail media, que conta com tecnologia da Mercafacil e sua ferramenta de Consumer Behavior Management (CBM) apresenta uma nova proposta de marketplace para identificar oportunidades compartilhadas entre diversos elos de cadeias de consumo, com foco em promoções que — efetivamente — trazem retorno sobre o investimento.

Além de viabilizar a automação em massa de ações promocionais, o PromoTrade proporciona a comercialização de retail media e centraliza o acesso a indicadores e projeções de fornecedores e varejistas em tempo real, com execuções e comprovações de resultados integrados a fluxos-padrão do varejo.

O sistema também permite que varejistas sinalizem indústrias parceiras sobre oportunidades para investir em ações colaborativas de promocionamento e vice-versa. O potencial de alcance público está na casa dos 20 milhões de pessoas para ações personalizadas. Para ações massivas, o potencial supera essa marca.

Entre os principais diferenciais, Klaumann destaca, além da própria simplificação do processo de colaboração, a possibilidade de validar hipóteses de resultado para grupos específicos, com simulações, de diversificação de bases de consumidores — abrindo caminho para mecânicas criativas e de alto impacto para todos os lados do balcão. "Esse modelo inovador permite que a cadeia realmente colabore, sem fricção, e a indústria estabeleça pontos de contato com o público sem abalar a confiança de consumidores sobre os dados compartilhados com varejistas. Além de acelerar estratégias de promoções, esse aumento de transparência é essencial para melhorar a gestão de ciclos de produtos no mercado", afirma o CEO.

SERVIÇO

Considerado o maior e mais completo evento sobre tecnologia e inteligência de dados para o varejo e para a indústria, o Neogrid Summit será realizado no dia 15 de agosto, no WTC Events – Golden Hall, em São Paulo. Com line-up formado por grandes nomes do mercado nacional, a programação abordará temas como tendências de comportamento, liderança inspiradora e novas pontes de colaboração entre fornecedores e vendedores. Para saber mais, acesse o site oficial do Neogrid Summit 2024: https://neogrid.com/neogrid-summit-2024

INÊS 249

Comércio exterior Desaceleração da China e incerteza com a guerra na Ucrânia achatam valor das commodities; mercado doméstico aquecido mantém alta das compras externas

Queda de preço e importação elevada sinalizam redução do saldo comercial

Marsílea Gombata
De São Paulo

Os bons ventos para o Brasil no comércio exterior podem começar a mudar nos próximos meses e perder força neste ano. Isso porque as exportações brasileiras, dominadas por commodities, devem desacelerar com a esperada queda da atividade na China e outras incertezas como a guerra entre Rússia e Ucrânia, eleições nos Estados Unidos e crise na Argentina, alertam especialistas.

De janeiro a julho, as exportações somaram US$ 198,2 bilhões, um crescimento de 2,4% em relação ao mesmo período de 2023. As importações cresceram ainda mais, 5,6%, totalizando US$ 148,6 bilhões, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic).

No acumulado dos primeiros sete meses do ano, a balança comercial apresentou superávit de US$ 49,5 bilhões, 6,1% menor do que o mesmo período de 2023.

Em relatório recente, a consultoria Capital Economics observa que o forte aumento nas exportações de bens do Brasil e a ampliação do superávit comercial desde 2019 têm sido de extrema importância para a economia, mas acredita que isso será revertido em breve, alimentando projeções tanto de desaceleração da economia quanto do real pressionado frente ao dólar pelos próximos dois anos.

"As exportações do Brasil têm se saído extremamente bem desde a era pré-pandemia. O valor em dólares das exportações foi cerca de 54% maior no ano passado do que em 2019, um dos maiores aumentos de qualquer mercado emergente", diz o texto. O cenário, diz, deve-se ao efeito preço, especialmente de commodities, e também volumes, que aumentaram quase 18% entre 2019 e 2023.

O forte aumento das exportações e a queda das importações em 2023 contribuíram para alta importante do superávit comercial, que encerrou 2023 em US$ 98,9 bilhões. A perspectiva, contudo, é que o superávit desacelere para US$ 86,5 bilhões neste ano, segundo projeção da consultoria BRCG, e para US$ 79 bilhões em 2025.

A Capital Economics alerta que "a crescente dependência das exportações do Brasil em relação a commodities é um mau presságio para as perspectivas adiante". A consultoria prevê que a queda do preço de minério de ferro — queda de cerca de 2% este ano — ainda não terminou, em grande parte por conta da desaceleração do setor de construção civil na China. Soma-se a esse cenário a projeção de queda do preço do petróleo, à medida que a oferta global aumentar ao longo do ano.

"O boom das exportações do Brasil provavelmente acabará. Na verdade, embora o nível das exportações permaneça muito alto pelos padrões históricos, não vem aumentando mais em termos anuais", afirma William Jackson, economista chefe para mercados emergentes da Capital Economics.

"Acreditamos que os níveis cairão novamente. Nossa estimativa é de queda de 15% a 20% no valor em dólar das exportações até o fim de 2025, em relação ao nível atual, baseada em nossas expectativas de queda nos preços de commodities exportadas pelo Brasil como minério de ferro, petróleo e soja."

Jackson argumenta que o saldo comercial dependerá de como as importações se ajustarão no curto prazo. "Com a demanda doméstica forte, principalmente devido ao mercado de trabalho, é mais provável que as importações não caiam e que o superávit comercial, portanto, diminua", diz.

A tendência das importações no próximo ano é uma incógnita, afirma Lívio Ribeiro, sócio da BRCG e pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre).

"Quando olhamos para 2025, vemos dois grandes debates. O primeiro é sobre o que acontece com as exportações. Temos a economia chinesa passando por percalços, mas também uma ampliação de exportações de petróleo", diz. "Mas a grande dúvida mesmo é sobre importações. De um lado, a economia vem dando provas de uma demanda superior à oferta, o que implica em mais importação. De outro, temos uma questão complicada no mercado de combustíveis." Ele questiona por quanto tempo a Petrobras conseguirá manter o nível de subsídio no mercado interno, hoje estimado em 20%.

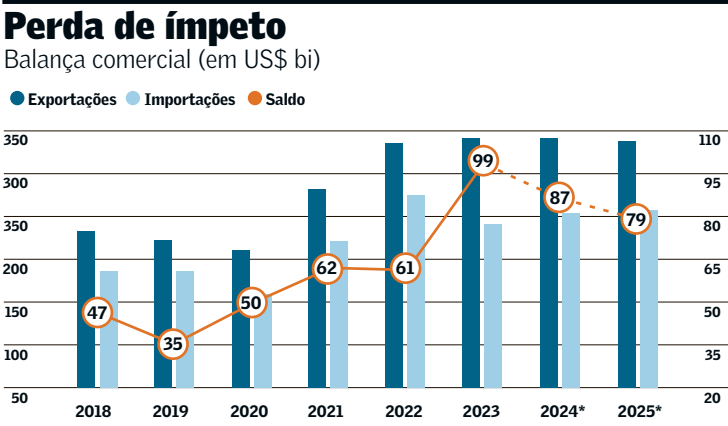
Ribeiro lembra que, neste ano, o pico do saldo da balança comercial no acumulado em 12 meses se deu em fevereiro, quando chegou a US$ 105 bilhões. Em julho, passou para US$ 95,7 bilhões.

"Temos tido algumas surpresas de curto prazo. A primeira é o desempenho das exportações mais forte do que se imaginava, especialmente em volumes", afirma. "Mas também temos uma aceleração não desprezível das importações."

Uma parcela disso, observa Ribeiro, deve-se à antecipação de bens de consumo duráveis, como de carros elétricos feitos na China, o que fez o Brasil a se tornar o principal importador de veículos chineses desse tipo no mundo.

DIVULGAÇÃO

William Jackson: "Embora o nível das exportações permaneça muito alto, não vem aumentando mais em termos anuais"

Perda de ímpeto
Balança comercial (em US$ bi)

Fonte: MDIC. Elaboração: BRCG.. *Projeção

Até o fim do ano, a previsão é de manutenção da situação atual, mas para 2025 o cenário ainda está muito incerto, afirma Lia Valls, pesquisadora da área de economia aplicada do FGV Ibre responsável pelo Indicador de Comércio Exterior (Icomex).

"No curto prazo não terá muita novidade. Já esperávamos exportações menores neste ano do que no ano passado, quando tivemos fenômenos diferentes, como grande exportação de soja para a Argentina. A base de comparação é, portanto, alta", diz.

> "Não conseguimos compensar facilmente o que exportávamos para a Argentina"
> *Lia Valls*

Ela observa que, em volume, as exportações subiram 11,6% em julho deste ano, ante julho de 2023, segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Mdic. No acumulado dos primeiros sete meses do ano houve alta de 6,6%, na comparação com o mesmo período do ano anterior.

No ano passado, as altas foram ainda mais fortes. Em julho de 2023 ante julho de 2022, o crescimento havia sido de 13,3%, segundo dados do Icomex, do FGV Ibre. Nos sete primeiros meses do ano passado, o crescimento havia sido de 9%, na comparação com o mesmo período de 2022.

O ano que vem, afirma, pode ser de desaceleração, mas as variáveis ainda estão muito indefinidas.

"Em princípio, dependerá muito do que ocorrerá geopoliticamente. Por exemplo, quem será eleito nos EUA em novembro. Donald Trump tem um protecionismo mais generalizado, que pode afetar mais o comércio mundial, enquanto os democratas falam de friendshoring e nearshoring, indicando que querem estar mais próximos de aliados", diz.

O curso da guerra entre Ucrânia e Rússia também é um elemento importante, diz, já que uma piora pode impactar o mercado global de energia e levar a um novo aumento das exportações de petróleo brasileiro. Uma desaceleração mais forte da economia chinesa, pode ter impacto importante para os embarques do Brasil. Em termos regionais, argumenta Valls, uma fonte de preocupação para as exportações brasileiras é o prolongamento da recessão na Argentina.

"O país é o nosso principal parceiro comercial na região e certamente não irá se recuperar no ano que vem", afirma. "Isso é ruim porque não conseguimos compensar vendendo facilmente o que exportávamos para a Argentina para outros países da América do Sul."

O fato de a pauta de exportação brasileira estar fortemente vinculada às commodities faz com que a economia brasileira fique vulnerável a eventos fora de seu controle, observa Jackson.

Como exemplo, ele cita condições climáticas impactando a produção agrícola, decisões da Opep+ afetando a oferta e os preços do petróleo no mercado internacional, e a fraqueza no setor imobiliário da China com efeitos colaterais sobre preços de metais.

UE e Mercosul tentam fechar acordo este ano

Michael Pooler, Andy Bounds e Ciara Nugent
"Financial Times", de Brasília, Bruxelas e Buenos Aires

A União Europeia e os cinco países do Mercosul almejam concluir antes do fim do ano as negociações de um acordo comercial que vem sendo adiado há tempos, depois de terem conseguido avançar em pontos nos quais havia divergência.

Autoridades dos dois lados disseram ao "Financial Times" que, apesar das objeções da França, o acordo ganhou um novo impulso para ser concluído, após 20 anos sendo trabalhado.

"É uma necessidade geopolítica e econômica", disse um diplomata da UE.

O Mercosul é um destino cobiçado pelos exportadores da União Europeia.

Segundo a Comissão Europeia (CE), colegiado que propõe a legislação comum da União Europeia, o acordo iria criar um mercado de 780 milhões de pessoas e economizar mais de € 4 bilhões ao ano em tarifas comerciais para as empresas europeias. Os investimentos das empresas da UE nos cinco países sul-americanos somam € 330 bilhões.

As negociações haviam sofrido um revés depois de o presidente francês, Emmanuel Macron, intensificar sua oposição ao acordo em janeiro, com o argumento de que os termos iriam submeter os agricultores europeus a uma concorrência desleal e causar danos ambientais.

Até agora, porém, a França tem o apoio apenas da Áustria, o que é insuficiente para vetar um acordo, já que a aprovação precisa da maioria dos 27 governos do bloco econômico.

Representantes da UE agora dizem estar preparados para enfrentar a oposição francesa e reiteram que o acordo inclui o compromisso de implementar o Acordo de Paris sobre o clima, que almeja manter o aquecimento mundial em menos de 1,5°C em relação à temperatura média pré-industrial.

Alemanha, Espanha e muitos outros países-membros têm feito forte pressão a favor do acordo, cujos termos gerais foram selados em 2019, mas desde então ficou no limbo. Os defensores acreditam que o tratado impulsionará a economia e os laços comerciais entre os dois blocos em um momento de tensões mundiais cada vez maiores.

Ursula von der Leyen, reeleita em julho para um segundo mandato como presidente da CE, já havia se comprometido a concluir o acordo.

Espera-se que ela viaje ao Rio de Janeiro em novembro para a reunião de cúpula do G20, o que pode proporcionar uma oportunidade para resolver quaisquer questões pendentes com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Membros do Mercosul reclamam que as preocupações ambientais europeias mascaram tendências protecionistas. Uma carta adicional enviada por Bruxelas em 2023 provocou irritação em Brasília ao tentar incluir compromissos de cumprimento obrigatório sobre clima e desmatamento.

Outros pontos de divergência incluem uma lei separada da UE contra o desmatamento, que entra em vigor em 2025 e proíbe a importação de produtos como madeira, carne bovina e café produzidos em terras desmatadas. O Mercosul quer garantias de que essa lei, na prática, não acabará anulando os benefícios de um acordo comercial para seus exportadores, segundo uma autoridade.

Outro ponto de discussão é a pressão de Bruxelas para que a Argentina restrinja o uso de nomes de alimentos protegidos, como o queijo parmesão. Sua grande comunidade de imigrantes italianos produz essas iguarias há muito tempo. Por sua vez, Brasília tem interesse em medidas para proteger sua indústria automotiva.

Na Europa, o acordo também continua impopular entre os agricultores, que realizaram protestos em massa neste ano para reclamar do aumento de custos, da queda dos lucros e de novas regulamentações, enquanto Bruxelas tenta reduzir as emissões de carbono e melhorar a biodiversidade. Os agricultores afirmam que os produtos mais baratos importados da América do Sul são fabricados com padrões inferiores aos da UE.

"Temos algumas questões pendentes que são importantes. Não é fácil, mas avançamos muito", disse outro diplomata envolvido nas negociações.

Na semana passada, o presidente do Paraguai, Santiago Peña, disse ao "Financial Times" não ter visto "muito entusiasmo por parte dos países europeus para avançar", embora tenha reconhecido que Von der Leyen e Macron estavam ocupados com as recentes eleições parlamentares da UE e da França.

Embora o presidente da Argentina, Javier Milei, tenha manifestado desdém pelo Mercosul em 2023 durante sua campanha eleitoral, desde então ele e sua ministra das Relações Exteriores, Diana Mondino, passaram a dizer que apoiam o acordo.

A CE destacou que as equipes de negociação dos dois lados "continuam em contato em nível técnico para avançar nas questões pendentes".

De acordo com Bruxelas, seu foco é "garantir que o acordo cumpra as metas de sustentabilidade da UE, respeitando as sensibilidades da UE no setor agrícola".

Superávit da balança recua 5,6% até julho

Estevão Taiar
De Brasília

A balança comercial registrou superávit de US$ 7,639 bilhões em julho. O número foi divulgado pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic). O resultado foi 6,6% menor do que o registrado no mesmo período do ano anterior.

As exportações somaram US$ 30,918 bilhões, alta de 9,3%. Já as importações alcançaram US$ 23,279 bilhões, alta de 15,7%.

No acumulado do ano, o superávit alcançou US$ 49,555 bilhões, queda de 6,1%. As exportações somaram US$ 198,202 bilhões, alta de 2,4%. Já as importações alcançaram US$ 148,646 bilhões, alta de 5,6%. A corrente de comércio, soma de exportações e importações, alcançou US$ 346,848 bilhões, alta de 3,8%.

A Secex projeta superávit de US$ 79,2 bilhões para este ano, com exportações de US$ 345,4 bilhões e importações de US$ 266,2 bilhões.

As exportações agropecuárias subiram 8,3% em julho em relação ao mesmo mês do ano anterior. No caso da indústria extrativa, houve alta de 11,45%, enquanto no caso da indústria de transformação houve alta de 8,87%.

Pelo lado das importações, houve alta de 35,88% nas compras agropecuárias, queda de 1,09% na indústria extrativa e alta de 16,78% na indústria de transformação.

As exportações da indústria de transformação estão estáveis em 2024, mesmo com a queda nas vendas para a Argentina e as taxas de juros elevadas em todo o mundo. A afirmação foi feita nesta terça-feira pelo diretor de Estatísticas e Estudos de Comércio Exterior do Mdic, Herlon Brandão.

De janeiro a julho de 2024, as exportações da indústria de transformação somaram US$ 101,2 bilhões, o que representa estabilidade. A comparação é realizada sempre com o mesmo intervalo do ano anterior.

Na entrevista, Brandão destacou que as exportações realizadas por todos os setores da economia em julho (US$ 30,9 bilhões) representaram o maior valor para o mês em toda a série histórica. De acordo com ele, o crescimento foi impulsionado pelos volumes embarcados, já que os preços "dos produtos caíram ligeiramente". Também pesou favoravelmente o maior número de dias úteis. Entre os destaques dos volumes exportados, estão soja, café, petróleo e minério de ferro.

Em relação aos destinos, as exportações cresceram "para todos os principais", com exceção da Argentina, para onde as vendas caíram 27,8%.

Ao longo do ano, as exportações também têm crescido em função de volumes, já que "os preços estão em queda".

No caso das importações, Brandão destacou que o aumento também vem acontecendo por meio dos volumes — movimento puxado, por sua vez, pelo "crescimento da economia". "É uma boa notícia", disse.

No mês passado houve crescimento de 34,7% nas importações de bens de capital. "Isso é investimento [aumentando]", afirmou.

As exportações para China, Hong Kong e Macau, principais destinos dos produtos brasileiros, cresceram 16,27% em julho, sempre calculadas pela média diária, em relação ao mesmo mês do ano anterior. Já as vendas totais para a Ásia subiram 11,85%.

Os dados foram divulgados pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic).

Na mesma base de comparação, as vendas para a América do Norte subiram 10,81%, enquanto para a América do Sul caíram 15,97% e para a Europa subiram 20,03%.

Contas públicas Apesar do corte previsto de R$ 47 bilhões, governo calcula que aumento do gasto será de 32% até 2028, com total chegando a R$ 140 bilhões

Projeção indica alta das despesas com BPC mesmo com pente-fino

Jéssica Sant'Ana
De Brasília

Estimativas do governo para o Benefício de Prestação Continuada (BPC) — pago ao idoso com 65 anos ou mais e à pessoa com deficiência de qualquer idade, ambos carentes — mostram que o programa continuará a pressionar o orçamento federal no médio prazo, mesmo com o pente-fino que será feito nos cadastros para cortar benefícios pagos indevidamente.

O governo estima economizar R$ 47,3 bilhões de 2025 a 2028 com o pente-fino. Seriam R$ 6,6 bilhões em 2025, R$ 12,8 bilhões em 2026, R$ 13,6 bilhões em 2027 e R$ 14,3 bilhões em 2028, em números arredondados e absolutos. A economia seria obtida a partir do corte de benefícios pagos indevidamente, seja porque a pessoa não atende mais aos critérios de elegibilidade do programa, seja por fraude ou outros tipos de irregularidade.

A estimativa feita em julho era cortar cerca de 670 mil benefícios por ano. Para isso, serão chamados os beneficiários sem a devida inscrição no Cadastro Único ou com cadastro desatualizado para recadastramento. Também está prevista checagem da renda via cruzamento de base de dados e realização da revisão bienal da avaliação biopsicossocial da pessoa com deficiência.

Mas, mesmo com ações previstas, os gastos com o BPC continuarão crescendo. O governo projeta que, pela ótica financeira e sem incluir precatórios e sentenças judiciais, a despesa saltará de R$ 106,6 bilhões estimados para este ano para R$ 140,8 bilhões em 2028, um crescimento de 32% num período de quatro anos. Sem o pente-fino, a alta seria ainda maior, de 45%.

São dois fatores que explicam essa alta. O primeiro é o crescimento vegetativo do número de beneficiários, que deve cair dos 6,3 milhões estimados para este ano para 5,9 milhões em 2025, devido ao pente-fino, mas voltar a crescer e chegar a 6,6 milhões em 2028. O segundo motivo é vinculação do benefício à política de valorização do salário mínimo, fazendo com que o valor médio do auxílio cresça conforme o reajuste do piso salarial, que varia conforme a inflação e o crescimento do PIB. Antes, o BPC era reajustado só pela inflação.

As estimativas foram feitas pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), para o terceiro relatório de avaliação de receitas e despesas do Orçamento deste ano e para o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025. Os dados foram obtidos pelo Valor via Lei de Acesso à Informação (LAI) e podem mudar, já que o PLOA ainda está em elaboração.

Gabriel Barros, economista-chefe da ARX Investimentos, avalia que as estimativas usadas pelo governo para a economia com o pente-fino são factíveis. "Governo está assumindo uma média de benefícios cessados de 670 mil por ano, um pouco abaixo da estimativa do Tribunal de Contas da União. É um número grande, mas é possível tecnicamente, porque tem muito benefício sendo concedido de forma irregular."

O desafio, contudo, será viabilizar politicamente esse corte. "Matematicamente é factível. Politicamente, há incertezas se vão entregar uma economia desse tamanho num ano eleitoral, porque o governo teria que se manter diligente daqui até 2028", completa Barros. "A dúvida é sobre a capacidade de entrega", concluiu.

Rafaela Vitória, economista-chefe do Banco Inter, afirma que a aceleração do crescimento do BPC estimada para os próximos anos indica que a forte alta desse ano não foi somente resultado da redução da fila, que deveria ter um impacto temporário na concessão de novos benefícios.

"Nessa nova tendência, o programa pode sair de 0,7% do PIB em 2021 para acima de 1% em 2026, e isso considerando que as despesas com a previdência também voltarão a subir. Ou seja, a tendência segue sendo de alta real dos gastos sociais e previdência, mesmo em meio à reforma da previdência e melhor significativa e estrutural do mercado de trabalho", diz.

Por isso, na sua avaliação, o governo terá de enfrentar o debate de desvinculação do BPC da política de reajuste do salário mínimo para manter o arcabouço fiscal crível. "Ao longo do tempo, esse crescimento [do BPC e da previdência] irá reduzir a capacidade de gastos em outras áreas do governo, ou necessitar um aumento de carga tributária ainda maior", pontua Vitória.

> "Tem muito benefício sendo concedido de forma irregular"
> *Gabriel Leal de Barros*

Se o pente-fino for bem feito, Barros afirma que o governo "compra tempo" para resolver esse problema, mas medidas estruturais serão necessárias no médio prazo para manter o arcabouço fiscal. No caso do BPC, ele cita a necessidade de desvinculação do piso e de uma revisão na regra do programa, para voltar a ser pago somente para quem tem 70 anos ou mais.

Porém, além de rever o BPC, o economista defende mudanças nos benefícios previdenciários e no abono salarial. "Precisamos fazer uma virada fiscal de pelo menos 3% do PIB, o que dá pouco mais de R$ 300 bilhões [em economia]. Não tem como fazer isso sem atacar problemas estruturais", diz o economista-chefe da ARX Investimentos.

Rafaela Vitória também aponta que é necessário que o governo vá além do pente-fino e faça uma reformulação dos atuais programas sociais. "Recentemente o governo divulgou que pretende fazer uma reforma do Cadastro Único, esse é um bom ponto de partida para o diagnóstico da real necessidade de apoio dos programas. Ao mesmo tempo, temos 2 mil benefícios sociais [em todos os níveis da federação], o que torna a gestão bastante complexa, além de dar espaço para duplicidade e outras irregularidades, o que também poderia ser revisto e aprimorado", diz a economista.

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Rafaela Vitoria, do Banco Inter: "A tendência segue sendo de alta real dos gastos sociais e de previdência"

Benefício de Prestação Continuada (BPC)

Programa teve aumento nos últimos anos e continuará crescendo, mesmo com pente-fino planejado pelo MDS

Sem ações de economia

	Beneficiários	Custo financeiro (R$ bilhões)
2013	4.165.956	33,727
2014	4.310.448	37,514
2015	4.403.125	41,797
2016	4.551.501	47,970
2017	4.672.825	53,125
2018	4.760.966	55,160
2019	4.721.650	58,501
2020	4.743.617	61,643
2021	4.803.594	66,153
2022	5.190.455	77,353
2023	5.770.401	89,941
2024	6.314.702	106,568
2025	6.576.676	119,318
2026	6.830.004	131,240
2027	7.074.472	141,846
2028	7.310.200	155,047

Com ações de economia

	Beneficiários	Custo financeiro (R$ bilhões)
2013	4.165.956	33,727
2014	4.310.448	37,514
2015	4.403.125	41,797
2016	4.551.501	47,970
2017	4.672.825	53,125
2018	4.760.966	55,160
2019	4.721.650	58,501
2020	4.743.617	61,643
2021	4.803.594	66,153
2022	5.190.455	77,353
2023	5.770.401	89,941
2024	6.314.702	106,568
2025	5.914.275	112,810
2026	6.167.867	118,485
2027	6.412.599	128,359
2028	6.648.591	140,796

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), via LAI. *Dados de 2013 a 2023 são os observados. A partir de 2024, são projeções, **Custo não considera sentenças judiciais e precatórios de BPC e foi estimado pela ótica financeira, ***Números consideram BPC pessoa idosa, BPC pessoa com deficiência, RMV Idade e invalidez (antigo BPC) e auxílio inclusão ao beneficiário do BPC

Economia com revisão em 2025 deve ficar em R$ 6,6 bi

De Brasília

O governo prevê economizar até R$ 6,6 bilhões com o pente-fino do Benefício de Prestação Continuada (BPC) em 2025, ao cortar 670,4 mil benefícios que não atendam aos critérios de elegibilidade do programa. O valor está dentro do "corte" de R$ 25,9 bilhões anunciado há um mês pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para o Orçamento de 2025, mas ainda não detalhado.

As estimativas foram feitas em julho pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), para o terceiro relatório de avaliação de receitas e despesas do Orçamento deste ano e para o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025. Os dados foram obtidos pelo **Valor** via Lei de Acesso à Informação (LAI), porque, quando questionado, o MDS informava que não havia previsão de economia nem de benefícios a serem cessados.

O BPC é o benefício assistencial pago ao idoso com 65 anos ou mais e à pessoa com deficiência de qualquer idade, ambos carentes. Não é necessário ter contribuído à Previdência Social, basta que a renda per capita familiar seja igual ou menor que 1/4 do salário mínimo, ou meio piso em casos específicos. O valor pago é de um salário mínimo mensal, com exceção do auxílio inclusão, que é de meio piso.

Atualmente, existem cerca de 6 milhões de pessoas recebendo o BPC. O número cresceu vertiginosamente nos últimos anos, pressionando as contas públicas. De 2013 a 2021, eram em torno de 4 milhões de beneficiários. Em 2022, saltou para 5,19 milhões. No ano passado, terminou com 5,77 milhões. Para este ano, a previsão é fechar com 6,3 milhões beneficiários. A flexibilização dos critérios de concessão e cálculo de renda é um dos fatores que ajuda a explicar esse crescimento.

Outro possível motivo são as fraudes e cadastros desatualizados, o que pode fazer com que muitas pessoas que não tenham direito estejam recebendo o benefício. Para isso, o governo já anunciou o pente-fino nos cadastros, inclusive com a necessidade de as pessoas irem pessoalmente num Centro de Referência de Assistência Social (Cras) fazer a atualização. As convocações começaram na semana passada.

De acordo com a nota técnica obtida pelo **Valor**, a economia estimada em até R$ 6,6 bilhões virá de quatro frentes de trabalho: revisão da inscrição de pessoas recebendo o BPC, mas que estão foram do Cadastro Único do governo federal; beneficiários com cadastro desatualizado há 24 meses ou mais; checagem, através de cruzamento de dados, de uma possível superação da renda de parte dos beneficiários; e revisão da avaliação biopsicossocial da pessoa com deficiência.

Ao todo, é esperado cessar definitivamente 670.413 benefícios, numa média mensal de 55.868, o que resultaria na economia de R$ 6,576 bilhões, devido ao fim do pagamento de benefícios indevidos.

Contudo, as portarias publicadas no "Diário Oficial da União" do dia 26 de julho, que deram início ao pente-fino, não tratam da avaliação biopsicossocial e só exigem o recadastramento dos beneficiários fora do CadÚnico ou com cadastro desatualizado há 48 meses ou mais.

Questionado pelo **Valor**, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social não esclareceu se fará a avaliação biopsicossicial e a revisão para os cadastros desatualizados há 24 meses ou mais, conforme previstos na nota técnica obtida pelo Valor.

Caso essas duas ações não sejam implementadas, a economia estimada será menor que R$ 6,6 bilhões, assim como o número de benefícios a ser cessado. Os valores terão impacto no Orçamento de 2025, que será enviado pelo governo ao Congresso até o dia 31 deste mês. *(JS)*

Curtas

Trote violento

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas promulgou lei responsabilizando universidades por trotes violentos. O texto impõe adoção de medidas preventivas para coibir a prática, aplicação e instauração de processo disciplinar contra infratores e imposição de penalidades, incluindo expulsão. Caso a instituição se omita ou se mostrar negligente, será punida administrativamente. *(Folhapress)*

Leilão de petróleo

A Pré-Sal Petróleo (PPSA) pretende leilão de petróleo da União de mais de 60 milhões de barris no primeiro semestre de 2025. Em 31 de julho, a estatal licitou quatro lotes, com produção estimada de 37,5 milhões de barris, dos campos de Mero e Búzios. O governo projeta arrecadar R$ 17 bilhões em 2025 com esse leilão.

Aneel prorroga por 36 meses prazo para subsídio de energia renovável

Robson Rodrigues
De São Paulo

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) prorrogou por 36 meses o prazo para que 601 empreendimentos de geração renovável obtenham subsídios do desconto na tarifa de transmissão e distribuição (Tust e Tusd, na sigla do setor).

A prorrogação do prazo foi autorizada pela Medida Provisória (MP) 1.212, assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e pelo e pelo ministro Alexandre Silveira (PSD/MG) publicada em 10 de abril. Os empreendimentos contemplados somam 25,5 gigawatts (GW) de potência e aportaram mais de R$ 4,5 bilhões em garantias de fiel cumprimento para iniciar obras, o que equivale a 5% do valor estimado de cada empreendimento.

"Ao todo, a agência recebeu 2.035 pedidos, sendo que 601 foram aprovados, 1.429 indeferidos e cinco aprovados sub judice. O Estado que teve o maior número de usinas aprovadas foi a Bahia, com 232 (152 eólicas e 80 solares), seguido pelo Rio Grande do Norte, com 69 (38 eólicas e 31 solares) e Minas Gerais, com 65 (8 eólicas e 54 solares). Algumas usinas entraram com processo judicial com vistas a assegurar liminarmente a prorrogação de prazo prevista na MP 1.212, de 2024, sem que sejam atendidos todos os requisitos previstos na medida provisória", diz a nota.

A MP 1.212, de 2024, estabeleceu ainda a obrigação de início de obras em até 18 meses, a partir da data de publicação da MP 1.212, de 2024. Essa corrida por subsídios gerou polêmica, já que o desconto é bancado pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), fundo bancado pelos consumidores em cobrança direta na conta de luz.

A maioria dos projetos são de usinas eólicas e solares na região Nordeste. Na lista divulgada pela Aneel, aparecem grandes companhias como EDP, Neoenergia, Atiaia Energia, Voltalia, Lightsource, EDF, Shell, Enel, Statkraft, Chesf (empresa da Eletrobras), entre outras.

Depreciação acelerada sai em dias, diz Alckmin

De Brasília

O presidente da República em exercício e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin, afirmou que o governo fará "nos próximos dias" a regulamentação do mecanismo de depreciação acelerada, via edição de uma portaria no "Diário Oficial da União" (DOU).

"Depreciava uma máquina em 15 anos, nós vamos depreciar em dois. Claro que o valor não é tão alto como gostaríamos, mas o rigor fiscal é necessário", declarou Alckmin durante evento da CNI na manhã desta terça-feira (6).

O programa Depreciação acelerada para modernização do parque industrial brasileiro vai destinar inicialmente R$ 3,4 bilhões em créditos financeiros para a compra de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos novos. A lei foi sancionada em maio. Falta regulamentação.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, disse que o governo gostaria de ter "maiores e mais amplos estímulos à indústria", mas é preciso pragmatismo em relação às contas públicas.

Ele ponderou que o governo vai "trabalhar para que a gente aumente as políticas de incentivo à indústria", sem dar mais detalhes. "Não há dogma, seja político, jurídico ou econômico", disse, ao se referir às políticas industriais. *(JS)*

INÊS 249

Eleições Grupo do governador tenta chegar ao segundo turno com o prefeito do Psol em baixa; bolsonarista Éder Mauro lidera

Campanha em Belém opõe Lula, Bolsonaro e clã Barbalho

Fabio Murakawa
De Belém

A eleição municipal deste ano em Belém promete ser acirrada e agressiva, com três grandes forças políticas disputando o comando da cidade que, em 2025, será sede da principal conferência climática mundial, a COP30. A votação colocará em lados opostos o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e seu ministro das Cidades, Jader Filho (MDB), com o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) desempenhando papel importante na campanha.

Apoiado por Lula, o prefeito Edmílson Rodrigues (Psol) tentará reverter a baixa popularidade que acumulou ao longo do mandato para se reeleger. Ele tem como principais oponentes o deputado federal bolsonarista Éder Mauro (PL-PA), que lidera as pesquisas, e o deputado estadual Igor Normando (MDB) — primo de Jader Filho e do governador Helder Barbalho (MDB).

Os preparativos para a conferência no ano que vem serão pano de fundo da disputa. Enquanto há preocupação em relação à infraestrutura hoteleira, investimentos ligados ao evento devem ser usados como vitrine — principalmente por Normando, já que as principais obras estão sendo tocadas pela gestão estadual (ver abaixo).

A nacionalização da corrida é a principal aposta do líder nas pesquisas. Na eleição presidencial de 2024, Belém dividiu-se no segundo turno entre Lula (50,28% dos votos) e Bolsonaro (49,72%). Assim, a estratégia de Éder Mauro passará por colar sua imagem à do ex-presidente, que esteve na cidade para lançar sua candidatura. O plano inclui, por exemplo, investir na pauta da segurança pública.

Ex-delegado da Polícia Civil paraense, ele já admitiu em sessão na Câmara dos Deputados ter matado "muita gente", ponderando que era "tudo bandido". Ao **Valor**, disse que o Estado não está colocando o bandido no lugar dele, que, em sua opinião, é "na cadeia ou no cemitério". Assim, pretende armar a Guarda Civil para ajudar o "cidadão de bem".

"O Estado não está fazendo o seu papel como deveria fazer, colocando bandido no lugar dele. E, quando eu digo 'no lugar dele', é ou na cadeia ou no cemitério. Só existem esses dois caminhos para um bandido", disse. "Tem que colocar os guardas civis para ser aparelhados e colocados na condição de ir para a rua para ser uma força auxiliar para defender o cidadão de bem, aparelhados e bem armados", afirma.

EDILSON DANTAS/AGÊNCIA O GLOBO — 2/2/2024

Lula: presidente terá a difícil de tarefa de ajudar, sem contrariar aliados, o atual prefeito e candidato à reeleição

A liderança do aliado de Bolsonaro contrasta com a má avaliação de Rodrigues. Único prefeito do Psol em capitais, ele se encontra em posição delicada, com diferentes pesquisas indicando rejeição entre 60% e 75% dos eleitores.

Eleitores ouvidos pelo **Valor** na cidade citam que ele fez uma gestão "invisível", sem marca própria, entre 2020 e 2023. Mas a insatisfação popular se agravou com uma crise na coleta do lixo que se estendeu por mais de quatro meses e que só foi estancada em abril deste ano, com a conclusão de um conturbado processo licitatório. Essa percepção foi captada em pesquisas qualitativas pelos seus rivais.

Ao **Valor**, Rodrigues admite que sofre com um desgaste de sua imagem, mas diz acreditar que passará ao segundo turno "com emoção". "Eu enfrentei um desgaste com uma certa consciência. Nós pegamos uma cidade muito endividada e destruída. E em plena pandemia. E as pessoas tinham uma expectativa de mudanças mais rápida do que eu poderia dar. Essa expectativa gerou um desgaste", afirmou.

O prefeito afirma ter combatido uma "máfia do lixo", enquanto seus críticos apontam que houve falhas na condução da crise, o que deixou a cidade suja e com coleta precária por meses.

"Se tu viesses há três meses, eu estaria te pedindo desculpas: 'Tu deves ter vindo do aeroporto e visto montanhas de entulho e lixo acumulado'. Uma vergonha para Belém", admitiu. "Só que eu tinha uma opção: manter o velho sistema ou fazer uma licitação para um novo sistema de limpeza urbana. Eu enfrentei a máfia do lixo e venci a máfia do lixo."

É nesse contexto de fragilidade do prefeito que se constrói o apoio dos Barbalho a Igor Normando. Rodrigues afirma que a aliança faz parte de uma "estratégia de poder absoluto" do clã. Mas o grupo do governador, que chegou a apoiar o atual prefeito no passado, afirma que a estratégia é uma reação ao crescimento do campo bolsonarista.

Além das obras da COP como vitrine, Normando tem na rejeição a Rodrigues fator que pode ser decisivo para levá-lo ao segundo turno. Acusado de não ter experiência administrativa por Rodrigues, o candidato emedebista minimiza o parentesco com os Barbalho, dizendo que é "mero e simples detalhe", perto de sua trajetória política.

Atualmente deputado estadual, ele diz ter "mais de 20 anos de militância política" e lista já ter sido dirigente da União Nacional dos Estudantes (UNE) e vereador na capital por dois mandatos, além de secretário da Cidadania de Hélder entre fevereiro de 2023 e junho deste ano.

"O que eles dizem sobre ser parente do governador é mero e simples detalhe, porque eu não caí de paraquedas aqui", disse Normando.

Helder Barbalho e seu grupo não fizeram ao longo de todo o atual mandato uma oposição ferrenha a Rodrigues, a quem apoiaram no segundo turno em 2019 em uma apertada eleição contra Everaldo Eguchi (Patriota). Mas, com o prefeito em situação periclitante, agiram para tentar recuperar a prefeitura, que o MDB não controla desde 1989.

"Dos 35 vereadores, 25 estão atrelados a nós. E todos dão sustentação política [ao prefeito]", disse Helder ao **Valor**. "Agora, chega um momento em que nós estamos na iminência de um resultado que todas as avaliações e verificações demonstram que não tem viabilidade. Nós estávamos na iminência de uma eleição já com resultado decidido e que colocaria Belém sob uma gestão contrária àquilo que nós valorizamos, inclusive com o risco de não termos COP em Belém."

Jader Filho, por sua vez, afirma ter comunicado a Lula as razões para lançar a candidatura de Normando.

"Em razão da má avaliação do prefeito, nós não podemos deixar a capital da COP cair nas mãos de um bolsonarista que nega as mudanças climáticas", afirmou.

Presidente deve dar apoio discreto a prefeito do Psol

De Belém

Com dois aliados antagonizando a disputa por Belém, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve manter uma postura discreta no primeiro turno da eleição municipal na capital paraense. Essa é a expectativa geral na capital paraense, inclusive do prefeito Edmilson Rodrigues (Psol), que afirma que não pode pressionar o presidente "a dar um tiro no pé".

Apesar de o PT fazer parte da coligação de Rodrigues, Lula dificilmente subirá no palanque do prefeito antes da primeira rodada de votação, em 6 de outubro. Com Éder Mauro (PL) unificando o campo bolsonarista, a tendência, dizem observadores locais, é que Rodrigues dispute uma vaga no segundo turno contra Igor Normando (MDB), representante do clã Barbalho.

O emedebista é primo em segundo grau do governador Helder Barbalho (MDB) e do ministro das Cidades, Jader Filho. Assim, nem mesmo o prefeito parece ter a ilusão de um apoio incisivo de Lula, embora ressalte que o apoio petista passou pela Executiva Nacional do PT e, acredita, também pelo presidente.

"O Lula tem mandado sinal, ele deverá gravar programa [eleitoral]. Acho que a possibilidade de vir está posta. Mas não vou constrangê-lo, vou deixá-lo livre", disse Rodrigues ao **Valor**. "Sei que o governador é do MDB, e o MDB é um partido grande, importante para a governabilidade. Tem vários ministérios, tem uma bancada grande. Então, eu não tenho o direito de ser burro. A sabedoria política é reconhecer que o parceiro que está te apoiando não pode ser pressionado a dar um tiro no pé."

O governador, por sua vez, destaca as falas de Lula no sentido de não deixar que as eleições municipais prejudiquem a sua base política. Mas afirma que sua relação com o presidente "está acima das eleições em Belém".

"Tenho escutado que o presidente Lula está fazendo uma avaliação geral. Ele, inclusive, fez um pronunciamento dizendo que a base dele é muito ampla e que isso seria levado em consideração na forma como ele deve lidar com uma base plural", afirmou. "O que eu posso dizer é que a minha relação com o presidente está acima das eleições em Belém."

Jader Filho, por sua vez, diz que respeitará uma eventual decisão de Lula de subir no palanque de Edmilson. Mas afirma que a candidatura de Normando não foi lançada à revelia do presidente.

"O presidente Lula tem perfeita compreensão de seus aliados. Se ele tomar uma decisão como essa, nós respeitaremos", disse. Mas essa não foi uma candidatura à revelia do presidente. O presidente sabe as razões da candidatura", completou, referindo-se à má-avaliação do atual prefeito.

Já Igor Normando diz que "respeita a posição do PT" de apoiar o prefeito, diz que Jader Filho é "um grande interlocutor com Belém" e promete "não hostilizar" o governo federal na campanha.

"Acabou a eleição, nós desmanchamos o palanque e vamos querer todo o apoio do governo federal. E temos para isso um grande interlocutor, que é o ministro das Cidades", afirmou. "Nós não vamos de forma nenhuma hostilizar o governo federal, o PT, essa não é a nossa intenção. Eu não vejo problema nessa discussão."

Ele afirma ainda que, "enquanto muitos vão tentar polarizar num debate ideológico nacional, nós queremos discutir a cidade".

> "Nós não vamos de forma nenhuma hostilizar o governo federal"
> *Igor Normando*

"Esse vai ser o nosso objetivo. Para aqueles que não têm proposta para a cidade, esses vão tentar nacionalizar a eleição", afirmou.

Nacionalizar a eleição, no entanto, é parte da estratégia de Éder Mauro. Deputado federal pelo PL e candidato de Jair Bolsonaro, ele espera uma grande participação do ex-presidente na campanha. "Eu tenho certeza de que o Bolsonaro virá a Belém em campanha, assim como o Lula o fará", afirmou.

Em 30 de junho, Bolsonaro esteve em Belém para lançar a candidatura do aliado. E deixou claro que, também para ele, a eleição na segunda cidade mais populosa da Região Norte é estratégica.

"Para chegar em 2026, temos que passar por 2024", disse Bolsonaro, referindo-se à próxima eleição presidencial, para a qual ele tenta deixar de ser inelegível. ***(FM)***

COP30 vira trunfo eleitoral para família Barbalho

De Belém

Com as principais obras do evento nas mãos do governo do Estado, a COP30 virou um trunfo eleitoral para o clã Barbalho e seu candidato, Igor Normando (MDB. Dessa forma, fica enfraquecida a possibilidade de o prefeito Edmilson Rodrigues (Psol) "usar a máquina para se eleger", como é a praxe entre os mandatários que buscam a reeleição no Brasil. Já o candidato bolsonarista Éder Mauro vê a conferência como um evento importante pelos investimentos que chegarão à cidade, mas afirma que os negociadores climáticos devem levar em conta os interesses do setor produtivo.

O evento será realizado no Parque da Cidade, que está sendo construído onde antes ficava o Aeroporto Brigadeiro Protásio, que funcionou entre 1936 e 2021 em uma área central da capital de Belém. A área foi cedida pela União ao governo paraense. E, com orçamento estimado em R$ 980 milhões, trata-se da maior obra da COP30. Após o evento, será entregue à população como o principal equipamento de lazer da cidade.

Outra obra importante no orçamento da conferência, o Porto Futuro 2 também está nas mãos do governo do Estado. Em área igualmente cedida pela União, cinco armazéns às margens do rio Guamá estão sendo recuperados para construção da segunda etapa de um complexo turístico com bares, restaurantes e eventos, o Porto Futuro. Em uma área contígua, essa obra foi inaugurada no governo Jair Bolsonaro, mas idealizada pelo governador Helder Barbalho quando era ministro da Integração Nacional na gestão Michel Temer.

Com as duas principais vitrines da COP sob controle do governador, Normando pretende associar sua imagem ao que classifica como "modo de governar baseado em resultado e entregas" de seu primo em segundo grau, o governador Helder Barbalho (MDB), embora preocupações quanto à infraestrutura hoteleira ainda sejam motivo de preocupação na cidade.

"Acredito muito que a nossa pauta de campanha será fundamentalmente mostrar que o Pará se desenvolveu, está avançando, cresce a passos largos. E Belém infelizmente estagnou e até regrediu. É importante mostrar essa comparação, porque são modos diferentes de governar", afirma Normando.

Edmilson Rodrigues, por sua vez, também foi ouvido pelo governo federal e recebeu recursos para realizar obras municipais relacionadas ao evento. As principais são o Parque Urbano Igarapé São Joaquim e a reforma do tradicional Mercado de São Brás, com orçamento somado de cerca de R$ 190 milhões.

O prefeito critica a prioridade dada pelo governo do Estado a obras viárias, como as avenidas Tamandaré e a Avenida Doca de Souza Franco. Juntas, elas devem consumir investimentos da ordem de R$ 500 milhões.

"Eu não aceitei fazer [essas obras]. Não fui contra que o governo do Estado fizesse, porque foi isso que ele apresentou à equipe da COP", disse Rodrigues. "Eu não perturbo a obra do governo do Estado. Apenas acho que foi um erro que o governo federal aprovasse uns projetos que não são os mais importantes para Belém."

> "É uma situação que vai trazer empregos diretos e indiretos"
> *Éder Mauro*

Normando rebate a crítica e afirma que os comentários são para "diminuir o trabalho de quem realmente esteve à frente dessa articulação e, ao mesmo tempo, da execução das obras".

Questionada sobre os comentários de Rodrigues, a Casa Civil disse que "os recursos serão utilizados em obras e intervenções fundamentais à realização de um evento do porte da Conferência do Clima". Os investimentos disponibilizados pelo governo federal para a COP30 somam R$ 3,7 bilhões, advindos de três fontes: Novo PAC, do BNDES, de Itaipu.

"Contamos com o empenho e compromisso de todos os atores envolvidos nas esferas federal, estadual e municipal", afirmou a pasta.

Aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro, cuja gestão em relação às questões climáticas foi criticada por especialistas, Éder Mauro celebra a atração de investimentos ligados à COP30, mas adota discurso ponderado em relação à defesa do meio ambiente.

"É uma situação que vai fazer com que aqueça o nosso setor hoteleiro, vai trazer empregos diretos e indiretos", afirma. "Mas eu, como eu penso a questão do meio ambiente, quero discutir tudo isso. Eu vou levar a pauta de que a gente precisa preservar o meio ambiente, mas a gente não pode parar o progresso. A gente não pode empatar o homem do campo de fazer a plantação dele, a gente não pode empatar que o pessoal do agronegócio continue trabalhando e alimentando o mundo inteiro", afirma.

Aposta para movimentar a economia, a capacidade do setor hoteleiro de Belém segue considerado o principal desafio para receber a conferência. Apesar de os governantes adotarem um discurso otimista, interlocutores admitem nos bastidores que a questão ainda é uma preocupação.

A estimativa é que serão necessários pelo menos 11 mil leitos para as categorias A e B (alto padrão), quando a cidade dispõe de menos de mil unidades.

Segundo o secretário de Infraestrutura do Estado, Adler Silveira, ao menos duas grandes redes estão construindo empreendimentos de alto padrão na cidade, com 800 leitos. Outra parte do problema será resolvida com obras de dragagem que possibilitarão a ancoragem de navios de cruzeiro na cidade durante o evento. A estimativa é que as embarcações provideniem entre 4 mil e 5 mil leitos adicionais.

O governo do Estado também firmou uma parceria com o Airbnb e está estimulando em propagandas na TV a população a cadastrar seus imóveis para receber os integrantes de delegações da COP.

Segundo a empresa, "o acordo inclui áreas de cooperação como empoderamento econômico, com a criação de materiais informativos e educacionais para potenciais anfitriões na plataforma; promoção turística digital de Belém como sede da COP30; e turismo regenerativo, por meio de iniciativas de sustentabilidade, empreendedorismo e preservação cultural". ***(FM)***

São Paulo Ação repressiva envolveu 1,3 mil agentes entre policiais civis, militares e da PRF

Megaoperação na cracolândia prende guardas-civis suspeitos de formar milícia

Lilian Venturini e Cristiane Agostine
De São Paulo

A dois meses das eleições, uma megaoperação foi deflagrada na terça-feira (6) em São Paulo com objetivo de desarticular a atuação do crime organizado na cracolândia, região central da capital. A ação prendeu um homem apontado como líder do Primeiro Comando da Capital (PCC) e ao menos dois guardas-civis metropolitanos e um ex-agente da GCM suspeitos de liderarem uma milícia para extorquir comerciantes e moradores da região.

Batizada de "Salus et Dignitas" (saúde e dignidade), a operação foi tratada pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) como um "marco" no combate ao tráfico na região, há décadas conhecida pelo consumo e venda de drogas a céu aberto. O objetivo foi desmantelar a rede de apoio do crime organizado, por meio da prisão de traficantes e do fechamento de hotéis e lojas usadas pelos criminosos. Foram 200 mandados de prisão, busca e apreensão, sequestro e bloqueio de bens e suspensão da atividade econômica.

Ao todo, a operação envolveu 1,3 mil agentes, entre integrantes do Ministério Público, policiais civis, militares e da Polícia Rodoviária Federal, além de órgãos federais e estaduais, como a Receita Federal e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

A Prefeitura de São Paulo também disse ter disponibilizado 400 agentes durante a operação, realizada a poucas semanas das eleições e que terá o atual prefeito Ricardo Nunes (MDB) entre os postulantes ao cargo. A suspeita de envolvimento de guardas municipais e a equiparação à atuação de milícias colocou no centro das investigações uma corporação de responsabilidade da prefeitura, num momento em que a segurança pública e a cracolândia são temas de destaque na campanha eleitoral.

Nunes e Tarcísio têm explorado a cooperação entre as gestões municipal e estadual, especialmente na área de segurança.

Na entrevista coletiva convocada para falar sobre a megaoperação, Nunes negou a existência de milícia na capital e afirmou que foram expulsos os dois agentes da GCM presos. "Não vai ser um, dois, três, quatro ou cinco que vão manchar a credibilidade de 7,5 mil valorosos guardas civis. Faço questão de defender a corporação e não tem reconhecimento da nossa parte do termo que você [jornalista] usou, de milícia. O que tem é o seguinte: se alguém fizer algo errado, vai ser afastado", afirmou.

> "Faço questão de defender a corporação [Guarda Civil]"
> *Ricardo Nunes*

Tarcísio foi na mesma linha e disse que situações de corrupção e prevaricação serão punidas.

Segundo as investigações, em documentos obtidos pelo jornal "Folha de S.Paulo", ao menos dez integrantes da GCM estariam envolvidos no esquema de extorsão na cracolândia e já teriam movimentado ao menos R$ 4 milhões desde 2020. Além de cobrarem uma taxa de proteção, o grupo é investigado também pela venda ilegal de armas.

Também presente na entrevista coletiva, o promotor Lincoln Gakiya, responsável pelas investigações, não deu detalhes sobre a atuação dos guardas municipais porque o processo está sob sigilo. Segundo o promotor, está sob investigação uma rede de corrupção que envolve policiais, fiscais e a GCM.

Questionado sobre a existência de milícia na capital, o promotor minimizou. "Na verdade foi um termo que foi usado na cautelar [enviada à Justiça] e me parece que de alguma maneira a imprensa teve acesso. Não tem absolutamente nenhuma correlação com a milícia que os senhores estão acostumados ou já verificaram, por exemplo, no Estado do Rio", afirmou.

Apesar de ser uma área de prerrogativa do governo do Estado, a segurança é apontada como o principal problema da cidade, segundo pesquisa Datafolha divulgada em julho.

A suspeita de um esquema de extorsão e a atuação da prefeitura na região foram exploradas por adversários do prefeito, que acusam a atual gestão de omissão na cracolândia.

"É lamentável que, além de tudo, a omissão da gestão tenha facilitado a instalação de milícias na nossa cidade. São Paulo não merece ser tão mal cuidada", disse o deputado Guilherme Boulos, candidato do Psol à prefeitura.

A deputada Tabata Amaral, candidata pelo PSB, também questionou a demora de Nunes. "O prefeito poderia ter agido e cassado as licenças desses hotéis e ferros-velhos há muito tempo, mas escolheu não fazer nada. Por quê?"

O apresentador José Luiz Datena (PSDB) procurou defender a corporação, mas criticou a ação de "bandidos" na GCM. "Você está falando de bandido infiltrado em uma organização que tem seis mil homem [7,7 mil]. Não pode julgar toda uma organização. Bandido é bandido", afirmou, ao participar de sabatina no g1.

Candidato à prefeitura, Datena diz que seu sonho é ser senador

REPRODUÇÃO DE VÍDEO

Datena: "Sinto que há apoio da maior parte do partido, há gente interessada. Agora, quero saber se os outros estão juntos. Esta é uma outra eleição"

Lucas Ferraz
De São Paulo

Candidato do PSDB à Prefeitura de São Paulo, o apresentador de TV José Luiz Datena afirmou em sabatina ao g1 nessa terça-feira (6) que seu sonho na política "é ser senador". No início do ano, o jornalista despontava como vice na chapa da candidata Tabata Amaral (PSB), mas tornou-se candidato solo após se filiar ao PSDB.

"Meu objetivo principal, ainda hoje, é ser senador", afirmou, relembrando sobre a entrada no atual partido a pedido da própria Tabata, que segundo ele buscava mais tempo de televisão.

Datena ressaltou que não queria se filiar ao PSDB (antes ele integrava o PSB), mas que depois da filiação, o partido realizou uma série de pesquisas que mostravam que ele tinha potencial de ser eleito prefeito de São Paulo. "Tinha esse direito também [de ser candidato], uma vez que tinha sido transferido para o PSDB", disse.

Ao participar da sabatina do mesmo g1, na segunda-feira (5), Tabata Amaral sugeriu traição do PSDB e de Datena.

"Ela não falou meu nome. Em nenhum momento eu traí a Tabata. Fui convidado pela Tabata, num escritório de um advogado, para ser vice dela. Queria ser vice dela. Ela já estava negociando com o PSDB pela possibilidade de eu desistir. Disse que não queria ir ao PSDB. Meu objetivo principal é ser senador. Não queria ser prefeito de São Paulo", ressaltou o apresentador.

Afastado da TV Bandeirantes, onde apresentava até junho um popular programa policial, José Luiz Datena garante que será candidato — após ter anunciado o mesmo e desistido de última hora nas últimas quatro eleições — para "calar a boca de quem está falando que vou desistir".

"Sinto que há apoio da maior parte do partido, há gente interessada. Agora, quero saber se os outros estão juntos. Esta é uma outra eleição. A não ser que me matem, porque tem um tanto de gente se borrando de medo", disse.

> "Em nenhum momento eu traí a Tabata [Amaral, candidata do PSB]"
> *José Luiz Datena*

A candidatura de Datena, se levada até o fim, será uma chapa puro-sangue, com o ex-senador José Aníbal, do mesmo PSDB, na vice. Na pesquisa mais recente do Datafolha, divulgada no início do mês passado, Datena ficou com 11%. Na liderança estavam o prefeito e candidato à reeleição, Ricardo Nunes, com 24% e o deputado Guilherme Boulos (Psol), com 23%. Tabata tinha 7% e Marina Helena (Novo), 5%.

Datena ainda não tem propostas concretas para a campanha – ele repetiu diferentes vezes que os técnicos ainda trabalhando nas ideias e nos respectivos números, e que a eleição é só em outubro. Mas não esconde que sua principal área, pegando carona no sucesso de seu programa de TV, será a segurança pública.

Ele comentou sobre a infiltração do crime organizado nas estruturas do Estado e na prestação de serviços públicos, caso das duas empresas de transportes de ônibus de São Paulo investigadas pela suspeita de lavar dinheiro do grupo criminoso Primeiro Comando da Capital (PCC). Disse que, se eleito, fará um enorme "pente-fino" nos contratos e licitações do município para escrutinar a eventual participação do crime organizado.

Datena também centrou críticas ao prefeito Ricardo Nunes, citando sua influência na confusão ocorrida durante a convenção do PSDB que referendou seu nome como candidato a prefeito, no dia 27 de julho. A sigla está ainda dividida: uma parte apoia o prefeito, outra o projeto Tabata.

"Disse que o prefeito teria a digital impressa no que poderia acontecer de violência na nossa convenção. Esses caras jogaram garrafa em mim, me xingaram, tentaram me bater. É a mesma turma que apareceu abraçada com o Ricardo Nunes na convenção dele", afirmou.

Por fim, o apresentador disse que seu grande desejo é ser "eleito no primeiro turno". Se isso não acontecer e ele ficar de fora da rodada final, Datena afirmou que "não vai apoiar ninguém".

valor.com.br
Ver o que é #Fato ou #Fake no site
https://valor.globo.com/politica/noticia/2024/08/06/veja-o-que-fato-ou-fake-na-entrevista-de-datena-para-o-assunto.ghtml

Em sabatina, Ramagem nega espionagem ilegal da Abin

REPRODUÇÃO DE VÍDEO

Ramagem, do PL: candidato disse que levou suspeitas à corregedoria

Alessandra Saraiva e Camila Zarur
Do Rio

O deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ), candidato à Prefeitura do Rio pelo PL, negou que a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) tenha feito monitoramentos ilegais enquanto esteve à frente do órgão, no governo de Jair Bolsonaro (PL). O parlamentar reconheceu, porém, que pode ter ocorrido "erro" na gestão dele na agência.

Ramagem é investigado pela Polícia Federal no inquérito que apura espionagem pela Abin contra desafetos do ex-presidente — caso que ficou conhecido como "Abin paralela". A 60 dias do primeiro turno das eleições municipais, o candidato respondeu a questionamentos sobre o caso em sabatina do portal g1, realizada na terça-feira.

Na entrevista, o bolsonarista afirmou que o sistema que teria sido usado para a espionagem foi comprado no governo do ex-presidente Michel Temer (MDB), antecessor de Bolsonaro. "Se houve uma Abin paralela, foi com as pessoas internas, do departamento interno [da agência] que nós [então direção-geral] apuramos", disse, para em seguida fazer a seguinte analogia: "Se um diretor de Polícia, da Polícia Militar, da Civil, da Federal, compra um armamento, ele não é responsável pelo erro da pessoa lá da ponta. E há na Abin milhares de servidores."

"Eu acredito que possa ter erro. Essa era a minha desconfiança, que estavam fazendo algum monitoramento privado", completou Ramagem, afirmando que levou as suspeitas de espionagem à corregedoria do órgão. "Isso só demonstra que, se houve uma Abin paralela — e a minha desconfiança é que estávamos fazendo alguns monitoramentos privados —, eu que estava investigando e joguei tudo para corregedoria."

Ainda sobre o caso da "Abin paralela", Ramagem disse que apenas uma única pessoa apareceu para ele como monitorado pela agência, o ex-deputado federal Jean Wyllys (PT). "E sabe quando ele foi monitorado? O único que apareceu nas investigações? Antes da minha entrada na Abin", disse.

Apesar da afirmação do deputado, as investigações da PF apontam que, entre os alvos do monitoramento ilegal, estavam quatro ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), oito parlamentares e cinco integrantes do Poder Executivo, incluindo servidores. Críticos do governo Bolsonaro e jornalistas também estão no rol dos possíveis espionados pela Abin. Essas informações estão em ofício da Polícia Federal enviado ao Supremo.

Na sabatina, Ramagem também disse que nunca questionou os resultados de alguma eleição — embora ele faça isso com frequência, nos eventos que participa ao lado de Bolsonaro, e tenha enviado ao ex-presidente, segundo a PF, um e-mail contestando a lisura do processo eleitoral. O candidato ao Palácio da Cidade, sede do Executivo carioca, respondeu na entrevista que as declarações são em prol do "aprimoramento das urnas".

"Nós nunca contestamos os resultados de eleições. Você pode contestar e querer o aprimoramento das urnas. Eu estou concorrendo no processo eleitoral e concordarei com o processo eleitoral, com o fim das apurações", afirmou.

Ramagem também defendeu propostas de governo, caso seja eleito. Na segurança pública, quer dobrar o efetivo da guarda municipal para 14 mil agentes. Também prometeu que vai dobrar o orçamento da corporação, que está em torno de R$ 700 milhões. Ele não informou de onde tiraria recursos.

Na área de transportes, defendeu acabar com BRT — sigla para Bus Rapid Transit, sistema de vias expressas de ônibus pela cidade. Ele sugeriu retirada gradual do sistema e substituição por outros modais. "Temos que mudar o BRT aos poucos, para veículos sobre trilhos, um veículo de superfície, até uma possibilidade de 'monorail', porque o BRT não é solução", disse.

Ao falar de transportes, Ramagem aproveitou para criticar a gestão do atual prefeito, Eduardo Paes (PSD). No entendimento dele, o adversário não promove integração eficiente dos diferentes modais. Além do BRT, o candidato também questionou a eficácia do VLT — veículo leve sobre trilhos que liga a região portuária ao centro.

Para Ramagem, a política de transportes de Paes também prejudicou a segurança pública. Segundo o bolsonarista, a ausência de políticas eficientes de transporte na Zona Oeste da cidade levou o transporte da região a ser dominado pelo crime. "As milícias tomaram conta na leniência do Eduardo Paes", disse.

Procurado para comentar as críticas de Ramagem, Paes não respondeu à reportagem.

Sobre outras áreas, o candidato defendeu o enxugamento de gastos na máquina pública municipal de forma a alocar mais recursos em educação e saúde. Ramagem prometeu turno integral nas escolas municipais, se for eleito. E na saúde disse que irá reduzir as filas do Sistema Nacional de Regulação (Sisreg), que trata de consultas e exames médicos. Ramagem também se manifestou contra possíveis propostas de municipalização de hospitais federais.

valor.com.br
Ver o que é #Fato ou #Fake no site
https://valor.globo.com/politica/noticia/2024/08/06/veja-o-que-fato-ou-fake-na-entrevista-de-alexandre-ramagem-ao-g1.ghtml

Judiciário A partir desta quarta-feira, tribunal colocará um canal telefônico à disposição para que os eleitores denunciem crimes eleitorais

TSE lança medidas para reforçar combate à desinformação

Isadora Peron
De Brasília

A presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Cármen Lúcia, anunciou na terça-feira (6) uma série de medidas para reforçar o combate à desinformação durante as eleições municipais. Uma delas é uma parceria com a Polícia Federal (PF), que vai disponibilizar um painel online com informações sobre as investigações eleitorais que serão abertas durante a campanha.

De acordo com o diretor-executivo da PF, Gustavo Souza, recentemente a corporação lançou uma ferramenta com dados sobre todos inquéritos que estão em andamento, com informações como o tipo crime apurado e os locais das investigações. As informações sobre os processos eleitorais serão inseridos nessa mesma plataforma.

Em princípio, a atualização será diária, mas, se houver necessidade, esse modelo pode ser revisto, para dar mais agilidade à divulgação das informações durante a campanha. Também se analisa a possibilidade de criar uma página própria só para essa modalidade de delito.

"A gente prevê que, no período das apurações, a gente encurte o período de atualização para poder refletir uma informação mais precisa, que sirva à sociedade, à imprensa, para fins de veiculação em todo o país", disse o delegado.

Durante o evento, também foi lançado um canal por telefone para que os eleitores denunciem crimes eleitorais. O número do disque-denúncia será 1491 e colocará os cidadãos em contato direto com o Centro Integrado de Enfrentamento à Desinformação e Defesa da Democracia, criado pelo TSE ainda durante a gestão do ministro Alexandre de Moraes.

> "Qualquer pessoa, poderá discar e denunciar qualquer crime eleitoral"
> *Cármen Lúcia*

"Nós estamos implantando, já em funcionamento a partir de amanhã [quarta-feira], um número que qualquer pessoa, de qualquer lugar do Brasil, poderá fazer uso, sem qualquer custo, para discar e denunciar qualquer desinformação que ela tenha notícia", disse Cármen Lúcia.

Em outra frente, também foi lançada uma campanha nas redes sociais em parceria com a Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner) e outras empresas jornalísticas, com o lema "Jornalismo é confiável, fala nossa língua, protege da desinformação e fortalece a democracia". As peças foram pensadas com uma linguagem regional para engajar os eleitores de cada Estado.

ANTONIO AUGUSTO/SCO/STF — 25/6/2024

Moraes: "A Justiça Eleitoral brasileira vem atuando na vanguarda no combate à instrumentalização das redes sociais"

Também presente no evento, Moraes, que deixou a presidência da corte eleitoral em junho, ressaltou a importância das iniciativas adotadas nos últimos anos pelo TSE e afirmou que a Justiça Eleitoral está na "vanguarda" do combate às "fake news".

"A Justiça Eleitoral brasileira vem atuando na vanguarda no combate à desinformação, no combate da instrumentalização das redes sociais e na boa regulamentação dessas redes. A ministra Cármen foi a relatora das resoluções que vão reger as eleições de 2024 e não há nada mais moderno no mundo do que essa regulamentação", disse.

O ministro voltou a defender que a desinformação é o "mal do século", criando ameaças à democracia e à livre vontade do eleitor. E destacou recentes parcerias firmadas pelo Centro Integrado de Enfrentamento à Desinformação do TSE com órgãos como a PF, o Ministério da Justiça e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Segundo ele, essas medidas têm como objetivo dar mais celeridade ao combate à disseminação de notícias falsas.

Intelis protesta contra escolha para a Abin

De Brasília

A escolha de um delegado da Polícia Federal (PF) para assumir a corregedoria-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) tem gerado protestos de servidores da pasta. Em nota, a União dos Profissionais de Inteligência de Estado da Abin (Intelis) afirmou que o sentimento no órgão é de "indignação".

José Chuy foi escolhido pela cúpula do órgão para substituir Lidiane Souza dos Santos, que é servidora da casa e foi indicada para o cargo em 2022, ainda durante o governo Jair Bolsonaro (PL). O mandato dela termina em 31 de agosto.

O delegado é ligado ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que é o relator da investigação sobre a chamada "Abin paralela". Ele comandou a Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), quando Moraes estava na presidência da corte.

Para a Intelis, a decisão de retirar a atual corregedora do cargo "causa estranheza", já que ela poderia ser reconduzida e tem atuado nas investigações internas que estão em curso e apuram as suspeitas que envolvem a estrutura que teria sido montado para espionar adversários do antigo governo e blindar os filhos do ex-presidente.

A entidade afirmou que o fato de o posto vir a ser ocupado por um delegado é preocupante, já que as investigações têm revelado que as suspeitas de desvios envolvem quadros da PF que foram trazidos para a Abin pelo então diretor-geral Alexandre Ramagem, que também era delegado. Na segunda-feira, houve um ato em frente à sede da Abin, para evitar a indicação do que os servidores têm chamado de "corregedor paralelo".

"Além de mais um inequívoco sinal de desprestígio aos servidores da Abin por parte de sua direção-geral, uma vez que a agência possui em seus quadros servidores aptos a ocupar a função, trata-se de um claro conflito de interesses, uma vez que o indicado é policial federal e oficial da reserva do Exército, e a 4ª fase da Operação Última Milha aponta policiais federais e um militar como figuras chave do esquema", disse a entidade.

A associação apontou ainda que Chuy não possui experiência em atuar como corregedor. "Em demonstração de que não tememos um controle justo e bem feito, mas sim eventuais desvios de finalidade, perseguições ou parcialidade, caso a direção-geral do órgão realmente não vislumbre servidor orgânico da Abin apto a assumir o posto, solicitamos que seja indicado um servidor orgânico da CGU [Controladoria-Geral da União] para a função."

Atualmente, a Abin é comandada por Luiz Fernando Corrêa, que é delegado aposentado da PF. As investigações em curso não descartam que integrantes da atual gestão tenham atuado para atrapalhar o andamento do caso, o que levou à queda do número dois da agência, Alessandro Moretti. Diante das suspeitas, Moraes negou o compartilhamento da apuração com a corregedoria do órgão.

Procurada, a assessoria da Abin não se manifestou. O delegado também não retornou ao contato do **Valor**. *(IP)*

Orçamento secreto terá relatório até o dia 21

De Brasília

O Tribunal de Contas da União (TCU), a Controladoria-Geral da República (CGU), Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e secretarias do Executivo federal deverão entregar no dia 21 de agosto um relatório ao Supremo Tribunal Federal (STF) com um mapeamento sobre as emendas de relator (RP9) e emendas de comissão (RP8).

O documento deve conter informações sobre os dados existentes; quais informações estão disponíveis ao acesso público e onde estão; quem são os detentores das informações não publicadas; quais políticas públicas estão prejudicadas com a suspensão das emendas determinada pela decisão do ministro Flávio Dino; e quais podem continuar por terem atendido às exigências da decisão do tribunal.

A solicitação do relatório deu-se durante a primeira reunião técnica no Supremo com órgãos de transparência, Legislativo e Executivo para detalhar informações e procedimentos a serem adotados visando o cumprimento da decisão da Corte que proibiu a prática do orçamento secreto no Brasil.

A necessidade das reuniões técnicas foi acordada no dia 1º de agosto, quando ocorreu a primeira audiência de conciliação para questionar o cumprimento da decisão do STF que proibiu o orçamento secreto no Brasil. Na ocasião, membros do Executivo e do Legislativo divergiram sobre a competência da gestão das informações e os locais onde estão alocados os dados sobre os repasses das emendas parlamentares.

A comissão, presidida por Guilherme Resende, economista da presidência do STF, é composta por representantes da CGU, TCU, Secretarias de Relações Institucionais (SRI) e de Orçamento e Finanças (SOF), do Ministério do Planejamento e Orçamento e Atricon. *(FM)*

Cármen Lúcia defende julgamentos públicos

Flávia Maia
De Brasília

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), durante a sessão da Primeira Turma de terça-feira (6), afirmou que é necessário que todos os tribunais do Poder Judiciário tenham julgamentos públicos. A fala ocorreu em resposta a um advogado que subiu na tribuna para pedir que o STF intervenha para que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) torne os julgamentos virtuais mais abertos — atualmente, os votos não são públicos e divulga-se apenas o resultado.

O advogado Fernando Neves da Silva aproveitou a tribuna para pedir que o Supremo analisasse em repercussão geral a pouca transparência dos julgamentos virtuais do STJ. "Aqui no STF e TSE [Tribunal Superior Eleitoral] as sessões virtuais são iniciadas e o voto é posto. Mas o STJ não é público, a gente fica uma semana sem saber o que o relator falou. A parte fica impedida de prestar algum esclarecimento, de poder colocar um memorial", informou.

ANTONIO AUGUSTO/SCO/STF — 25/6/2024

Cármen Lúcia: "É preciso que todos os tribunais do poder judiciário brasileiro cumpram o que a Constituição determina"

Na sequência, o ministro Luiz Fux, informou que o assunto não poderia ser tratado na turma. "É um tema delicado que discute a autonomia dos tribunais e os seus regimentos, então a discussão teria que ser pelo plenário e não pela turma", afirmou.

Logo depois, a ministra Cármen afirmou que a transparência dos tribunais é assegurada pela Constituição e deve ser cumprida. "A Constituição estabelece a publicidade de julgamentos", disse. "É preciso que todos os tribunais do poder judiciário brasileiro cumpram o que a Constituição determina: os julgamentos são públicos e julgamentos públicos não significam que estamos apenas em público, significa dar a público todos os dados, principalmente os fundamentos — pois todas as decisões têm que ser fundamentadas — e o fundamento há de ser do conhecimento de todos".

O tema será discutido no pleno do STJ na sessão de quarta-feira (7) por meio do Projeto de Emenda Regimental 125. A ideia é mudar a sistemática dos julgamentos virtuais, ampliando o escopo de ações e permitindo mais interação. No modelo atual, o plenário virtual do STJ é restrito e funciona apenas para os casos de recursos internos, como os embargos de declaração, agravos internos e agravos regimentais e não há interação, em caso de divergência o processo vai para a sessão presencial.

Pela proposta que será votada, existe a possibilidade do julgamento virtual abarcar recursos repetitivos nos casos de jurisprudência pacífica. Ainda, os julgamentos seriam abertos por sete dias, com a disponibilização dos votos de cada ministro, interrupção por pedidos de vista e a possibilidade de intervenções dos advogados com questões de fato e memoriais durante a semana do julgamento virtual.

Governo faz cenários em meio à eleição dos EUA

Fernando Exman

O vai e vem dos mercados demanda atenção especial de integrantes do governo desde a madrugada da segunda-feira, mas isso não os afasta de outra missão estratégica. É fundamental. Há que se tentar antecipar, ainda que em meio às turbulências do dia a dia, como a eleição presidencial americana pode influenciar os rumos da economia dos Estados Unidos e, consequentemente, do Brasil.

Por enquanto, nas palavras de uma autoridade, ainda não está claro qual o programa econômico dos dois principais candidatos, Kamala Harris e Donald Trump. "Tem vislumbres", pondera. Mas isso tende a mudar com a campanha ganhando tração, a definição da chapa democrata, a intensificação de agendas públicas e a realização de debates.

Espera-se de Kamala Harris, atual vice-presidente e candidata democrata, o fortalecimento da classe média e uma política de incentivo ao setor industrial, com novos impulsos a obras de infraestrutura e estímulos à energia verde. Na área social, a expectativa é que encampe iniciativas inacabadas do atual presidente Joe Biden. Dois exemplos: a ampliação do acesso a creches e a financiamentos estudantis. O histórico dela no Senado permite vislumbrar que defenderia a redução dos gastos de habitação, em uma tentativa de reduzir o custo de vida em um momento em que a inflação é uma preocupação dos eleitores.

Em um contraponto ao candidato do Partido Republicano, o ex-presidente Donald Trump, Kamala tem defendido os sindicatos. E esse aspecto não passa batido entre os interlocutores do governo. "Com Kamala, o cenário tende a ser muito parecido com o do Biden", diz uma fonte.

Ela tem o desafio, contudo, de equilibrar-se entre a defesa do legado do governo do qual faz parte com as críticas que a Casa Branca recebe pela condução da economia. Há preocupações com o elevado patamar dos preços ao consumidor e a intensidade da desaceleração do Produto Interno Bruto (PIB).

Nos últimos dias, analistas têm se voltado justamente para os dados do mercado de trabalho americano e para a atividade da economia, os quais também provocaram as recentes turbulências nos mercados. Para eles, há sinais pré-recessivos que legitimam os questionamentos quanto à conduta adotada pelo banco central dos EUA, o Federal Reserve, que não cortou ainda a taxa básica de juros local e, por isso, tenderá a fazê-lo em setembro de maneira mais agressiva do que o previsto inicialmente. Em outras palavras, reduzi-la em 0,50 ponto percentual — hoje ela está entre 5,25% e 5,50% ao ano.

Recentemente, o ex-presidente chegou a declarar que não tentaria remover do cargo o presidente do Fed, Jerome Powell, antes do fim de seu mandato, em maio de 2026. Por outro lado, criticou a possibilidade de o banco central cortar os juros às vésperas da eleição, o que poderia dar um impulso à economia e beneficiar a candidatura adversária. E isso contrariaria todas as expectativas e também desejos da equipe econômica.

Mas o risco de mudanças na política monetária é apenas um dos fatores citados no governo brasileiro, em caso de vitória de Trump.

No limite, inclusive, o "vislumbre" envolvendo uma eventual vitória de Trump vai além. Existe a perspectiva de o ex-presidente isolar mais os EUA dos pontos de vista comercial e diplomático. Mesmo tendo a China como alvo preferencial, outros países, como o Brasil, poderiam ser atingidos por uma abordagem mais protecionista.

Em outra frente, acredita-se, a partir dos feitos pretéritos e do discurso atual do republicano, que seu retorno à Casa Branca poderia resultar em mais incentivos tributários. Isso poderia se reverter em queda de arrecadação e pressão inflacionária, em um contexto de mercado de trabalho resistente. "Pode haver mais inflação e, eventualmente, até mais juros."

Há que se ter em mente o que isso pode representar para a economia doméstica, a condução da política monetária e taxa de juros. No entanto, ainda assim, isso não necessariamente poderia representar um efeito danoso para a economia global como um todo. Ou seja, apesar de mais fechados e com juros mais altos, os EUA poderiam crescer em um ritmo mais forte.

Além disso, os EUA novamente sob Trump poderiam adotar posturas mais controversas em demais frentes, gerando outras consequências que são difíceis de modelar economicamente.

Do ponto de vista das relações internacionais, uma vitória do candidato republicano poderia forçar o fim da guerra na Ucrânia, com uma vitória da Rússia. Em tese, isso poderia reduzir as pressões observadas atualmente nos preços do petróleo e de alimentos. Porém, a abordagem para a área ambiental de Trump é considerada desastrosa, sendo prejudicial à sustentabilidade do crescimento global a médio e longo prazos. "Isso tem impacto para o Brasil e não tem como modelar."

Em relação ao Oriente Médio, um governo de Kamala Harris em tese manteria uma postura dúbia em relação a Israel, dando respaldo ao aliado histórico, mas atuando pela contenção da crise. Trump, por sua vez, poderia avalizar ações de Israel cujas consequências seriam imprevisíveis.

Economistas e diplomatas têm na formulação de cenários tarefa fundamental na prática diária de seus respectivos ofícios. Em algumas situações, suas conclusões são divergentes. Neste caso, contudo, é consenso que não há como olhar apenas para juros e inflação. A abordagem precisa ser mais ampla e ainda está em evolução.

Fernando Exman é chefe da redação, em Brasília. Escreve às quartas-feiras
E-mail fernando.exman@valor.com.br

Congresso Relator da proposta de regulamentação da reforma no Senado defende ajustes na ZFM

Braga vai incluir 'escadinha' no seletivo sobre carros

ANA PAULA PAIVA/VALOR — 8/4/2024

Braga: "O maior desafio vai ser encontrar um texto que pacifique a questão do comércio e dos prestadores de serviço nas áreas de livre comércio e na ZFM"

Julia Lindner e Caetano Tonet
De Brasília

O relator da regulamentação da reforma tributária no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), antecipou, na terça-feira (6), que pretende incluir em seu parecer uma "escadinha" no imposto seletivo sobre automóveis para atenuar a cobrança sobre os modelos elétricos e híbridos. A ideia é fazer uma diferenciação gradual em relação aos tributos dos carros a combustão, cujo impacto ambiental é considerado maior.

Em entrevista ao **Valor**, Braga voltou a defender a necessidade de "ajustes finos" na Zona Franca de Manaus (ZFM), especialmente no que diz respeito ao comércio da região. Ele também expôs dificuldades em fazer alterações na inclusão da proteína animal na cesta básica desonerada, embora discorde do fato de até mesmo o filé mignon ter sido adicionado.

Contrariando a vontade do governo Lula, o relator deixou claro que só deve apresentar o seu parecer final a partir de novembro, após as eleições municipais. "Não vou colocar para votar um relatório esvaziado", garantiu.

Horas antes, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), afirmou a jornalistas que o ideal seria a deliberação ocorrer na semana do dia 12 de outubro. A ideia foi rechaçada pelo relator em conversa reservada com o próprio Wagner.

O governo resiste à possibilidade de retirar a urgência constitucional que garante a tramitação da matéria em até 45 dias. Se o texto não for aprovado dentro desse prazo, a pauta da Casa ficaria trancada automaticamente, impossibilitando a análise de outras proposições em plenário. "Se tiver que trancar a pauta, que tranque", rebate o relator.

Braga tem sido cauteloso ao falar do tema por ainda não ter sido formalmente designado relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Ontem, ele teve uma conversa com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e com o presidente da CCJ, Davi Alcolumbre (União-AP) para iniciar as discussões e alinhar o posicionamento dos três. Na terça-feira (13), Braga terá um encontro com o ministro Fernando Haddad (Fazenda) para tratar do assunto.

Um dos pontos que Braga pretende mudar é a questão do imposto seletivo sobre os carros elétricos. "Eu pensei muito sobre isso... Carros híbridos ou elétricos não emitem o mesmo índice de gás carbônico que um carro a combustão. O elétrico e o híbrido precisam ter uma graduação diferenciada, não podem ter a mesma tributação que um carro a combustão", avaliou o relator.

"A minha ideia é apresentar uma emenda com uma escadinha. O elétrico vai ter uma determinada oneração, o híbrido uma outra e o a combustão a oneração plena", explicou.

Braga contou que inicialmente cogitou tirar totalmente esses automóveis do imposto seletivo, mas depois considerou que a gradação da oneração do imposto seletivo, de acordo com a contribuição que esses automotivos terão para o meio ambiente, seria uma melhor solução.

Sobre a inclusão na Câmara de carnes na cesta básica desonerada, Braga disse que ainda não encontrou uma saída viável. Na visão dele, retirar itens como filé mignon teria pouco impacto na alíquota total. Outros itens possíveis, por sua vez, enfrentariam resistência política.

> "Acredito que a votação será possível logo após as eleições"
> *Rodrigo Pacheco*

"Eu acho que realmente é um exagero você colocar filé mignon com alíquota zero. No entanto, o filé mignon tem mínimo impacto [na alíquota]. Comparado com o volume total de venda de carne, um filé, quando muito, tem dois quilos. E acho que o ônus político de tentarmos mexer aí vai ser um custo-benefício baixo. Ainda não consegui encontrar um caminho que fosse possível", declarou.

"A não ser que você fosse mais radical, tirasse a picanha, uma série de subprodutos do boi que não estão na faixa de consumo da classe D e E. Mas eu não vejo viabilidade política", emendou em seguida.

Ele voltou a defender mudanças em trechos que tratam da Zona Franca de Manaus. Segundo o relator, a parte mais "simples" de equacionar envolve a indústria e a mais difícil é relacionada ao comércio da região.

"O grande problema está na área do comércio. Se não fizer alguns ajustes haverá impacto no aumento de preço das mercadorias em Manaus e principalmente no interior do estado e nas áreas de livre comércio, que envolve Rondônia, Roraima, Amapá... Esse impacto pode ser de mais de 20%", declarou Braga. "O maior desafio vai ser encontrar um texto que pacifique a questão do comércio e dos prestadores de serviço nas áreas de livre comércio e na ZFM", acrescentou.

Braga criticou novamente o fato de que a Câmara deixou de fora armas e munições do "imposto do pecado". "Acho um absurdo o tratamento que deram para as armas e munições. Se houver viabilidade para a gente ajustar isso acho que é um tema que deveria ser ajustado."

O relator cogita, ainda, reavaliar a lista dos itens médicos que terão tributação favorecida. Ele cita que fios de sutura poderiam ser incluídos entre os isentos, por exemplo, no lugar do Viagra (Sildenafil). "Fios de sutura, na área de urgência e de emergência, são elementos superimportantes. Enquanto isso, zeraram o Viagra. Eu não tenho nada contra, mas o que é mais importante para o povo? Algumas questões precisam ser ajustadas nesse nível de importância para o consumidor, mas não é uma tarefa simples", declarou o amazonense.

Questionado sobre a trava que impõe revisões caso a alíquota do futuro Imposto sobre Valor Agregado (IVA) ultrapasse a barreira de 26,5%, Braga disse que sempre a defendeu. "Do ponto de vista conceitual, nós introduzimos a trava já no Senado."

Apesar de as reuniões entre Braga e a cúpula do Senado já terem começado, Rodrigo Pacheco adotou cautela sobre a tramitação. Na volta do recesso parlamentar informal, o presidente da Casa optou por não ler em plenário o projeto de lei complementar (PLC) da regulamentação. Com isso, o prazo da urgência não começou a ser contado.

À imprensa, Pacheco disse que, por ora, a urgência está mantida. Mas, caso seja constatado que o Senado precisa de mais tempo, pedirá ao governo que a retire. "Não podemos apreciar de forma açodada ou com pressa o tema mais relevante nesse instante", declarou. "Eu acredito que a votação será possível logo após as eleições municipais."

Crise Presidente dissolve Parlamento após a fuga da premiê Sheikh Hasina para a Índia após semanas de protestos contra seu governo

Yunus, Nobel da Paz, chefiará governo interino de Bangladesh

John Reed, Benjamin Parkin e Lucy Fisher
Financial Times, de Nova Déli e Londres

O ganhador do Prêmio Nobel da Paz Muhammad Yunus foi nomeado conselheiro-chefe do governo interino de Bangladesh, depois que a primeira-ministra Sheikh Hasina fugiu do país diante de uma revolta popular.

Estudantes que participaram dos protestos em Dhaka pediram a Yunus que lidere o governo depois que o presidente Mohammed Shahabuddin dissolveu o Parlamento ontem, abrindo o caminho para a formação de um gabinete interino até a realização de novas eleições. Shahabuddin também ordenou a libertação da ex-premiê Khaleda Zia e de estudantes que estavam presos.

A nomeação de Yunus foi anunciada na madrugada desta quarta-feira em Dhaka, segundo relatos da agência Associated Press.

Vencedor do Nobel em 2006, Yunus, 84, é o fundador do Grameen Bank, pioneiro do microcrédito, e uma das figuras mais destacadas desta nação do sul da Ásia. Ele enfrentou vários processos judiciais como parte do que seus apoiadores descreveram como uma vendeta politicamente motivada por Sheik Hasina, que o via como um potencial rival.

Sheik Hasina, que governou o país por duas décadas, foi deposta com uma velocidade surpreendente na segunda-feira, após semanas de protestos contra um impopular esquema de cotas de empregos que se transformou em um movimento liderado por jovens que exigia a sua renúncia.

Após a deposição de Hasina na segunda-feira, o comandante do exército Waker-Uz-Zaman disse que os militares iriam discutir com o presidente e representantes de partidos políticos a formação de um novo governo.

MAHMUD HOSSAIN OPU/AP
Manifestantes pediram a saída da premiê Hasina e a convocação de Yunus

"Decidimos que um governo interino será formado, no qual o internacionalmente renomado vencedor do Nobel, Muhammad Yunus, que tem ampla aceitação, será o principal conselheiro", disse Nahid Islam, um organizador do Movimento Estudantil Antidiscriminação, em uma declaração em vídeo.

Ontem, o governo da Índia confirmou que Sheikh Hasina chegou a capital Nova Déli na manhã de segunda. "Em um prazo muito curto, ela solicitou permissão para vir por enquanto para a Índia", disse ao Parlamento S Jaishankar, ministro das Relações Exteriores da Índia.

Segundo alguns relatos, Sheik Hasina pretende buscar refúgio no Reino Unido, onde seu sobrinho Tulip Siddiq é um parlamentar do Partido Trabalhista e atua como secretário econômico do Tesouro.

No entanto, autoridades britânicas minimizaram a possibilidade de Sheikh Hasina ser recebida no Reino Unido, observando que não há disposição nas regras de imigração do país que permita a uma pessoa — mesmo um primeiro-ministro em fuga — viajar até o Reino Unido para buscar asilo ou refúgio temporário.

A política britânica é incentivar qualquer pessoa que busque proteção internacional a solicitar asilo ao primeiro país seguro a que conseguir chegar, disseram autoridades, que pediram para ficar no anonimato.

A deposição de Sheikh Hasina lançou a já turbulenta política e a debilitada economia de Bangladesh em uma turbulência ainda maior. Sheikh Hasina, que reivindicou um quinto mandato como primeira-ministra este ano após uma eleição disputada, vinha governando com uma mão cada vez mais autoritária.

Na segunda-feira, conforme as notícias da fuga de Sheikh Hasina se espalhavam, manifestantes atacaram e saquearam sua residência e outros prédios, em cenas que lembraram a revolta de 2022 no Sri Lanka que derrubou o presidente Gotabaya Rajapaksa.

Os manifestantes também atacaram estátuas do pai de Sheikh Hasina, o herói da independência Sheikh Mujibur Rahman, que foi alvo de um culto à personalidade promovido pela primeira-ministra e seu partido, a Liga Awami.

A onda de protestos foi desencadeada por um sistema de cotas que reserva empregos públicos para grupos específicos, como descendentes de veteranos que serviram na guerra civil de 1971, na qual o país se tornou independente do Paquistão.

Cerca de 300 pessoas foram mortas em uma repressão às manifestações nas semanas que antecederam a renúncia de Sheikh Hasina. O jornal "Dhaka Tribune" informou que pelo menos 135 pessoas morreram na segunda-feira.

"Há muita raiva e frustração e expectativas muito altas de que todas as coisas ruins que foram feitas serão resolvidas rapidamente", disse Badiul Alam Majumdar, ativista e secretário da organização não governamental Shujan: Citizens for Good Governance.

"Violência e vingança não são aceitáveis e isso precisa parar", acrescentou o ativista. "Temos um novo começo."

Hezbollah promete novos ataques

HUSSEIN MALLA/AP
O grupo armado libanês Hezbollah lançou uma série de ataques com drones e foguetes no norte de Israel ontem, mas alertou que a retaliação pelo assassinato de um alto comandante por Israel na semana passada ainda está por vir. Na foto, pessoas carregam os retratos do comandante do Hezbollah, Ali Jawad, morto na segunda-feira por um ataque aéreo israelense, durante seu cortejo fúnebre, ontem em Beirute, no Líbano. Desde o início de outubro, o Hezbollah passou a atacar postos militares israelenses na fronteira chamando-a de frente de apoio para seus aliados palestinos na Faixa de Gaza.

Indústria alemã tem alta nos pedidos em junho

Dow Jones

Os pedidos à indústria na Alemanha em junho cresceram pela primeira vez em seis meses, impulsionados por uma recuperação nos pedidos às montadoras, um sinal positivo para o debilitado setor crucial para a economia do país.

Os pedidos à indústria em junho aumentaram 3,9% em relação a maio, segundo dados oficiais divulgados ontem, se recuperando após uma queda de 1,7% em maio.

O resultado superou a expectativa de 0,5% dos economistas.

O setor automotivo teve bom desempenho em junho, com alta de 9,3% nos pedidos, enquanto os pedidos de aeronaves, navios e trens também aumentaram 12%.

Mas o setor ainda exibe sinais de dificuldades. Na comparação trimestral, os novos pedidos caíram 1,4% no segundo trimestre de 2024, provavelmente contribuindo para a inesperada contração da economia alemã no período.

Atividade econômica
Indicadores agregados

	jul/24	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	-	0,25	0,26	-0,25	0,46	0,66	0,72	0,17	-0,01
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	4,1	-1,5	-0,3	1,0	0,2	-0,8	0,9	0,8	0,0
Indústria de transformação	-	4,5	-2,5	0,4	0,9	0,6	0,2	0,5	0,1	0,2
Indústrias extrativas	-	2,5	3,4	-3,6	0,7	-1,3	-6,7	3,7	3,3	-0,4
Bens de capital	-	0,5	-2,2	3,1	-1,5	2,7	11,0	-1,9	-0,5	-0,3
Bens intermediários	-	2,6	-0,9	-1,1	1,2	-0,8	-2,7	1,7	1,7	0,7
Bens de consumo	-	6,8	-2,1	0,5	0,6	1,6	-0,7	1,2	0,1	-0,9
Faturamento real (CNI - %)	-	6,3	-4,8	2,3	-1,4	3,2	-0,7	2,6	0,8	-0,6
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	2,2	-2,4	2,4	-1,6	2,4	0,2	1,6	0,7	-0,2
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-	1,3	0,4	1,3	1,3	1,1	0,4	1,0	0,0
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-	1,2	0,9	0,3	1,0	1,9	-0,7	0,3	-0,2
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-	-0,3	0,8	2,1	-2,0	2,5	-0,1	1,2	-0,1
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-	0,0	0,3	0,6	-0,8	0,4	0,5	0,6	-0,3
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	6,9	7,1	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,1	0,1	0,0	0,3	0,4	0,6	0,1	0,2	0,6
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	2,2	0,5	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	30.919	29.044	30.255	30.455	27.723	23.429	26.704	28.786	27.886	29.682
Importações	23.279	22.333	21.851	21.886	20.492	18.225	20.512	19.463	19.097	20.501
Saldo	7.640	6.711	8.404	8.568	7.230	5.204	6.192	9.323	8.789	9.181

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	0,79	24,38	1.412,00
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	0,8402	0,91	0,5770	0,4970	0,3207	0,41	24,44	1.412,00
ago/24	0,0707	0,5711	0,5711	0,8080	0,87	0,5957	0,5088	0,3175	-	24,44	1.412,00
2024	**0,50**	**4,59**	**4,59**	**6,46**	**7,09**	**4,50**	**3,80**	**2,50**	**2,70**	**0,62**	**6,97**
Em 12 meses*	**0,87**	**7,09**	**7,09**	**10,22**	**11,20**	**6,81**	**5,60**	**3,89**	**2,31**	**1,12**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para agosto projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	1º Tri/24	4º Tri/23	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.714	2.831	10.987	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	556	571	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	0,8	-0,1	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	11,3	-7,4	6,4	15,1	-1,1	0,0
Indústria	-0,1	1,2	1,9	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,4	0,5	2,3	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	4,1	0,5	-2,7	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,9	16,1	16,5	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
* Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2024, nos últimos 12 meses

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência jul/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
*Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-junho		Var.	junho		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita Federal						
Imposto de renda total	**433,9**	**389,2**	**11,48**	**67,1**	**59,7**	**12,45**
Imposto de renda pessoa física	39,7	31,4	26,19	5,9	6,3	-6,69
Imposto de renda pessoa jurídica	170,0	165,9	2,44	16,9	15,5	9,27
Imposto de renda retido na fonte	224,2	191,9	16,88	44,3	37,9	16,92
Imposto sobre produtos industrializados	36,3	29,6	22,74	5,9	5,0	17,86
Imposto sobre operações financeiras	31,9	29,6	7,84	5,5	5,0	10,47
Imposto de importação	33,4	26,8	24,70	6,6	4,4	51,67
Cide-combustíveis	1,5	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	199,1	160,5	24,04	35,6	27,8	28,12
CSLL	90,7	85,4	6,20	9,5	9,0	5,75
PIS/Pasep	55,0	45,0	22,14	9,6	7,7	23,47
Outras receitas	416,7	376,7	10,62	68,8	61,9	11,14
Total	**1.298,5**	**1.142,8**	**13,62**	**208,8**	**180,5**	**15,72**
	fev/24		jan/24		fev/23	
	Valor**	Var. %*	Valor**	Var. %*	Valor	Var. %*
ICMS - Brasil	**51,2**	**-16,88**	**61,6**	**-5,42**	**50,7**	**-9,74**
	mar/24		fev/24		mar/23	
	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*
INSS	**50,9**	**6,25**	**47,9**	**-7,38**	**45,4**	**3,05**

Fontes: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação
Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	jul/24	jun/24	2024	2023	12 meses	jul/24	jun/24	dez/23	jul/23
IBGE									
IPCA	-	0,21	2,48	4,62	4,23	-	6.941,51	6.773,27	6.667,94
INPC	-	0,25	2,68	3,71	3,70	-	7.141,00	6.954,74	6.880,17
IPCA-15	0,30	0,39	2,82	4,72	4,45	6.833,52	6.813,08	6.645,93	6.542,57
IPCA-E	-	0,39	2,52	4,72	4,06	-	6.813,08	6.645,93	6.542,57
FGV									
IGP-DI	-	0,50	1,11	-3,30	2,88	-	1.117,79	1.105,54	1.082,11
Núcleo do IPC-DI	-	0,34	1,98	3,48	3,65	-	-	-	-
IPA-DI	-	0,55	0,49	-5,92	2,51	-	1.300,66	1.294,35	1.261,15
IPA-Agro	-	1,52	1,44	-11,34	2,39	-	1.811,00	1.785,32	1.753,26
IPA-Ind.	-	0,19	0,14	-3,77	2,55	-	1.096,06	1.094,53	1.063,37
IPC-DI	-	0,22	2,46	3,55	3,63	-	751,69	733,67	725,85
INCC-DI	-	0,71	2,80	3,49	4,02	-	1.118,83	1.088,31	1.076,63
IGP-M	0,61	0,81	1,71	-3,18	3,82	1.143,31	1.136,41	1.124,07	1.101,20
IPA-M	0,68	0,89	1,16	-5,60	3,72	1.349,62	1.340,52	1.334,20	1.301,20
IPC-M	0,30	0,46	2,96	3,40	3,90	737,65	735,41	716,46	709,98
INCC-M	0,69	0,93	3,34	3,32	4,42	1.122,45	1.114,75	1.086,15	1.074,90
IGP-10	0,45	0,83	1,63	-3,56	3,38	1.161,97	1.156,82	1.143,35	1.123,94
IPA-10	0,49	0,88	1,06	-6,02	3,14	1.381,26	1.374,57	1.366,78	1.339,16
IPC-10	0,24	0,54	2,98	3,43	3,88	742,33	740,54	720,87	714,60
INCC-10	0,54	1,06	3,27	3,04	4,20	1.105,16	1.099,18	1.070,21	1.060,64
FIPE									
IPC	0,06	0,26	1,93	3,15	3,17	688,31	687,92	675,27	667,19

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre = 1,04%, IGP-M 2ª prévia jul/24 0,40% e IPC-FIPE 3ª quadrissemana jul/24 0,01%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2024

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2024		-	Campo 7
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024		1,79%	+
4ª	30/08/2024	Valor da declaração	2,70%	Campo 8
5ª	30/09/2024			
6ª	31/10/2024			+
7ª	29/11/2024			Campo 9
8ª	30/12/2024			
Pagamento com atraso				

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	jun/24		mai/24		jun/23	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Dívida líquida total	**6.946,2**	**62,21**	**6.897,1**	**62,08**	**6.096,5**	**57,92**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-12,8	-0,11	-19,7	-0,18	9,0	0,09
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-912,6	-8,17	-819,0	-7,37	-676,1	-6,42
Dívida fiscal líquida	**7.871,6**	**70,49**	**7.735,9**	**69,63**	**6.763,6**	**64,25**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.706,3	69,02	7.604,4	68,45	6.744,8	64,07
Dívida externa líquida	-760,1	-6,81	-707,3	-6,37	-648,3	-6,16
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.954,1	53,32	5.923,8	53,32	5.169,6	49,11
Governos Estaduais	872,3	7,81	859,1	7,73	821,8	7,81
Governos Municipais	64,4	0,58	61,5	0,55	42,6	0,40
Empresas Estatais	55,4	0,50	52,7	0,47	62,5	0,59
Necessidades de financiamento do setor público	**jun/24**		**mai/24**		**jun/23**	
Fluxos acumulados em 12 meses	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**
Total nominal	**1.108,0**	**9,92**	**1.061,9**	**9,56**	**662,4**	**6,29**
Governo Federal**	875,9	7,84	871,2	7,84	528,1	5,02
Banco Central	149,3	1,34	107,3	0,97	55,2	0,52
Governo regional	72,6	0,65	73,5	0,66	71,1	0,68
Total primário	**272,2**	**2,44**	**280,2**	**2,52**	**24,3**	**0,23**
Governo Federal	-47,2	-0,42	-47,6	-0,43	-217,6	-2,07
Banco Central	0,6	0,01	0,5	0,00	0,5	0,00
Governo regional	-25,6	-0,23	-23,6	-0,21	-19,7	-0,19

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa.** Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de junho*

Discriminação	Janeiro-junho		Var.	junho		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita total	**1.320,2**	**1.216,9**	**8,49**	**203,0**	**187,7**	**8,16**
Receita Adm. Pela RFB**	854,4	768,9	11,12	128,1	116,6	9,84
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	302,5	289,1	4,65	49,7	47,9	3,88
Receitas Não Adm. Pela RFB	163,4	159,0	2,77	25,2	23,2	8,55
Transferências a Estados e Municípios	**259,3**	**239,2**	**8,41**	**42,5**	**36,0**	**18,11**
Receita líquida total	**1.060,9**	**977,7**	**8,51**	**160,5**	**151,7**	**5,80**
Despesa Total	**1.128,8**	**1.021,5**	**10,50**	**199,3**	**198,7**	**0,33**
Benefícios Precidenciários	501,9	461,9	8,66	94,6	101,8	-7,00
Pessoal e Encargos Sociais	174,7	171,5	1,89	28,9	28,2	2,62
Outras Despesas Obrigatórias	192,3	158,5	21,38	26,1	24,7	5,96
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	259,8	229,6	13,13	49,6	44,1	12,66
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**-67,8**	**-43,8**	**55,02**	**-38,8**	**-47,0**	**-17,32**
Discriminação	**jun/24**		**mai/24**		**jun/23**	
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %
Ajustes metodológicos	-0,4	450,94	-0,1	-51,94	-0,2	-
Discrepância estatística	-1,0	-	0,1	-	-1,3	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-40,2**	**-34,02**	**-60,9**	**-**	**-48,4**	**7,71**
Juros Noninimais	**-86,4**	**29,56**	**-66,7**	**-3,99**	**-34,7**	**-44,21**
Result. Nominal do Gov. Central	**-126,6**	**-0,79**	**-127,6**	**110,45**	**-83,2**	**-22,42**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
* Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha

EUA Governador de Minnesota tem experiência política, trânsito entre líderes partidários e agrada à esquerda e à direita democratas

Kamala escolhe Walz como vice em aceno a eleitor branco e rural

Agências internacionais

ADAM BETTCHER/AP

Walz (à esq.) participa do primeiro comício com Kamala (à dir.), na Pensilvânia: em busca a eleitores rurais e brancos

A vice-presidente Kamala Harris escolheu ontem o governador de Minnesota, Tim Walz, como seu companheiro de chapa para as eleições presidenciais de 5 de novembro — uma opção vista como estratégica para conquistar a confiança e os votos do eleitor rural e branco dos EUA. Aos 60 anos, Walz é pouco mais velho que Kamala, que faz 60 em outubro, e é considerado um político com ampla experiência administrativa, após ser eleito seis vezes deputado federal e duas governador de seu Estado.

Em uma mensagem de texto de arrecadação de fundos enviada ontem aos seus partidários, Kamala qualificou Walz de "um líder testado em batalhas, com um histórico incrível de fazer as coisas pelas famílias de Minnesota". Ela disse ainda nas redes sociais que as "convicções de Walz em lutar por famílias de classe média são profundas". "É pessoal", afirmou.

Ex-treinador de futebol americano e professor de ensino médio, Walz tem trânsito entre os líderes do partido e é hoje o presidente da Associação dos Governadores Democratas. Ao ser nomeado candidato à vice-presidência, ele deixou para trás outros governadores que disputavam a indicação, como o da Pensilvânia, Josh Shapiro, e do Kentucky, Andy Beshear.

Uma fonte próxima ao processo de escolha do candidato a vice-presidente disse que a disputa tinha o potencial de causar divisões no partido — que fazia questão de emitir sinais públicos de unidade depois de o presidente Joe Biden ter anunciado sua desistência à reeleição no dia 21. Segundo essa mesma fonte, a equipe de Kamala também teria ficado irritada com o lobby público conduzido por muitos dos aliados de Shapiro para que ele fosse escolhido.

Em declaração logo após o anúncio do escolhido por Kamala, Shapiro disse que estava grato por ter seu nome considerado e acrescentou que Walz era uma "adição excepcionalmente forte à chapa".

Outra fonte próxima ao processo disse que contou para a escolha de Walz seu histórico em questões nas quais os democratas querem trabalhar nacionalmente — como o crédito tributário infantil, licença remunerada, aborto e controle de armas. Walz pode ser especialmente útil nos Estados-pêndulos [como são conhecidas os estados que podem pender tanto para qualquer um dos dois partidos] de Wisconsin e Michigan, que ficam na mesma região de Minnesota e para onde ele estendeu sua atuação, sobretudo no período em que foi deputado federal.

Nacionalmente, porém, Walz não era muito conhecido antes de seu nome aparecer na lista de possíveis vices de Kamala. E sua popularidade entre os democratas cresceu ainda mais nas últimas semanas, quando passou a aparecer em entrevistas na TV e qualificou o rival republicano, Donald Trump, e seu companheiro de chapa, J.D. Vance, de "esquisitos". O apelido, para o mal-disfarçado desgosto da oposição, se tornou viral entre os democratas.

Horas depois da indicação, Kamala e Walz aparecerão juntos — pela primeira vez na campanha — em um comício na Filadélfia, no início de uma turnê de cinco dias cobrindo sete Estados-pêndulos.

A seleção de Walz completa a reformulação de duas semanas da chapa democrata desde a saída de Biden. Este processo deve se consolidar na Convenção Democrata, que começa dia 19, em Chicago.

"Eu não poderia estar mais orgulhoso de estar nesta chapa e ajudar a tornar Kamala Harris a próxima presidente dos EUA", discursou Walz na Pensilvânia. "Esses mesmos valores que aprendi na fazenda da família e tentei incutir em meus alunos, levei ao Congresso e à capital de Minnesota, e agora, a vice-presidente Kamala Harris e eu estamos concorrendo para levá-los à Casa Branca", ele deve acrescentar.

A tarefa de Walz é clara: trazer de volta os blocos democratas que se afastaram de Biden, ao mesmo tempo em que aguça a mensagem do partido sobre a economia — uma questão definidora — para expandir o apelo do partido em estados como Pensilvânia, Michigan e Wisconsin.

O potencial de Walz para unir o partido ficou imediatamente evidente pelo apoio que recebeu do senador independente Joe Manchin, da Virgínia Ocidental — um ex-democrata centrista — e da deputada democrata Alexandria Ocasio-Cortez, uma liberal.

Manchin disse que Walz poderia "trazer a normalidade de volta ao ambiente político mais caótico" que muitos já viram. Ocasio-Cortez disse na rede social X que Kamala e Walz "governariam de forma eficaz, inclusiva e ousada".

Kamala consultou Biden ao telefone antes de anunciar Walz como sua escolha, disse Emilie Simons, porta-voz da Casa Branca. O presidente também falou com Walz e o parabenizou, elogiando-o depois como "uma voz poderosa para os trabalhadores".

Waltz foi eleito governador pela primeira vez com apoio da Associação Nacional do Rifle (NRA, pela sigla em inglês), o poderoso lobby das armas dos EUA. Mas passou a defender agendas mais progressistas ao longo dos dois mandatos.

Trump e Vance, por seu lado, foram rápidos em criticar o novo competidor como excessivamente liberal. "Esta é a dupla de candidatos à Presidência e Vice-Presidência mais radical de esquerda de toda a história americana", escreveu Trump em sua plataforma de mídia social.

Endurecimento adia telefonema entre presidentes e Maduro

Maria Cristina Fernandes
De São Paulo

MARCELO PEREZ DEL CARPIO/BLOOMBERG - 03/08/2024

Brasil pressiona presidente Maduro

O contato do governo brasileiro com Nicolás Maduro, inicialmente planejado para esta quarta-feira, tem mais pendências do que indicações de que se realizará. Foi pedido por Maduro na semana passada, mas, desde então, o governo brasileiro empilhou condições.

A primeira é que, além de Lula, participem também os chefes de Estado da Colômbia, Gustavo Petro, e do México, Andréz Lopez Obrador. A segunda condição é que também haja um contato com o candidato da oposição Edmundo González. E, finalmente, a terceira é que a situação na Venezuela não se radicalize.

A participação dos três presidentes neste telefonema depende da conciliação de agendas. A segunda condição não apresenta dificuldades desde que González se mantenha em liberdade. O risco de que ele viesse a ser preso foi levantado nesta segunda quando a Corte Suprema venezuelana convocou-o. González decidiu não comparecer, mesma decisão dos demais candidatos. Será, provavelmente, reconvocado.

Pesa ainda, na definição da agenda, o material apresentado pelo Conselho Nacional Eleitoral à Suprema Corte. O governo brasileiro analisa informações recebidas sobre seu conteúdo bem como o estudo conduzido pelo pesquisador da Universidade de Michigan, Walter Mebane, sobre as atas disponibilizadas pela oposição.

O pesquisador, que é um dos maiores especialistas em detecção de fraude eleitoral por modelo estatístico, não encontrou evidências, a partir das atas da oposição, de que a eleição tenha sido fraudada. Das 23.532 mesas com atas publicadas pela oposição, em apenas duas vê chance de fraude. Dessa forma, os números apresentados pela oposição, com 81,7% das urnas apuradas, de 7.156.462 votos para González e 3.241.461 votos para Maduro também não seria um resultado passível de fraude.

Ainda pesa sobre os rumos a serem tomados pela trinca de países mais envolvidos na negociação, a posição flutuante do governo americano. O Itamaraty identifica dissonâncias entre a posição do assessor de segurança nacional, Jake Sullivan, e o secretário do Departamento de Estado, Antony Blinken.

Enquanto Sullivan, interlocutor do assessor da Presidência, Celso Amorim, pautou o telefonema entre o presidente americano, Joe Biden, e Lula, que respaldou a aposta nas atas eleitorais, Blinken reconheceu a vitória de González. Quem conduziu as negociações com a Venezuela nos tratados de Catar e Barbados foi Sullivan. Desde a conversa entre Biden e Lula, porém, pelo menos dois porta-vozes da Casa Branca já deram declarações pelo reconhecimento de González.

O chanceler brasileiro, Mauro Vieira, tem mantido contato com chanceleres do continente e da Europa, mas não falou com Blinken desde que a crise com a Venezuela escalou. Entre os contatos diários de Vieira estão os chanceleres do México, Alicia Bárcena, da Colômbia, Álvaro Leyva, e da Espanha, José Manuel Albares.

O chanceler brasileiro também já falou com o chefe da diplomacia europeia, Joseph Borrell, que se mantém afinado com a ideia de que o reconhecimento do resultado depende da publicação das atas eleitorais. Mélanie Jolly, chanceler canadense, completa o rol de chefes da diplomacia que buscam uma posição coordenada sobre a Venezuela.

Nesta segunda-feira, o Brasil obteve a permissão da Venezuela para assumir a custódia das embaixadas argentina e peruana. Quatro diplomatas brasileiros deixaram Brasília para esta missão. A residência do embaixador argentino, expulso do país, onde estão hospedados os sete aliados da líder da oposição, María Corina Machado, tem a segurança e a manutenção providas por contratados locais da chancelaria argentina.

Economistas veem desaceleração, não recessão

Claire Jones, Delphine Strauss e Martha Muir
Financial Times,
de Londres e Washington

PIB dos EUA cresce mais no G7
PIB real, 1º tri/2019=100

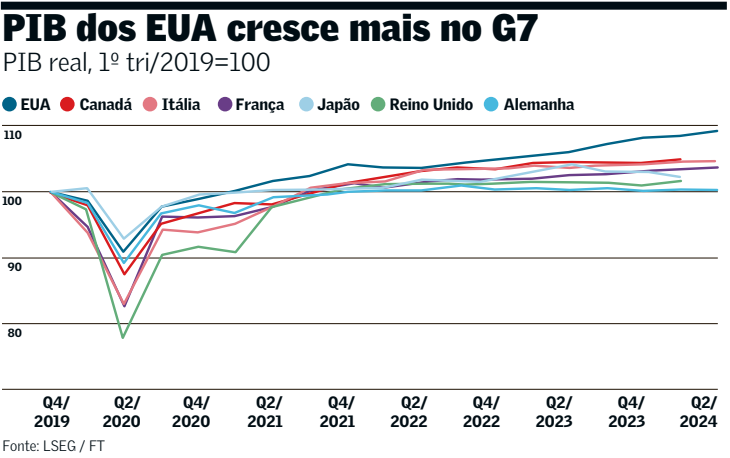
Investidores nervosos exageraram a ameaça de uma recessão nos Estados Unidos, dizem economistas, mas os anos de crescimento abundante acabaram, com a maior economia do mundo rumando para uma desaceleração.

A queda global das ações iniciada na sexta-feira e que adentrou nesta semana foi desencadeada por preocupações com a saúde da economia dos EUA, incluindo um relatório mais fraco que o esperado sobre o nível de emprego.

Os preços das ações caíram enquanto os investidores culparam o Federal Reserve (Fed), o banco central dos EUA, por manter as taxas de juros altas demais, na faixa de 5,25% a 5,5%, mesmo com o aumento dos sinais de que a economia está esfriando.

Mas a maioria dos economistas acredita que os EUA ainda conseguirão alcançar um chamado pouso suave, com a inflação caindo para a meta do Fed, de 2%, sem grande aumento do desemprego.

"Com exceção da taxa de desemprego, quase todos os indicadores da economia real estão crescendo, alguns deles vigorosamente", diz Jason Furman, ex-economista da Casa Branca e hoje professor na Universidade Harvard. "Quem confia que estamos caminhando para uma recessão está subestimando muito o quanto entendemos de economia", diz.

O relatório de sexta-feira sobre o emprego incluiu o quarto aumento mensal consecutivo da taxa de desemprego, para 4,3%. Ele veio depois de resultados fracos de empresas como McDonald's e Diageo, sugerindo uma fraqueza nos gastos do consumidor americano.

Os números deixaram alguns analistas preocupados com a possibilidade de os EUA mergulharem em uma recessão profunda o suficiente para tirar a economia mundial do rumo.

"Uma vez que você começa a se preocupar com uma recessão, geralmente você está em uma recessão", disse Andrew Hollenhorst, economista do Citigroup. "Uma vez que você vê a taxa de desemprego subir, em ciclos econômicos passados, esse é sempre o estágio em que você começa a ver as demissões temporárias se transformarem em permanentes."

Os dados também aumentaram a pressão sobre as autoridades do Comitê de Mercado Aberto do Fed, o FOMC, para que elas cortem as taxas de juros na próxima reunião, em setembro. Até agora, elas permaneceram calmas. Austan Goolsbee, presidente do Fed de Chacagi e membro do FOMC, brincou na segunda-feira que o mercado de ações "tem muito mais volatilidade" do que o banco central dos EUA.

No entanto, os mercados estão precificando quatro ou cinco cortes de um quarto de ponto nos juros dos EUA este ano, comparado com três antes da divulgação dos dados sobre o emprego na semana passada.

"Se você faz parte do FOMC, o risco de ação versus o risco de inação mudou fundamentalmente", disse Adam Posen, diretor do centro de estudos Peterson Institute for International Economics.

Ainda assim, os economistas acreditam que os dados recentes são menos preocupantes do que os pessimistas pensam, argumentando que as evidências sugerem que os EUA ainda estão próximos do pleno emprego.

"Cento e quatorze mil empregos é exatamente a quantidade que os EUA precisam para acompanhar a oferta de mão de obra", disse Ernie Tedeschi, um ex-economista-chefe do Conselho de Assessores Econômicos da Casa Branca e hoje professor na Universidade Yale, citando o número principal das folhas de pagamento não agrícolas de julho. "Não foi um relatório fraco, foi um relatório de tendência", acrescentou ele. "Mas quando se está em pleno emprego, não tem para onde ir a não ser para baixo."

As autoridades do Fed também observaram que o número do desemprego continua baixo para os padrões históricos. Mary Daly, a presidente do Fed de San Francisco, disse na segunda-feira que muitos detalhes nos dados sobre o emprego deixaram "um pouco de espaço para a confiança de que estamos desacelerando, mas não caindo de um despenhadeiro".

Goolsbee disse que embora o número de novas contratações tenha sido mais fraco que o esperado em julho, o quadro econômico "ainda não se parece com o de uma recessão".

Outra preocupação é a capacidade de os consumidores americanos continuarem conduzindo o crescimento se o desemprego continuar aumentando e as economias formadas durante a pandemia continuarem diminuindo.

A inadimplência dos empréstimos para aquisição de automóveis e dos cartões de crédito cresceu, especialmente entre as famílias de renda mais baixa. Mas ainda não nos níveis associados à crise financeira de 2008, segundo dados do Fed de Nova York.

Corina pede que oposição siga engajada

Associated Press, de Caracas

A líder da oposição venezuelana María Corina Machado encorajou ontem seus seguidores a seguirem ativos e engajados contra o que chamou de "campanha do terror", um dia após a abertura de uma investigação criminal contra ela e o candidato presidencial Edmundo González pelo atual governo de Nicolás Maduro.

O governo iniciou a investigação após os dois políticos da oposição pedirem aos militares e à polícia para retirarem seu apoio ao presidente e não reprimirem os protestos que surgiram após a polêmica eleição do dia 28 de julho.

Uma semana após o anúncio do resultado das eleições na Venezuela, o número de mortos nos protestos que questionam o resultado anunciado pela Comissão Nacional Eleitoral (CNE) subiu para 23, segundo levantamento do Monitor de Vítimas da Venezuela.

Segundo o Monitor, que se baseia em meios independentes, ONGs e relatórios de hospitais, ao menos uma das vítimas dos protestos era menor de idade. Além dos mortos, milhares de pessoas foram presas pelo regime de Maduro, que prometeu encarcerar manifestantes em prisões de segurança máxima e criar centros de reeducação nos locais.

"Eles querem nos intimidar para que não nos comuniquemos, porque se estivéssemos isolados seríamos muito mais fracos e isso não vai acontecer. Sempre encontraremos maneiras de nos manter integrados, organizados e ativos (...), o medo não nos paralisará e não sairemos das ruas", disse María Corina Machado em um áudio divulgado nas redes sociais.

"Não se deixem intimidar, muito menos deprimir, amedrontar ou desmoralizar por forças obscuras que querem nos isolar e semear o medo e o barulho entre nós, não permitam isso: vamos ajudar nossas famílias e vizinhos a não serem vítimas dessa campanha de terror", disse Corina.

Corina e González estão em endereço desconhecido desde a semana passada. Embora o ex-diplomata não tenha sido visto em público desde então, Corina juntou-se no sábado a uma manifestação em Caracas para apoiar González, que afirma ter vencido as eleições.

O órgão de governo não divulgou até agora os detalhes da votação em que afirma que Nicolás Maduro foi reeleito, apesar da pressão internacional para que se publiquem as atas eleitorais. A oposição publicou na internet o que afirma ser o resultado de 80% das atas eleitorais, cujos resultados indicam a eleição de Edmundo González Urrutia com mais de 60% dos votos.

Valor ECONÔMICO

Dura, ata do Copom indica tendência para elevar juros

O Comitê de Política Monetária preferiu corretamente a prudência ao manter os juros em 10,5%, mas a moderação e a cautela, dois termos que dominam a ata de sua última reunião, poderão dar lugar a uma nova elevação da taxa Selic. Em termos claros, a ata colocou a opção de manter a taxa até o horizonte relevante, o primeiro trimestre de 2026, para a inflação convergir para a meta de 3%, ou, se isso não for suficiente, elevá-la. A maior parte do arrazoado da ata não aponta um motivo que não seja o de preocupação com o deslizamento do IPCA para longe do objetivo.

O BC usou as projeções do cenário de referência e de outro alternativo (manutenção dos 10,5% ao longo do período) pelos seis semestres que a política monetária tem como alvo, e não mais no ano calendário. O motivo é que em 2025 entra em vigor a meta contínua de inflação, quando o BC não poderá permitir que o IPCA ultrapasse o teto de 4,5% por seis meses consecutivos. No cenário de referência para o calendário cheio, o IPCA é de 4,4% em 2024 e 4% em 2026. No alternativo, houve piora, de 4% e 3,1% em junho para 4,2% e 3,4% agora. Para o primeiro trimestre de 2026, é de 3,4% no de referência e 3,2% no alternativo. A diferença desse último número em relação à meta parece irrisória, mas a ata o considera "acima da meta", isto é, passível de ação de correção pela autoridade monetária.

Mas o BC não aumentou os juros já, entre outros vários motivos, porque isso implicaria considerar que falhou na avaliação do cenário prospectivo para a inflação por meses a fio. Quando sua orientação futura era indicar dois cortes de 0,5 ponto da Selic a cada reunião, ainda em março, a ata do Copom considerou que "processo desinflacionário tende a ser mais lento" e as expectativas de inflação tinham "reancoragem apenas parcial". Em maio, na fatídica reunião que mostrou a divisão entre os que queriam 0,5 ponto de corte, como indicado previamente (diretores nomeados por Lula), e os que queriam 0,25 ponto (vindos do governo anterior), que prevaleceu, o "cenário prospectivo de inflação" havia se tornado "mais desafiador ... com o aumento das projeções de inflação de médio prazo, mesmo condicionadas em uma taxa de juros mais elevada".

Aumentar de repente os juros agora significaria reconhecer que as taxas foram reduzidas quando por meses a inflação nunca se mostrou ancorada de fato, segundo a avaliação do próprio Copom. Quanto ao futuro, o BC segue reconhecendo que as medidas subjacentes de inflação são incompatíveis com a meta, com agravantes. A inflação de serviços assumiu "papel preponderante na dinâmica inflacionária" e ela mostra maior inércia, pois vem sendo animada por um mercado de trabalho com o menor desemprego em uma década e renda em alta.

O balanço de riscos, explicitamente simétrico até junho, mudou para pior, com ingresso de novo fator altista: a "conjunção de políticas econômicas externa e interna que tenham impacto inflacionário, por exemplo, por meio de uma taxa de câmbio persistentemente mais depreciada". Além disso, a ata ressalta que "todos os membros concordaram que há mais riscos para cima na inflação".

O BC atribui a disparada do dólar, que prosseguiu após a reunião do Copom, à aversão ao risco que determina os fluxos de capital e que atingiu as moedas dos países emergentes com "intensidade variável". Essa intensidade depende dos fundamentos, e a fragilidade fiscal brasileira fez com que o real fosse uma das moedas que mais se desvalorizaram.

Mas a ata virou passado quando os mercados desabaram na sexta-feira, um dia depois de se regozijarem com a perspectiva de corte nos juros americanos desenhada por Jerome Powell após reunião do Fed, na quarta-feira. O temor de uma recessão nos Estados Unidos, disparado por estatísticas de aumento do desemprego e baixa criação de vagas, o motivo principal das turbulências, poderá levar o Fed a antecipar o corte de juros ou a fazer um corte maior. As quedas violentas nas bolsas não foram acompanhadas pelos rendimentos dos títulos do Tesouro americano, o que indica que a reavaliação dos preços dos ativos pode estar mais relacionada a fatores internos dos mercados — como a supervalorização das ações de tecnologia — e menos à economia real. Bons indicadores do comportamento do setor de serviços nos EUA ajudaram a acalmar as tensões.

O início dos cortes de juros nos EUA, seja porque a inflação caminha para 2%, seja porque os EUA rumam para a recessão, tende a inverter a escalada de alta da moeda americana que, se consolidasse o dólar ante o real no atual nível, empurraria o IPCA para mais longe da meta, obrigando o BC a agir. O alívio monetário nos EUA retira um dos elementos de risco incluídos na reunião do Copom. Restam os demais, direta ou indiretamente ligados à questão fiscal. O aumento de gastos aquece a economia e dificulta tanto a redução da inflação quanto o cumprimento da meta de zerar o déficit este ano. O início dos bloqueios e contingenciamentos de gastos é indício de que o governo poderá chegar perto do que ele próprio prometeu ao aprovar o novo regime fiscal. É importante que tente seriamente cortar despesas e que o consiga.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep.
Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda
Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização
Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações
Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados
Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

CARBON FREE

Áreas mais biodiversas têm maior chance de se recuperar rápido de eventos extremos. Por **Guilherme Mazzochini**

Biodiversidade atua como um seguro

A relação positiva entre biodiversidade e o bem-estar humano é amplamente aceita pela comunidade científica. Mas o que os cientistas entendem por biodiversidade?

A biodiversidade pode ser entendida em várias dimensões. Dentro de uma espécie, há a diversidade genética, que é a variabilidade genética entre indivíduos. Em comunidades com várias espécies, podemos usar o número de espécies. Também podemos descrever a biodiversidade de uma comunidade pela diversidade funcional, que se refere à variedade de atributos funcionais das espécies que estão relacionados às suas funções nos ecossistemas ou às suas respostas às variações ambientais. Em uma escala maior, é possível quantificar a diversidade da paisagem, que se refere à variedade de ecossistemas dentro de uma área.

Nos anos 90, começou a ser desenvolvida a linha de pesquisa 'biodiversidade e funcionamento dos ecossistemas' para investigar como as diferentes dimensões da biodiversidade influenciam o funcionamento dos ecossistemas e, consequentemente, a provisão de serviços da natureza dos quais a humanidade depende. Esta linha de pesquisa já acumula mais de 30 anos de evidências, com diversas meta-análises publicadas mostrando, em vários ambientes, a relação positiva entre biodiversidade e produtividade dos ecossistemas, isto é, a quantidade de carbono produzido no tempo.

A produtividade de um ecossistema influencia as interações entre as espécies em toda a cadeia alimentar, mas também oferece o serviço de regulação climática, removendo o CO_2 da atmosfera.

Outro consenso estabelecido nesses 30 anos de estudos é que a biodiversidade aumenta a estabilidade do funcionamento dos ecossistemas ao longo do tempo. Em locais com menor biodiversidade, medidas de funcionamento, como a fixação de carbono, tendem a ser mais instáveis ao longo do tempo. Em contraste, comunidades mais biodiversas apresentam maior estabilidade.

O principal mecanismo descrito nos estudos para explicar a maior estabilidade em comunidades biodiversas é a flutuação assíncrona das espécies ao longo do tempo. Isto é, a queda populacional de uma espécie é compensada pelo aumento de outra. Isso ocorre porque espécies com diferentes atributos funcionais respondem de maneiras distintas às variações ambientais, como anos de seca alternados com anos chuvosos. Algumas espécies se desenvolvem melhor em anos chuvosos, outras em anos secos. Essa assincronia nas respostas das espécies resulta em uma maior estabilidade da comunidade como um todo ao longo do tempo.

Variações ambientais, como secas extremas, enchentes, ataques de patógenos e incêndios, afetam diferentemente as espécies com atributos funcionais distintos. Essas variações ambientais devem se tornar mais frequentes e intensas nos próximos anos devido às mudanças climáticas, como já temos observado em várias regiões do Brasil. Portanto, áreas com menor biodiversidade são mais vulneráveis a esses eventos. Por outro lado, áreas mais biodiversas têm maior chance de incluir espécies resistentes ou capazes de se recuperar rapidamente de eventos extremos.

Por exemplo, espécies com raízes profundas acessam água subterrânea durante períodos secos, mantendo sua função ecológica. Outras espécies cessam o crescimento e entram em dormência para sobreviver à seca, como as plantas decíduas que perdem folhas. Quando a chuva retorna, essas espécies decíduas rapidamente retomam o crescimento, contribuindo para a recuperação do funcionamento do ecossistema. Esses comportamentos somados reduzem a variabilidade da produtividade do ecossistema como um todo. Assim, a biodiversidade atua como um seguro na manutenção dos serviços da natureza frente a eventos extremos.

THOMAS G./PIXABAY

Para facilitar a compreensão, podemos usar a analogia de uma carteira de investimentos. Em finanças, diversificar uma carteira é essencial para reduzir riscos não-sistêmicos (oscilações de curto prazo que afetam setores específicos). Em uma carteira diversificada, ativos descorrelacionados têm diferentes respostas às variações do mercado e da economia. A baixa correlação entre ativos ocorre porque estão relacionados a setores distintos da economia ou atrelados a diferentes moedas. Se um ativo sofre perdas, outros podem compensar, reduzindo a volatilidade geral da carteira de investimentos.

Da mesma forma, a presença de várias espécies com diferentes respostas a condições ambientais adversas garante uma maior estabilidade temporal na provisão de serviços da natureza. Pense na biodiversidade como a diversificação de uma carteira de investimentos. Quando consideramos projetos de captura de carbono ou restauração ecológica, a biodiversidade funciona como os diversos ativos financeiros descorrelacionados. Assim como uma carteira diversificada reduz o risco não-sistêmico, a biodiversidade reduz a variação do funcionamento dos ecossistemas através da flutuação assíncrona das espécies.

A diversificação de ativos, porém, não pode prevenir a queda de rentabilidade de uma carteira de investimentos no caso de riscos sistêmicos, isto é, um colapso do sistema financeiro. Mas, ao contrário dos ativos financeiros, que não interagem entre si, as espécies que coocorrem em um ecossistema interagem de maneira complexa, gerando propriedades emergentes que não podem ser explicadas apenas pela soma das partes, mas pela interação entre elas. Essas interações podem gerar mecanismos de retroalimentação positiva que aumentam a resiliência dos ecossistemas, reduzindo o risco de colapsos ecológicos.

A teoria ecológica é robusta e bem fundamentada com dados que mostram o efeito positivo da biodiversidade na estabilidade do funcionamento dos ecossistemas e, consequentemente, na provisão de múltiplos serviços essenciais para a humanidade. Nas Conferências das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, já foi reconhecido que os três desafios ambientais que a humanidade enfrentará — mudanças no uso da terra, perda de biodiversidade e mudanças climáticas — estão interligados, e que a restauração de ecossistemas é uma solução promissora para enfrentá-los.

Por isso, durante a década da restauração, com o aumento dos incentivos para programas de restauração que conectem habitats, aumentem a segurança hídrica e alimentar das populações humanas ou produzam créditos de carbono, é crucial que haja incentivos para práticas que aumentem a biodiversidade em todas as suas dimensões. Dessa forma, teremos mais segurança de que os recursos alocados para essas iniciativas realmente contribuirão para um futuro próspero e sustentável.

Guilherme Gerhardt Mazzochini é biólogo, doutor em Ecologia e professor visitante no Programa de Pós-graduação em Ecologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE/UFRJ).

Ameaça aos valores básicos no Reino Unido

Tiago Cavalcanti

Escrevo no meu caminho para o Brasil, porém triste com a atual onda de desordem violenta que eclodiu em várias localidades da Inglaterra.

As manifestações foram estimuladas por desinformações islamofóbicas e anti-imigrantes, espalhadas nas redes sociais desde um ataque com faca no último dia 29 de julho em Southport, perto de Liverpool. Este episódio ocorreu em uma colônia de férias onde transcorria uma escola temática de Taylor Swift para crianças. O assassino foi um adolescente de 17 anos, Axel Rudakubana, que entrou armado e esfaqueou vários participantes. Três meninas de 6, 7 e 9 anos foram mortas e outras dez pessoas, incluindo oito crianças, ficaram feridas. Uma verdadeira tragédia.

Antes de Axel Rudakubana ser identificado, o nome de um suspeito, "Ali Al-Shakati", circulou amplamente nas redes sociais. Essa informação incorreta alegava que o suposto criminoso era um imigrante muçulmano que havia chegado ilegalmente ao Reino Unido em um pequeno barco em 2023 e havia pedido asilo ao governo. Essas falsas alegações resultaram em grandes tumultos e ataques contra imigrantes.

Algumas localidades foram tomadas por grupos de bandidos, mascarados, que entoavam slogans anti-imigrantes, atacavam hotéis que abrigavam solicitantes de asilo e mesquitas. Os manifestantes entravam em confronto com a polícia e causavam destruição generalizada. Vários policiais, que não dispõem de armas de fogo e combatem manifestações de forma vulnerável, foram hospitalizados; inúmeras propriedades foram danificadas e supermercados saqueados.

Axel Rudakubana nasceu no Reino Unido, e sua família é originalmente de Ruanda. Segundo os jornais ingleses, a família é descrita como cristã e profundamente envolvida com a igreja local. Ou seja, Axel não era muçulmano e teve toda sua educação no Reino Unido.

A loucura e o ódio para matar parecem não ter nacionalidade ou raça bem definidas. De acordo com dados do National Institute of Justice, 97% dos atiradores em massa nos Estados Unidos são homens. Pessoas de raça branca são desproporcionalmente mais representadas entre os atiradores em massa. Os ataques armados nos Estados Unidos tipicamente envolvem fuzis adquiridos legalmente, e as evidências mostram uma forte associação positiva com problemas mentais prévios dos atiradores.

No Reino Unido, não há a mesma facilidade para a compra de armas de fogo como nos Estados Unidos. No entanto, Axel Rudakubana tinha claros problemas mentais, de acordo com o que foi divulgado nos jornais ingleses.

O sentimento anti-imigrante não era tão forte quando cheguei no Reino Unido, 17 anos atrás, em meados de 2007. Até o referendo do Brexit, a migração líquida no Reino Unido variava em torno de 300 mil pessoas por ano. Os dados mais recentes do Office for National Statistics (ONS) indicam que a migração líquida atingiu níveis recordes nos últimos anos. Em 2022, a migração líquida foi quase de 800 mil pessoas.

Este aumento foi impulsionado pela imigração de cidadãos não pertencentes à União Europeia, incluindo, principalmente, aqueles que vieram legalmente para trabalhar e estudar. A migração ilegal e de asilados foi relativamente baixa no Reino Unido e a migração de cidadãos da União Europeia tornou-se negativa desde o referendo do Brexit.

Ou seja, o controle das fronteiras, que os membros do Partido Conservador gostavam de salientar que viria com o Brexit, não permitiu diminuir a imigração e apenas mudou a nacionalidade dos imigrantes. Durante muitos anos, o Reino Unido arbitrou no mercado de trabalho europeu, que, com leis trabalhistas mais rígidas, exportava mão de obra relativamente educada para o Reino Unido. Os cidadãos britânicos, por sua vez, se beneficiavam com a possibilidade de aposentarem em lugares com um clima melhor, perto da praia e com bons sistemas de saúde pública.

Para um imigrante se tornar cidadão britânico trabalhando legalmente, ele deve seguir várias etapas e cumprir determinados requisitos. Após residir e trabalhar legalmente por um período de geralmente 6 anos, o imigrante pode solicitar a cidadania britânica. Os requisitos incluem, entre outros: comprovar bom caráter, sem histórico criminal grave ou violação das leis de imigração; e comprovação de habilidades na língua inglesa e conhecimento da vida no Reino Unido ("Life in the UK Test").

O Brexit não diminuiu a imigração, como diziam os conservadores, mas só mudou a nacionalidade dos imigrantes

O "Life in the UK Test" é um exame que avalia o conhecimento do imigrante sobre a vida, a cultura e a história do Reino Unido. É preciso estudar um pouco o livro sugerido pelo governo britânico para acertar pelo menos 75% das perguntas. Este livro ensina que os princípios fundamentais da vida britânica incluem: a democracia; o estado de direito e a prevalência da lei; a liberdade individual; a tolerância para com aqueles que possuem diferentes crenças e religiões; e a participação na vida comunitária.

Seguindo tais princípios fundamentais, supostamente existem responsabilidades e liberdades que devem ser compartilhadas por todos que vivem no Reino Unido. Assim, um residente no país, seja nativo ou imigrante, deve: respeitar e obedecer à lei; respeitar os direitos dos outros, incluindo a liberdade de expressão; tratar os outros com justiça; cuidar de si mesmo e de sua família; e proteger área onde vive e o meio ambiente.

O Reino Unido tem tido anos de baixo crescimento econômico e uma produtividade do trabalho estagnada, mesmo em comparação com outros países europeus, como a França e a Alemanha. O governo Conservador, que esteve no poder por 14 anos, adotou uma retórica contra a imigração nos últimos anos, mas, no entanto, efetivamente estimulou a entrada de imigrantes para suprir a saída de europeus após o referendo do Brexit, que gerou incertezas, diminuiu investimentos e estagnou a economia. Os imigrantes que vêm estudar no Reino Unido financiam as universidades do país, que cobram quase três vezes mais de um estudante estrangeiro do que de um nativo.

A lei e a ordem devem ser estendidas a todos. Na verdade, os valores do "Life in the UK Test" devem ser ensinados de forma efetiva aos próprios britânicos nas escolas desde cedo. Também deve haver punições severas para a violação de tais padrões de comportamento civilizado. Caso contrário, as referências fundamentais da vida britânica ficarão apenas na retórica, inclusive entre os britânicos nativos.

Tiago Cavalcanti é Professor Titular de Economia da Universidade de Cambridge e da FGV-SP.

Movimentos de ações não são sinal confiável de retração iminente. Por **Barry Eichengreen**

Fed não deixará mercado ditar corte de juro

Os mercados de ações em todo o mundo estão em tumulto, abalados pelo relatório decepcionante sobre o emprego nos Estados Unidos, divulgado na sexta-feira passada. Há muitas especulações, como sempre acontece depois de tais movimentos, de que o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) cortará as taxas de juros.

O Federal Open Market Committee (Fomc, o comitê de política monetária do Fed) tem umas poucas opções diferentes pela frente. Ele pode decidir por um corte de emergência na taxa de juros antes de sua reunião regular agendada para setembro, repetindo sua reação à crise da covid-19 em março de 2020. Ou pode esperar até setembro, mas cortar as taxas em algo superior aos 25 pontos-base que indicara antes. O mais provável, porém, é que o Fomc simplesmente mantenha o rumo atual.

Primeiro, é importante lembrar, como o Fed certamente faz, que o mercado de ações não é a economia.

O Fed responde à inflação e ao crescimento, não ao nível ou à volatilidade dos preços das ações. Ele reage ao mercado de ações apenas quando a volatilidade ameaça a estabilidade financeira. No momento, não há nenhum indício de que esse seja o caso.

Nem há nenhuma evidência de uma recessão incipiente. O mercado de ações previu nove das últimas cinco recessões, na frase famosa do ganhador do prêmio Nobel Paul Samuelson. Ele não serve como uma indicação confiável de que uma retração seja iminente.

Além do mais, um relatório horrível sobre empregos sozinho não faz uma tendência. Os números sobre o emprego eram bons até tão recentemente como junho. Embora o desemprego tenha crescido em dois décimos de um ponto porcentual em julho, a economia ainda teve um acréscimo de 114 mil vagas de emprego. Mais trabalhadores entrando na força de trabalho não é algo ruim.

Acima de tudo, é importante ter em mente, como o Fed também faz, que os dados sobre o emprego têm muito ruído.

Os números de julho foram afetados pelos distúrbios que o furacão Beryl causou. Eles também podem estar sujeitos a revisões expressivas quando mais dados se tornarem disponíveis. O Fed provavelmente esperará por esses dados antes de chegar a conclusões definitivas.

O provável é que o Fed decida esperar para ver. Corte de emergência no intervalo entre reuniões, ou redução maior do que a esperada em setembro têm mais chance de causar pânico nos mercados do que de acalmá-los, já que vão pressupor que o Fed é até mais pessimista que eles

E o relatório sobre o emprego de sexta-feira pode ter desencadeado a reação dos mercados, mas outros fatores contribuíram para inquietar os investidores.

O ar está escapando da bolha da inteligência artificial, à medida que os investidores se perguntam se uma explosão de crescimento de produtividade generativa está mesmo fadada a acontecer. Não é nenhuma coincidência que as ações de empresas de tecnologia como a Nvidia e a Samsung tenham levado os mercados a uma queda no início da semana. Depois, temos a crise não resolvida em Gaza e na Cisjordânia, e uma guerra que se avizinha entre Israel e Irã e ameaça envolver outros países.

Alguns dirão que a decepção com os retornos da inteligência artificial e as preocupações com o Oriente Médio são razões para acreditar que o crescimento dos gastos vai desacelerar e a economia dos EUA entrará em mais uma recessão, dando ao Fed mais motivação para reduzir as taxas de juro.

Mas, uma vez mais, o provável é que os membros do Fomc decidam esperar para ver. Eles entendem que um corte de emergência no intervalo entre reuniões, ou mesmo uma redução maior do que a esperada, de 50 pontos-base, em setembro, têm mais probabilidade de causar pânico nos mercados do que de acalmá-los, já que eles vão pressupor que o Fed é tão pessimista quanto eles ou até mais.

Por último, o presidente do Fed, Jay Powell, e outros entendem que os EUA estão no meio de uma campanha eleitoral à Presidência. Donald Trump pode ser um defensor declarado de taxas de juros baixas, mas certamente reclamará de qualquer coisa que o Fed faça para estimular a economia neste momento, com a acusação de que é um esforço para manipular a eleição em favor de Kamala Harris e dos democratas.

Trump entende que quem está no governo é visto, corretamente ou não, como dono da economia. Quanto pior a economia e os mercados se saírem de hoje até novembro, melhor para a oposição.

O Fed é apolítico. Ele não responde à pressão de políticos, como Powell já se deu ao trabalho de enfatizar muitas vezes. Dito isso, a independência do banco central, que é um pré-requisito para que continue apolítico, não é absoluta. Preservar o tipo de independência de que o Fed goza exige que não atraia atenção política e críticas em excesso, hoje ou no futuro.

Isso, por sua vez, significa que o Fed provavelmente agirá com cautela e de maneira incremental. Sua diretriz levou os mercados a esperarem um corte de 25 pontos-base na taxa de juro em setembro, que pode ser seguido por uns dois cortes adicionais de 25 pontos depois da eleição. É pouco provável que o banco frustre essas expectativas de uma ou outra maneira.

Os historiadores podem concluir que o Fed de Powell demorou demais para relaxar a política em resposta a uma economia que enfraquecia em 2024, assim como foi lento demais para fazer o aperto como resposta à inflação no fim de 2021.

O tempo e os dados que estão por vir dirão. Tudo o que sabemos com certeza é que Powell terá muito o que explicar quando se preparar para o encontro anual do Fed de Kansas City em Jackson Hole, daqui a algumas semanas.

Barry Eichengreen é professor de Economia da Universidade da Califórnia, Berkeley.

Frase do dia

"Meu objetivo principal é ser senador. Não queria ser prefeito de São Paulo".

Do apresentador de TV José Luiz Datena, candidato à prefeitura paulistana pelo PSDB, que, após várias desistências em eleições passadas, disse que irá disputar o cargo em sabatina do g1

Cartas de Leitores

Rebeca

Os olhos do país se voltam à excepcional performance da nossa ginasta Rebeca Andrade, nas Olimpíadas de Paris. É justo saudá-la como Rainha do Brasil, após a conquista de 6 medalhas olímpicas, e na segunda-feira, a de ouro na sua apresentação no solo. A imprensa mundial estampa histórica foto de Rebeca no pódio, sendo reverenciada pelas americanas, a fenomenal Simone Biles (medalha de prata) e Jordan Chiles (medalha de bronze). E para nós brasileiros não poderia ser diferente a comemoração de histórico e inédito feito, já que também Rebeca se torna a maior medalhista olímpica do Brasil, deixando para trás os iatistas Robert Scheidt e Torben Grael.

Paulo Panossian
paulopanossian@hotmail.com

•

Ouvir o nosso hino em homenagem à medalha de Ouro conquistada por Rebeca Andrade, ladeada com toda admiração pelas americanas Simone Biles e Jordan Chiles, é um orgulho para nós, brasileiros.

Tania Tavares
taniatma@hotmail.com

Venezuela

Os encontros em 2023 de Lula da Silva com Nicolás Maduro, com direito à definição suspeita de democracia relativa, e o anúncio deles decorrente de que, de acordo com as negociações entre os dois, até certo ponto informais, houvera acerto de que o déspota venezuelano se teria comprometido com a realização de eleições presidenciais limpas, fizeram do mandatário brasileiro uma espécie de fiador da conduta disfarçadamente democrática do ditador. Como se viu, Maduro quebrou as regras do contrato, o que provocou protesto e o não reconhecimento de grande parte da comunidade internacional do resultado do pleito, comprovadamente fraudado por instrumentos oficiais do governo.

Será que os governos democráticos mundo afora cobrarão do governo brasileiro a dívida moral e ética que o ditador se comprometeu a saldar? A essa altura Lula, pressionado, está nervoso e, certamente conta com boa quantidade de chá de camomila.

Paulo Roberto Gotaç
pgotac@gmail.com

Pânico financeiro

Apesar das Olimpíadas de Paris estarem dominando o noticiário global, outra realidade está ocorrendo igualmente no planeta. Trata-se do pânico financeiro que acaba de derrubar as bolsas de valores globais. O Deus Mercado teme uma recessão.

José de Anchieta Nobre de Almeida
josenobredalmeida@gmail.com

Eleições

Eduardo Paes se compromete a não largar a prefeitura para concorrer ao governo do Estado em 2026. Já vi este filme, com papel passado em cartório: José Serra quando prefeito de São Paulo prometeu e não cumpriu.

Vital Romaneli Penha
vitalromaneli@gmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Veículos
Esta será a década do ônibus como meio de transporte, afirma Puchert, da Mercedes-Benz B4

Educação
Arco investe em rede com ensino bilíngue e alto índice de aprovação B2

Reorganização
RD anunciou a saída, a partir de 1º de janeiro, de Pousada do cargo de CEO B4

Balanços
Bancos preveem alta de receita e queda no lucro da Petrobras no 2º trimestre B5

Reestruturação Gestoras especializadas em ativos problemáticos têm colocado mais transações na mesa

Empresas em crise viram alvo de aquisição por 'valor simbólico' e assunção de dívida

Fernanda Guimarães e Mônica Scaramuzzo
De São Paulo

Empresas com graves problemas financeiros e que passam por reestruturação estão sendo vendidas por valores simbólicos, operação na qual o comprador assume as dívidas da companhia "de porteira fechada". Um dos casos mais recentes no país foi o da varejista Dia, em recuperação judicial, negociada por € 100. O grupo espanhol tentou originalmente vender o ativo, antes de entrar com pedido na Justiça de proteção aos credores.

A empresa de biotecnologia Superbac, que recebeu investimentos do fundo de private equity (que compra participação de empresa) da XP, também passou para uma empresa especializada em reestruturação, apurou o **Valor**. Outra foi a rede de calçados Mr. Cat, investida do fundo HIG, disseram fontes. Procuradas, tanto a XP, quanto a HIG, preferiram não comentar.

O número de exemplos tem crescido. A Rodovias do Tietê, se soma à lista — foi vendida por valor simbólico de R$ 1, após um acordo costurado pela reestruturadora Starboard. Um interlocutor da gestora explicou que os debenturistas se organizaram "em uma casca", assumiram as dívidas da companhia e criaram uma governança interina enquanto o poder concedente não aprova a operação.

"Esse tipo de operação no Brasil tem crescido porque o mercado tem se sofisticado e a legislação evoluído, além do entendimento, tanto do acionista como do credor, de que, eventualmente, essa pode ser uma alternativa melhor do que uma simples repactuação de dívidas", afirma Renato Azevedo, sócio da gestora Latache.

Segundo fontes de mercado, essa tem sido uma estratégia, feita por algumas casas, como forma, por exemplo, de ajudar fundos a saírem de investimentos problemáticos — e que demandariam muita energia em um processo de reestruturação. Trata-se, na maioria dos casos, de uma venda a "porteira fechada", o que significa na prática a transferência não só dos ativos, mas também de passivos e outras obrigações.

Daniel Vorcaro, presidente do banco Master, explica que a montanha-russa da economia, efeitos da pandemia, além das crises institucionais no país, afetaram muitas companhias que tiveram de passar por reestruturação. O Master, segundo ele, participou de compras de companhias por valor simbólico, com assunção das dívidas, por meio do banco ou de veículo financeiros da instituição.

O banqueiro cita importantes negócios nesse contexto. Além da varejista Dia, por meio do fundo MAM (sem participação do banco), há outras empresas importantes adquiridas pela instituição, como Veste (ex-Restoque), dona de importantes marcas, e também a Metalfrio. "São empresas bem conceituadas, mas que tiveram de passar por reestruturação."

GABRIEL REIS/VALOR
Renato Azevedo, da Latache, diz que número de transações tem crescido porque o mercado tem se sofisticado e a legislação brasileira tem evoluído

> "Olhamos setores que a gente conhece para saber o risco que corremos"
> *Luiz Prazo*

Vorcaro diz que o que está por trás da venda por um valor simbólico é todo um processo de reestruturação de capital sofisticado para equacionar a dívida da empresa e colocá-la em rota de novo crescimento.

Em outros casos, segundo interlocutores, o ativo estressado se trata do último a ser desinvestido dentro de um portfólio. Dentre outro caso recente de um fundo de private equity, o Pátria se desfez ano passado da problemática Tenco, dona de shoppings no interior.

Gestoras como a Vega, Starboard e Evix têm feito negócios do gênero, disseram fontes. As reestruturadoras de ativos em situação especiais Makalu e Prisma também têm colocado na mesa esse tipo de transação, apurou o **Valor**.

Um dos pioneiros a fazer esse tipo de negócio, Gilberto Zamcopé, que criou o fundo OrderVC, já coleciona casos de sucesso em sua trajetória. Há 18 anos, por exemplo, comprou por R$ 10 milhões a Wap, conhecida por suas lavadoras de alta pressão, muito endividada na época. Atualmente, após a reestruturação, seu valor é estimado em R$ 3,5 bilhões. "Ela era uma empresa que tinha falhado. Carregar a dívida no Brasil é algo muito duro". Para reerguer a empresa, além de um ajuste na estrutura de capital, que precisou de uma injeção de dinheiro novo, a reestruturação passou pela área administrativa, com a decisão, por exemplo, de terceirizar a produção na China.

Zamcopé diz ter desenvolvido ao longo dos anos a "teoria da ordem" e que ela tem dado certo. Neste ano, colocou mas uma empresa em desordem para dentro, a Acquion, fabricante de colágeno. "Eu comprei algumas empresas em desordem, não porque é melhor, melhor é comprar em ordem, mas uma em ordem custa muito caro", afirma. Neste ano, com os juros sufocando muitas empresas, a fila de oportunidades tem crescido, conta. "Toda vez que existe uma crise de juros alto isso acontece. Os juros é um dos fatores para a empresa entrar em desordem, mas há ainda a liderança tóxica, problemas de sucessão, de mercado, estrutura de capital, concorrência e tecnologia", explica.

Com essa demanda em alta, algumas gestoras e consultoria têm se debruçado sobre o tema. Na Evix, por exemplo, foi montado um time especializado em reestruturação para trazer para dentro de casa os casos. Segundo o sócio da Evix, André Berenguer, é natural que o número de casos aumente em momentos mais desafiadores na economia e após um período mais pujante de aquisições e crescimento das empresas, como foi na pandemia, momento em que houve uma grande liquidez global e um cenário de juros baixíssimos em todo o mundo.

> **R$ 1**
> **foi valor de venda da Rodovias do Tietê**

Segundo Berenguer, hoje são, essencialmente, três grupos que procuram a Evix com essa demanda. A primeira são fundos de private equity que precisam desinvestir um ativo problemático, já no fim do ciclo de vida do fundo, que precisa retornar capital aos cotistas.

Outra demanda, segundo Berenguer, vem também desses mesmos fundos, que buscam parceiros para ajudar em empresas de dentro do portfólio que precisam de reestruturação — mas o fundo ainda tem tempo antes de desinvestir. Outra modalidade que vem sendo observada, aponta o executivo, vem das instituições financeiras que acabam se tornando acionistas de empresas em dificuldades — por conta de conversão de dívidas em ações — e buscam um parceiro especializado em "turnaround".

Luiz Prazo, sócio da Makalu, afirma que alguns casos começaram, recentemente, a aparecer na gestora. O executivo frisa, no entanto, que é necessário fazer a lição de casa para não haver um risco não mapeado pela gestora. "Olhamos setores que a gente conhece, para saber o risco que está correndo", diz. Segundo ele, um dos pontos que precisa ser analisado é que nesse tipo de ativo existe a necessidade de se estruturar o ativo em si, mas também o passivo. "Normalmente se compra por R$ 1, mas está implícito se assumir as dívidas", comenta.

Fontes consultadas pelo **Valor** afirmaram que grupos estrangeiros com decisão tomada de sair do Brasil têm buscado essa alternativa para conseguir se desfazer de ativos no país — caso, por exemplo, do Dia. Em muitos casos, explicou uma fonte de mercado que olha esse tipo de negócio, toda a negociação ocorre apenas com um representante da companhia no país — a administração em si já não está mais no país. "Nesse momentos é possível conseguir bons negócios", afirmou, na condição de anonimato.

Globalmente, esse nicho é chamado de "órfãs corporativas", que engloba empresas que decidem se desfazer de uma divisão de negócios que deixa de fazer sentido ou a saída de uma geografia.

Destaques

Habib's no Rappi Turbo

A colombiana Rappi fechou uma parceria com o grupo Habib's para alavancar o Turbo Restaurantes, serviço de entrega ultrarrápida de refeições. Com a iniciativa, a plataforma pretende dobrar a representatividade da vertical de restaurantes em sua operação no Brasil, que atualmente é de 20%, até o fim do ano. A partir deste mês, os usuários Rappi podem fazer pedidos na rede de comida árabe e recebê-los em casa em até 15 minutos, em alguns casos com frete grátis. A funcionalidade já está disponível na Grande São Paulo e no futuro será ampliada para outras cidades.

Novo CEO na 2W

A 2W Ecobank informou nesta terça-feira (6) que Ricardo Levy, que assumiu a presidência da empresa no início de julho no lugar de Claudio Ribeiro, renunciou ao cargo "por motivos de ordem pessoal". O conselho de administração da companhia elegeu Rodrigo Caldas de Toledo Aguiar para o cargo de diretor presidente e Marcos Guedes Pereira para o cargo de vice-presidente de Finanças e de Relações com Investidores. A 2W é uma empresa de geração e comercialização de energia, e está buscando investidores para evitar uma recuperação judicial.

R$ 100 bi das siderúrgicas

A indústria siderúrgica instalada no país reiterou os planos de investir R$ 100,2 bilhões em suas operações até 2028, à medida que a adoção de um sistema de cotas de importação com tarifa de 25% sobre o volume excedente, ao longo de 12 meses a partir de junho, parece ter começado a frear a entrada de produtos siderúrgicos a preços predatórios no mercado brasileiro. Embora as estatísticas do primeiro semestre ainda mostrem avanço das compras externas, e a adoção da medida seja muito recente, as importações recuaram 23% entre maio e junho, disse o presidente executivo do Instituto Aço Brasil, Marco Polo de Mello Lopes. "Estamos com uma lupa gigantesca sobre as importações. Mas a farra do boi que existiu em 2023, com aço entrando de qualquer maneira e a preços predatórios, acabou", afirmou o executivo, em entrevista coletiva durante a 34ª edição do Congresso Aço Brasil. "É um sistema novo, mas temos uma crença enorme de que vamos moralizar as importações", acrescentou. De acordo com o presidente do conselho diretor do Aço Brasil, Sérgio Leite, os investimentos de R$ 100 bilhões programados entre 2023 e 2028 estão vinculados ao sucesso desse sistema de cota-tarifa.

Nova sede do governo SP

O escritório de arquitetura Opera Quatro levou o primeiro lugar no concurso para definir o projeto do novo centro administrativo do governo estadual paulista. A divulgação aconteceu nesta terça-feira (6). Foram enviadas 44 propostas. O concurso foi organizado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, na divisão São Paulo (IABSP), e promovido pela Companhia Paulista de Parcerias (CPP), ligada à Secretaria de Projetos e Ações Estratégicas do governo estadual. O projeto ganhador levou um prêmio de R$ 850 mil. O governador Tarcísio de Freitas prometeu ainda em campanha levar secretarias e órgãos para o centro da capital. O local escolhido fica ao lado da praça Princesa Isabel, nos Campos Elíseos, região que compõe parte da cracolândia. O projeto premiado é composto por edifícios de alturas diferentes, ligados por passarelas e com piso interno ocupado por lojas, abertas aos pedestres. Na página do concurso, a CPP afirma que a mudança poderá facilitar a coordenação e operação das atividades governamentais, e que o local escolhido "representa um compromisso do governo estadual com a requalificação urbana e a valorização do patrimônio histórico".

INÊS 249

Empresas

Ensino Grupo diversifica com rede de franquia de colégios que vão usar seu material didático

Arco investe em escola bilíngue com foco em vestibular

Beth Koike
De São Paulo

Maior empresa de sistemas de ensino do país controlada pela família Ari de Sá e que tem entre seus acionistas as gestoras General Atlantic e Dragoneer, a Arco Educação está diversificando seu negócio. A companhia está investindo numa rede de franquias de escolas com ensino bilíngue, alto índice de aprovação em vestibular e em período integral — as maiores demandas das famílias atualmente.

A Arco não vai ser dona dos colégios e, sim, a franqueadora. É uma estratégia que amplia sua base de clientes, uma vez que essa nova rede de escolas — batizada de Ways — vai usar o material didático e todos os outros serviços educacionais da companhia como plataforma tecnológica e antecipação de mensalidades para escolas, entre outros.

A meta é que esse novo grupo escolar tenha 150 unidades com 50 mil alunos, em cinco anos, e após esse prazo passe a gerar um faturamento anual de R$ 250 milhões. A Arco deve encerrar esse ano com uma receita de R$ 2,7 bilhões, o que representa um ganho de cerca de 20% sobre 2023. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) deve crescer cerca de 30% para R$ 870 milhões em 2024.

Atualmente, 3,4 milhões de alunos, o equivalente a cerca de 35% de toda a rede privada de ensino do país, adotam os materiais da Arco. A companhia é dona das bandeiras SAS, Positivo, COC, Geekie e Conquista. Hoje, os sistemas de ensino não se resumem às apostilas de papel, há conteúdo digital com reforço escolar, provas, testes, guia de aulas para professores, etc.

Meta é que novo grupo escolar tenha 150 unidades e 50 mil alunos

ANNA CAROLINA NEGRI/VALOR

Ari de Sá Neto, da Arco, diz que nova rede de franquias de escola bilíngue terá turno integral, com foco em vestibular para atender demanda de famílias e mercado

"Temos cerca de 12 mil escolas usando nossos sistemas de ensino. Muitos dos fundadores dessas unidades nos reportaram a vontade de abrir um colégio bilíngue. Assim, nasceu a ideia de criar a Ways por meio de franquias. Não queremos o investimento pesado para construir ou comprar escolas", disse Ari de Sá Neto, fundador e CEO da Arco Educação, que fechou o capital na Nasdaq, em dezembro. Há uma tendência de outros grupos brasileiros seguirem um movimento parecido diante da redução da representatividade na bolsa americana.

Esse processo de deslistagem da Arco foi deflagrado com uma oferta das gestoras de private equity General Atlantic e Dragoneer. Com a entrada dos fundos, a família fundadora passou a deter 87,2% de uma classe de ações especiais com poder de voto e 40,5% dos demais papéis da companhia.

Em 2023, a Vasta, dona de sistemas de ensino controlada pela Cogna, também lançou uma rede de franquias de escolas de ensino bilíngue com foco em aprovação no vestibular. A projeção é abrir 120 unidades e gerar um Ebitda de R$ 300 milhões em quatro anos.

Essa investida dos dois maiores grupos de sistemas de ensino é motivada por uma queixa de muitas famílias sobre as escolas bilíngues que, em geral, atraem alunos nas etapas inicias da alfabetização, mas a maioria não é focada em vestibular. Com isso, nos últimos ciclos da etapa escolar (fundamental 2 e ensino médio), é comum haver uma transferência de colégio.

A Arco vai colocar R$ 40 milhões, nos dois primeiros anos do projeto, para desenvolvimento de material didático, formatação do modelo de negócio e marketing. A primeira escola Ways vai ser aberta, em 2025, na zona norte de São Paulo, região onde a empreendedora já é dona de um colégio cliente da Arco, mas com outro perfil pedagógico. Em São Paulo, o valor médio das mensalidades será de R$ 5 mil.

R$ 2,7 bi
é a receita prevista em 2024

"Consideramos esse preço competitivo para uma escola de período integral, com aulas das disciplinas de matemática, geografia, entre outras em inglês no contra-turno", disse o CEO da Arco. Sua família é dona do Colégio Ari de Sá, em Fortaleza, uma das escolas com o maior índice de aprovação nas universidades públicas e que deu origem ao sistema de ensino SAS.

Segundo o CEO da Arco, apenas 8% das escolas privadas têm aulas das disciplinas obrigatórias em período integral. É um percentual inferior ao rede pública, onde esse índice chega a 12%. Na maioria dos colégios particulares, o contraturno é usado para atividades extracurriculares como esportes, aulas de reforço, entre outros.

Oncoclínicas se une a sauditas e entra no Oriente Médio

Pipe

Saúde

André Ítalo Rocha
De São Paulo

Dois meses depois do aumento de capital que representou a entrada do Banco Master como acionista, a Oncoclínicas está fazendo seu primeiro movimento de internacionalização. Em negociação antecipada pelo Pipeline, site de negócios do **Valor**, a empresa fechou um acordo com um grupo da Arábia Saudita para criar uma rede de tratamento oncológico no Oriente Médio.

A companhia brasileira terá 51% e os outros 49% serão do Al Faisaliah, conglomerado local com presença em diferentes setores, como alimentos e eletrônicos, comandado pelo príncipe Mohammed K. A. Al Faisal. A parte brasileira estima investir entre US$ 15 milhões e US$ 20 milhões pelos próximos três anos. A primeira unidade será construída em Riad, capital saudita, e entrará em operação até o fim do ano, com 9 mil metros quadrados de área de atendimento.

O plano é ter cinco empreendimentos em até cinco anos, expandindo para países vizinhos da região. Até lá, a joint venture espera chegar a US$ 550 milhões de faturamento e US$ 150 milhões de resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) — o que pode ser uma contribuição relevante para a Oncoclínicas, considerando a receita bruta de R$ 6 bilhões e Ebitda de R$ 1 bilhão no ano passado.

Segundo Bruno Ferrari, fundador e CEO da Oncoclínicas, o investimento no Oriente Médio não vem do aumento do capital, que foi voltado para redução de alavancagem da companhia. A ideia é que a geração de caixa da primeira unidade seja suficiente para sustentar a expansão planejada.

O diretor financeiro da Oncoclínicas, Cristiano Affonso, conta que a empresa passou a considerar a Arábia Saudita como destino depois de ter participado de um evento do governo há cerca de ano, e que chamou atenção o fato de que o país de 32 milhões de habitantes não tem nenhum "player" especializado em oncologia, "o que abre oportunidade gritante".

Ainda que os planos tenham começado há mais um ano, o avanço internacional tem contado com o endosso de um acionista recente da Oncoclínicas. Controlador do banco Master, Daniel Vorcaro se aproximou de Ferrari após comprar 20% da companhia, tem se engajado nos planos e vai assumir um assento no conselho da empresa. "Ele é um entusiasta da internacionalização", diz Ferrari.

Em nota, o banqueiro disse que "a ausência de competidores e o suporte governamental" na Arábia Saudita vão ajudar a dar uma previsibilidade de receita para os próximos anos, "muito além do que se estivéssemos entrando em qualquer outro mercado."

Não se trata de um incentivo fiscal, segundo o CEO, mas um aval da realeza. "O que eles estão fazendo é abrindo portas, facilitando a nossa entrada, com um grupo empresarial que tem um chairman da família real", diz. Al Faisal é também ex-chairman do J.P. Morgan para a região do Oriente Médio.

A joint venture será liderada por um médico que já foi COO do maior hospital da Arábia Saudita e o grupo saudita vai ajudar na expansão para outros países da região, em áreas a, no máximo, três horas de distância e que somam 260 milhões de habitantes. "Todo o corpo clínico local fala inglês, não há barreira de língua", emenda Ferrari.

Além da internacionalização, outro movimento da Oncoclínicas após o aumento de capital é a recompra de dívidas. A gestão de passivos tem sido feita a partir da injeção de R$ 1,5 bilhão (R$ 1 bilhão do Master e R$ 500 milhões de Ferrari, financiado pelo mesmo banco). A empresa recomprou em julho uma dívida emitida em abril, a um juro de DI+1,4%, o mais barato entre seus títulos emitidos — o que chamou atenção de investidores, já que havia outros mais onerosos que valeriam a recompra.

A companhia recomprou o equivalente a R$ 100,2 milhões em debêntures. O Pipeline apurou que a empresa fez a recompra porque conseguiu um desconto, após provocação feita por uma corretora. "Foi totalmente oportunístico", disse uma fonte a par do assunto. A Oncoclínicas não comentou este ponto.

Este texto foi originalmente publicado pelo Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico

Relevância da bioeconomia para Brasil e a Amazônia

Sustentabilidade

Carlo Pereira

A bioeconomia é um conceito fundamental para o desenvolvimento sustentável da Amazônia e do Brasil. Com o Plano Estadual de Bioeconomia do Pará (PlanBio) e o Plano de Transformação Ecológica (PTE), o Estado do Pará e o Brasil estão se posicionando como líderes globais na promoção de uma economia que valoriza e preserva os recursos naturais.

O PlanBio, lançado oficialmente durante a COP27, é uma iniciativa pioneira que visa a transformar a economia do Pará através do uso sustentável dos recursos naturais. Com investimentos significativos de R$ 500 milhões, o plano já beneficia mais de 20 mil pessoas e promove o desenvolvimento de cadeias produtivas sustentáveis. Entre as ações destacam-se o apoio a 200 startups e negócios comunitários, a promoção de 50 agroindústrias locais e o fomento a produtos inovadores como biojoias e alimentos à base de ingredientes amazônicos.

Este plano é estruturado em três eixos principais: Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, Patrimônio Cultural e Genético, e Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, garantindo uma abordagem integrada para enfrentar os desafios econômicos, sociais e ambientais da região.

Como complemento ao PlanBio, o Plano de Transformação Ecológica (PTE) enfatiza a necessidade de uma economia de baixo carbono e a valorização do conhecimento tradicional, essencial para a conservação da floresta amazônica.

A bioeconomia, promovida por esses planos, tem o potencial de beneficiar mais de 500 mil famílias na Amazônia, incluindo agricultores familiares e comunidades tradicionais. Essas populações desempenham um papel fundamental no desenvolvimento sustentável da região, utilizando seus conhecimentos ancestrais para a conservação da biodiversidade e a geração de valor econômico. A inclusão dessas comunidades é vital para o sucesso das estratégias de bioeconomia, garantindo que o desenvolvimento seja equitativo e sustentável.

A colaboração entre governos, setor privado e organizações não governamentais é essencial para a geração de maiores resultados. Grandes empresas têm um papel crucial na promoção da bioeconomia na Amazônia, investindo em projetos que promovem a sustentabilidade e a inovação na região. Essas empresas não apenas financiam iniciativas nessa área, mas também colaboram com startups e comunidades locais para desenvolver soluções sustentáveis. Parcerias com multinacionais interessadas em ingredientes amazônicos agregam valor aos produtos locais e garantem a conservação da floresta.

A bioeconomia tem o potencial de gerar um faturamento industrial anual de US$ 284 bilhões no Brasil até 2050, segundo a Embrapa. Este modelo econômico não apenas promove a conservação da biodiversidade, mas também impulsiona a inovação tecnológica e a criação de empregos de qualidade. Estudo do WRI indica que a Amazônia, com sua vasta biodiversidade, pode se tornar um epicentro global da bioeconomia, gerando até R$ 1,3 trilhão em faturamento anual até 2050.

A implementação da bioeconomia na Amazônia enfrenta desafios significativos, incluindo a pressão por recursos naturais, desmatamento e mudanças climáticas. No entanto, a colaboração entre governos, setor privado e organizações não governamentais pode ajudar a superar esses obstáculos. Políticas públicas que atraiam investimentos, promovam parcerias e regulamentem as atividades na região são essenciais para o sucesso da bioeconomia.

A COP30, que será realizada em Belém, fortalecerá ainda mais essa agenda.

Com o apoio de grandes empresas e a inovação trazida pelas startups, é possível transformar a região em um exemplo global de sustentabilidade.

Em resumo, a bioeconomia é uma estratégia viável e necessária para garantir um futuro sustentável para a Amazônia e o Brasil. Com investimentos contínuos e a colaboração entre diversos setores, é possível alcançar um desenvolvimento econômico que respeite e preserve os recursos naturais da região, beneficiando tanto a economia local quanto a nacional.

Carlo Pereira é CEO do Pacto Global da ONU no Brasil
E-mail
coluna.carlo@pactoglobal.org.br

INÊS 249

Farmácias Reorganização de cargos é a maior desde a chegada de Pousada ao grupo em 2013

RD troca comando e conselho e abre espaço para novas lideranças

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Pipponzi (à esq.) deixa presidência do colegiado do grupo, que passa a ser ocupada por Pousada, a partir de janeiro

Adriana Mattos
De São Paulo

O grupo RD, das redes Raia e Drogasil, anunciou ontem uma importante reorganização de cargos na companhia. O executivo Marcílio Pousada deixará o comando do negócio para assumir a presidência do conselho de administração da empresa a partir do dia 1º de janeiro de 2025, hoje ocupado por Antonio Carlos Pipponzi, da família fundadora da Raia, e que passa a ser membro dos controladores no colegiado.

Trata-se da maior mudança de estrutura organizacional do grupo desde a entrada de Pousada na empresa como CEO, há mais de uma década, em 2013. A intenção é fortalecer a consolidação da companhia e aprimorar a sua força como uma rede digitalizada voltada para a saúde e bem-estar.

Renato Raduan, até então vice-presidente de operações, se tornará CEO. E como chefe da área de operações (COO) entra o atual vice-presidente comercial e de marketing, Marcello De Zagottis, sobrinho de Pipponzi. Marcello De Zagottis responderá a Raduan.

"Quando mudei de CEO para 'chairman' [presidente do conselho] foi uma mudança profunda, porque sentia que tinham tirado algo de mim. Aí fui percebendo que o caminho era contribuir de outro jeito. É uma visão que existe desde 1905, quando o sogro do meu pai tinha uma lojinha em Araraquara e limpava os vidrinhos de medicamento. Isso é servir, é atendimento, e isso é do DNA e continua", diz Pipponzi.

Em 1966, Arturo Pipponzi, pai de Antonio Carlos Pipponzi, comprou a Droga Raia, fundada pelo sogro, João Baptista Raia, em 1905.

"Minha função agora é dar esse espaço ao Marcílio, continuar a apoiar no conselho no sentido estratégico e na expansão na busca de lojas, que é minha paixão. E 'puxar' sem interferir, para perenizar a cultura, e aquilo que são as nossas bases", diz Pipponzi, aos 72 anos.

Também é a primeira vez que a empresa terá um presidente do conselho fora da família de controladores, já que Pipponzi ocupava essa função desde a fusão das redes. A intenção, com as trocas de cargos, é abrir espaço na estrutura e ir oxigenando a empresa, para que executivos da família e diretores possam subir dentro da hierarquia.

> Intenção é fortalecer a consolidação do grupo e aprimorar rede digitalizada

Pipponzi diz que sua dificuldade "é ser menos intenso no trabalho", mas sinaliza que pode diminuir o ritmo. "Hoje, eu acordo cedo e não consigo deixar de olhar o desempenho das lojas, então metade de meu tempo é no trabalho, e acho que agora, vai ficar menos da metade, porque tenho filhos, sobrinhos na empresa e minha outra atuação com mentorias e nos institutos".

Pousada entra no conselho, em parte, para ajudar numa "governança menos demandante". Para Pipponzi, a governança "é pesada, e demanda muito, o que consome tempo das pessoas", diz. "Ele vai ajudar a gente nisso, a fazer com que a gente não fique discutindo balanço, ou outras coisas, mas com que a gente se planeje estrategicamente, e gaste menos tempo no que não é foco de conselho". As famílias Galvão, Pires Oliveira Dias e Pipponzi, sócias controladoras, têm cerca de 25% do capital.

A reorganização começou a tomar corpo cerca de cinco a seis anos atrás, quando a RD passou a fortalecer mais os níveis um e dois, de vice-presidências e diretoria, como forma de abrir espaço para que se pensasse em sucessão de cargos. E para que isso pudesse gerar uma transição mais "soft" . Consultorias foram contratadas na época e o trabalho passou a ser montar um programa de "assessment" após 2018, elaborado para apontar tendências de comportamento e desempenho dos potenciais candidatos aos cargos.

Na prática, era preciso identificar quem tinha força para fazer exatamente o quê. A partir daí, surgiram os nomes de Renato Raduan, executivo da casa, chefe de operações, na rede desde 2013, e de Marcello De Zagottis, da família de controladores da Raia.

A partir das próximas semanas, ainda há possíveis novas mudanças internas ainda ma mesa, no nível de diretoria. São 53 executivos que lideram a rede abaixo da presidência, e que também são acionistas. "A cadeira de Marcelo cresce porque ele pega a operação e fica mais robusta, e as outras áreas vão se reorganizar para que Raduan tenha ascendência sobre elas", diz Pousada.

O mercado já espera novas mexidas nas próximas semanas, e analistas mencionam a questão em relatórios publicados ontem. Sobre esse assunto, Pipponzi diz que o mercado não deve esperar rupturas. "Não vamos trazer ninguém de fora e é preciso ficar claro que Marcelo fica abaixo de Raduan. Os papéis estão definidos".

A mudança na RD foi anunciada dias após troca no comando da rival DPSP, das redes Pacheco e Drogaria São Paulo. No fim de julho, a DPSP informou aos funcionários que o presidente Jonas Laurindvicius estava deixando a empresa, e seu sucessor seria Marcos Colares, diretor comercial do grupo. Laurindvicius ficou apenas três anos no cargo, abaixo da média de CEOs do setor de varejo, e segundo apurou o **Valor**, a necessidade de acelerar resultados mais rapidamente, num cenário de competição mais forte motivou a troca.

Também ontem o grupo RD divulgou seus resultados do segundo trimestre. A companhia registrou queda de 4% no lucro líquido de abril a junho, para R$ 348 milhões. A empresa sentiu o impacto de mudanças tributárias definidas pelo governo no fim de 2023. Houve, em 2024, o início da cobrança de PIS/COFINS sobre as subvenções para investimentos, em decorrência da lei 14.789/2023, e a compensação desse efeito foi apenas parcial. O lucro ajustado, que desconta essas variáveis, subiu 2,1%, para R$ 356,6 milhões.

> **25%**
> é a fatia das famílias fundadoras do grupo

A margem bruta caiu de 28,8% para 28,2% , por conta de um ganho com os reajustes de medicamentos, que obrigatoriamente ocorre em abril, e foi inferior ao visto em 2023. O aumento de preços autorizado em 2024 foi de 4,5% em comparação com 5,6% em 2023. Ainda houve o impacto do começo da tributação sobre as subvenções. A margem Ebitda também sentiu esses fatores, e caiu de 8,5% para 7,9%. A receita líquida subiu 15%, para R$ 9,68 bilhões, reflexo, em parte, do reajuste de medicamentos feito em abril.

Falta de infraestrutura põe eletrificação em SP em xeque

Ônibus

Marli Olmos
De São Paulo

GABRIEL REIS/VALOR

> "Novas gerações vão procurar o transporte coletivo para fazer as cidades melhores"
> *Achim Puchert*

Imagine a população de uma cidade como São Paulo ter de enfrentar apagões toda vez que as baterias da frota de ônibus elétricos forem recarregadas. É o que acontecerá caso as garagens não recebam os equipamentos necessários. Em meio à briga entre a prefeitura e a Enel para definir sobre a instalação dessa infraestrutura, os fabricantes de veículos começam a questionar a lei que desde 2022 passou a aceitar a compra apenas de veículos elétricos no município. Para a direção da Mercedes-Benz, o impasse provoca atrasos na renovação da frota e, consequentemente, resultado oposto ao do plano que pretendia tornar o ar da cidade mais puro.

O maior obstáculo no programa de eletrificação da frota paulistana surgiu há alguns meses, quando o prefeito Ricardo Nunes (MDB) questionou os valores que teriam sido cobrados pela Enel para instalar a infraestrutura de carregamento nas garagens das empresas de ônibus. A Enel Distribuição São Paulo desmentiu informações de Nunes, o que provocou o impasse.

A rede das garagens de ônibus é de baixa tensão, o que impede, por exemplo, que 50 ônibus sejam carregados de uma só vez, afirma o vice-presidente de vendas de ônibus da Mercedes-Benz do Brasil, Walter Barbosa. O executivo calcula que a mudança para alta tensão levaria, em média, de um ano e meio a dois anos.

Além disso, se tiver que assumir a conta dessa parte da infraestrutura, a prefeitura terá de fazer um novo arranjo na composição da verba destinada ao programa. Por meio de recursos obtidos com BNDES, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Caixa e Banco do Brasil, São Paulo tem R$ 5,75 bilhões para subsidiar a compra dos veículos pelas empresas.

Em 2021, a prefeitura anunciou uma meta ousada: 2,6 mil ônibus elétricos na frota até o fim do mandato. Mas os fabricantes estimam que o total não chegará a 600.

Barbosa lembra que, tradicionalmente, 10% da frota paulistana, que totaliza 13 mil veículos, era renovada anualmente. Com a obrigatoriedade de que sejam modelos elétricos num momento de impasse na infraestrutura, o ritmo tende a diminuir. "Teremos uma cidade com ônibus velhos barulhentos e poluentes rodando ao lado de outros novos, que não poluem e não fazem ruído", diz.

Barbosa prevê a possibilidade de o plano de São Paulo ser modificado. A Mercedes defende, diz, um "mix" de tecnologias, voltado à descarbonização mesmo que, inicialmente, isso inclua o uso de combustíveis fósseis. A direção da Marcopolo concorda. "Quando a lei foi criada não se pensou nesses problemas. Deveria ter sido feito um escalonamento", destaca James Bellini, presidente do conselho da Marcopolo. Mas em plena campanha eleitoral é difícil que a questão seja levantada por qualquer candidato a prefeito.

A indústria afirma que produzir ônibus 100% elétricos não é problema. Esse tipo de veículo é o foco da Lat.Bus, a maior feira do setor da América do Sul, aberta na terça-feira (6) em São Paulo.

O novo modelo apresentado pela Mercedes é um 100% elétrico articulado que deve chegar ao mercado em 2026. Será o segundo elétrico produzido pela companhia na fábrica em São Bernardo do Campo (SP). O primeiro já circula nas ruas de São Paulo.

Já a Volvo apresenta um biarticulado, de 28 metros de comprimento e 100% elétrico. Trata-se do primeiro da categoria em todo o mundo, segundo Anna Westerberg, presidente global da Volvo Buses. "A eletrificação no mundo começou há alguns anos e está, de fato, acontecendo", destaca a executiva. Ela lembra, no entanto, que na Europa esse processo acelera de acordo com os subsídios oferecidos em cada região.

Segundo Barbosa, no Brasil, São Paulo, Curitiba e Salvador são as cidades mais avançadas nesse sentido, porque "entendem a necessidade dos subsídios". Roberto Cortes, presidente da Volkswagen Caminhões e Ônibus, lembra que um modelo elétrico custa cerca de três vezes mais que um convencional. Daí a necessidade de incentivos.

Na Lat.Bus, a Volks apresenta um 100% elétrico para 82 passageiros. O modelo foi desenvolvido e será produzido em Resende (RJ). Com 250 quilômetros de autonomia, o ônibus é fruto do aprendizado que a equipe brasileira da Volks obteve com o caminhão leve elétrico lançado há dois anos.

A Iveco também se prepara para entrar no mercado de ônibus elétricos. Um chassi-conceito está em fase de desenvolvimento. Segundo Danilo Fetzner, vice-presidente da Iveco para a América Latina, o projeto tem parceria com a WEG e a Giaffone, responsável pela montagem dos módulos de eletrificação.

A produção de ônibus elétricos também faz parte dos planos da Scania, que recentemente anunciou um novo ciclo de investimentos, de R$ 2 bilhões, para o período entre 2025 e 2028.

Para o presidente da Scania na América Latina, Christopher Podgorski, o maior desafio do setor hoje é voltar a vender os mesmos volumes do período que antecedeu a pandemia. O aumento do uso do transporte por aplicativos e o trabalho em "home office" provocaram queda da demanda pelas viagens em ônibus nas cidades.

Mas, para Achim Puchert, presidente da Mercedes-Benz na América Latina, por meio da eletrificação, o ônibus tende a ganhar relevância. "Essa será a década do ônibus, porque as novas gerações vão procurar o transporte coletivo como forma de reduzir as emissões e tornar as cidades locais melhores para se viver", destaca.

Enquanto a maior cidade do país não resolve os problemas de infraestrutura, a indústria usa a Lat.Bus para atrair clientes para seus elétricos. Todos os executivos de vendas estão com os talões de pedidos em mãos e dizem que a produção seguirá o ritmo das encomendas.

Marcopolo desenvolve primeiro modelo híbrido a etanol

Carlos Prieto
De São Paulo

A Marcopolo apresentou na terça-feira (6) o protótipo do primeiro ônibus híbrido a etanol. A expectativa da companhia é começar a produzir o modelo comercialmente no segundo semestre de 2025, provavelmente na fábrica de São Mateus (ES). O ônibus híbrido a etanol ainda não tem um preço de tabela, mas seu valor deve ficar entre os modelos a combustão tradicionais e o 100% elétrico.

O modelo promete autonomia em torno de 450 quilômetros, contra cerca de 250 quilômetros dos veículos 100% elétricos.

O setor já tem modelos híbridos circulando, como por exemplo o uso de hidrogênio junto com motores diesel ou com uso de gás, mas não associados ao etanol. A iniciativa de usar o combustível tipicamente brasileiro faz parte da estratégia da empresa de buscar soluções para cada mercado.

André Armaganijan, CEO da Marcopolo, faz um paralelo com o mercado de automóveis. Ele entende que cada país vai encontrar seu caminho na descarbonização e a empresa precisa estar preparada para atender às demandas específicas em cada região.

"A China foi direto para o elétrico, sem passar pelo híbrido. A solução híbrida é interessante, mas o que temos de avaliar é qual híbrido é melhor para o Brasil. Precisamos ver onde o país é forte. Seria no diesel ou no etanol? Para o fomento da indústria nacional e para o ambiente, o uso do etanol é muito melhor", afirma.

Armaganijan entende que a descarbonização do setor tende a ganhar velocidade nas grandes cidades, com o uso do 100% elétrico. Mas em áreas mais afastadas, a dificuldade para instalar infraestrutura de carregamento retarda esse processo. Ele cita, por exemplo, os veículos vendidos dentro do Programa Caminho da Escola, que percorrem amplas regiões rurais onde o veículo elétrico puro teria dificuldades de abastecer.

A Marcopolo tem oito fábricas em seis países, entre próprias e com sócios, uma parceira nos EUA e três unidades no Brasil: duas em Caxias do Sul (RS) e uma no Espírito Santo. Além dos modelos a combustão, produz veículos 100% elétricos e híbridos a diesel.

Tradicional encarroçadora de ônibus, ou seja, monta a carroceria do veículo sobre chassis fornecidos por multinacionais como Scania e Mercedes, a Marcopolo passou a apostar no desenvolvimento de produtos sobre chassis próprios. O primeiro foi um 100% elétrico.

"Foi um passo importante entrar no elétrico. O desenvolvimento do elétrico permitiu à Marcopolo ter 'know-how' para apostar em outras soluções de tecnologias", diz Armaganijan. O chassi do modelo híbrido é derivado do chassi criado para o elétrico puro.

Petróleo Para analistas, foco do balanço será a possível distribuição de dividendos

Lucro da Petrobras será afetado pelo Carf

Kariny Leal
Do Rio

Ainda que a receita registrada pela Petrobras no segundo trimestre aponte para um aumento, os ganhos da companhia devem ser afetados pelo acordo tributário feito com a União em junho, segundo analistas de bancos. Conforme a média calculada pelo **Valor** com base em estimativas de cinco bancos, a receita da petroleira deve aumentar 9,8%, mas a estatal deve ver o lucro cair em 49,4%. Além dos resultados, os analistas esperam ainda que a Petrobras aprove distribuição de dividendos.

A companhia divulga os resultados operacionais relativos ao período de abril a junho de 2024 na quinta-feira (8), depois do fechamento do mercado.

A reportagem compilou projeções de: Itaú BBA, UBS BB, BTG Pactual, Ativa Investimentos e Citi. A média aponta que a Petrobras deve alcançar receita de R$ 125 bilhões no segundo trimestre deste ano, aumento de 9,8% ante os R$ 113,8 bilhões de igual período de 2023. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) deve ser de R$ 65,1 bilhões, aumento de 14,7% na comparação anual em relação aos R$ 56,7 bilhões de abril a junho de 2023. O lucro líquido tem média de R$ 14,6 bilhões, queda de 49,4% ante os R$ 28,8 bilhões do segundo trimestre do ano passado.

Os bancos consideram que o pagamento de R$ 19,8 bilhões do acordo de transação tributária que a Petrobras fechou com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) em 17 de junho deve afetar os resultados desse trimestre. O volume corresponde ao fim dos litígios da estatal com o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) de tributação de remessas ao exterior para pagar afretamento de embarcações. O valor fechado tem desconto de 65% em relação ao passivo original, de R$ 44,79 bilhões. A Petrobras será ressarcida parcialmente pelos parceiros das unidades envolvidas no caso, que representam 13% do valor a ser pago. Até 19 de julho, a estatal havia conseguido adesão de R$ 2,2 bilhões, que corresponde a 11% do contencioso.

O analista da Ativa Investimentos, Ilan Arbetman, reforça que, ainda que gere impacto sobre a divulgação do trimestre, o acordo com o Carf foi positivo para a Petrobras, uma vez que o valor a ser pago antes seria de R$ 44,79 bilhões.

Para o BTG Pactual, o balanço da Petrobras não deve surpreender: "Apesar de um aumento trimestral de 4% do Brent e da desvalorização do real de 5%, esperamos que uma produção mais baixa, juntamente com 'crack spreads' [margem de lucro sobre os combustíveis] reduzidos e descontos mais elevados em relação ao preço de paridade de importação, resultem num desempenho global mais suave."

A produção de petróleo, gás natural e líquido de gás natural (LGN) da Petrobras no segundo trimestre somou 2,664 milhões de barris de óleo equivalente por dia (BOE/dia), alta de 2,3% na comparação com igual período de 2023. Na base trimestral, houve queda de 2,8%.

O BTG Pactual espera que a Petrobras anuncie US$ 2,9 bilhões em dividendos, cerca de R$ 16,4 bilhões pela cotação do dólar de ontem (6). Nos cálculos do Itaú BBA, o pagamento de proventos será de US$ 2,1 bilhões, ou R$ 11,8 bilhões. Para a Ativa, a distribuição de dividendo deve ser de R$ 1,05 por ação, o equivalente a R$ 13,7 bilhões.

O UBS BB espera ainda que a Petrobras anuncie o pagamento do restante dos dividendos extraordinários de 2023, de R$ 21,9 bilhões. Em assembleia de acionistas em abril deste ano, a estatal decidiu que pagaria metade dos proventos extraordinários de R$ 43,9 bilhões e guardaria a outra metade para distribuir quando assim decidisse. Para o Citi, a Petrobras continuará gerando bom nível de fluxo de caixa operacional, mas prováveis projetos de fusões e aquisições em avaliação podem reduzir futuros dividendos. O banco espera US$ 2,6 bilhões em dividendos ordinários, R$ 14,7 bilhões, e faz coro à expectativa de pagamento dos restantes dos extraordinários.

Projeções para resultados
Acordo de tributos devem afetar 2º tri

Lucro líquido (em R$ bilhões)	
Itaú BBA	9,1
UBS BB	18,1
BTG Pactual	15
Ativa Investimentos	13,4
Citi	17,2
Média	14,6

Receita líquida (em R$ bilhões)	
Itaú BBA	122,2
UBS BB	133,4
BTG Pactual	121,3
Ativa Investimentos	127,3
Citi	120,8
Média	125

Ebitda (em R$ bilhões)	
Itaú BBA	66,8
UBS BB	68,6
BTG Pactual	63,9
Ativa Investimentos	64,4
Citi	61,6
Média	65,1

Fontes: Itaú BBA, UBS BB, BTG Pactual, Ativa Investimentos e Citi

Gás da estatal na Colômbia pode não chegar ao Brasil

Kariny Leal e Fábio Couto
Do Rio

A descoberta de gás natural na Colômbia confirmada pela Petrobras na segunda-feira (5) tem como principal beneficiado o país andino. Porém, pode ajudar a companhia a aumentar as reservas, num momento em que se discute o declínio do pré-sal a partir da próxima década, de acordo com analistas ouvidos pelo **Valor**.

A Petrobras confirmou a descoberta de gás natural na Bacia de Guajira, após a perfuração de mais um poço exploratório em um bloco chamado Tayrona, do qual é operadora. A companhia já havia descoberto gás em 2022, com a perfuração do poço Uchuva-1. Agora, com o Uchuva-2, a presença de gás foi confirmada e agrega informações para o desenvolvimento do bloco. A Petrobras disse em nota que segue com os estudos em relação às descobertas nos poços Uchuva-1 e Uchuva-2.

"A partir do término da perfuração do poço Uchuva-2 e da realização do seu teste de formação previsto, a Petrobras obterá mais informações para aprofundar os estudos e avançar no plano de desenvolvimento para a área, que será oportunamente apresentado à Agência Nacional de Hidrocarbonetos (ANH) Colombiana, dentro dos prazos estabelecidos no Contrato de Concessão de Exploração e Explotação na Colômbia." A estatal informou ainda que não possui produção local na Colômbia.

Segundo Eric Eyberg, chefe da área de gás e energia da S&P Global, ainda vai demorar para saber se será possível exportar o produto para outros países, como o Brasil, em forma de gás natural liquefeito (GNL). Eyberg afirmou que neste primeiro momento a Colômbia precisa aumentar a oferta doméstica de gás, e a descoberta da Petrobras irá favorecer o cenário para o país: "A Colômbia tem uma falta estrutural de oferta de gás no mercado, depende de importação de GNL, que tem preço alto. O 'offshore' tem a possibilidade de reverter a situação a médio e longo prazos."

Eyberg pondera que o GNL tem dificuldades logísticas e é caro, por isso ainda não é possível afirmar a viabilidade da compra do gás colombiano pelo Brasil. Segundo levantamento da S&P Global Commodity Insights, a produção colombiana de gás, que estava em cerca de 27 milhões de metros cúbicos por dia em 2015, tende a chegar aos quase 22 milhões de metros cúbicos por dia em 2025.

Para Victor Arduin, analista de inteligência de mercado da consultoria Hedgepoint, a descoberta reforça a capacidade técnica da Petrobras em explorar recursos energéticos em águas profundas. "Outro ponto positivo é a companhia estar alcançando novas fronteiras de exploração, algo importante visto que, nos próximos anos, a produção do pré-sal entrará em declínio", disse.

A Petrobras tem participação de 44,4% no bloco de Tayrona, em parceria com a Ecopetrol, que tem fatia de 55,5%. A perfuração de poços continuará até o fim deste ano para realização de um teste de formação.

As reservas da Colômbia não têm relação com a Margem Equatorial, mas a descoberta ocorre quando a Petrobras recorre contra negativa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) à licença para perfurar um poço de petróleo na Bacia da Foz do Amazonas (AP). A Margem é considerada uma das últimas novas fronteiras exploratórias do país.

O gerente-executivo de gás da Petrobras, Álvaro Tupiassú, disse ontem em evento que a estatal tem conversado com companhias argentinas para viabilizar a entrega de gás do país vizinho ao Brasil: "Acreditamos que é um potencial a ser considerado. A Argentina tem reservas importantes de gás."

Governo de SP estuda aditivos de R$ 15 bilhões em concessões

Rodovias

Taís Hirata
De São Paulo

O Estado de São Paulo analisa a possibilidade de incluir ao menos R$ 15 bilhões de novas obras em concessões rodoviárias existentes, segundo Rafael Benini, secretário de Parcerias em Investimentos do governo paulista.

Entre as concessões que podem ganhar aditivos estão a Ecovias (sistema Anchieta-Imigrantes) e a Ecopistas (corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto), ambas da Ecorodovias; a Cart (Concessionária Auto Raposo Tavares), do Pátria; a Tamoios, da Queiroz Galvão; a SPMar (Rodoanel Sul e Leste), do grupo Bertin; e a Via Colinas e Rodovias do Tietê, da Via Appia (do Starboard).

"Temos algumas negociações andando, mas é cedo para prometer. Estamos estudando projetos executivos, fazendo pacote de obras, visando aumentar a malha rodoviária", disse ele ao **Valor**.

Segundo Benini, a forma de reequilíbrio dos contratos, para a inclusão dos investimentos, será analisada individualmente. "Cada caso é um caso, mas todos os reequilíbrios estão na mesa. Pode ser uma alta pequena de tarifa, extensão de prazo, aporte do Estado, tudo entra na negociação."

Um dos aditivos em debate é a construção de uma terceira pista na rodovia dos Imigrantes, pela Ecovias. As conversas envolvem obras em torno de R$ 6 bilhões. Outra concessionária da Ecorodovias que faz parte das conversas é a Ecopistas, com a qual se discute um prolongamento da rodovia Carvalho Pinto, com investimento estimado em R$ 2 bilhões pelo secretário.

Na concessão da Tamoios, uma possibilidade é fazer a duplicação da SP-55 (Manuel Hipólito Rego) entre Caraguatatuba e Ubatuba, com investimento previsto de ao menos R$ 1,5 bilhão. Com a Cart, o Estado analisa um prolongamento da concessão até Echaporã ou Marília, com novas obras entre R$ 4 bilhões e R$ 5 bilhões.

Na SP Mar, concessão que está em recuperação judicial, mas que poderá ser vendida, há discussões para a inclusão de R$ 2 bilhões de investimentos para novos acessos ao Rodoanel, como o Complexo Viário do Alto Tietê e o contorno de Itapecerica da Serra.

No caso das duas concessões recentemente compradas pela Via Appia, a Colinas e a Rodovias do Tietê, também há conversas para inclusão de investimentos, que correm juntamente com negociações para resolver reequilíbrios pendentes com as concessionárias. Ao todo, as novas obras podem somar entre R$ 4 bilhões e R$ 5 bilhões, em valores preliminares, segundo Brendon Ramos, presidente da empresa.

No caso da Tietê, é a concessionária que deve ao Estado, e as novas obras seriam uma forma de compensação. Está em debate incluir a duplicação de 89 km da rodovia Marechal Rondon.

Na Colinas também se discutem diversos novas intervenções: a duplicação de 8 km da Marechal Rondon, ampliação das marginais de Campinas, construção de terceira faixa na rodovia Santos Dumont, além da inclusão de investimentos para a manutenção do pavimento que não estão previstos no contrato atual. Ramos estima que haja uma extensão de dez a quinze anos na concessão.

"Devemos ter os primeiros projetos no fim de novembro, vamos protocolar na Artesp (Agência de Transporte do Estado de São Paulo). O último projeto executivo deve ser entregue no início de janeiro. Com isso, o governo vai analisar", afirma o executivo.

Procurada, a Ecorodovias afirmou que desenvolve estudos desde janeiro "para a concepção de uma nova ligação entre o Planalto e a Baixada Santista" e que o prazo para conclusão é de 24 meses, prorrogáveis por 12 meses. "Com relação ao prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto, a Ecopistas está à disposição do governo paulista para estudar, desenvolver projetos e, eventualmente, implantar".

A SP Mar afirmou que "há oportunidades para novos investimentos no Rodoanel Mário Covas" e que já iniciou estudos para projetos do Complexo Viário do Alto Tietê e do contorno de Itapecerica da Serra". A Tamoios afirmou que o governo solicitou projetos para as novas obras em março deste ano e que "o estudo será concluído no final de 2024". O Pátria não comentou.

Alpargatas anuncia novo executivo

Calçados

Ana Luiza de Carvalho
De São Paulo

Em mais um movimento de renovação de sua gestão, a Alpargatas anunciou ontem que o executivo Fernando Rosa será presidente da divisão de negócios Havaianas Brasil a partir de 16 de setembro. Rosa se reportará ao diretor-presidente da companhia, Liel Miranda, também recém-chegado ao grupo, e fará parte do comitê executivo global.

Liel, que era da Mondelez, assumiu o comando da empresa de calçados, que pertence à Itaúsa, holding do investimentos do Itaú Unibanco, em fevereiro. Rosa saiu da Kraft Heinz do Brasil para assumir a gestão da divisão da empresa.

Os novos executivos chegam em um momento em que a empresa precisa melhorar as margens e recuperar a rentabilidade.

De acordo com a companhia, o executivo deve "proteger a posição de liderança" e o crescimento sustentável da Havaianas no Brasil, além de impulsionar a marca em novos mercados e categorias.

A Alpargatas destaca que Fernando Rosa tem mais de 20 anos de experiência em áreas de vendas, marketing e comercial, com passagens por companhias como Danone e Pepsico.

A posse de Fernando Rosa segue a troca de cadeiras que a Alpargatas promove desde o ano passado. Liel Miranda assumiu a presidência da companhia em fevereiro, após deixar o comando da fabricante de alimentos Mondelez no Brasil e em outros 13 mercados na América Latina.

A Alpargatas divulga amanhã seus resultados operacionais e financeiros do segundo trimestre. No primeiro trimestre, a companhia registrou lucro de R$ 24,8 milhões, revertendo o prejuízo de R$ 199,6 milhões do mesmo intervalo de 2023. Já a receita cresceu 3,2% no comparativo anual, para R$ 931,8 milhões.

A marca Havaianas somou receita de R$ 921,1 milhões no primeiro trimestre, alta de 3% sobre o mesmo período de 2023, enquanto o Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) avançou 72,5% no comparativo anual, para R$ 107,5 milhões.

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 00.776.574/0006-60 - NIRE 3330029074-5
Companhia Aberta

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária. Ficam convidados os Srs. acionistas da **Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial** ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia") a ser realizada, em primeira convocação, no dia 05 de setembro de 2024, às 11:00 horas, **de forma exclusivamente digital**, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM nº 81/22"), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia ("Ordem do Dia"): **(i)** Alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir o novo valor do capital social da Companhia em decorrência do aumento de capital aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de maio de 2024 e homologado parcialmente pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 25 de julho de 2024, e do grupamento das ações e bônus de subscrição de emissão da Companhia, na proporção de 100 ações ordinárias ou bônus de subscrição para 1 ação ou bônus de subscrição da mesma espécie, conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de maio de 2024; **(ii)** Eleição dos 7 (sete) novos membros do Conselho de Administração, nos termos da Cláusula 8.2.1 do Plano de Recuperação Judicial da Companhia, homologado pelo Juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro em 26 de fevereiro de 2024; **(iii)** Consolidação do Estatuto Social da Companhia de forma a refletir a alteração acima indicada; e **(iv)** Autorização à administração da Companhia para tomar as providências e praticar os atos necessários com relação à implementação das deliberações tomadas em Assembleia, bem como ratificar todos os atos praticados até a data da Assembleia. **Informações Gerais:** A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, por meio de sistema eletrônico, nos termos da Resolução CVM nº 81/22, e em conformidade com as instruções detalhadas na Proposta da Administração e no Manual para Participação na Assembleia divulgados pela Companhia nesta mesma data e disponível aos senhores Acionistas na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (https://ri.americanas.io), e nos sites da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (https://www.gov.br/cvm/pt-br). Os acionistas que optarem por participar da Assembleia por meio do sistema eletrônico deverão **impreterivelmente até às 23:59 do dia 03 de setembro de 2024**, realizar o seu cadastro no sistema eletrônico por meio do link_https://assembleia.ten.com.br/305123724_e fornecer todas as informações e documentos obrigatórios, conforme indicados no Manual para Participação na Assembleia. Os acionistas também poderão participar da Assembleia preenchendo o boletim de voto a distância, nos termos da Resolução CVM nº 81/22, o qual poderá ser enviado por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador, ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes no Manual para Participação na Assembleia. A Companhia informa, ainda, que o envio do boletim de voto a distância por meio de agentes de custódia ou do escriturador dispensa a necessidade de credenciamento prévio do acionista com a Companhia. Alternativamente, os acionistas poderão exercer o seu direito de voto mediante o preenchimento de boletim de voto a distância digital diretamente na plataforma digital Ten Meetings. Neste caso, para que o boletim de voto a distância seja considerado válido e os votos nele proferidos sejam contabilizados como parte integrante do quórum da Assembleia, o acionista deverá (i) acessar o endereço eletrônico https://assembleia.ten.com.br/305123724; (ii) se cadastrar na plataforma Ten Meetings com a documentação necessária, descrita no Manual para Participação na Assembleia; (iii) preencher devidamente todos os campos; e (iv) ao final, confirmar seu voto. Nos termos do artigo 6º, §3º, da Resolução CVM nº 81/22, não será admitido o acesso ao sistema eletrônico dos acionistas ou procuradores que não apresentarem os documentos de participação necessários **até às 23:59 do dia 03 de setembro de 2024**. A Companhia, portanto, recomenda que os acionistas ou procuradores realizem o cadastramento no sistema eletrônico e o envio dos documentos obrigatórios com 3 dias de antecedência do encerramento do prazo indicado acima, de modo a ter tempo hábil para sanar eventuais pendências dentro do prazo. Os acionistas participantes da Custódia Fungível de Ações Nominativas da B3 que desejarem participar da Assembleia deverão apresentar extrato atualizado de sua posição acionária fornecido pela instituição custodiante. Nos termos do art. 141 da Lei nº 6.404/76, Resolução CVM nº 70, e Artigo 11 do Estatuto Social da Companhia, acionistas titulares de, no mínimo, 5% do capital social da Companhia poderão solicitar que a eleição do Conselho de Administração da Companhia seja realizada pelo sistema do voto múltiplo, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da data de realização da Assembleia (isto é, até 03 de setembro de 2024, às 11:00 horas). Os documentos e informações referentes às matérias constantes da Ordem do Dia bem como aqueles previstos nas Resoluções editadas pela CVM foram apresentados à CVM, por meio do Sistema de Informações Periódicas e Eventuais (IPE), nos termos do art. 7º da Resolução CVM nº 81/22, bem como foram disponibilizados aos acionistas, na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (https://ri.americanas.io), e nos sites da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br). Eventuais esclarecimentos, inclusive sobre o acesso e utilização do sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia aos seus acionistas, poderão ser obtidos no site de Relações com Investidores (ri.americanas.io), ou por intermédio do endereço eletrônico ri@americanas.io. Rio de Janeiro, 02 de agosto de 2024. **Eduardo Saggioro Garcia** - Presidente do Conselho de Administração.

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 00.776.574/0006-60 - NIRE 3330029074-5
Companhia Aberta

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia"), realizada em 25.7.24. 1. Data, Hora e Local: Em 25.7.2024, às 16h, de forma presencial, na sede social da Companhia, ou por videoconferência, na forma autorizada pelo Art. 12, §5º, do Estatuto Social da Companhia. **2. Convocação e Presença**: Convocação dispensada em razão da participação da totalidade dos membros do Conselho de Administração, a saber: Eduardo Saggioro Garcia (Presidente do Conselho de Administração), Carlos Alberto da V. Sicupira (Conselheiro), Paulo Alberto Lemann (Conselheiro), Cláudio M. B. Garcia (Conselheiro), Sidney Victor da C. Breyer (Conselheiro Independente), Vanessa C. Lopes (Conselheira Independente), Célio de Melo A. Neto (Conselheiro Independente). Participaram, ainda, os Srs. Leonardo Coelho e Camille Faria, diretores estatutários da Companhia, o Sr. Fábio Medeiros, diretor jurídico e de compliance, e a Sra. Sabrina Juhàsz, gerente de governança. **3. Composição da Mesa**: Presidente: Eduardo Saggioro Garcia; Secretário: Fábio Medeiros. **4. Ordem do Dia**: Deliberar sobre: **(i)** Verificação do total de novas ações ordinárias ("Novas Ações") e de bônus de subscrição a serem emitidos como vantagem adicional aos subscritores das Novas Ações ("Bônus de Subscrição") no aumento de capital da Companhia aprovado em AGE realizada em 21.5.24 ("Aumento de Capital"), tanto pelos acionistas, no exercício do direito de preferência (inclusive pela subscrição de sobras) e pelos credores mediante a capitalização de créditos por eles detidos contra a Companhia; **(ii)** Homologação parcial do Aumento de Capital, com a subscrição privada de Novas Ações e Bônus de Subscrição, e cancelamento das ações não subscritas; **(iii)** Consignação do valor do novo capital social da Companhia em decorrência do item acima; **(iv)** Autorização à administração da Companhia para praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações descritas nos itens (i) e (ii) acima; e **(v)** Aprovação da extinção do Comitê Independente nos termos do art. 2° de seu Regimento Interno. **5. Deliberação**: Instalada a Reunião do Conselho de Administração, os membros do Conselho de Administração presentes, por unanimidade e sem ressalvas ou reservas, após análise dos documentos pertinentes, tomaram as seguintes deliberações: **(i)** Inicialmente, os conselheiros verificaram o resultado das subscrições de ações no âmbito do Aumento de Capital, tendo sido subscritas e integralizadas 18.815.921.100 novas ações ordinárias emitidas pela Companhia ("Novas Ações"), sendo 9.369.000.523 Novas Ações subscritas pelos credores da Companhia, mediante a capitalização de seus créditos, e 9.446.920.577 Novas Ações subscritas pelos acionistas da Companhia mediante o exercício do direito de preferência e da subscrição de sobras, das quais 9.437.503.566 Novas Ações foram subscritas pelas Afiliadas dos ARs. Como vantagem adicional às Novas Ações subscritas, foi emitido um total de 6.271.972.262 bônus de subscrição aos subscritores das Novas Ações ("Bônus de Subscrição"), sendo 3.122.999.071 Bônus de Subscrição emitidos para os credores da Companhia, mediante a capitalização de seus créditos, e 3.148.973.191 Bônus de Subscrição emitidos para os acionistas da Companhia, dos quais 3.145.834.522 Bônus de Subscrição emitidos para as Afiliadas dos ARs. Dessa forma, o valor total subscrito e integralizado no Aumento de Capital foi de R$ 24.460.697.430,00 tendo sido verificado, portanto, o atingimento do montante da Subscrição Mínima de R$12.268.754.635,80; **(ii)** Aprovar a homologação parcial Aumento de Capital, sendo o montante total de emissão de R$ 24.460.697.430,00, mediante a emissão de 18.815.921.100 Novas Ações, ao preço de emissão de R$ 1,30 (um real e trinta centavos) por Nova Ação, fixado nos termos do art. 170, §1º, inc. III, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A.") e 6.271.972.262 Bônus de Subscrição, atribuídos como vantagem adicional aos subscritores das novas ações, na proporção de 1 bônus de subscrição para cada grupo de 3 ações subscritas. O Conselho de Administração consignou, ainda, que conforme deliberado na AGE de 21.5.24, as ações e bônus de subscrição de emissão da Companhia serão grupados na proporção de 100 ações ordinárias ou bônus de subscrição para 1 ação ou bônus de subscrição da mesma espécie ("Grupamento"), a ser efetivado no dia 26.8.24; **(iii)** Consignar, em decorrência das deliberações acima, que o capital social da Companhia passa a ser de R$ 39.918.251.652,38, representado por 19.718.450.603 ações ordinárias, todas escriturais nominativas e sem valor nominal, de modo que, considerados os efeitos do Grupamento, o capital social passará a ser representado por 197.184.506 ações ordinárias; **(iv)** Autorizar a administração da Companhia a praticar, a qualquer tempo, todos os atos necessários à implementação das deliberações ora aprovadas, inclusive a divulgação do Fato Relevante relativo à Homologação Parcial do Aumento de Capital, bem como ratificar todos os atos já praticados pela administração em relação às matérias tratadas na presente reunião, tudo em cumprimento ao Plano de Recuperação da Companhia, devidamente aprovado pelos Credores e homologado judicialmente; e **(v)** Tendo em vista a apresentação do relatório final do Comitê Independente *Ad Hoc* de apuração das causas e responsabilidades relacionadas a inconsistências em lançamentos contábeis da Americanas S.A. relacionados aos fatos relevantes divulgados em 11.1.23 e 13.6.23, aprovar a extinção de tal Comitê, nos termos do art. 2º de seu Regimento Interno. **6. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar e ninguém fazendo uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, lida e achada conforme, é assinada pelos membros da Mesa e pelos Conselheiros presentes. Mesa: Presidente: Eduardo Saggioro Garcia; Secretário: Fábio Medeiros. Conselheiros: Eduardo Saggioro Garcia, Carlos Alberto da V. Sicupira, Paulo Alberto Lemann, Cláudio M. B. Garcia, Sidney Victor da C. Breyer, Vanessa C. Lopes, e Célio de Melo A. Neto. Certifico que a presente é cópia fiel daquela lavrada em livro próprio. RJ, 25.7.24. Fábio Medeiros - Secretário. JUCERJA nº 6374698 em 1.8.24.

Televisão Nova tecnologia permite maior interação com o consumidor, que poderá navegar pela internet e por canais abertos, aumentando possibilidades de negócios

Setor de TV espera que decreto que regulamenta TV 3.0 saia neste ano

Rafael Rosas
De Rio

O Fórum do Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD) espera que o governo federal promulgue até o fim do ano o decreto com a regulamentação da TV 3.0 no Brasil. O presidente do conselho do Fórum, o engenheiro Raymundo Barros, que também é diretor de estratégia e tecnologia da Globo, disse ontem (6) que, a partir da edição do decreto, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) será capaz de planejar como as emissoras de TV terão acesso ao novo espectro para iniciar as operações da TV 3.0.

A tecnologia terá a capacidade de fazer a convergência dos sinais de televisão e internet nos aparelhos de TV. O usuário poderá alternar entre programas da TV aberta e via internet, como se estivesse em único ambiente.

Barros lembrou que nesta terça-feira (6) foi publicada uma portaria do Ministério das Comunicações que estabelece uma agenda regulatória para 2024 e 2025. "E o principal item [da portaria] é o decreto da TV 3.0", disse. "A gente tem um entendimento comum de que esse decreto, que estabelece o processo de lançamento da TV 3.0, saia até o fim deste ano", afirmou.

Ele explicou que o Fórum entregou ao Ministério uma série de sugestões para a implantação da TV 3.0 no país. Embora não haja prazo para a edição do decreto, o executivo ponderou que, mesmo que o documento só fique pronto no ano que vem, isso não altera a previsão da Globo de iniciar um projeto piloto de transmissão ainda em 2025.

"No ano que vem pretendemos ter estação piloto no Rio ou São Paulo ou nas duas cidades.

SILVIA COSTANTI / VALOR

"Ano que vem pretendemos ter estação piloto no Rio ou em São Paulo" *Raymundo Barros*

Mas dependemos que tenha esse marco regulatório", disse.

Barros participou ontem — na sede do setor de tecnologia da Globo, na Barra da Tijuca, zona oeste do Rio — de uma demonstração a jornalistas sobre as funcionalidades da TV 3.0. A possibilidade de navegar tanto pela internet quanto pelas transmissões tradicionais da TV aberta abre horizontes para as radiodifusoras, que poderão ter maior direcionamento da publicidade, por exemplo, além de permitir mais interatividade com os consumidores, como acontece nas plataformas de internet.

"Há uma superoportunidade de tornar essa relação com o consumidor, são 100 milhões de brasileiros que estão com a gente todo dia, mais digital, mais interativa, mais pessoal e, a partir daí, ter modelos de negócio que o apoiem", disse Barros. "Existe grande confiança de que a TV 3.0 insira a radiodifusão definitivamente na economia digital."

O executivo afirmou ainda que a macroeconomia da indústria de mídia hoje é mais desafiadora do que era há 15 anos. Nesse sentido acrescentou que uma das discussões entre representantes do Fórum, do Ministério, Anatel, Abert e Abratel, entre outras instituições do setor, é para que bancos de fomento como BID e BNDES possam apoiar as radiodifusoras no desenvolvimento da TV 3.0 no país.

"A TV aberta tem um impacto social importante, uma mídia feita para brasileiros, com conteúdos brasileiros, com relevância competindo hoje com uma imensa assimetria regulatória com as plataformas digitais", destacou. Barros frisou que, mesmo que esse financiamento não aconteça, a Globo tem condições de implantar a TV 3.0 nos maiores municípios e regiões metropolitanas do país.

Senior fatura R$ 1 bi e mira México e Chile

Tecnologia

Daniela Braun
De São Paulo

A Senior Sistemas, empresa brasileira de softwares de gestão empresarial (ERP, na sigla em inglês) está de olho em aquisições no México e no Chile para avançar no plano de internacionalização. A empresa informou ter alcançado uma receita bruta de R$ 1 bilhão no acumulado de 12 meses, até junho.

"Nosso processo de fusões e aquisições é contínuo", diz o executivo-chefe (CEO) da empresa, Calênio Castelo Branco, ao **Valor**.

A empresa estreou a operação fora do país após a compra da empresa de software Novasoft, da Colômbia, em 2021. "Buscamos empresas mais maduras, que tenham produtos prontos", disse o CEO.

A Senior segue interessada em negociações no Brasil. Entre janeiro e junho, investiu R$ 84,6 milhões para comprar empresas de tecnologia que atuam áreas-chave do negócio: a JobConvo, de recursos humanos (R$ 5,5 milhões), a GAtec, do agronegócio (R$ 49,8 milhões), e a Hypnobox (R$ 29,3 milhões), do setor de construção.

Enquanto não retoma a oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) — a abertura de capital foi cancelada em 2022, em meio à crise do mercado global de tecnologia —, a Senior financia as negociações com capital próprio, informa o executivo.

A empresa encerrou o segundo trimestre com caixa líquido de R$ 156,1 milhões. O lucro líquido somou R$ 51,6 milhões entre abril e junho, alta de 25,8% em base anual. Neste período, a receita líquida somou R$ 236,4 milhões, alta de 16,4%. "Para 2024, a meta é elevar a receita em22%", diz Castelo Branco.

Embora a adoção de sistemas de gestão empresarial não seja novidade — a era do ERP ganhou força na década de 1990 — Castelo Branco nota que o mercado ainda não está maduro. "Vão surgindo necessidades novas dentro dos clientes", observa o executivo. Na área de RH, ele cita a adoção de softwares para recrutamento e seleção, acompanhamento da evolução dos colaboradores e descrição de cargos, onde a inteligência artificial (IA) generativa já está presente.

Com o impulso da IA e a migração para a nuvem, os gastos das empresas com ERP, softwares de gestão de relacionamento com o consumidor (CRM) e de cadeias de suprimentos devem alcançar US$ 5,6 bilhões no Brasil, este ano, alta de 11,6% em relação a 2023, projeta a consultoria IDC. No mundo, a previsão é de crescimento anual de 10,4% até 2027 quando os gastos devem alcançar US$ 172,9 bilhões.

No Brasil, a Senior Sistemas disputa uma fatia de 22% do mercado com empresas como Microsoft, Infor e MV Sistemas, segundo a pesquisa de uso de tecnologia da Fundação Getulio Vargas.

A liderança é dividida entre a brasileira Totvs e a alemã SAP, com 34% de participação cada uma. A Oracle tem 10%.

Fundada em 1988, em Blumenau (SC), para fornecer softwares de gestão de folha de pagamento, a Senior é controlada pelos sócios fundadores Jorge Censi, Guido Heinzen e Nésio Roskowski.

A empresa conta com 3 mil funcionários e 23 mil clientes. "O foco está em empresas com faturamento anual a partir de R$ 20 milhões", diz Castelo Branco.

JULIO CORTEZ/AP

A atacante Gabi Portillo (no centro da foto) foi destaque ontem (6) na partida de 4 a 2 contra a seleção da Espanha

Futebol feminino do Brasil vence a Espanha e disputa a final com EUA

PARIS 2024

Olimpíada

Natália Flach
De São Paulo

A vitória da seleção brasileira feminina de futebol sobre a Espanha por 4 a 2 na terça-feira (6) garantiu à equipe canarinho uma vaga na final olímpica, a ser disputada com os Estados Unidos, no sábado ao meio dia.

A atacante Gabi Portillo foi um dos destaques, ao marcar o segundo gol. O placar havia sido aberto pela Espanha, com um gol contra. O terceiro gol foi marcado por Adriana e Kerolin fez o quarto. A goleira Lorena também foi importante na partida, ao defender no segundo tempo três ataques da Espanha, a atual campeã mundial. A espanhola Paraluello marcou dois gols.

A brasileira Marta, eleita seis vezes, pela Fifa, a melhor jogadora de futebol do mundo, ficou suspensa nos últimos dois jogos na Olimpíada de Paris. Volta no sábado para disputar o ouro contra os Estados Unidos. Esse jogo pode melhorar a posição do Brasil no quadro de medalhas, liderados dos Estados Unidos (EUA) e China, com folga *(ver ao lado)*. A medalha de bronze vai ser definida entre Espanha e Alemanha na sexta-feira (9), a partir das 10h.

Quadro de medalhas
Atualizado em 6/08/2024 às 18:51

	País	Ouro	Prata	Bronze
1º	Estados Unidos	21	31	31
2º	China	21	21	16
3º	Austrália	13	12	9
4º	França	13	16	19
5º	Grã-Bretanha	12	15	19
6º	Coreia do Sul	11	8	7
7º	Japão	10	6	12
8º	Itália	9	10	7
9º	Holanda	8	5	6
10º	Alemanha	7	5	4
11º	Canadá	5	4	8
12º	Irlanda	3	0	3
13º	Nova Zelândia	3	5	1
14º	Hungria	3	3	2
15º	Suécia	3	3	2
16º	Romênia	3	3	1
17º	**Brasil**	2	5	6
18º	Ucrânia	2	2	3
19º	Croácia	2	1	2
20º	Bélgica	2	0	3

O Brasil vai disputar a final olímpica no futebol feminino após 16 anos, segundo a Folhapress. Em Pequim- 2008, a seleção foi derrotada pelos EUA por 1 a 0. Quatro anos antes, em Atenas-2004, o Brasil também foi derrotada pelas americanas na decisão. Marta esteve presente em ambos os jogos. A partida do próximo sábado marcará a despedida de Marta das Olimpíadas após seis participações. A atacante, de 38 anos, disse no começo do ano que não representará mais a seleção brasileira após 2024.

A seleção brasileira de vôlei feminino, que não perdeu um set sequer na Olimpíada de Paris, vai enfrentar os Estados Unidos na semifinal. Ontem (6) as brasileiras venceram a seleção da República Dominicana por 3 sets a zero. As norte-americanas acumulam três vitórias e uma derrota — perderam na estreia para as chinesas no tie break, segundo o jornal "Lance".

Brasil e Estados Unidos marca o reencontro de duas equipes que decidiram finais de Jogos Olímpicos, em 2008 e 2012, com vitória e título para o Brasil em ambos confrontos. A semifinal em Paris está marcada para quinta-feira (8), às 11h.

Seleção brasileira de vôlei vai disputar e semifinal com os Estados Unidos

ALESSANDRA TARANTINO/AP

A seleção brasileira de vôlei feminino segue invicta na Olimpíada de Paris

Curtas

X aciona anunciantes

A rede social X, de propriedade de Elon Musk, processou um grupo de anunciantes, alegando que um "boicote massivo de anunciantes" privou a empresa de bilhões de dólares em receitas e violou as leis antitruste. A empresa, anteriormente conhecida como Twitter, entrou com a ação hoje (6) em um tribunal federal no Texas contra a Federação Mundial de Anunciantes e as empresas Unilever, Mars, CVS Health e Orsted, que fazem parte da associação. Acusou a iniciativa do grupo de publicidade, chamada Aliança Global para Mídia Responsável, de ajudar a coordenar um movimento de suspensão na publicidade depois que Musk comprou o Twitter por US$ 44 bilhões no final de 2022.

OpenAI sem Schulman

O cofundador da OpenAI, John Schulman, está deixando a empresa. Vai para a rival Anthropic, startup de inteligência artificial apoiada pela Amazon. Schulman disse que quer se concentrar no alinhamento da IA — o termo refere-se ao desenvolvimento de sistemas de segurança para garantir que os funcionários possam controlar a tecnologia que criam, em linha com um conjunto de valores humanos, mesmo que a tecnologia exceda as capacidades humanas.

WPP deve vender controle da FGS

Marketing

Daniel Thomas, Arash Massoudi e Kaye Wiggins
Financial Times, de Londres e Hong Kong

O grupo publicitário WPP está perto de um acordo para vender sua fatia de controle na empresa de comunicações financeiras FGS Global para o grupo de private equity KKR por cerca de US$ 800 milhões.

Fontes a par das discussões disseram que a WPP poderá anunciar o negócio já nesta quarta-feira (7), quando o grupo divulga seus últimos resultados financeiros. Sob os termos do acordo, a WPP venderá sua participação de 50,5% na FGS por cerca de US$ 800 milhões, dando à empresa de comunicações uma avaliação de cerca de US$ 1,6 bilhão. A KKR elevará sua fatia de cerca de 30% para cerca de 80%, com centenas de sócios e a administração mantendo a participação restante.

Fontes a par do negócio disseram que é importante para os sócios continuar controlando parte do capital como um incentivo para permanecer na companhia. Mas alertaram que o negócio não havia sido assinado na terça-feira. A WPP e a KKR não quiseram comentar.

A FGS – que foi formada através da fusão da Finsbury de Londres, a Hering Schuppener de Frankfurt e a Glover Park Group de Washington – possui perto de 30 escritórios no mundo, que atendem mais de 1.600 clientes. O grupo gerou uma receita de cerca de US$ 450 milhões no ano passado, obtendo um lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (Lajida) de cerca de US$ 95 milhões.

Ao adquirir a FGS, a KKR está apostando que poderá continuar ampliando a empresa e encontrar uma oportunidade de saída nos próximos anos, seja vendendo-a para um comprador ou colocando-a no mercado aberto.

A indústria de comunicações financeiras vem passado por uma onda de consolidação, pois empresas antes voltadas para os mercados internos, agora buscam reunir serviços e oferecer uma cobertura ampla para a sua lista de executivos de grandes empresas, corporações e grupos financeiros.

Mas nem todos os negócios têm se mostrado tranquilos. Essas empresas dependem de consultores de comunicação famosos, que podem trazer grandes contas. O grupo de private equity CVC, por exemplo, enfrentou dificuldades com seu investimento de 2019 na Teneo, uma concorrente da FGS, após uma série de escândalos que levaram dois de seus três fundadores a sair abruptamente com meses de diferença um do outro durante a pandemia de covid-19.

A venda da FGS será a primeira firmada desde que a WPP escolheu Philip Jansen como seu novo presidente do conselho de administração na semana passada.

O acordo será um impulso para a posição financeira da WPP, que tem sido alvo de escrutínio nos últimos meses, em razão de seu desempenho inferior ao de concorrentes como a Publicis da França.

Mas o negócio também reacenderá as discussões sobre se a ação da WPP está sendo negociada a um preço que reflete a soma de seus vários negócios, que abrangem mídia, marketing, relações públicas e propaganda no mundo todo.

Cada vez mais, a WPP também se posiciona como uma companhia focada em tecnologia, empregando ferramentas de inteligência artificial (IA) e serviços baseados em dados para seus clientes, para atingir grupos específicos de clientes e criar campanhas mais rapidamente e com uma maior eficácia.

Fontes disseram que a FGS passou a ser cada vez mais vista como não essencial para o grupo de propaganda, que já controla a Burson, uma das maiores empresas de RP do mundo. Outras agências do grupo, como a Ogilvy, também oferecem serviços de RP a clientes. *(Tradução de Mario Zamarian)*

Ambiente Citrosuco, ECCON e Reservas Votorantim desenvolveram o PSA Carbon Agro Perene para mensurar as boas práticas agrícolas

Empresas lançam metodologia para remunerar práticas 'verdes'

PRÁTICA ESG

Naiara Bertão
De São Paulo

Durante mais de um ano e meio, a Citrosuco, maior produtora de suco de laranja do mundo, a consultoria ECCON Soluções Ambientais, e a Reservas Votorantim, empresa de gestão florestal do Grupo Votorantim, trabalharam para desenvolver uma metodologia que remunere propriedades rurais por praticarem agricultura sustentável e preservarem mata nativa nas áreas.

O desmatamento para produção agropecuária é, comprovadamente, uma dos maiores fatores de emissão de gases de efeito estufa do Brasil, e as tentativas de regular o setor têm falhado no mundo todo, especialmente pela dificuldade em construir metodologias confiáveis e aplicáveis para diferentes solos, biomas e cultivos.

"A nossa visão na Citrosuco é que o agro brasileiro esteja do lado da solução, e não do problema. Mas, ainda, pouca gente no mundo entende dessa maneira", comenta Clauber Andrade Souza, diretor de sustentabilidade da Citrosuco. "Apesar de ser um negócio que promove a agenda climática, é algo que pode melhorar a produção agrícola."

Chamada de PSA Carbon Agro Perene (PSA é a sigla para pagamento por serviço ambiental), a metodologia busca realizar uma mensuração, com diversos indicadores ecossistêmicos e de boas práticas agrícolas. Para isso, são aplicadas métricas que avaliam a conservação florestal, manutenção e melhoria de qualidade de água, manutenção de habitat para biodiversidade, manutenção de ecossistemas, oferecimento de infraestrutura de suporte a boas práticas, boas práticas de manejo sustentável, entre outras.

"Funciona como um incentivo financeiro para a conservação ambiental e para a adoção de práticas agrícolas sustentáveis", destaca David Canassa, diretor da Reservas Votorantim.

Segundo o executivo, a proposta foi seguir os critérios que a Câmara de Comércio Internacional (ICC, na sigla em inglês) cobra para o mercado de crédito de carbono, mas preocupando-se com a praticidade de execução da metodologia. "Queremos facilitar a captura de informações com tecnologia, automatizando, por exemplo, captura de dados de forma automatizada a partir de imagens de satélites e outras formas de rastreamento", afirma.

DIVULGAÇÃO

"Agro precisa estar do lado da solução"
Clauber Souza

A unidade de medida foi chamada de C+ (Carbono Plus). Cada C+ equivale à remoção de uma tonelada de gás carbônico equivalente (CO_2) da atmosfera.

Yuri Rugai Marinho, fundador e CEO da ECCON Soluções Ambientais, observa que, hoje, em muitos casos, são usadas as metodologias de medição de biomassa e serviços ambientais de fora do país, especialmente de países mais desenvolvidos, mas que não têm a mesma riqueza de biodiversidade e a complexidade dos biomas brasileiros. Por isso, a intenção das empresas foi buscar algo que nascesse do Brasil a partir das particularidades locais.

"Contribuímos justamente para criar uma metodologia que premia o agro responsável, acima do básico, e contribui com aperfeiçoamentos dos projetos de carbono, ao criar uma metodologia pautada na realidade brasileira", comenta Marinho.

Por alguns meses, a metodologia ficará em consulta pública no site da Citrosuco. A etapa seguinte é iniciar um projeto-piloto com a empresa.

Marcelo Stabile, gerente de carbono da ECCON, diz que a metodologia foi desenhada com a preocupação de poder ser usada também por propriedades menores, diferente dos projetos REDD+, de prevenção ao desmatamento, que só são viáveis em propriedades acima de 10 mil hectares.

Alvoar Lácteos vai medir as emissões de carbono de fornecedores de leite

Cleyton Vilarino
De São Paulo

Quinto maior laticínio do país, a Alvoar Lácteos está investindo R$ 1,3 milhão para calcular a emissão de carbono de 60 de seus mais de 5 mil produtores fornecedores de leite. A iniciativa é o primeiro passo da empresa para a definição de suas metas futuras de descarbonização.

Até 2025, a companhia quer alcançar pelo menos 200 pecuaristas, diz Armindo Neto, diretor executivo de captação da Alvoar e responsável pelo projeto. Inicialmente, o trabalho vai se concentrar nos Estados de Minas Gerais e Ceará.

O projeto será um dos primeiros a calcular as emissões da pecuária leiteira na Caatinga, único bioma 100% nacional e considerado a região semiárida mais povoada do mundo. Segundo o executivo, a empresa quer alcançar outros Estados da região em que o laticínio também atua.

"O próximo passo será incluir produtores de Pernambuco, Sergipe e Bahia e de outras áreas do Nordeste, uma região muito grande e com características específicas em cada Estado", afirmou. Nas metas de descarbonização, a Alvoar quer definir estratégias compatíveis com o perfil de seus produtores.

Os primeiros resultados indicam que os 60 pecuaristas emitem, em média, 2,75 quilos de carbono equivalente por litro de leite que produzem, um resultado semelhante à média global de emissões do segmento. O objetivo é fazer com que esse índice chegue a 0,8 quilo de carbono equivalente por litro, nível que já se registrou em experimentos que seguiram as melhores práticas ambientais.

"A gente sabe que depois disso temos espaço para continuar reduzindo cada vez mais as emissões, até chegar a zero, mas esta é uma jornada de longo prazo", reconhece Neto.

O projeto com os produtores de leite é parte dos esforços da empresa para reduzir sua pegada ambiental, compromisso que a Alvoar assumiu após captar, em novembro do ano passado, US$ 30 milhões da International Finance Corporation (IFC), braço corporativo do Banco Mundial. À época, a empresa informou que destinaria parte dos recursos a investimentos em programas de sustentabilidade ambiental, social e de governança (ESG, na sigla em inglês).

"O mercado está cada vez mais exigente com isso [sustentabilidade], e as pessoas têm buscado saber a origem dos alimentos que consomem e seu impacto ambiental e social. Então, de fato, é um mundo novo, para o qual temos que nos preparar. Mas esta não é uma mudança rápida e nem simples de se fazer, é uma mudança que vai se construindo em longo prazo", acrescentou.

Brasil atenderá lei antidesmatamento da UE, diz secretário

Comércio

Nayara Figueiredo
De São Paulo

A lei da União Europeia (UE) que exige rastreabilidade em 100% da cadeia produtiva e proíbe a importação de produtos ligados a áreas desmatadas após 2020 poderá ser atendida pelo Brasil sem dificuldades, disse o secretário de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Roberto Perosa. A lei entrará em vigor em 30 de dezembro deste ano.

"A gente entende que podemos ser parceiros da União Europeia. Não estamos tão preocupados [quanto os Estados Unidos] porque entendemos que não temos nenhuma dificuldade para atender [a lei]. Claro que precisamos comprovar, e é esse o grande desafio", afirmou o secretário a jornalistas nos bastidores do Salão Internacional de Proteína Animal (Siavs).

Os Estados Unidos estão pressionando a UE para que o início da vigência da legislação seja adiado. Perosa disse acreditar que há chance de isso acontecer, o que ele entende que seria o mais adequado. Mas, segundo ele, se não houver prorrogação, "vamos arrumar um jeito de entregar as informações [de rastreabilidade]".

"Estamos desenvolvendo mecanismos que façam essa medição aqui no Brasil. Estamos vendo algumas metodologias para abarcar isso", disse. A criação de uma plataforma para comportar as informações dos produtos é uma das alternativas em análise pelo governo federal. "O Ministério quer potencializar a ajuda para que haja o atendimento à legislação", completou.

Ao mesmo tempo, Perosa afirmou que o posicionamento consolidado por todo o Mercosul é de que podem ser enviados à UE produtos que não estejam ligados ao desmatamento ilegal, uma vez que a lei brasileira, por exemplo, permite o desmatamento legal em determinadas áreas. "Isso está consolidado em qualquer comunicação nossa. Nós não iremos contra a lei do nosso país", disse.

O secretário observou que a UE é um importante parceiro comercial do Brasil, mas não o mais importante, e que os produtos podem ser destinados a outros mercados, como a Ásia.

Agenda Tributária

Mês de Agosto de 2024

Data de vencimento: data em que se encerra o prazo legal para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Data de Vencimento	Tributos	Código Darf*/GPS**	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
Diária	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos do Trabalho		
	Tributação exclusiva sobre remuneração indireta	2063*	FG ocorrido no mesmo dia
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Royalties e Assistência Técnica - Residentes no Exterior	0422*	FG ocorrido no mesmo dia
	Renda e proventos de qualquer natureza	0473*	"
	Juros e Comissões em Geral - Residentes no Exterior	0481*	"
	Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videofônicas (L8685/93) - Residentes no Exterior	5192*	"
	Aplicações financeiras - Recolhimento na data da remessa	5286*	"
	Fretes internacionais - Residentes no Exterior	9412*	"
	Remuneração de direitos	9427*	"
	Previdência privada e Fapi	9466*	"
	Aluguel e arrendamento	9478*	"
	Outros Rendimentos		
	Pagamento a beneficiário não identificado	5217*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Imposto sobre a Exportação (IE)	0107*	Exportação, cujo registro da declaração para despacho aduaneiro tenha se verificado 15 dias antes.
Diária	Cide - Combustíveis - Importação - Lei nº 10.336/01 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível.	9438*	Importação, cujo registro da declaração tenha se verificado no mesmo dia.
Diária	Contribuição para o PIS/Pasep Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5434*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5442*	FG ocorrido no mesmo dia
Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento)	Pagamento de parcelamento de clube de futebol - CNPJ - (5% da receita bruta destinada ao clube de futebol)	4316**	Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)
Até o 2º dia útil após a data do pagamento das remunerações dos servidores públicos	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Licenciado/Afastado, sem remuneração	1684*	Julho/2024
7	Comprev - recolhimento efetuado por RPPS - órgão do poder público - CNPJ	7307**	1º a 30/junho/2024
	Comprev - recolhimento efetuado por RPPS - órgão do poder público - CNPJ - estoque	7315**	"

Fonte: Secretaria da Receita Federal

Obs.: *Em caso de feriados estaduais e municipais, os vencimentos deverão ser antecipados ou prorrogados de acordo com a legislação de regência*

valor.com.br

Balanço

Mosaic tem prejuízo de US$ 162 milhões

A Mosaic teve um prejuízo de US$ 162 milhões no segundo trimestre, reflexo de perdas com moeda estrangeira, entre outros fatores. Já a receita da empresa caiu 17%, para US$ 2,8 bilhões.

valor.com.br/agro

Leite

CNA quer que Brasil pressione Argentina

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) protocolou uma petição para que o Brasil investigue se o subsídio que a Argentina concede ao leite em pó configura dumping.

valor.com.br/agro

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Costa Gestão Administrativa Ltda. -** CNPJ: 30.708.893/0001-95 - Endereço: Av. Paraná, 240, Bairro Eldorado, São José do Rio Preto/sp - Requerente: Guilherme Bueno Amorim - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

Requerido: **Estações Empreendimentos Imobiliários Ltda. -** CNPJ: 11.674.912/0001-65 - Endereço: Setor Scs Quadra 06, Bloco A, Nº 130, 6º Andar, Parte 01, Asa Sul - Requerente: Rapha Construtora e Incorporadora Spe Ltda. ME - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF

Requerido: **Livraria Internacional Sbs Ltda. -** CNPJ: 03.608.306/0001-13 - Endereço: Rua Eduardo Leopoldo, 414, Bairro Vila Guilherme - Requerente: Premium Recebíveis L Multissetorial Fundo em Direitos Creditórios Não Padronizados - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Falências Decretadas

Empresa: **Norts Engenharia e Projetos Ltda. -** CNPJ: 00.387.142/0001-53 - Endereço: Quadra Qnm 21, Conj. O, Lote 10, Sala 101, Ceilândia Sul - Administrador Judicial: Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., Representada Pela Dra. Ana Beatriz Martucci Nogueira Maroni - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Bio Carb Indústria Química Ltda. -** CNPJ: 00.242.646/0001-85 - Requerente: Swm Soluções Indústria e Comércio de Produtos Industriais Ltda. - Vara/Comarca: 27a Vara Cível de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR - Observação: Pedido julgado elidido.

Requerido: **Deise Guerra Ltda. -** CNPJ: 43.332.072/0001-49 - Requerente: Deise Guerra Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Face não reunir as condições exigidas para a ação.

Requerido: **Drogaria Genérica Ltda. -** CNPJ: 04.724.553/0001-48 - Requerente: Casco & Campos Comércio de Produtos Esportivos Ltda. - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes.

Requerido: **Hospitália Produtos Para Saúde Ltda. -** CNPJ: 10.247.663/0001-69 - Requerente: Casco & Campos Comércio de Produtos Esportivos Ltda. - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes.

Requerido: **Unicom Marista Produtos Profissionais Ltda. -** CNPJ: 14.248.930/0001-73 - Requerente: Casco & Campos Comércio de Produtos Esportivos Ltda. - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes.

Requerido: **Unicom Produtos Hospitalares Ltda. -** CNPJ: 38.054.979/0001-53 - Requerente: Casco & Campos Comércio de Produtos Esportivos Ltda. - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes.

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **Acip Aparelhos de Controle e Indústria de Precisão Ltda. -** CNPJ: 50.971.365/0001-31 - Endereço: Rua Maria Elci Bertelli, 500, Várzea Paulista/sp - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Empresa: **Basecor Indústria de Termoplásticos Ltda. -** CNPJ: 11.491.170/0001-32 - Endereço: Rua Jussara, 1273, Sala 05, Bairro Jardim Santa Cecília, Barueri/sp - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Empresa: **Cll Gestão de Participações Societária Ltda. -** CNPJ: 33.667.740/0001-35 - Endereço: Rua Tabajaras, 439, Bairro da Mooca, São Paulo/sp - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Empresa: **Compolímeros Indústria e Importação de Plásticos Eireli -** Endereço: Não Consta - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Empresa: **Duxteno Indústria de Plásticos S/A -** CNPJ: 19.944.492/0001-00 - Endereço: Rua Jussara, 1273, Galpão 05, Bairro Jardim Santa Cecília, Barueri/sp - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Empresa: **Globalplas Distribuidora de Resinas Termoplásticas Ltda. -** CNPJ: 66.557.588/0001-97 - Endereço: Rua Jussara, 1273, Sala 03, Bairro Jardim Santa Cecília, Barueri/sp - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Empresa: **Nold Politech Filmes e Embalagens Ltda. -** CNPJ: 04.370.098/0001-20 - Endereço: Rua Flor de Cactus, 550, Bairro Quinta da Boa Vista, Itaquaquecetuba/sp - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Empresa: **Pp Filme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. -** CNPJ: 10.557.461/0001-13 - Endereço: Rua José Garcia Sobrinho, 480, Bairro Vila João Ramalho, Mauá/sp - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Empresa: **Ricchezze Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. -** CNPJ: 10.350.588/0001-67 - Endereço: Rua João Nincão, 207, Bairro Capuava, Mauá/sp - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Empresa: **Santa Casa de Misericórdia de Araçatuba -** CNPJ: 43.751.502/0001-67 - Endereço: Rua Floriano Peixoto, 896, Bairro Vila Mendonça, Araçatuba/sp - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

Empresa: **Solidez Administradora de Bens e Participações Ltda. -** CNPJ: 11.111.551/0001-49 - Endereço: Rua João Planincheck, 1712, Box 10, Jaraguá Esquerdo, Jaraguá do Sul/sc - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Empresa: **Stretch Pro Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. -** CNPJ: 27.118.586/0001-40 - Endereço: Rua Jussara, 1273, Galpão 03, Bairro Jardim Santa Cecília, Barueri/sp - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Empresa: **Tklog Operador Logístico Ltda. -** CNPJ: 24.510.964/0001-48 - Endereço: Rua Jussara, 1273, Sala 04, Bairro Jardim Santa Cecília, Barueri/sp - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Arla Administração de Participações Ltda. -** CNPJ: 22.477.687/0001-93 - Endereço: Rua Bela Cintra, 2117, Apto 10, Bairro Consolação, São Paulo/sp - Administrador Judicial: Rv3 Consultores Ltda., Representada Pelo Dr. Ronaldo Vasconcelos - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Empresa: **Bronzearte Indústria e Comércio Ltda. -** CNPJ: 60.479.045/0001-12 - Endereço: Av. Dona Cezária Camargo de Oliveira, 197, Bairro Jardim Vista Alegre, Embu Das Artes/sp - Administrador Judicial: Rv3 Consultores Ltda., Representada Pelo Dr. Ronaldo Vasconcelos - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Empresa: **Fernanda de Souza Graton Biazini Me, Nome Fantasia Lb Transportes -** CNPJ: 41.008.615/0001-41 - Endereço: Rua Américo Boni, 64, Sala 02, Bairro Frei Moacir Ii, Dracena/sp - Administrador Judicial: Taddei e Ventura Sociedade de Advogados, Representada Pelo Dr. Marcelo Gazzi Taddei - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

Empresa: **Jaderson Carlos Biazini Me, Nome Fantasia Biazini Transportes -** CNPJ: 18.052.908/0001-04 - Endereço: Rua Américo Boni, 64, Sala 02, Bairro Frei Moacir Ii, Dracena/sp - Administrador Judicial: Taddei e Ventura Sociedade de Advogados, Representada Pelo Dr. Marcelo Gazzi Taddei - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

Empresa: **Lumi Lar Atacadista e Varejista de Lâmpadas e Luminárias Ltda. -** CNPJ: 23.269.650/0001-32 - Endereço: Av. Marginal Projetada, 1810, Galpão 04, Sala 02, Fazenda Tamboré, Barueri/sp - Administrador Judicial: Rv3 Consultores Ltda., Representada Pelo Dr. Ronaldo Vasconcelos - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Recuperação Extrajudicial Deferida

Empresa: **Agropecuária Comodoro Ltda. Ou Agro Pecuária Comodoro Ltda. -** CNPJ: 65.839.052/0001-00 - Endereço: Estrada Confap, Km 40, S/nº, Fazenda Rio Vermelho, Zona Rural, Comodoro/mt - Administrador Judicial: Scz Scalzilli Administração Judicial e Hazak Consultoria Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Cuiabá/MT

Empresa: **Agropecuária Paraguá Ltda. -** CNPJ: 59.496.893/0001-50 - Endereço: Estrada Confap, Km 67, S/nº, Fazenda Paraguá, Zona Rural, Comodoro/mt - Administrador Judicial: Scz Scalzilli Administração Judicial e Hazak Consultoria Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Cuiabá/MT

Empresa: **Agropecuária Paraguá Ltda., Filial 1 -** CNPJ: 59.496.893/0002-31 - Endereço: Fazenda Três Irmãos, S/nº, Zona Rural, Cerejeiras/ro - Administrador Judicial: Scz Scalzilli Administração Judicial e Hazak Consultoria Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Cuiabá/MT

Empresa: **Agropecuária Três Irmãos Ltda. Ou Agro Pecuária Três Irmãos Ltda. -** CNPJ: 05.962.337/0001-01 - Endereço: Fazenda Três Irmãos, S/nº, Zona Rural, Cerejeiras/ro - Administrador Judicial: Scz Scalzilli Administração Judicial e Hazak Consultoria Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Cuiabá/MT

Empresa: **Jaj Sociedade Agrícola e Pecuária Ltda. -** CNPJ: 10.537.100/0001-05 - Endereço: Rodovia Br 364, Km 476, S/nº, Zona Rural, Ariquemes/ro - Administrador Judicial: Scz Scalzilli Administração Judicial e Hazak Consultoria Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Cuiabá/MT

Empresa: **Jaj Sociedade Agrícola e Pecuária Ltda., Filial 1 -** CNPJ: 10.537.100/0002-96 - Endereço: Rua Tabapuã, 827, 6º Andar, Cjto. 65 D, Bairro Itaim Bibi, São Paulo/sp - Administrador Judicial: Scz Scalzilli Administração Judicial e Hazak Consultoria Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Cuiabá/MT

Empresa: **Jaj Sociedade Agrícola e Pecuária Ltda., Filial 2 -** CNPJ: 10.537.100/0003-77 - Endereço: Rodovia Mt 235, Km 05, S/nº, Fazenda Santa Terezinha, Zona Rural, Comodoro/mt - Administrador Judicial: Scz Scalzilli Administração Judicial e Hazak Consultoria Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Cuiabá/MT

Empresa: **João Arantes Neto, Empresário Rural -** CNPJ: 54.341.274/0001-73 - Endereço: Rodovia Mt 198, Km 148, S/nº, Gleba Ouro Preto, Lote Rural 55, Zona Rural, Rondolândia/mt - Administrador Judicial: Scz Scalzilli Administração Judicial e Hazak Consultoria Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Cuiabá/MT

Empresa: **Ricardo Borges Arantes, Empresário Rural -** CNPJ: 54.339.377/0001-07 - Endereço: Rodovia Mt 198, Km 148, S/nº, Gleba Ouro Preto, Lote Rural 54, Zona Rural, Rondolândia/mt - Administrador Judicial: Scz Scalzilli Administração Judicial e Hazak Consultoria Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Cuiabá/MT

Empresa: **Senepol Beef Pecuária, Comércio, Exportação e Importação S/A -** CNPJ: 15.599.951/0001-04 - Endereço: Rodovia Ro 010, S/nº, Linha C 30, Travessa B 65, Fazenda Batalha, Zona Rural, Ariquemes/ro - Administrador Judicial: Scz Scalzilli Administração Judicial e Hazak Consultoria Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Cuiabá/MT

Empresa: **Senepol Beef Pecuária, Comércio, Exportação e Importação S/a, Filial 1 -** CNPJ: 15.599.951/0002-87 - Endereço: Estrada Municipal de Populina Ao Porto do Amaral, Km 13, S/nº, Fazenda Santa Maria, Zona Rural, Populina/sp - Administrador Judicial: Scz Scalzilli Administração Judicial e Hazak Consultoria Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Cuiabá/MT

Empresa: **Senepol Beef Pecuária, Comércio, Exportação e Importação S/a, Filial 2 -** CNPJ: 15.599.951/0003-68 - Endereço: Rua Tabapuã, 827, 6º Andar, Cjto. 65 C, Bairro Itaim Bibi, São Paulo/sp - Administrador Judicial: Scz Scalzilli Administração Judicial e Hazak Consultoria Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Cuiabá/MT

Empresa: **Senepol Beef Pecuária, Comércio, Exportação e Importação S/a, Filial 3 -** CNPJ: 15.599.951/0004-49 - Endereço: Rodovia Sp 333, Marília a Assis, Km 354, S/nº, Fazenda Urtigão, Bairro Amadeu Amaral, Zona Rural, Marília/sp - Administrador Judicial: Scz Scalzilli Administração Judicial e Hazak Consultoria Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Cuiabá/MT

INÊS 249

Agronegócios

Por GLOBORURAL

Cenários PGPM deve ter bloqueio de cerca de R$ 240 milhões, e PSR, de R$ 50 milhões

Corte no Orçamento vai atingir política de preço mínimo do país e seguro rural

Rafael Walendorff
De Brasília

Duas áreas consideradas prioritárias pelo governo para a política agrícola deverão ser afetadas pelo congelamento de despesas do Orçamento Federal neste ano: o seguro rural e a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).

Dos R$ 15 bilhões congelados no Orçamento deste ano para cumprir a meta do resultado primário do governo e obedecer o limite de gastos, R$ 453,3 milhões serão da Pasta comandada por Carlos Fávaro.

Os cortes serão maiores na PGPM e menores para o seguro rural, mas as duas áreas serão impactadas, disse uma fonte graduada do governo, sem citar os valores que serão congelados em cada setor. A reportagem apurou que deverão ser bloqueados cerca de R$ 240 milhões da PGPM e quase R$ 50 milhões do seguro rural.

A PGPM engloba ações de compras públicas, formação de estoques e operações de sustentação de preços. Está ligada a uma das apostas do governo, o lançamento de contratos de opções de venda para estimular a expansão e a diversificação do cultivo de arroz no país, como medida para reduzir os preços finais aos consumidores.

Questionado sobre o tema ontem, em evento em São Paulo, o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, confirmou que os orçamentos do seguro rural e da PGPM vão sofrer cortes.

Durante o Salão Internacional de Proteína Animal (Siavs), o ministro disse a jornalistas que o foco principal dos cortes estará na política de garantia de preços.

"Não quero cortar no seguro, talvez um pouquinho para ajustar a conta vai ser preciso cortar. Apoio à comercialização vai ser um setor que vamos cortar mais recursos, há poucos produtos precisando de apoio à comercialização no momento", afirmou.

A possível redução no orçamento do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) preocupou o setor produtivo e as seguradoras que atuam nesse mercado. Neste ano, porém, há um agravante. Como o governo destinou um valor específico para o Rio Grande do Sul, de R$ 210,8 milhões, o risco está ainda mais concentrado, avaliaram duas fontes do setor, que preferiram manter o anonimato.

Se houver corte nos recursos gerais do PSR, destinado a subsidiar a contratação de apólices dos demais Estados neste segundo semestre, o apetite das seguradoras ficará mais limitado.

Os R$ 210,8 milhões destinados ao seguro rural no Rio Grande do Sul não serão alvo de cortes, pois fazem parte do orçamento extraordinário para adoção de medidas de reconstrução pós catástrofe climática.

No caixa geral do PSR, que era de R$ 947,5 milhões no início do ano, há ainda R$ 454,7 milhões disponíveis para aplicação em todo o país, sobretudo na subvenção ao cultivo dos grãos de verão, como a soja.

No fim de junho, as seguradoras informaram o Ministério da Agricultura que já havia demanda contratada para repasse de R$ 408,7 milhões até setembro. A Pasta buscou preservar os recursos que já estariam "comprometidos", disse uma fonte, e limitou o congelamento a R$ 50 milhões.

Na semana passada, as companhias seguradoras expuseram a preocupação ao secretário de Política Agrícola, Guilherme Campos. "Diante da necessidade de corte de gastos, as seguradoras reforçaram a preocupação de redução da subvenção. Este movimento do plano orçamentário do PSR e o possível desbalanceamento da distribuição de riscos, com peso maior para o Estado do Rio Grande do Sul, farão com que os planos das seguradoras precisem ser revistos, considerando a nova situação", disse ao **Valor** Gláucio Toyama, presidente da Comissão de Seguro Rural da Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg).

A depender do tamanho do corte, algumas operações podem ser inviabilizadas no Rio Grande do Sul, que fica mais exposto ao risco. "Não sabemos o tamanho do corte. Se for significativo, sim, pode alterar os planos das seguradoras", disse Toyama.

O corte na PGPM vai na contramão dos planos do ex-titular da Secretaria de Política Agrícola, Neri Geller, que queria turbinar os recursos para a área. Atualmente, o orçamento destinado aos mecanismos de compras públicas, formação de estoques e operações de sustentação de preços no Ministério da Agricultura é de R$ 757,1 milhões. A Conab tem outros R$ 292,6 milhões para a formação de estoques públicos por Aquisições do Governo Federal (AGF), somando mais de R$ 1 bilhão para a política. *(Colaborou NF, de São Paulo)*

LEO PINHEIRO/VALOR

"Não quero cortar no seguro, talvez um pouquinho para ajustar a conta vai ser preciso cortar", disse Carlos Fávaro

Embarque de aves à China deve voltar 'em breve'

Nayara Figueiredo
De São Paulo

O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, disse ontem que o Brasil deve retomar "muito em breve" as exportações de carne de frango e subprodutos à China. O autoembargo temporário começou em julho, após a confirmação de foco da doença de Newcastle em granja comercial de aves de corte em Anta Gorda (RS). O foco foi erradicado, segundo o governo.

"Muito em breve a China estará aberta também", disse o ministro, após citar que 120 países em que chegou a vigorar embargo, seja sobre aves do Rio Grande do Sul ou da região próxima ao caso da doença, já retomaram as compras. Fávaro deu as declarações durante o Salão Internacional de Proteína Animal (Siavs), em São Paulo.

Ele admitiu que os chineses têm um protocolo sanitário mais restritivo e que o governo brasileiro ainda não conseguiu alterações, mas acredita que a China está aberta a negociar mudanças.

"Quando tivemos o caso do mal da vaca louca, em 29 dias desembargamos todo o Brasil, e recebemos do GACC [autoridade sanitária da China] uma carta tecendo grande elogios ao sistema brasileiro. Esse é o indicativo de que o governo chinês está apto a negociações. Tenho convicção de que muito em breve mudaremos o protocolo, e quando tiver uma crise sanitária, isolaremos somente a região afetada", disse Fávaro.

Também ontem, o Ministério da Agricultura declarou o fim da emergência zoossanitária no Rio Grande do Sul. A declaração de emergência ocorreu em 18 de julho, após a identificação do foco da doença de Newcastle.

Câmbio derrubou lucro da Frigol no 2º trimestre

Balanço
De São Paulo

A Frigol encerrou o segundo trimestre deste ano com lucro líquido de R$ 1,7 milhão, uma queda de quase 93% em relação aos R$ 24,1 milhões registrados no mesmo período de 2023. Segundo a empresa, quinto maior frigorífico de carne bovina do país, o resultado foi impactado pela variação cambial no período.

Em contrapartida, o desempenho operacional da companhia se mostrou mais robusto, refletindo uma "estratégia de aumento de produção, custos diluídos, foco em mercados mais rentáveis e clientes mais estratégicos", disse o CEO da FriGol, Eduardo Miron, ao **Valor**.

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) avançou 58,7% no segundo trimestre, para R$ 46,1 milhões — um ano antes atingira R$ 29 milhões.

A receita líquida alcançou R$ 786,9 milhões no período, alta de 4,4% no comparativo anual.

Na avaliação de Miron, o efeito negativo da variação cambial é temporário e natural no resultado líquido da empresa. A variação cambial não caixa do semestre foi de R$ 24,5 milhões.

"Afeta nosso endividamento negativamente de forma imediata, mas sem efeito caixa, porém afeta positivamente nossas vendas em dólar, que são mais de 50% de nosso faturamento hoje", afirmou ele.

Segundo o CEO, a expectativa é que esse efeito do câmbio se equilibre ao longo do tempo, e que o impacto sobre a alavancagem da Frigol também seja dissipado. Apesar de a dívida líquida ter crescido 5% no segundo trimestre, para R$ 253,7 milhões, a alavancagem — medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda — baixou de 2,4 vezes no segundo trimestre de 2023 para 1,3 vez no mesmo período deste ano.

"Caso tenhamos uma diminuição da taxa de câmbio, esse efeito sobre o endividamento se reverte. Caso o câmbio suba ainda mais, teremos novamente uma perda temporária no balanço, com o aumento dos ganhos operacionais em reais esperados para os próximos períodos", disse.

A Frigol abateu cerca de 169 mil bovinos no segundo trimestre do ano, um crescimento de 23,4% em relação ao segundo trimestre de 2023, em função dos investimentos feitos para aumento da produção em suas três unidades no ano passado.

As vendas de carne bovina foram mais voltadas ao mercado interno, disse Miron, onde a empresa encontrou margens melhores, principalmente em produtos de maior valor agregado. Na exportação, o destaque foi a alta de 143,2% nas vendas para Israel.

"Ainda neste ano, estamos trabalhando em novas emissões [de certificados de recebíveis do agronegócio ou títulos verdes] em continuidade ao nosso processo de 'liability management', incluindo operações apoiadas pelas nossas ações de sustentabilidade", disse Eduardo Masson, CFO da Frigol. *(NF)*

Números da Frigol
Evolução dos resultados do segundo trimestre (R$ milhões)

Lucro líquido

Ebitda

Receita líquida

Fonte: Empresa

"Variação cambial afeta nosso endividamento de forma imediata"
Eduardo Miron

Alta Genetics sai de cena para TransOva entrar em embriões

Pecuária

Cleyton Vilarino
De São Paulo

Após dois anos no mercado de embriões para melhoramento genético de bovinos, a Alta Genetics, do grupo americano Urus, abrirá mão da sua produção própria para comercializar a genética desenvolvida pela TransOva, empresa do mesmo grupo e líder global do segmento, com uma produção de 650 mil embriões nos Estados Unidos.

"Essa decisão se dá por um único motivo: no mundo, não existe ninguém com o know-how que a TransOva possui. Por isso, não faz sentido nenhum a gente trabalhar com uma tecnologia brasileira, do nível dos competidores daqui, sendo que temos algo muito mais potente em mãos", justificou Tiago Carrara, gerente de mercado da Alta, durante anúncio da chegada da TransOva ao Brasil.

Segundo a chefe de operações da TransOva nos EUA, Katie Jauert Jess, um dos principais motivos para expandir suas operações para o Brasil foi, além do potencial de mercado, o perfil do pecuarista brasileiro e a presença da Alta nesse segmento. "O Brasil possui o primeiro maior rebanho comercial do mundo, por isso o vemos como um mercado bastante atrativo", afirmou a executiva.

Dentre as principais vantagens competitivas da TransOva estão os processos usados na obtenção do material genético, na fecundação in vitro dos embriões e o uso de tecnologias próprias para aumentar a qualidade e a viabilidade após a inseminação. Isso inclui, por exemplo, a dispensa de uso de soro fetal bovino na cultura das células reprodutivas, o que garante mais qualidade dos bezerros gerados.

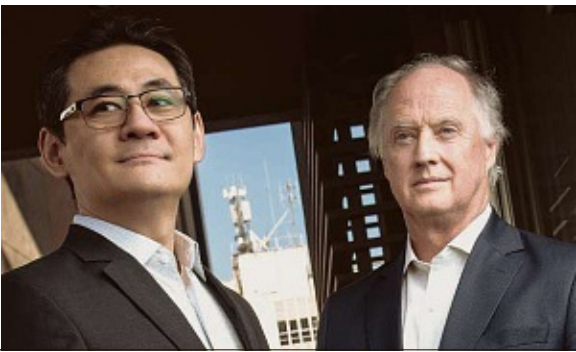
"O uso do soro fetal eleva a incidência de bezerros com problemas morfológicos, e a ausência desse uso na tecnologia da TransOva garante menos surpresas desagradáveis no resultado final" observa o gerente de mercado da Alta Genetics.

As duas empresas não revelaram o valor investido e nem a estimativa de crescimento para os primeiros anos de operação no Brasil. A perspectiva, segundo os executivos, é de que essa expansão se dê de forma gradual, replicando a estratégia adotada nos EUA, onde a TransOva está presente há mais de 40 anos, com cerca de 70% de participação de mercado.

No Brasil, a Alta é líder no ramo de sêmen bovino, com 30% de participação, mas tem uma fatia ínfima no setor de embriões. "A Transova está vindo para que a gente alcance essa liderança em conjunto, levando ao mercado o relacionamento já estabelecido que a Alta tem, associado à tecnologia de alta produtividade trazida pela TransOva", afirmou Carrara.

70%
é a participação da empresa no mercado de embriões dos EUA

Ambiente
Alvoar Lácteos vai medir emissões de carbono de seus fornecedores de leite
B7

Investimentos Suíço Mirabaud, de Hatisuka e Faria, abre fundos para o investidor de varejo no Brasil C6

Empreendedorismo Mulheres empresárias têm menos acesso a crédito e pagam mais caro C6

Fraudes Golpe do Pix pode acarretar prejuízos de R$ 3 bi no Brasil até 2027 C3

Política monetária Mercado volta a aumentar probabilidade de elevação da Selic à frente

Banco Central endurece tom em ata e gera disparada dos juros futuros

LEO PINHEIRO/VALOR

Paulo Val, economista-chefe da Occam, ainda projeta Selic parada em 10,5%, mas vê aumento da probabilidade de BC ter de voltar a elevar a taxa de juros

Gabriel Roca, Victor Rezende, Gabriel Shinohara e Alex Ribeiro
De São Paulo e de Brasília

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) endureceu ainda mais o tom de sua comunicação na ata da decisão da semana passada e afirmou que, caso julgue apropriado, "não hesitará em elevar a taxa de juros para assegurar a convergência da inflação à meta". O apontamento direto de que uma elevação na Selic está sobre a mesa agitou o mercado de juros, com uma disparada das taxas de curto prazo, que voltaram a embutir nos preços chances ainda maiores de uma retomada do ciclo de aperto monetário à frente.

No fim da sessão de ontem, a curva de juros passou a precificar uma alta de 0,25 ponto percentual na Selic em setembro e a taxa básica a 11,5% no fim deste ano. No mercado de juros, a taxa do DI para janeiro de 2026 disparou, ao passar de 11,23% no ajuste de segunda-feira para 11,55% no encerramento dos negócios de ontem.

"As expectativas vêm piorando com o tempo e o tom mais duro por parte do comitê, que já era esperado que acontecesse na decisão de semana passada, veio hoje [ontem], com a ata. A subida no tom, diante da piora das expectativas de inflação, nos faz pensar que o sarrafo para uma eventual alta de juros em breve está baixo", diz o gestor de renda fixa Maurício Bernardo, da Vinland Capital. Para ele, inclusive, é possível que uma elevação no juro básico possa ocorrer já em setembro, a depender da evolução do cenário.

"Minha impressão é de que o comitê parece incomodado com esse nível das expectativas de inflação e do câmbio, que pode contribuir para que elas piorem ainda mais. Isso, possivelmente, levaria a um novo ciclo de aperto monetário em breve", avalia Bernardo. "É o nosso cenário base: uma alta de juros já em setembro. Claro que o tamanho inicial do ajuste vai depender da magnitude de piora das expectativas ao longo do horizonte relevante", diz o gestor, ao apontar, ainda, que um ciclo de elevação dos juros de 2 pontos percentuals "é razoável".

Antes da decisão do Copom, algumas poucas casas já trabalhavam com uma elevação na Selic no cenário base ainda neste ano ou ao longo de 2025 — casos de JGP, XP Asset Management, Reag Investimentos e Novus Capital.

Na ata, o Copom, além de ser explícito sobre uma elevação nos juros, também adotou outros elementos que foram vistos como mais duros pelos participantes do mercado. De acordo com o colegiado, embora haja em curso um processo de desinflação, a projeção para o horizonte relevante está acima da meta de 3% (em 3,2% no primeiro trimestre de 2026).

Além disso, o comitê discutiu os efeitos da desancoragem das expectativas inflacionárias e da taxa de câmbio, que poderão ser incorporados caso se mostrem persistentes. E, em um terceiro ponto, os membros do Copom concordaram que há mais riscos para cima do que para baixo em relação à inflação, enquanto "vários" enfatizaram a assimetria do balanço de riscos.

Alta dos juros
Taxa do DI para janeiro de 2026 (em %)

Fonte: B3 e Valor PRO

Na avaliação do economista-chefe da Occam, Paulo Val, é inegável que a comunicação utilizada na ata foi mais dura e conservadora. "Por enquanto, não alteramos nossas projeções, mas o cenário alternativo de alta da Selic ganhou probabilidade depois desta comunicação", afirma. No momento, a gestora projeta que o juro básico será mantido em 10,5% ao menos até o fim do próximo ano.

Val aponta que o Copom passou de um cenário no qual o BC não tinha sinalização futura — o que poderia ser compatível com corte, uma alta, ou estabilidade da taxa de juros — para um cenário em que ele apresenta apenas duas alternativas. "O cenário principal é o de estabilidade, mas há um cenário alternativo de elevação dos juros. O Copom fala diversas vezes de cautela e vigilância. É muito claro o teor geral mais conservador da comunicação", afirma o economista.

Mesmo assim, pelo texto do documento, ainda parece que o cenário base do Copom é o de manutenção da Selic por um período prolongado, até a convergência da inflação para a meta de 3%, caso as variáveis se mantenham como estão atualmente, na visão de Val. "A informação nova é que a piora de cenário, que poderia desencadear uma elevação da Selic, não precisaria ser tão grande. Parece que estamos bem próximos", avalia.

"A projeção de inflação no cenário alternativo, com a Selic parada, está em 3,2% no horizonte relevante, o que parece o limite. É um BC que mostra que existe menos gordura em relação a uma eventual necessidade de aperto monetário", diz o economista da Occam.

Ao longo da sessão, diversas instituições financeiras passaram a trabalhar com viés de alta em relação às projeções para a Selic. Foi o caso do Citi, ao dizer que os riscos para as estimativas de Selic "estão, agora, inclinados para cima".

Já os economistas do Itaú Unibanco, liderados pelo ex-diretor do BC Mario Mesquita, avaliam que a autoridade monetária está pronta para aumentar a Selic se necessário. "O comitê observa a clara deterioração das perspectivas de inflação, capturada por suas projeções e por um balanço de riscos que, segundo vários membros do Copom, está assimétrico para cima. Em suma, a ata mostra um comitê que está pronto para subir juros caso a moeda permaneça onde está", dizem.

> "A subida no tom do Copom nos faz pensar que o sarrafo para uma eventual alta de juros em breve está baixo"
> *Maurício Bernardo*

Esse cenário, contudo, ainda não é defendido pelo Itaú. O banco projeta um fortalecimento do real nas próximas semanas, na medida em que os mercados globais se acalmem. Assim, o Itaú continua a projetar a Selic parada em 10,5% ao menos até o fim do próximo ano, mas alerta que, se o câmbio não reagir, "um ciclo de alta, começando em setembro, será inevitável".

Ao contrário das outras instituições financeiras, o J.P. Morgan revisou suas estimativas para os rumos da Selic e passou a projetar um corte de 1 ponto percentual ao longo de 2025, ao levar em consideração o processo de flexibilização da política monetária global. Antes, a estimativa dos economistas do banco, liderados por Cassiana Fernandez, era a de que o juro básico permaneceria em 10,5% até o fim de 2025.

"Embora reconheçamos que os fatores internos sejam preponderantes à flexibilização monetária global, não podemos subestimar a importância das perspectivas globais para os mercados emergentes, especialmente para aqueles que são tão integrados financeiramente, como o Brasil", afirmam os economistas do J.P. Morgan.

Nesse contexto, diante da perspectiva de que o Federal Reserve (Fed, banco central americano) vai reduzir os juros de maneira mais agressiva nos EUA — cortes de 0,5 ponto nas duas próximas reuniões e outros sequenciais de 0,25 ponto ao longo de 2025, levando os Fed funds para perto dos 3% —, o J.P. vê espaço para que a Selic termine o próximo ano em 9,5%, embora alerte que "o caminho da flexibilização monetária não é simples e o nível de incerteza é alto".

"As consequências dessa mudança [de política monetária nos EUA] são duas. Em primeiro lugar, ela aumenta nossa convicção por taxas estáveis no curto prazo — o que contrasta com a precificação do mercado de um aumento de mais de 1,2 ponto percentual nos próximos 12 meses. Em segundo lugar, abre espaço para discutir a postura relativa de política monetária e um ciclo de flexibilização à frente", afirmam os economistas do banco americano em relatório enviado a clientes.

Para eles, ao longo do tempo e sem mais nenhuma deterioração significativa na gestão da política fiscal — e também com a suposição de estímulos fiscais mais brandos e crescimento menor no próximo ano —, o J.P. Morgan avalia que o próximo passo do Copom será o de corte de juros. "Estamos trabalhando agora com uma flexibilização de 1 ponto percentual a partir de junho", dizem os profissionais.

Leia mais na página C2

Alta da Selic está na mesa, mas não antes da hora

Análise

Alex Ribeiro
De São Paulo

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) colocou na mesa a possibilidade de uma alta de juros na sua próxima reunião, em setembro, mas ao mesmo tempo evitou tomar uma decisão antes da hora.

A ata da reunião da semana passada do colegiado, divulgada ontem de manhã, diz que a decisão em setembro vai depender da evolução da situação econômica até lá, "sem se comprometer com estratégias futuras".

Essa abordagem condicional serve bem ao comitê no cenário inflacionário desfavorável que viu na reunião da quarta-feira da semana passada e, mais do que isso, mostra-se adequada para lidar com a situação nova que surgiu a partir do dia seguinte, quando se acirraram os temores de uma recessão nos Estados Unidos.

É improvável que o Copom tenha atualizado a sua ata para se adequar aos acontecimentos mais recentes. A governança da elaboração desse documento faz com que o comitê se restrinja ao relato do que foi discutido na reunião do Copom. Se tivesse algo diferente, deveria ter sido dito de forma explicita no texto da ata.

Assim, é importante se atentar para como o Copom via, na sua reunião, a situação nos Estados Unidos para, a partir deste marco inicial, seguir o fio da meada e procurar antecipar como as novidades podem afetar a decisão em setembro. "Vislumbra-se um cenário de redução gradual da inflação e da atividade e um início cauteloso da flexibilização monetária", diz a ata, referindo-se aos Estados Unidos.

Ou seja: uma queda mais forte da economia dos EUA não estava nos cálculos do Banco Central, tampouco um ciclo mais agressivo de distensão monetária pelo Federal Reserve (Fed, o BC americano).

Também é essencial compreender como o Copom vai digerir as novidades: a baixa dos juros nos Estados Unidos não se transmite de forma mecânica para os juros no Brasil, nem a baixa do dólar. Vai depender de como isso afeta a inflação, que depende também de outras variáveis, como o grau de aquecimento da economia e a evolução da política fiscal.

No geral, a ata é mais conservadora do que supunha a leitura inicial do comunicado feita pelos analistas econômicos, na semana passada. São muito claras as hipóteses em avaliação — manutenção ou alta de juros para cima dos atuais 10,5% ao ano —, a depender da situação que o colegiado encontrar na sua reunião de setembro.

O mercado fez uma interpretação equivocada da opinião do Copom sobre a sua projeção de inflação. Achou que o percentual de 3,2% para o período de 12 meses até março de 2026 estava muito próximo da meta, a ponto de não se distinguir dela. A ata do Copom é direta em dizer que o percentual "está acima da meta de inflação, de 3%". Ou seja, o juro atual de 10,5% ao ano já não parece suficiente.

O mercado também minimizou os sinais de preocupação dados pelo Copom sobre o seu balanço de riscos para a inflação. Todos os membros reconheceram que há mais itens listados que apontam o risco de a inflação superar a meta. "Vários membros" enfatizaram a assimetria do balanço de riscos para a inflação, ou seja, apontaram que os fatores altistas preponderam sobre os baixistas.

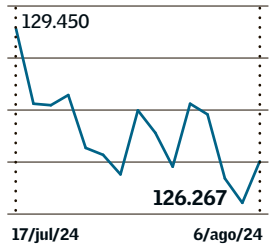
Não tivesse acontecido nada de novo desde quinta-feira, portanto, a mudança de precificação de mercado — que assumiu um Copom mais "dovish", ou pouco menos inclinado a aperto de juros — teria se mostrado precipitada. A ata do Copom não parece fazer distinção sobre as chances de manutenção de juros e de aperto adicional.

No meio dessa mensagem mais conservadora, há alguns senões que dizem respeito à coerência entre a ata e a decisão de manter os juros na semana passada. Se o Copom acha que a inflação projetada está acima da meta, por que já não subiu os juros? Havia razões para, pelo menos, um placar dividido, considerando que "vários membros" veem com uma dose maior de ceticismo essa projeção, já que dizem que as chances de a inflação ficar acima dela são maiores do que as de ficar abaixo.

A manutenção dos juros, empurrando a decisão sobre uma alta ou não para setembro, pode ser o reflexo de um comitê que procura consensos nas suas decisões, depois das cicatrizes deixadas por sua decisão dividida em maio. Mas, no fim, houve um acerto: andar mais devagar dá mais tempo para o Copom analisar com mais calma e mais informações uma conjuntura que se mostrou mais incerta.

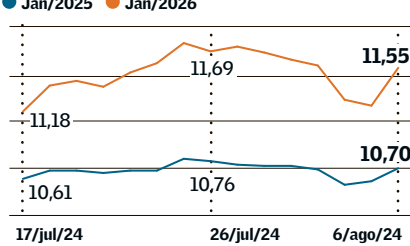
INÊS 249

Ibovespa
Em pontos

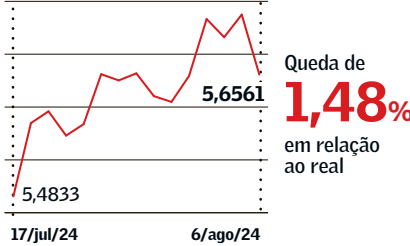
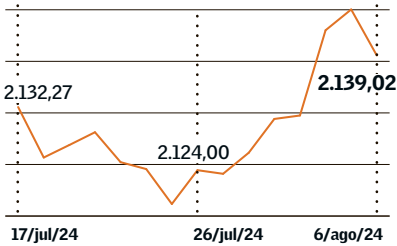
Queda de **0,80%**

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Bolsas internacionais
Variações no dia 6/ago24 - em %

Bolsa	Variação
Dow Jones	0,76
S&P 500	1,04
Euronext 100	0,26
DAX	0,09
CAC-40	-0,27
Nikkei-225	10,23
SSE Composite	0,23

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$

5,4833
5,6561
17/jul/24
6/ago/24

Queda de **1,48%** em relação ao real

Mercados Recuperação dos mercados internacionais dá força ao Ibovespa, enquanto tom conservador do Copom contribui para valorização firme do real

Alívio global e ata apoiam ativo local

Maria Fernanda Salinet, Gabriel Caldeira e Gabriel Roca
De São Paulo

Após uma segunda-feira de pânico em boa parte dos mercados financeiros globais, um sentimento de alívio deu o tom no pregão de ontem e abriu espaço para uma recuperação dos índices acionários ao redor do mundo. Esta recuperação na demanda por ativos de risco deu força ao Ibovespa e à moeda brasileira, que ganhou impulso adicional com a comunicação conservadora utilizada pelo Banco Central (BC) na ata de sua última reunião de política monetária.

Assim, o que se viu no mercado de câmbio local foi uma recuperação do real, que exibiu desempenho bastante superior a seus pares e fechou o dia como a melhor moeda dentre as 33 acompanhadas pelo **Valor**. No encerramento do dia, o dólar recuou 1,48% frente ao real, negociado a R$ 5,6561 no segmento à vista. Já o euro comercial fechou em baixa de 1,74%, a R$ 6,1824.

O dia, desde o início, já era de alívio nos mercados globais. Após registrar o segundo pior tombo de sua história, ao cair 12,4% na segunda-feira, o Nikkei, principal índice da bolsa do Japão, fechou a sessão com ganhos de 10%, com a recuperação parcial se estendendo para outros índices na Ásia.

Em Wall Street, o Dow Jones subiu 0,76%; o S&P 500 avançou 1,04%; e o Nasdaq saltou 1,03%. O setor de tecnologia, um dos grandes atingidos na liquidação do dia anterior, foi destaque na recuperação e os papéis de "big techs" acabaram impulsionando os índices. A Nvidia avançou 3,78%, enquanto a Meta Platforms subiu 3,86% e a Microsoft teve alta de 1,13%. Já o Vix — índice conhecido como o "termômetro do medo" em Wall Street — recuou 28,16%, terminando o dia aos 27,71 pontos.

A recuperação impulsionou também o Ibovespa, que avançou 0,80%, aos 126.267 pontos. "A percepção de recessão é bastante exagerada pelos dados que vimos e do ponto de vista de fundamentos, mas o que estava acontecendo no Japão se transformou em pânico, o que a gente não se via desde a pandemia", afirma o superintendente de renda variável da SulAmérica Investimentos, João Saldanha.

"Em um cenário em que o juro vai começar a cair nos EUA porque a inflação está sendo domada, a percepção de que a economia está desacelerando mais fortemente vem junto. Por isso, investir em juros na margem vai ficar menos atrativo, assim como investir nas bolsas americanas, que são muito caras", explica.

Para ele, como a bolsa brasileira está muito barata e há surpresa de crescimento econômico no país, ao mesmo tempo em que a economia americana desacelera, os Estados Unidos podem acabar atraindo menos fluxos de capital, abrindo a porta para o Brasil se tornar uma opção viável.

Neste contexto, o dia já se mostrava positivo quando o tom duro da ata do Copom deu força ao já esperado alívio do câmbio local. Alfredo Menezes, sócio e diretor de investimentos da Armor Capital, avalia que o conservadorismo observado na ata foi adequado, já que aumenta a credibilidade e confiança na condução da política monetária e torna qualquer ajuste futuro mais fácil de ser feito.

"Acho que grande parte [da melhora] do câmbio foi por causa da ata", diz Menezes, sem desconsiderar o efeito positivo do movimento no exterior após uma sessão de amplo estresse.

Ainda que o dia no câmbio e em outros mercados tenha apresentado uma reversão parcial da aversão global a risco, o gestor acredita que ainda não se pode afirmar que o mercado tenha deixado de se preocupar com a ameaça de recessão nos Estados Unidos, uma vez que o enfraquecimento do mercado de trabalho do país acende um "sinal amarelo".

Para Menezes, ainda que o real tenha se comportado melhor do que pares nos últimos dias, o câmbio deve se deteriorar mais e chegar aos R$ 5,80 no fim do ano, puxado por um período mais fraco de exportações e, portanto, de entrada de dólares no país. Isso, na sua visão, piorará a dinâmica de inflação, o que deve levar o Copom a subir a Selic em 2025.

Na avaliação do profissional da Armor, nem mesmo um início mais agressivo para o ciclo de cortes do Federal Reserve (Fed, banco central americano) seria suficiente para evitar o aumento dos juros por aqui. "Se o Fed cortar 0,5 ponto percentual, aumenta o diferencial de juros [entre EUA e Brasil], mas, por outro lado, se tiver que fazer isso é porque o cenário de recessão é predominante, então pode ser que tenha nova perda dos ativos de risco", diz. "Eu não consigo fazer essa correlação direta do diferencial de juros" para justificar a manutenção da Selic, completa.

Ainda que concorde que um cenário de recessão americana será negativo para as moedas de países emergentes, incluindo o real, o time de estrategistas do J.P. Morgan ainda não está convencido de uma desaceleração tão brusca da economia dos Estados Unidos e, portanto, não estão posicionados para isso.

"Nossa mentalidade é mais a de procurar atenuar alguns movimentos extremos nos mercados emergentes, reduzindo a amplitude de nossas negociações e cortando as que têm o risco de perda de posição, nas quais não temos convicção suficiente ou que já se moveram muito na direção certa", dizem os profissionais, em relatório.

SILVIA ZAMBONI/VALOR

Menezes, da Armor Capital: conservadorismo da ata aumenta credibilidade e torna qualquer ajuste futuro mais fácil

1,48%
foi o recuo do dólar, que encerrou ontem a R$ 5,6561

Investidor se prepara para volta da volatilidade

Nicholas Megaw, Harriet Clarfelt, Madison Darbyshire e George Steer
Financial Times, de Nova York e Londres

Na segunda-feira, a alta do índice Vix — conhecido como "indicador do medo" por mostrar o grau de oscilação das ações previsto para o próximo mês — para o maior nível desde o início da pandemia da covid-19 no início de 2020, poderia prenunciar tempos mais difíceis para as ações mundiais e reprimir a atividade nos mercados de capitais no curto prazo, segundo analistas.

"Esta é uma mudança de regime", disse Ajay Rajadhyaksha, presidente global de análises no Barclays, que chamou o pico atingido pelo Vix na segunda-feira de "muito assustador".

"Acho muito difícil acreditar que se voltará aos negócios como sempre", acrescentou.

No início de julho, o mercado havia entrado na temporada de anúncio de balanços do segundo trimestre com uma serenidade que não se via há muitos anos. O S&P 500 exibia uma tendência de valorização sólida e de pontuações recorde, enquanto o índice da Cboe, de volatilidade histórica, estava seu nível mais baixo em quatro anos.

Os investidores, porém, foram despertados do torpor com uma forte sacudida. As fortes quedas dos últimos dias fizeram o S&P 500 recuar 7% desde seu pico, mesmo após a recuperação parcial da terça-feira. O Vix disparou 65% na segunda-feira, o maior salto diário em mais de seis anos. No pico intradiário, chegou a subir 180%, o que teria sido a maior alta em pelo menos 20 anos. Na sexta-feira, as operações de compra e venda de opções vinculadas ao Vix já haviam atingido um volume recorde em seis anos.

Na segunda-feira, a volatilidade de implícita de três meses ficou acima das expectativas de volatilidade de um ano pela primeira vez desde a crise bancária de março de 2023. Segundo o estrategista-chefe do HSBC, Max Kettner, isso é sinal do "pânico real" que domina alguns investidores.

"De repente, as pessoas estavam dispostas a pagar preços ridiculamente altos para se proteger no curto prazo, não se importavam com o que poderia acontecer nos próximos meses, queriam seguro agora" disse. "Isso é inteiramente diferente do clima de apenas quatro ou cinco sessões atrás."

De acordo com operadores, a maior volatilidade é sinal de que os fundos hedge e outros investidores que monitoram bem de perto qual poderia ser sua perda potencial estão precisando desmontar até operações lucrativas para reduzir seus níveis de risco. Isso poderia levar a oscilações desproporcionais nas cotações de uma grande gama de ativos.

"As equipes de risco vêm batendo no ombro dos operadores e dizendo 'você precisa desfazer essa operação' mesmo que esteja dando lucro", disse um operador de renda fixa e de câmbio de um grande banco europeu.

"Ou, se você tinha uma operação que estava perdendo dinheiro e outra que estava ganhando, 'você precisa se desfazer ambas'. É por isso que você está vendo movimentações esquisitas", acrescentou a fonte.

Entre os investidores de varejo, o número de visitas à plataforma de investimentos da Vanguard foi duas vezes maior do que no pico anterior, durante a onda das chamadas "ações meme" no meio da pandemia. Na segunda-feira, os investidores de varejo foram "vendedores líquidos agressivos" no mercado, de acordo com uma análise do J.P. Morgan, tendo tirado mais de US$ 1,4 bilhão de ações individuais.

"Todos foram para o lado do barco que dizia que estava tudo totalmente bem. Então, as pessoas começaram a reavaliar o estado básico da economia [...], o que se somou a mercados que estavam aquecidos, e isso levou a reversões acentuadas", afirmou Eric Veiel, diretor de investimentos da T. Rowe Price, firma que tem US$ 1,5 trilhão em ativos sob gestão.

O retorno da volatilidade pode restringir a atividade dos mercados de capitais. Agosto costuma ser uma época de poucas ofertas públicas iniciais de ações (IPOs, na sigla em inglês), mas executivos de banco de investimento esperavam ver alguns negócios com títulos de dívida e uma série de grandes vendas de ações e ofertas de bônus conversíveis por empresas de capital aberto.

"Esta semana se perfilava como uma das mais movimentadas da segunda metade do ano", disse Maureen O'Connor, chefe global de títulos sindicalizados de alta qualidade do Wells Fargo. "Apenas sete operações chegaram ao mercado até agora. Isso dá uma ideia de quantas mais estão à espera para ter acesso ao mercado."

A onda de vendas no mercado foi desencadeada por uma combinação de dados econômicos fracos e balanços empresariais decepcionantes. No entanto, com o agravamento da queda na segunda-feira, muitos operadores dizem que o recuo foi exacerbado por investidores que foram obrigados a desmontar suas operações. Por exemplo, operadores que haviam captado empréstimos em ienes para comprar ativos de maior rendimento precisaram vender rápido esses ativos diante da valorização acelerada da moeda japonesa.

"Não houve realmente um volume enorme de pânico", mas o salto do Vix acima de 60 esteve "totalmente divorciado dos fundamentos", segundo Mandy Xu, chefe de inteligência de mercado de derivativos da Cboe.

As variações nos títulos, entretanto, mostram que "o mercado está pressionando muito, muito fortemente" para que o Federal Reserve (Fed, banco central dos EUA) corte as taxas de juros, de acordo com Sonal Desai, diretora de investimentos de renda fixa da Franklin Templeton.

"Se o Fed cedesse ao que o mercado está exigindo agora, isso criaria um grau maior de volatilidade porque daria a impressão que o Fed estava preocupado", acrescenta.

Há sinais de que alguns investidores esperam que a volatilidade volte a ficar bem baixa. O maior aumento no volume de opções do Vix foi em contratos de opção de venda — o direito de vender a um preço fixo —, em sua maioria apostas de que o Vix recuaria até meados de agosto ou meados de setembro.

Ainda assim, muitos operadores mostram cautela e não querem presumir que o período de calmaria voltará tão cedo, diante das reações tão tensas dos mercados aos dados econômicos.

"As posições [que foram impactadas na segunda-feira] estavam todas realmente abarrotadas", diz Veiel, da T. Rowe Price. "As ações vão começar a parecer mais atraentes porque caíram de preço [...], [mas] seria arrogante prever com certeza que este é definitivamente o ponto mais baixo."

"De repente, as pessoas estavam dispostas a pagar preços ridiculamente altos para se proteger" *Max Kettner*

Rabo abana o cachorro na montanha-russa dos mercados

Análise

Jon Sindreu
Dow Jones Newswires

A montanha-russa desta semana parece ser impulsionada por uma reversão nas negociações com opções, e não pelo estouro de uma bolha ou por um presságio de desastre econômico — no caso, uma possível recessão nos EUA.

A recuperação rápida reflete o padrão observado no Vix, conhecido como "termômetro do medo". No início da manhã de segunda, o Vix atingiu 65,73, a terceira maior marca desde o início em 1992. No fechamento, já havia caído a 38,57, mais próximo de um dia normal ruim.

A diferença entre a máxima e o fechamento do índice foi a maior de todos os tempos. O pico do Vix também foi recorde quando comparado com a volatilidade máxima do S&P 500 durante o dia. A derrocada foi mais virulenta nos contratos de opções que constituem a base do Vix do que entre as ações do S&P 500. Essa dissociação sugere que as opções estão liderando o resto do mercado: o rabo está abanando o cachorro.

Em períodos de calma, os investidores são recompensados por apostarem contra volatilidade por meio de opções. No período que antecedeu esta atual derrocada, uma proliferação de produtos estruturados provavelmente contribuiu para a calma do mercado. Em cada caso, os bancos ficam do outro lado da negociação e depois cobrem o risco de forma que suprime a volatilidade.

Eventualmente, as más notícias assustam os investidores e a volatilidade dispara. Quando os traders correm para cobrir as perdas, vendem os ativos mais sobrecomprados, o que, por sua vez, gera volatilidade. As ordens de venda automáticas alimentam ainda mais o ciclo.

As opções não estão por trás de toda a supressão da volatilidade. No caso do iene japonês, a suposição de que o Banco do Japão manteria os juros permanentemente baixos alimentou um gigantesco "carry trade" — estratégia usada para ganhar com o diferencial de juros entre diferentes economias.

Durante anos, os investidores pegaram empréstimos a taxas japonesas baixíssimas para comprar ativos de maior rendimento, incluindo ações de tecnologia dos EUA. Quando as autoridades em Tóquio decidiram, na semana passada, apertar a política monetária, seguiu-se uma chicotada global.

Um "crash" provocado por tendências de mercado complexas é o tipo mais benigno porque não reflete um problema econômico mais profundo. A crise de 1987 acabou por ser um pontinho, e mesmo a crise russa de 1998 não manteve as ações em baixa por muito tempo.

O S&P 500 caiu 8,5% em relação ao seu máximo histórico em apenas 14 dias. Uma análise do Bespoke mostra que essas vendas rápidas são raras, mas tendem a ser seguidas por retornos positivos nas semanas e meses subsequentes. Ainda assim, o caminho à frente pode ser acidentado. Os traders de volatilidade muitas vezes salientam que leva tempo para eliminar negociações ruins do sistema. Em média, um pico de volatilidade leva a quatro ou cinco semanas de negociações irregulares e a uma faixa mais alta para o Vix. O posicionamento líquido dos fundos de hedge face ao iene é ainda mais esticado, de US$ 6 bilhões no final da semana passada. Para cobrir as perdas decorrentes do "carry trade", os investidores tendem a comprar o iene, que subiu 11% em relação ao dólar desde o final de junho. Para a maioria, resistir ao "flash crash" será até fácil. Manter a cabeça fria caso ocorra uma segunda onda pode ser mais difícil.

Balanço Banco apresentou expansão anual de 15,2% no resultado, beneficiado por queda no custo do crédito e alta da margem com mercado

Lucro trimestral do Itaú supera R$ 10 bi pela primeira vez

DIVULGAÇÃO

Milton Maluhy, CEO do Itaú, diz que os resultados demonstram a força e solidez das diferentes linhas de negócios

Álvaro Campos e Mariana Ribeiro
De São Paulo

O Itaú Unibanco entregou o que se esperava no segundo trimestre, quando teve lucro recorde e rentabilidade em alta. Com inadimplência estável e leve queda nas provisões para devedores duvidosos, o banco tem conseguido acelerar a expansão do crédito e melhorar a margem financeira. Enquanto isso, investe em tecnologia e aposta em um novo “superapp” para explorar melhor as vendas a clientes que só consomem um produto da casa.

O Itaú registrou lucro recorrente de R$ 10,072 bilhões entre abril e junho, alta de 3,1% em relação ao primeiro trimestre deste ano e de 15,2% frente ao segundo trimestre do ano passado. O resultado veio quase em linha com as previsões dos analistas consultados pelo **Valor**, de R$ 9,99 bilhões. O retorno sobre o patrimônio (ROE) subiu para 22,4%, de 21,9% nos três meses imediatamente antes e 20,9% no mesmo intervalo de 2023.

“Estamos bastante satisfeitos com os resultados consistentes deste trimestre, que demonstram a força e a solidez das nossas diferentes linhas de negócios. Vemos com muito otimismo o que vem pela frente, impulsionado por uma agenda robusta de inovações totalmente focadas na melhor experiência dos nossos clientes”, disse em nota o CEO do banco, Milton Maluhy Filho.

Há uma expectativa entre os acionistas de que, com resultados recordes, o Itaú volte a anunciar a distribuição de dividendos extraordinários, como fez em fevereiro. Na ocasião, o banco divulgou um pagamento adicional de R$ 11 bilhões, com base no desempenho de 2023. Maluhy já sugeriu que isso pode acontecer.

A margem financeira foi de R$ 27,665 bilhões no trimestre, com alta de 2,9% em três meses e 6,4% em 12 meses. A margem com clientes, que reflete as operações de crédito, somou R$ 26,263 bilhões, com expansões de 1,7% e 5,4% respectivamente. Já a margem de operações com o mercado, que inclui a tesouraria, ficou em R$ 1,402 bilhão, com crescimentos de 32,4% e de 31% na mesma base de comparação.

O crédito ganhou força no segundo trimestre. A carteira expandida chegou a R$ 1,254 trilhão no fim de junho, com alta de 5,9% em relação a março e 8,9% em um ano. No primeiro trimestre, o ritmo de crescimento anual havia sido de 2,8%. O resultado teve contribuição da variação cambial. Sem ela a expansão do portfólio em 12 meses teria sido menor, de 7,1%. De qualquer forma, o desempenho do crédito o colocou da projeção do banco, que prevê crescimento da carteira de 6,5% a 9,5% neste ano.

O crédito foi impulsionado pelas operações com pessoa jurídica. A carteira do segmento teve altas de 4,7% e 9,4% em três e 12 meses, respectivamente, para R$ 321,1 bilhões. Na de pessoas físicas, o saldo cresceu 1,2% no trimestre e 3,1% em um ano, para R$ 417,8 bilhões. Na América Latina, houve avanços de 13,2% e 3,8%, respectivamente, para R$ 206,0 bilhões.

Em pessoa física, a maior linha é cartão de crédito, com R$ 130,9 bilhões. Houve estabilidade no trimestre e avanço de 2% em um ano. Já em pessoa jurídica, a principal modalidade é capital de giro, com R$ 176,2 bilhões, altas de 3% e 3,6%. “A carteira de pessoas físicas tem sido impactada negativamente pela saída de risco de operações de clientes que destroem valor, sendo a carteira de cartões de crédito a mais afetada por esse movimento. Essa carteira permaneceu estável nesse trimestre”, diz o banco no balanço. “O crescimento da carteira de grandes empresas foi de 8,6% no trimestre, em função do aumento da demanda por crédito do segmento.”

R$ 1,2 tri
Carteira de crédito expandida, que teve alta anual de 8,9%

A inadimplência ficou em 2,7%, estável em relação ao primeiro trimestre e abaixo dos 3% registrados no segundo trimestre de 2023. Em pessoa física no Brasil, o índice chegou a 4,2%, ante 4,2% no trimestre anterior e 4,9% um ano atrás. Micro, pequenas e médias empresas, por sua vez, registraram 2,6%, ante 2,6% no trimestre anterior e 2,5% no segundo trimestre do ano passado. Em grandes empresas, o indicador ficou em 0,1%, estável nas duas comparações.

Num cenário de risco mais controlado, a despesa com provisões para devedores duvidosos (PDD) ficou em R$ 8,026 bilhões, com queda trimestral de 0,2% e anual de 6,9%. “O cenário positivo na qualidade de crédito, em função das safras recentes, e a consequente melhora nos índices de inadimplência justificam a redução da despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa na comparação anual. Além disso, a recuperação de créditos baixados como prejuízo foi maior no período”, afirma o banco.

Em relatório, analistas do Citi afirmam que a capacidade do Itaú de navegar o ciclo de crédito e controlar a qualidade dos ativos em trimestres anteriores agora permite maior apetite ao risco, “o que pode implicar leituras de um ciclo de crédito mais benigno no futuro”.

O Itaú também teve receita de serviços de R$ 11,333 bilhões, com alta trimestral de 4,4% e anual de 9,4%. Em seguros, a receita totalizou R$ 2,813 bilhões, marcando crescimentos de 7,4% e 14%, respectivamente. Já as despesas administrativas somaram R$ 15,069 bilhões, com alta trimestral de 4,7% e anual de 5,6%.

Na divulgação dos resultados, o Itaú lembrou o anúncio do seu superapp, feito no mês passado. O banco está fundindo seis aplicativos diferentes no app principal, trazendo “para dentro” 15 milhões de clientes que hoje não têm acesso a uma oferta completa de produtos e serviços. O plano é fazer a migração dessa base até o fim de 2025, mas esse prazo máximo pode ser antecipado, dependendo da adesão. De acordo com a instituição, o projeto, chamado de ‘One Itaú’, tem como objetivo entregar “a mais completa prateleira de produtos e serviços financeiros, mas de forma consultiva, simples e hiperpersonalizada, para clientes pessoa física e pessoa jurídica”.

Fraudes Alta estimada até 2027 decorre de maior uso do meio de pagamento e de falhas na detecção

Golpe do Pix pode trazer prejuízos de R$ 3 bi

Mariana Ribeiro
De São Paulo

Em um cenário em que o Pix segue crescendo exponencialmente, as perdas para instituições financeiras e consumidores devido a golpes relacionados ao pagamento instantâneo podem ultrapassar US$ 635,6 milhões (cerca de R$ 3,6 bilhões) no país em 2027. Em 2023, esse montante era estimado em US$ 359,6 milhões (algo em torno de R$ 2 bilhões). Os dados são de pesquisa feita pelo ACI Worldwide, companhia de software de pagamentos em tempo real, em parceria com a GlobalData, especializada em análise e dados mundiais.

Chamado de Fraude Scamscope, o relatório analisou seis dos principais mercados de pagamento em tempo real do mundo, seja em termos de volume ou medidas de combate à fraude: Brasil, Estados Unidos, Reino Unido, Índia, Austrália e Arábia Saudita. A estimativa é de que o prejuízo com golpes do Pix nestes países ultrapasse os US$ 6,8 bilhões (mais de R$ 38 bilhões) em 2027.

A análise considera as fraudes de transferência por pagamento autorizado, ou seja, quando criminosos coagem usuários a fazer, por conta própria, uma ou mais transferências para uma conta de destino sob seu controle. Isso significa que as projeções não abarcam todo o universo das fraudes financeiras.

Nos chamados golpes de Pix, explica a ACI, o mais comum é que os recursos saiam da conta do cliente de uma instituição financeira e passem por várias contas "laranja" antes de chegar aos fraudadores ou serem convertidos em ativos digitais difíceis de rastrear. Em muitos casos, o contato do golpista com a vítima é feito por meio de engenharia social em redes de mídia social, por telefone ou aplicativo de mensagens.

Outro levantamento da ACI mostra que as fraudes por meio de cartões também seguem em alta, mas em ritmo menor. Estimadas em US$ 545,5 milhões em 2023 (R$ 3 bilhões), elas devem chegar a US$ 853,2 milhões (R$ 4,8 bilhões) em 2027.

DIVULGAÇÃO

"O mercado está atrasado em fazer um trabalho mais forte no controle do 'know your customer'"
Cleber Martins

Assim, as perdas com golpes de Pix, que em 2023 representaram cerca de 66% das relacionados a cartão, passariam a representar cerca de 74% em 2027.

Responsável pela área de inteligência de pagamentos e soluções de risco da ACI Worldwide, Cleber Martins afirma que o aumento dos golpes é explicado, de um lado, pela própria tendência de crescimento dos pagamentos instantâneos aqui e no mundo. De outro, os golpistas estão se beneficiando de um atraso no desenvolvimento de processos e ferramentas para detecção de transações fraudulentas. A companhia projeta que os valores de pagamentos instantâneos no país crescerão a um ritmo médio anual de 26% até 2027. Em 2023, as transações do Pix somaram R$ 17 trilhões.

O cenário coloca instituições financeiras e reguladores sob pressão, diz o executivo. "O mercado está atrasado em fazer um trabalho mais forte no controle do 'know your customer' [verificação do cliente]", afirma Martins. De acordo com ele, com o avanço do Pix, as instituições passam a ter que se preocupar muito mais com a ponta de entrada do dinheiro na instituição, pela facilidade de pulverização desses recursos. "É importante que o banco que está mandando o dinheiro e o que está recebendo consigam conversar em tempo real durante a transação. Esse processo pode ser muito melhorado com inteligência artificial."

Na visão de Martins, a participação do Banco Central (BC) é importante no processo de combate às fraudes, mas é fundamental que as instituições financeiras tratem o tema como prioridade e intensifiquem as ações em conjunto. "A gente tem que criar um senso de responsabilidade comum. Executivos que estão vendo isso acontecer têm que saber que é responsabilidade das instituições tomar medidas. Educação do cliente é importante, mas não vai resolver todo o problema", afirma.

Ele acrescenta que a resolução conjunta 6 do BC, que entrou em vigor em novembro de 2023 e exigiu que instituições reguladas passassem a compartilhar informações sobre suspeitas de fraude entre si, foi um passo importante nesse processo.

O relatório mostra que os golpes de Pix mais frequentes no Brasil estão relacionados a compras: 27% dos participantes disseram que receberam pedidos de transferências como adiantamento do pagamento por um produto ou serviço e 20% receberam pedidos de transferência antes da compra de produto (20%).

Outros motivos lembrados foram pedidos para investir em um produto ou empresa (17%), para pagar uma fatura ou saldo devedor (10%), solicitação de transferências por alguém que fingiu estar em um relacionamento romântico com a vítima (7%), de pagamentos alegando ser uma pessoa ou organização confiável, como a polícia ou o serviço postal (7%) e outros (13%).

De acordo com o estudo, no total dos países analisados, três em cada 10 vítimas de golpe encerram as suas contas, o que acarreta consequências financeiras para os bancos.

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 06/08/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	16.068,3295160	-0,07	0,17	5,67
IRF-M	1+**	20.394,0649790	-0,40	0,49	2,27
IRF-M	Total	18.528,3792640	-0,29	0,38	3,26
IMA-B	5***	9.406,0470010	-0,22	0,50	4,78
IMA-B	5+****	11.519,3068470	-0,61	1,25	-0,74
IMA-B	Total	10.091,9308330	-0,42	0,88	1,87
IMA-S	Total	6.804,7985280	0,04	0,16	6,48
IMA-Geral	Total	8.286,9596570	-0,16	0,42	4,24

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	23/07	22/07	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	32,30	31,48	33,35	29,38	34,04	31,69
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	24,92	26,48	25,10	24,27	26,62	25,60
Conta garantida pré - a.a.	48,79	53,30	50,25	47,85	42,32	49,46
Desconto de duplicata pré - a.a.	21,50	21,50	21,83	21,65	21,80	26,32
Vendor pré - a.a.	15,46	15,74	17,59	16,40	15,46	18,04
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	17,24	16,69	17,38	18,22	19,78	18,95
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	19,20	17,21	17,73	17,78	17,66	18,20
Conta garantida pós - a.a.	24,93	24,75	23,72	24,76	24,96	25,92
ACC pós - a.a.	8,26	8,11	8,29	8,34	8,44	8,38
Factoring - a.m.	3,25	3,22	3,25	3,27	3,28	3,50

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	06/08/24	05/08/24	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3200	5,3300	5,3800	5,3200	5,3000
1 mês	-	5,3528	5,3512	5,3512	5,3377	5,1323
3 meses	-	5,3638	5,3611	5,3612	5,3541	5,1103
6 meses	-	5,3916	5,3904	5,3905	5,3868	4,9408
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,6640	3,6650	3,6530	3,6630	3,6530
1 mês	-	3,6681	3,6678	3,6681	3,7256	3,4238
3 meses	-	3,7847	3,7953	3,7943	3,8635	3,2716
6 meses	-	3,8714	3,8795	3,8781	3,9133	2,9593
1 ano	-	3,9119	3,9079	3,9106	3,8915	1,9804
Euribor ***						
1 mês	-	3,569	3,611	3,630	3,635	3,615
3 meses	-	3,584	3,631	3,647	3,712	3,743
6 meses	-	3,494	3,585	3,579	3,678	3,940
1 ano	-	3,238	3,406	3,390	3,588	4,045
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
T-Bill (1 mês)	5,34	5,35	5,38	5,37	5,36	5,35
T-Bill (3 meses)	5,21	5,20	5,28	5,27	5,21	5,41
T-Bill (6 meses)	4,95	4,89	5,11	5,09	5,30	5,46
T-Note (2 anos)	3,99	3,94	4,36	4,26	3,92	4,77
T-Note (5 anos)	3,74	3,65	4,03	3,91	3,64	4,14
T-Note (10 anos)	3,90	3,80	4,14	4,03	3,79	4,04
T-Bond (30 anos)	4,19	4,08	4,40	4,31	4,07	4,21

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	ago/24*	jul/24	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	Acumulado Ano*	Acumulado 12 meses**
Selic	0,16	0,91	0,79	0,83	0,89	0,83	6,34	11,50
CDI	0,16	0,91	0,79	0,83	0,89	0,83	6,34	11,50
CDB (1)	0,72	0,72	0,71	0,73	0,73	0,75	6,04	10,12
Poupança (2)	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	4,59	7,24
Poupança (3)	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	4,59	7,24
IRF-M	0,38	1,34	-0,29	0,66	-0,52	0,54	3,26	8,37
IMA-B	0,88	2,09	-0,97	1,33	-1,61	0,08	1,87	4,38
IMA-S	0,16	0,94	0,81	0,83	0,90	0,86	6,48	11,71
Renda Variável								
Ibovespa	-1,08	3,02	1,48	-3,04	-1,70	-0,71	-5,90	4,68
Índice Small Cap	0,00	1,47	-0,39	-3,38	-7,76	2,15	-13,60	-13,36
IBrX 50	-1,31	3,15	1,63	-3,11	-0,62	-0,81	-4,43	6,82
ISE	0,69	2,84	1,10	-3,61	-6,02	1,21	-6,95	-4,44
IMOB	0,23	4,82	1,06	-0,73	-11,56	1,10	-12,63	-8,60
IDIV	-0,69	1,90	1,99	-0,99	-0,56	-1,20	-2,26	11,06
IFIX	-0,53	0,53	-1,04	0,02	-0,77	1,43	1,07	5,25
Dólar Ptax (BC)	-0,16	1,86	6,05	1,35	3,51	0,26	16,76	19,42
Dólar Comercial (mercado)	0,04	1,18	6,46	1,09	3,54	0,86	16,56	19,56
Euro (BC) (4)	0,78	2,92	4,73	2,89	2,37	0,07	15,41	17,29
Euro Comercial (mercado) (4)	1,05	2,23	5,07	2,79	2,43	0,71	15,14	17,68
Ouro (BC)	-1,54	5,98	5,97	2,87	7,18	8,62	35,06	46,76
Inflação								
IPCA (5)	-	0,33	0,21	0,46	0,38	0,16	2,82	4,45
IGP-M	-	0,61	0,81	0,89	0,31	-0,47	1,71	3,82

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Rendimento até o dia 6/ago. ** Até jul/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real. (5) expectativa de 0,33% para o mês de julho

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 01/08/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.596.760,41					2.053,21	2.053,21	258.402,55	259.626,61
RF Indexados (2)	143.505,94	0,19	0,19	3,62	7,76	-225,02	-225,02	-12.546,63	-15.483,63
RF Duração Baixa Soberano (2)	683.996,02	0,04	0,04	5,72	10,62	-946,40	-946,40	38.850,43	42.073,09
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	874.192,23	0,04	0,04	6,53	12,13	2.708,87	2.708,87	69.570,11	75.123,99
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	185.705,63	0,04	0,05	6,60	12,19	242,84	242,84	77.602,82	82.791,53
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	170.008,07	0,06	0,06	5,30	9,27	160,58	160,58	-3.821,40	-5.044,48
RF Duração Livre Soberano (2)	217.806,71	0,07	0,07	5,36	9,99	-921,04	-921,04	-12.540,42	-30.359,63
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	651.062,11	0,07	0,07	5,86	10,83	952,39	952,39	-29.949,54	-42.822,70
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	381.608,89	0,08	0,08	5,88	11,32	106,66	106,66	93.642,93	138.881,05
Ações	616.820,43					-437,37	-437,37	-4.360,81	37.141,51
Ações Indexados (2)	10.211,84	-0,19	-0,19	-5,05	4,70	119,35	119,35	238,49	-895,90
Ações Índice Ativo (2)	30.160,98	-0,19	-0,19	-6,03	2,07	-205,53	-205,53	-5.521,47	-5.280,86
Ações Livre	224.188,03	-0,05	-0,05	-3,01	3,77	-152,99	-152,99	-1.025,44	-6.605,80
Fechados de Ações	123.729,60	0,13	0,13	-4,64	-4,10	1,31	1,31	-1.921,20	29.628,63
Multimercados	1.659.723,39					-1.109,05	-1.109,05	-105.406,70	-231.095,94
Multimercados Macro	142.241,30	0,11	0,11	2,27	6,37	-209,70	-209,70	-36.376,88	-58.189,50
Multimercados Livre	627.146,33	0,15	0,15	4,67	8,87	-656,65	-656,65	-16.447,10	-72.350,89
Multimercados Juros e Moedas	48.658,63	0,07	0,07	5,68	10,94	5,08	5,08	-9.293,69	-15.535,12
Multimercados Invest. no Exterior (2)	759.725,01	0,46	0,46	6,42	12,36	-235,19	-235,19	-44.350,66	-81.008,80
Cambial	6.493,85	1,84	1,84	22,16	26,69	0,78	0,78	-680,27	-1.499,29
Previdência	1.455.337,59					829,00	829,00	23.901,96	41.918,87
ETF	43.509,20					-166,47	-166,47	-2.693,70	-4.163,07
Demais Tipos	2.054.694,51					591,23	591,23	66.426,64	72.670,07
Total Fundos de Investimentos	**7.378.644,87**					**1.170,10**	**1.170,10**	**169.163,03**	**101.928,69**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.780.089,29**					**1.142,33**	**1.142,33**	**84.826,70**	**146.472,50**
Total Fundos Off Shore (4)	**50.481,47**					-	-	-	-
Total Geral	**9.209.215,63**					**2.312,43**	**2.312,43**	**253.989,73**	**248.401,19**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de junho de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	06/08/24	05/08/24	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,25
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,19
Selic - taxa efetiva ao mês	0,8675	0,8675	0,9071	0,9071	0,9071	1,1375
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,19
CDI - taxa efetiva ao mês	0,8675	0,8675	0,9071	0,9071	0,9071	1,1375
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	11,30
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,8963
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,49
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9853
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,49	10,46	10,50	10,50	10,45	12,88
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,84	10,66	10,84	10,83	10,60	12,24
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,42	10,41	10,42	10,42	10,41	13,14
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,46	10,43	10,45	10,45	10,42	13,04
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,50	10,46	10,49	10,50	10,44	12,89
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,60	10,52	10,57	10,59	10,47	12,67
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,81	10,65	10,82	10,81	10,59	12,27
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	11,34	11,02	11,40	11,38	10,94	11,13

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 06/08/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em set/24	99.256,19	10,409	284.157	10,404	10,412	10,406
Vencimento em out/24	98.435,71	10,443	394.877	10,430	10,446	10,436
Vencimento em nov/24	97.536,97	10,490	12.068	10,478	10,518	10,490
Vencimento em dez/24	96.778,77	10,586	23.276	10,555	10,600	10,580
Vencimento em jan/25	95.930,95	10,698	1.453.861	10,605	10,715	10,695
Vencimento em fev/25	95.034,14	10,814	6.133	10,735	10,830	10,820
Vencimento em mar/25	94.191,43	10,960	6.591	10,845	10,970	10,950
Vencimento em abr/25	93.405,34	11,052	352.986	10,835	11,070	11,060
Vencimento em mai/25	92.585,20	11,128	1.260	10,990	11,105	11,105
Vencimento em jun/25	91.725,01	11,202	2.115	11,045	11,190	11,190
Vencimento em jul/25	90.896,92	11,282	502.822	11,020	11,295	11,280

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em set/24	5.662,00	-1,56	318.775	5.647,00	5.729,00	5.673,00
Vencimento em out/24	5.679,27	-1,55	2.100	5.684,50	5.700,00	5.690,00
Vencimento em nov/24	5.699,39	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em dez/24	5.716,48	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jan/25	5.736,57	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em set/24	6.195,28	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/24	6.221,96	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	6.253,68	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	126.416	0,73	98.455	125.340	127.250	126.185
Vencimento em out/24	128.478	-	0	0	0	0
Vencimento em dez/24	130.559	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 06/08/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,6522	5,6528	-1,94	-0,16	16,76	16,29
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,6555	5,6561	-1,48	0,04	16,56	16,03
Dólar Turismo (R$/US$)	5,6854	5,8654	-1,46	0,12	16,20	15,92
Euro (BC) - (R$/€)	6,1750	6,1762	-2,22	0,78	15,41	15,12
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	6,1817	6,1824	-1,74	1,05	15,14	15,24
Euro Turismo (R$/€)	6,2480	6,4280	-1,67	1,02	14,64	15,07
Euro (BC) - (US$/€)	1,0925	1,0926	-0,28	0,94	-1,16	-1,01
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	434,1167	434,1628	-2,54	-1,54	35,06	43,00
Nova York (US$/onça troy)¹	-	2.389,22	-0,65	-2,31	15,69	23,00
Londres (US$/onça troy)¹	-	2.414,15	-0,31	-0,23	17,06	24,83

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	06/08/24	05/08/24	No fim de jul/24	No fim de dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	163.242,52	162.403,26	164.489,50	173.997,89	0,52	-0,76	-6,18
Valor-Coppead Mínima Variância	99.286,06	99.035,63	101.224,36	93.533,91	0,25	-1,91	6,15

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/ Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-
Aegea (1) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9,0	8,375	-
República Federativa do Brasil (2)	27/06/24	22/01/32	91	2.000	6,125	6,375	212,8
Vale	28/06/24	28/06/54	360	1.000	6,4	6,458	210,0
XP	04/07/24	04/07/29	60	500	-	7	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 06/08/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond). (2) Títulos sustentáveis (green bonds). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 06/08/24

Índice	06/08/24	05/08/24	Em 31/07/24	Em 29/12/23	Em 06/08/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	174,83	172,70	185,23	165,54	156,41	1,24	-5,61	5,62	11,78
S&P BNY Emergentes	334,66	325,00	350,11	312,75	303,65	2,97	-4,41	7,01	10,21
S&P BNY América Latina	183,26	179,45	189,19	225,28	202,40	2,12	-3,13	-18,65	-9,46
S&P BNY Brasil	182,19	177,49	186,11	232,95	202,62	2,65	-2,11	-21,79	-10,08
S&P BNY México	282,17	279,72	295,36	331,67	321,42	0,88	-4,47	-14,92	-12,21
S&P BNY Argentina	210,78	203,67	223,58	178,27	147,29	3,49	-5,72	18,24	43,11
S&P BNY Chile	131,14	129,36	139,05	162,12	173,76	1,37	-5,69	-19,11	-24,53
S&P BNY Índia	2.978,93	2.960,36	3.096,48	2.923,01	2.833,67	0,63	-3,80	1,91	5,13
S&P BNY Ásia	202,54	198,74	218,49	189,60	183,83	1,92	-7,30	6,83	10,18
S&P BNY China	301,82	294,77	306,01	336,11	365,07	2,39	-1,37	-10,20	-17,32
S&P BNY África do Sul	208,12	204,55	221,65	199,87	207,25	1,75	-6,10	4,13	0,42
S&P BNY Turquia	34,77	34,43	36,85	22,45	21,08	1,01	-5,63	54,87	64,97

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
20/07 a 20/08	0,0671	0,5674	0,5674	0,7718
21/07 a 21/08	0,0708	0,5712	0,5712	0,8087
22/07 a 22/08	0,0745	0,5749	0,5749	0,8457
23/07 a 23/08	0,0745	0,5749	0,5749	0,8461
24/07 a 24/08	0,0754	0,5758	0,5758	0,8470
25/07 a 25/08	0,0710	0,5714	0,5714	0,8105
26/07 a 26/08	0,0673	0,5676	0,5676	0,7737
27/07 a 27/08	0,0671	0,5674	0,5674	0,7716
28/07 a 28/08	0,0708	0,5712	0,5712	0,8085
29/07 a 29/08	0,0745	0,5711	0,5711	0,8454
30/07 a 30/08	0,0744	0,5711	0,5711	0,8452
31/07 a 31/08	0,0743	0,5711	0,5711	0,8442
01/08 a 01/09	0,0707	0,5711	0,5711	0,8080
02/08 a 02/09	0,0668	0,5671	0,5671	0,7689
03/08 a 03/09	0,0668	0,5671	0,5671	0,7694
04/08 a 04/09	0,0705	0,5709	0,5709	0,8062
05/08 a 05/09	0,0742	0,5746	0,5746	0,8430

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 06/08/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	126.267	0,80	-1,08	-5,90	5,66
IBrX	53.341	0,86	-1,05	-5,51	6,11
IBrX 50	21.232	0,88	-1,31	-4,43	7,72
IEE	89.062	0,62	-0,14	-6,21	0,30
SMLL	2.033	0,30	0,00	-13,60	-13,96
ISE	3.502	0,63	0,69	-6,95	-3,15
IMOB	883	0,68	0,23	-12,63	-10,72
IDIV	8.869	0,70	-0,69	-2,26	11,45
IFIX	3.347	-0,18	-0,53	1,07	4,05
Variação % em dólares					
Ibovespa	22.337	2,79	-0,92	-19,41	-9,15
IBrX	9.436	2,86	-0,89	-19,07	-8,76
IBrX 50	3.756	2,87	-1,15	-18,15	-7,37
IEE	15.755	2,61	0,03	-19,67	-13,75
SMLL	360	2,28	0,16	-26,00	-26,01
ISE	620	2,62	0,86	-20,31	-16,71
IMOB	156	2,68	0,39	-25,17	-23,22
IDIV	1.569	2,70	-0,53	-16,29	-4,17
IFIX	592	1,80	-0,37	-13,44	-10,52

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 30/07/24	Spread 29/07/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	412	408	4,0	9,0	67,0
África do Sul	328	323	5,0	1,0	2,0
Argentina	1.558	1.558	0,0	103,0	-349,0
Brasil	228	225	3,0	-3,0	33,0
Colômbia	314	312	2,0	8,0	49,0
Filipinas	83	81	2,0	15,0	25,0
México	190	186	4,0	4,0	23,0
Peru	108	106	2,0	6,0	6,0
Turquia	258	251	7,0	5,0	-18,0
Venezuela	19.547	19.429	118,0	978,0	-4.545,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano. Obs.: último dado disponível em 30/07/24

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
dez/23	355.034	25/07/24	361.665
jan/24	353.563	26/07/24	361.948
fev/24	352.705	29/07/24	362.121
mar/24	355.008	30/07/24	362.220
abr/24	351.599	31/07/24	363.282
mai/24	355.560	01/08/24	364.304
jun/24	357.827	02/08/24	366.356
jul/24	363.282	05/08/24	366.751

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	06/08/24	05/08/24	02/08/24	01/08/24	31/07/24	30/07/24
Índice	2.139,02	2.145,04	2.142,32	2.131,16	2.130,71	2.126,28
Var. no dia	-0,28%	0,13%	0,52%	0,02%	0,21%	0,13%
Var. no mês	0,39%	0,67%	0,54%	0,02%	1,12%	0,91%
Var. no ano	3,57%	3,87%	3,73%	3,19%	3,17%	2,96%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 06/08/24

Moeda	Em US$ * Compra	Em US$ * Venda	Em R$ ** Compra	Em R$ ** Venda
Baht (Tailândia)	35,5100	35,5400	0,15900	0,15920
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,6522	5,6528
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,5611	36,6527	0,1542000	0,1546000
Boliviano (Bolívia)	6,8600	6,9900	0,8086	0,8240
Colon (Costa Rica)	522,4750	535,0000	0,010560	0,010820
Coroa (Dinamarca)	6,8297	6,8301	0,8275	0,8277
Coroa (Islândia)	137,9700	138,2600	0,04088	0,04097
Coroa (Noruega)	10,8923	10,8948	0,5188	0,5190
Coroa (Rep. Tcheca)	23,1280	23,1460	0,2442	0,2444
Coroa (Suécia)	10,5288	10,5306	0,5367	0,5369
Dinar (Argélia)	134,0520	135,3767	0,04175	0,04217
Dinar (Kuwait)	0,3056	0,3057	18,4894	18,4974
Dinar (Líbia)	4,7889	4,8112	1,1748	1,1804
Direitos Especiais de Saque ***	1,3351	1,3351	7,5463	7,5471
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6728	3,6732	1,5388	1,5391
Dirham (Marrocos)	9,8217	9,8468	0,5740	0,5755
Dólar (Austrália)***	0,6519	0,6520	3,6847	3,6856
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,6522	5,6528
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,7800	2,8289
Dólar (Canadá)	1,3790	1,3791	4,0985	4,0992
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,7691	6,8519
Dólar (Cingapura)	1,3255	1,3263	4,2616	4,2647
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,6522	5,6528
Dólar (Hong Kong)	7,7942	7,7943	0,7252	0,7253
Dólar (Nova Zelândia)***	0,5950	0,5951	3,3631	3,3640
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7471	6,8260	0,8280	0,8378
Euro (Comunidade Européia)***	1,0925	1,0926	6,1750	6,1762
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	3,1056	3,1677
Franco (Suíça)	0,8532	0,8536	6,6216	6,6254
Guarani (Paraguai)	7557,5100	7563,3300	0,0007473	0,0007480
Hryvnia (Ucrânia)	40,9000	41,2000	0,1372	0,1382
Iene (Japão)	145,1200	145,1400	0,03894	0,03895
Lev (Bulgária)	1,7896	1,7907	3,1564	3,1587
Libra (Egito)	49,1500	49,2500	0,1148	0,1150
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000063	0,000063
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00043	0,00043
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2694	1,2695	7,1749	7,1762
Naira (Nigéria)	1550,0000	1610,0000	0,00351	0,00365
Lira (Turquia)	33,6063	33,6132	0,1682	0,1682
Novo Dólar (Taiwan)	32,7840	32,8020	0,17230	0,17240
Novo Sol (Peru)	3,7207	3,7410	1,5109	1,5193
Peso (Argentina)	935,5000	936,0000	0,00604	0,00604
Peso (Chile)	943,9000	944,3000	0,005986	0,005989
Peso (Colômbia)	4134,0000	4139,9500	0,001365	0,001367
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2355	0,2355
Peso (Filipinas)	57,8000	57,8200	0,09776	0,09780
Peso (México)	19,3210	19,3310	0,2924	0,2926
Peso (Rep. Dominicana)	59,1500	59,9500	0,09428	0,09557
Peso (Uruguai)	40,6300	40,6600	0,13900	0,13910
Rande (África do Sul)	18,4802	18,4854	0,3058	0,3059
Rial (Arábia Saudita)	3,7545	3,7549	1,5053	1,5056
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001346	0,0001346
Ringgit (Malásia)	4,4700	4,4780	1,2622	1,2646
Rublo (Rússia)	85,6705	85,6795	0,06597	0,06598
Rúpia (Índia)	83,9060	83,9610	0,06732	0,06737
Rúpia (Indonésia)	16160,0000	16170,0000	0,0003495	0,0003498
Rúpia (Paquistão)	278,5000	279,0000	0,02026	0,02030
Shekel (Israel)	3,8276	3,8316	1,4752	1,4769
Won (Coréia do Sul)	1377,3800	1378,1200	0,004101	0,004104
Yuan Renminbi (China)	7,1563	7,1576	0,7897	0,7899
Zloty (Polônia)	3,9448	3,9458	1,4325	1,4330

	Cotações Ouro Spot (2)	Cotações Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Em R$(1) Venda
Dólar Ouro	2388,09	0,01302	434,1167	434,1628

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	06/08/24	05/08/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Em 12 meses Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	38.997,66	38.703,27	0,76	-4,52	3,47	11,21	32.417,59	41.198,08
EUA	Nova York	Nasdaq-100	18.077,92	17.895,16	1,02	-6,63	7,44	18,35	14.109,57	20.675,38
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	16.366,86	16.200,08	1,03	-7,00	9,03	17,67	12.595,61	18.647,45
EUA	Nova York	S&P 500	5.240,03	5.186,33	1,04	-5,11	9,86	17,02	4.117,37	5.667,20
Canadá	Toronto	S&P/TSX	21.979,36	Feriado	-1,12	-4,90	4,87	8,61	18.737,39	23.110,81
México	Cidade do México	IPC	52.399,63	51.776,48	1,20	-1,39	-8,69	-2,95	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.296,79	1.294,56	0,17	-3,63	8,50	10,81	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	92.340,19	93.101,50	-0,82	2,38	59,67	163,92	34.987,30	94.058,81
Chile	Santiago	IPSA	6.178,55	6.098,87	1,31	-4,07	-0,31	-1,81	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	Feriado	27.989,42	-	-5,24	7,82	18,34	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.457.570,97	1.420.522,94	2,61	-3,33	56,78	222,78	451.570,58	1.715.609,97
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.402,32	1.398,68	0,26	-5,84	0,49	2,38	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	17.354,32	17.339,00	0,09	-6,24	3,60	8,79	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	7.130,04	7.148,99	-0,27	-5,33	-5,48	-2,53	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	31.107,13	31.293,52	-0,60	-7,87	2,49	8,82	27.287,45	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	3.887,99	3.888,56	-0,01	-5,86	4,86	4,20	3.290,68	4.142,40
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.651,53	2.563,98	3,41	-3,64	16,12	34,54	1.970,75	2.952,52
Espanha	Madri	IBEX-35	10.390,50	10.423,40	-0,32	-6,10	2,85	10,91	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.367,78	1.341,23	1,98	-7,47	5,77	3,66	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	866,70	860,44	0,73	-5,86	10,15	12,16	714,05	944,91
Hungria	Budapeste	BUX	70.321,83	70.008,90	0,45	-5,04	16,00	30,20	54.012,06	74.051,15
Polônia	Varsóvia	WIG	78.266,44	78.915,84	-0,82	-7,21	-0,25	9,51	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.455,97	6.467,97	-0,19	-3,76	0,93	7,17	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	1.047,09	1.049,01	-0,18	-2,74	-3,36	3,09	982,60	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.402,96	2.411,26	-0,34	-7,91	0,20	8,75	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	11.510,46	11.543,25	-0,28	-6,55	3,35	3,71	10.323,71	12.365,18
Turquia	Istambul	BIST 100	9.881,23	9.893,41	-0,12	-7,12	32,28	33,52	7.260,44	11.172,75
Israel	Tel Aviv	TA-125	1.935,80	1.906,27	1,55	-3,11	3,20	3,65	1.608,42	2.069,46
África do Sul	Joanesburgo	All Share	79.430,06	79.577,63	-0,19	-4,03	3,30	3,21	69.451,97	82.765,12
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	34.675,46	31.458,42	10,23	-11,32	3,62	7,71	30.526,88	42.224,02
Austrália	Sidney	All Ordinaries	7.890,10	7.859,40	0,39	-5,17	0,77	4,70	6.960,20	8.343,80
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.567,03	1.548,83	1,18	-2,72	-14,74	-24,36	1.433,10	2.071,59
China	Xangai	SSE Composite	2.867,28	2.860,70	0,23	-2,43	-3,62	-12,80	2.702,19	3.288,08
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.522,15	2.441,55	3,30	-8,97	-5,01	-3,10	2.277,99	2.891,35
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	16.647,34	16.698,36	-0,31	-4,02	-2,35	-14,80	14.961,18	19.636,22
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	78.593,07	78.759,40	-0,21	-3,85	8,79	19,59	63.148,15	81.867,55
Indonésia	Jacarta	JCI	7.129,22	7.059,65	0,99	-1,74	-1,97	4,03	6.642,42	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.274,01	1.274,67	-0,05	-3,55	-10,02	-16,76	1.274,01	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	20.501,02	19.830,88	3,38	-7,65	14,33	21,71	16.001,27	24.390,03

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

INÊS 249

Oi S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF n° 76.535.764/0001-43 - NIRE 33.30029520-8
Companhia Aberta

Ata da 392ª Reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de agosto de 2024. I. Data, Hora e Local da Reunião: Aos 5 (cinco) dias do mês de agosto de 2024, às 11:00 horas, realizada por circuito deliberativo, nos termos do artigo 29, §1º do Estatuto Social da Companhia. **II. Convocação:** Realizada por mensagens individuais enviadas aos Conselheiros, nos termos do artigo 28, §1º do Estatuto Social da Companhia. **III. Quorum e Presenças:** Presente a totalidade dos membros do Conselho, ao final assinados. Também participaram da reunião as Sras. Cristiane Barretto e Marina de Freitas Maciel, e os Srs. Rogério Takayanagi, Thalles Eduardo Silva Gracelacio da Paixão, Pedro Andrade França e Leandro Diogo Luz, todos representantes da Companhia. **IV. Mesa:** Presidente da Mesa: o Sr. Eleazar de Carvalho Filho; e Secretária: a Sra. Marina de Freitas Maciel. **V. Ordem do Dia:** 1. Rerratificar os termos da autorização para realização, pela Companhia, da 13ª (décima terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição privada, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 160, de 13 de julho de 2024, da Oi S.A. - em Recuperação Judicial ("Debêntures", "Emissão" e "Oferta"), conforme term sheet anexo ao plano de recuperação judicial da Companhia aprovado na Assembleia Geral de Credores de 19 de abril de 2024, de forma a ajustar os itens "(a) Data de Emissão", "(d) Valor Nominal Unitário" e "(e) Quantidade de Debêntures" constantes do item (4) da ata da 390ª reunião desse conselho de administração realizada em 26 de junho de 2024; 2. Autorizar a diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à Emissão e da Oferta conforme o Plano de Recuperação Judicial, além de praticar todos os atos e assinar todos os documentos necessários à efetivação da Emissão, inclusive contratar instituições financeiras e quaisquer outros prestadores de serviços relacionados à Emissão e a Oferta; e 3. Ratificar todos os atos já praticados pela Companhia para a consecução da Emissão e da Oferta. **VI. Deliberações:** Após discutidas a matéria constante da Ordem do Dia, por unanimidade e sem ressalvas, os Conselheiros deliberaram: 1. Rerratificar os termos da proposta de captação de recursos pela Companhia mediante a emissão de Debêntures, a fim de ajustar os itens "(a) Data de Emissão", "(d) Valor Nominal Unitário" e "(e) Quantidade de Debêntures". **(i) Data de Emissão:** para todos os fins e efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será até 8 de agosto de 2024; **(ii) Valor Nominal Unitário:** o valor nominal unitário das Debêntures será de R$ 1,00 (um real), na Data de Emissão; e **(iii) Quantidade de Debêntures:** serão emitidas 902.620.950 (novecentos e dois milhões, seiscentos e vinte mil, novecentos e cinquenta) Debêntures. Todos os demais termos e condições das Debêntures, conforme aprovadas em 26 de junho de 2024 permanecem os mesmos e integralmente aplicáveis. 2. Os membros do Conselho de Administração ratificam a autorização dada para que a Diretoria, direta ou indiretamente por meio de procuradores, tome todas as providências, negocie, defina e assine todos os documentos necessários no âmbito e para a formalização da Emissão e da Oferta, observadas as condições e características aprovadas, incluindo eventuais aditamentos. 3. Os membros do Conselho de Administração ainda ratificam todos os atos já praticados pela Companhia para a consecução da Emissão e da Oferta. **VII. Encerramento:** O material de suporte foi encaminhado aos Conselheiros e fica arquivado na Secretaria do Conselho. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a Reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que, lida e aprovada, vai assinada pela totalidade dos membros presentes do Conselho de Administração e pela Secretária. (a.a.) Eleazar de Carvalho Filho (Presidente da Mesa), Marcos Grodetzky, Henrique José Fernandes Luz, Mateus Affonso Bandeira, Rodrigo Modesto de Abreu, Raphael Manhães Martins, Paul Aronzon, Francisco Roman Lamas Mendez-Villamil e Renato Carvalho Franco. A presente ata é cópia fiel do original lavrado em livro próprio. Rio de Janeiro, 5 de agosto de 2024. **Marina de Freitas Maciel** - Secretária. JUCERJA nº 6383101 em 06/08/2024.

COPEL
Companhia Paranaense de Energia

EXTRATO DA CERTIDÃO DA ATA DA 252ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. LOCAL: Rua José Izidoro Biazetto, 158 - Bloco A - Curitiba, PR. **2. DATA:** 10.07.2024 - 08h30. **3. MESA DIRIGENTE:** MARCEL MARTINS MALCZEWSKI; e VICTÓRIA BARALDI MENDES BATISTA - Secretária da Reunião. 4**. ASSUNTOS TRATADOS E DELIBERAÇÕES TOMADAS: O Conselho de Administração: I.** deliberou, por unanimidade, após ouvir o Comitê de Investimentos e Inovação, aprovar a evolução das tratativas e a assinatura do Contrato de Compra e Venda do Bloco de Controle - CCVBC, bem como dos demais documentos relacionados, de forma que o desinvestimento da participação da Copel na Compagas seja concretizado na negociação com a Compass Dois Ltda., nos termos do material disponibilizado, que permanece sob a guarda da Secretaria dos Órgãos de Governança. **5. MARCEL MARTINS MALCZEWSKI** (Presidente); **CARLOS BIEDERMANN; FAUSTO AUGUSTO DE SOUZA; GERALDO CORRÊA DE LYRA JUNIOR; JACILDO LARA MARTINS; MARCELO SOUZA MONTEIRO; MARCO ANTÔNIO BARBOSA CÂNDIDO; PEDRO FRANCO SALES; VIVIANE ISABELA DE OLIVEIRA MARTINS;** e **VICTÓRIA BARALDI MENDES BATISTA** (Secretária). Certidão da ata da 252ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Copel, registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná - Jucepar sob o nº 20245214470, em 05.08.2024, e publicada na íntegra em https://valor.globo.com/valor-ri/atas-e-comunicados, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976 e da Instrução Normativa - IN DREI ME nº 11/2022. --

TUPY S.A.

- CNPJ/MF: 84.683.374/0003-00 - NIRE: 42.3.0001628-4 - COMPANHIA ABERTA

CERTIDÃO DO EXTRATO ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Data, Hora: 09.07.2024, às 08h. **Local:** em formato digital, conforme Artigo 23 do Regimento Interno. **Mesa:** Paula Regina Goto (Presidenta); Luiz Antonio Grisotto Lacerda (Secretário). **Participação:** Paula Regina Goto, Anielle Francisco da Silva, Carlos Roberto Lupi, Enio Mathias Ferreira, Jaime Luiz Kalsing, José Rubens de la Rosa, Ricardo Antonio Weiss, Vinícius Marques de Carvalho e Wagner de Sousa Nascimento. **Deliberações Aprovadas**: **1. Eleição de Membros da Diretoria Estatutária:** Em referência à macroestrutura organizacional aprovada em 25.04.2024 e dando seguimento ao processo de recrutamento e seleção para preenchimento dos cargos da Diretoria Estatutária, conforme tratado na reunião ordinária realizada no último dia 26 de junho, o Conselho de Administração, no exercício das atribuições previstas no Artigo 142, II, da Lei nº 6.404/76, no Artigo 32, inciso "xiv", do Estatuto Social e no Artigo 7º, inciso 'xx' do seu Regimento Interno, por unanimidade de votos e sem ressalvas: **I.** A alteração da nomenclatura da Vice-Presidência de Inovação e Tecnologia da Informação, que passa a ser **Vice-Presidência de Novos Negócios e Inovação. II.** Elegeu os seguintes membros da Diretoria Estatutária: a) Diretor Vice-Presidente de Novos Negócios e Inovação: **Gueitiro Matsuo Genso**, brasileiro, divorciado, administrador, RG 5.388.049-44 SSP/SP e CPF/MF 624.201.519-68, para o prazo de gestão com início em 15.07.2024, unificado com os demais membros da Diretoria, até 30.04.2025; e [...] Os membros da Diretoria Estatutária eleitos possuem endereço comercial em Joinville/SC. Para os devidos fins, os Diretores eleitos prestarão, em separado, as competentes declarações de desimpedimento. **Encerramento:** Nada mais. Joinville (SC), 09.07.2024. *Luiz Antonio Grisotto Lacerda - Secretário.* JUCESC- Certifico o Registro em 29/07/2024, Arquivamento 20243183100, Protocolo 243183100 de 19/07/2024 - Chancela 483716118360300 - Luciano Leite Kowalski - Secretário-Geral

aes Brasil

AES BRASIL ENERGIA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 37.663.076/0001-07 - NIRE nº 35.300.552.644

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2024
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores acionistas da **AES BRASIL ENERGIA S.A.** ("**Companhia**") para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada às 10h00 do dia 10 de setembro de 2024, de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, parágrafo 2º, inciso I, e artigo 28, parágrafos 2º e 3º, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), através da plataforma digital "Ten Meetings" ("**Plataforma Digital**" e "**Assembleia Geral**", respectivamente), para deliberarem a respeito da ordem do dia exposta a seguir.

Esclarecimentos Preliminares. As matérias da ordem do dia a serem deliberadas na Assembleia Geral se dão no contexto do fato relevante divulgado pela Companhia, em 15 de maio de 2024, por meio do qual a Companhia informou sobre a celebração, naquela data, entre a ARN Holding Energia S.A. ("**ARN**"), a Auren Energia S.A. ("**Auren**"), a Companhia, a AES Holdings Brasil Ltda. ("**AHB**") e a AES Holdings Brasil II Ltda. (sucedida por incorporação pela AHB), do "*Acordo de Combinação de Negócios e Outras Avenças*", por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a Companhia e Auren, a ser realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultará na conversão da Companhia em subsidiária integral da Auren e na unificação das bases acionárias da Companhia e da Auren ("**Combinação de Negócios**").

Ordem do Dia. Examinar, discutir e deliberar sobre a:

(i) aprovação do "*Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação das Ações da AES Brasil Energia S.A. pela ARN Holding Energia S.A. e de Incorporação da ARN Holding Energia S.A. pela Auren Energia S.A.*" celebrado pelos administradores da Companhia, da ARN e da Auren em 6 de agosto de 2024, que contém todos os termos e condições para a implementação da Incorporação de Ações (conforme abaixo definido) e da incorporação da ARN pela Auren ("**Protocolo e Justificação**");

(ii) aprovação da incorporação, pela ARN, da totalidade das ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia ("**Incorporação de Ações**"), cuja eficácia ficará condicionada à satisfação (ou renúncia, conforme o caso) de determinadas condições suspensivas previstas no Protocolo e Justificação, e ao advento da data em que a operação será plenamente eficaz sem a necessidade de providências adicionais, conforme previsto no Protocolo e Justificação; e

(iii) autorização à administração da Companhia para tomar todas as providências necessárias para implementação das deliberações relativas à Incorporação de Ações e a consequente subscrição das novas ações ordinárias e das novas ações preferenciais resgatáveis a serem emitidas pela ARN em decorrência da Incorporação de Ações, por conta dos acionistas da Companhia, nos termos do artigo 252, parágrafo 2º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

Documentos à Disposição dos Acionistas

A proposta da administração contemplando todos os documentos relativos às matérias a serem discutidas na Assembleia Geral, inclusive o manual para participação na Assembleia Geral ("**Manual**"), contendo as propostas dos administradores para a Assembleia Geral, encontram-se à disposição dos acionistas para consulta: (i) na sede da Companhia, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Luiz Carlos Berrini, nº 1.376, 12º andar, Torre A, Cidade Monções, CEP 04571-936, e (ii) nos *websites* da Companhia (ri.aesbrasil.com.br), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**") (www.b3.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm), em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e da regulamentação da CVM.

Informações para Participação dos Acionistas na Assembleia Geral

Considerando que a Assembleia Geral será realizada de modo exclusivamente digital, a participação dos acionistas ocorrerá por meio da Plataforma Digital, podendo o acionista, seu representante legal ou procurador devidamente constituído: (a) simplesmente participar da Assembleia Geral; ou (b) participar e votar na Assembleia Geral.

Para participação na Assembleia Geral por meio da Plataforma Digital, os acionistas devem realizar seu cadastro na Plataforma Digital, por meio do endereço eletrônico <https://assembleia.ten.com.br/507859475> ("**Página de Cadastro**"), fornecendo todos os documentos e informações solicitados. **Os acionistas que não realizarem o cadastro completo na Plataforma Digital por meio da Página de Cadastro até o dia 8 de setembro de 2024 (inclusive) não serão admitidos na Assembleia Geral, nos termos do artigo 6º, parágrafo 3º, da Resolução CVM 81**. As credenciais de acesso são pessoais e intransferíveis, não podendo ser compartilhadas.

As informações detalhadas acerca do processo a ser seguido pelos acionistas para participação e votação por meio da Plataforma Digital constam do Manual, que pode ser acessado nos *websites* da Companhia (ri.aesbrasil.com.br), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm).

Apresentação de Documentos para a Participação na Assembleia Geral

Para participar na Assembleia, por si, seus representantes legais ou procuradores, os senhores acionistas deverão encaminhar à Companhia os seguintes documentos: **(i)** documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante; **(ii)** comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações; **(iii)** documentos que comprovem os poderes do representante do acionista pessoa jurídica ou do gestor ou administrador no caso de fundos de investimento; e **(iv)** instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do acionista.

Para informações adicionais, observar as regras previstas na Resolução CVM 81, bem como no Manual, que podem ser acessados nos *websites* da Companhia (ri.aesbrasil.com.br), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm).

São Paulo, 6 de agosto de 2024
Francisco Jose Morandi Lopez
Presidente do Conselho de Administração

SÚMULA DE SOLICITAÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

A COPEL Distribuição S.A. torna público que irá requerer ao Instituto Agua e Terra (IAT), a Licença Ambiental Simplificada – LAS para a **ESTAÇÃO DE CHAVES 34,5 kV ITAIACOCA**, a ser instalada no município de Ponta Grossa, no estado do PR.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO: 6347/2024

Reconheço o ato da Dispensa de Licitação com fulcro art. 74, V, da Lei 14.133/2021.

1. Locação do Imóvel: situado a Rua General Bocaiúva, 880, loja B, Centro, Itaguaí – RJ, CEP: 23.815-310, com as seguintes medidas e confrontações: por onde mede 14,90 metros, com 76,75 metros confrontando a direita com os lotes pertencentes a Maria Rosalina da Conceição, com 76,60 metros confrontando com a esquerda com os lotes pertencentes Silvio Ferreira da Silva, e fundos para a rua Reverendo Otávio Luiz Vieira por onde mede 16,00 metros para atender ao Polo de Segurança Alimentar da Secretaria Municipal de Assistência Social, bem como, o armazenamento de cestas básicas vinculadas ao Setor de Benefícios Eventuais.

2. Valor mensal da locação: 2.700,00 (dois mil e setecentos reais).

3. Prazo de Vigência: 36 meses a contar da celebração e assinatura do Contrato.

4. Das partes: Secretaria Municipal de Assistência Social, neste ato representado pelo Sr. Elson Rebelo Barbosa e os proprietários Leonardo Novelino dos Santos e Daniele Candido dos Santos, representados por BMJ Santos Empreendimentos LTDA.

RATIFICO o ato da Dispensa de acordo com fulcro art.72 da Lei 14.133/2021, dando eficácia ao ato.

Itaguaí, 02 de agosto de 2024.

Elson Rebelo Barbosa - Secretário Municipal de Assistência Social - Matrícula 34.849.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8303/2024

A Secretaria Municipal de Saúde de Itaguaí, na forma do disposto no artigo 75, Inciso II da Federal 14.133/21, e do artigo 1º do Decreto Municipal 4210/17, **RATIFICA A DISPENSA DE LICITAÇÃO**, nos autos do Processo Administrativo nº 8303/2024, cadastrado no Portal Nacional de Contratações Públicas sob o ID Contratação PNCP n° 42498600000171-1-004648/2024, em favor da empresa **M BENTO SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA**, inscrita no CNPJ N° 48.873.564/0001-65, no valor de R$ 32.396,20 (trinta e dois mil trezentos e noventa e seis reais e vinte centavos), referente ao item 1, visando o **FORNECIMENTO INTEGRAL DE CASSETES RADIOGRÁFICOS** para atender as demandas do Hospital Municipal São Francisco Xavier, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 12 (doze) meses, de acordo com as especificações constantes no termo de referência.

Itaguaí, 05 de agosto de 2024.

(a) Vanessa Stefony Ferreira-Secretária Municipal de Saúde / Autoridade Competente.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90054/2024 (P.A.8345/2024)

Objeto resumido: O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE KIT LANCHES, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Educação (Orgão Gerenciador) e Secretaria Municipal de Cultura**, conforme especificado no edital e seus anexos.

Condições e local para a retirada do edital: trazer 2 (duas) resmas de papel A4 e o carimbo da empresa, junto à SELIC, nas dependências da P. M. I., com sede na Rua General Bocaiúva, n° 636, Centro - Itaguaí - RJ, de segunda a sexta de 10 às 16 horas ou no site da Prefeitura **(http://www.itaguai.rj.gov.br).**

Data e hora da realização: dia 20 de agosto de 2024, às 10:00 horas.

Local: A sessão pública realizar-se-á no endereço eletrônico **https://www.gov.br/compras/pt-br**

(a) André Ricardo Barroso – Secretário Municipal de Licitações e Contratos (Interino) / Autoridade Competente.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2024 (P.A. 5.212/2024)

Objeto resumido: O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE 01 (UM) VEÍCULO TIPO PICK UP**, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca, conforme especificado no edital e seus anexos.

Condições e local para a retirada do edital: trazer 2 (duas) resmas de papel A4 e o carimbo da empresa, junto à SELIC, nas dependências da P. M. I., com sede na Rua General Bocaiúva, n° 636, Centro - Itaguaí - RJ, de segunda a sexta de 10 às 16 horas ou no site da Prefeitura **(http://www.itaguai.rj.gov.br).**

Data e hora da realização: dia 20 de agosto de 2024, às 10:00 horas.

Local: A sessão pública realizar-se-á no endereço eletrônico **https://www.gov.br/compras/pt-br**

(a) André Ricardo Barroso – Secretário Municipal de Licitações e Contratos (Interino) / Autoridade Competente.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2024 (P.A. 1179/2024)

Objeto resumido: O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA NO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ-RJ**, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificado no edital e seus anexos.

Condições e local para a retirada do edital: trazer 2 (duas) resmas de papel A4 e o carimbo da empresa, junto à SELIC, nas dependências da P. M. I., com sede na Rua General Bocaiúva, n° 636, Centro - Itaguaí - RJ, de segunda a sexta de 10 às 16 horas ou no site da Prefeitura **(http://www.itaguai.rj.gov.br).**

Data e hora da realização: dia 23 de agosto de 2024, às 10:00 horas.

Licitação nº ID 1052346

Local: A sessão pública realizar-se-á no endereço eletrônico: **novo licitacoes-e (bb.com.br)**

(a) André Ricardo Barroso – Secretário Municipal de Licitações e Contratos (Interino) / Autoridade Competente.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90052/2024 (P.A. 5037/2024)

Objeto resumido: O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DA QUADRA, VESTIÁRIOS E DEMAIS NECESSIDADES DE INFRAESTRUTURA DO CIEP 497 MUNICIP. PROFª. SÍLVIA TUPINAMBÁ INCLUINDO AUMENTO DE CARGA ELÉTRICA, SE NECESSÁRIO, situada na Rua Manoel Soares da Costa, 11 – Engenho, Itaguaí – RJ, com fornecimento de mão de obra, material, ferramentas e equipamentos necessários, a ser gerenciado pela Secretaria de Obras e Urbanismo**, conforme especificado no edital e seus anexos.

Condições e local para a retirada do edital: trazer 2 (duas) resmas de papel A4 e o carimbo da empresa, junto à SELIC, nas dependências da P. M. I., com sede na Rua General Bocaiúva, n° 636, Centro - Itaguaí - RJ, de segunda a sexta de 10 às 16 horas ou no site da Prefeitura **(http://www.itaguai.rj.gov.br).**

Data e hora da realização: dia 23 de agosto de 2024, às 10:00 horas.

Licitação nº ID 1052344

Local: A sessão pública realizar-se-á no endereço eletrônico: **novo licitacoes-e (bb.com.br)**

(a) André Ricardo Barroso – Secretário Municipal de Licitações e Contratos (Interino) / Autoridade Competente.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90051/2024 (P.A.6113/2024)

Objeto resumido: O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO INTEGRAL COM INSTALAÇÃO E RECARGA DE EXTINTORES DE INCENDIO DO TIPO AP, CO2, PQS E CLASSE K**, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificado no edital e seus anexos.

Condições e local para a retirada do edital: trazer 2 (duas) resmas de papel A4 e o carimbo da empresa, junto à SELIC, nas dependências da P. M. I., com sede na Rua General Bocaiúva, n° 636, Centro - Itaguaí - RJ, de segunda a sexta de 10 às 16 horas ou no site da Prefeitura **(http://www.itaguai.rj.gov.br).**

Data e hora da realização: dia 20 de agosto de 2024, às 10:00 horas.

Local: A sessão pública realizar-se-á no endereço eletrônico: **www.gov.br/compras**

(a) André Ricardo Barroso – Secretário Municipal de Licitações e Contratos (Interino) / Autoridade Competente.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90050/2024 (P.A. 1179/2024)

Objeto resumido: O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA NO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ-RJ**, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificado no edital e seus anexos.

Condições e local para a retirada do edital: trazer 2 (duas) resmas de papel A4 e o carimbo da empresa, junto à SELIC, nas dependências da P. M. I., com sede na Rua General Bocaiúva, n° 636, Centro - Itaguaí - RJ, de segunda a sexta de 10 às 16 horas ou no site da Prefeitura **(http://www.itaguai.rj.gov.br).**

Data e hora da realização: dia 23 de agosto de 2024, às 10:00 horas.

Licitação nº ID 1052003

Local: A sessão pública realizar-se-á no endereço eletrônico: **novo licitacoes-e (bb.com.br)**

(a) André Ricardo Barroso – Secretário Municipal de Licitações e Contratos (Interino) / Autoridade Competente.

CONCURSO Nº 004/2024 (P.A. 10240/2024)

Objeto resumido: O objeto do presente é o **CONCURSO PARA SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL DE AUDIOVISUAL (APOIO DIRETO A PROJETOS) para atender as demandas da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**, conforme especificado no edital e seus anexos.

Condições e local para a retirada do edital: apresentar documento de identificação com foto e comprovante de residência, nas dependências da P. M. I., com sede na Rua General Bocaiúva, n° 636, Centro - Itaguaí - RJ, de segunda a sexta de 09 às 16 horas ou no site da Prefeitura **(http://www.itaguai.rj.gov.br).**

Período de inscrição: do dia 12 de agosto de 2024 a 27 de setembro de 2024, no horário de 09 horas às 17 horas; ou de forma **online**, através de formulário do Google Forms, que pode ser encontrado através do link **https://linktr.ee/cultura.itaguai**, de 09 horas do **dia 12 de agosto de 2024 até à 17h do dia 27 de setembro de 2024** ou presencialmente na Secretaria Municipal de Cultura, no endereço Estrada do Trapiche S/N°, Centro, Itaguaí – RJ, CEP. 23.815-415.

(a) André Ricardo Barroso – Secretário Municipal de Licitações e Contratos (Interino) / Autoridade Competente.

NA PUBLICAÇÃO DO JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO – VALOR, DATADA 17 DE JULHO 2024.

Na página C5, AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90018/2024.

Onde se lê: Israel Mendes da Silva, inscrita no CNPJ n° 53.468.665/0001-90

Leia-se: 53.468.665 Israel Mendes da Silva, inscrita no CNPJ n° 53.468.665/0001-90

NA PUBLICAÇÃO DO JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO – VALOR, DATADA 19 DE JULHO 2024.

Na página E2, AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 90017/2024.

Onde se lê: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 90017/2024

Leia-se: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90017/2024

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
DECLARAÇÃO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

O Ordenador de Despesa, com fulcro no Art. 1° do Decreto Municipal no 4.210 de 06/02/2017 e no uso de suas atribuições legais, em decorrência do Procedimento Licitatório, através do processo administrativo n° 9199/2024, oriundo da Secretaria Municipal de Saúde, cadastrado no PNCP sob o ID nº 42498600000171-1-004770/2024, Pregão Eletrônico n° 90042/2024, e julgamento constante da Ata da Sessão realizada no dia 31 de julho de 2024, às 10:00 horas, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO PARCELADO E CONTÍNUO DE MEDICAMENTOS PARA DEMANDA EM SAÚDE** para atender as necessidades da paciente Marcia Cristina Praxedes, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, **HOMOLOGA** o resultado da Sessão, bem como declara a licitação **FRACASSADA.** Itaguaí, 06 de agosto de 2024.

(a) Vanessa Stefony Ferreira-Secretária Municipal de Saúde/Autoridade Competente.

Empreendedorismo Discrepância de taxas e volumes financiados aumenta conforme tamanho de negócios, segundo estudo do Sebrae

Mulher empresária tem menos acesso e paga mais no crédito

Marcello Corrêa e Gabriel Shinohara
De Brasília

As mulheres donas de pequenos negócios pagam mais na hora de tomar crédito do que homens. Estudo do Sebrae com base em dados do Banco Central (BC) antecipado ao **Valor** mostra que a taxa média de juros para empresas lideradas por mulheres é de 40,6% ao ano, enquanto para homens a taxa fica em 36,8% ao ano.

Com taxas de juros mais altas, as mulheres também respondem por uma parcela menor dos recursos para pequenos negócios. As empreendedoras são 40% do total de 23,1 milhões de transações, mas apenas 29% do volume concedido do total de R$ 109 bilhões. Os dados são do primeiro trimestre de 2024 e consideram os empréstimos concedidos a microempreendedores individuais, micro e pequenas empresas.

A ideia de levantar esses dados surgiu a partir da experiência no atendimento a pequenas empreendedoras, explica a diretora da administração e finanças do Sebrae, Margarete Coelho. A entidade planeja lançar uma pesquisa semelhante, dessa vez para analisar as condições de crédito para o público LGBTQIA+.

"Eu ouvi muitas delas dizerem: 'diretora, quando nós sentamos à frente de um gerente de uma instituição financeira, eles fazem perguntas constrangedoras do tipo: a sua família, o seu marido, sabe que a senhora está aqui pedindo esse empréstimo?' Elas dizem que têm vontade de pegar a bolsa e ir para casa", afirma.

Com os números em mãos, a executiva diz que o plano da entidade é propor mais políticas públicas. O tema deve ser discutido em uma reunião neste mês do Comitê de Empreendedorismo Feminino, em Brasília.

Segundo Coelho, o Sebrae busca avançar não só em capacitação das empreendedoras, mas também das instituições financeiras, principalmente fora de grandes centros urbanos. O plano é elaborar um protocolo de atendimento com o apoio de organismos internacionais para facilitar esse acesso.

"Muitas procuram instituições financeiras nas cidades delas, no interior, e o gerente sequer sabe que o banco disponibiliza uma linha de crédito para elas. Nós queremos qualificar essa rede de atendimento", afirma.

Uma das ideias é usar o Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe) para promover a diversidade. O instrumento, administrado pelo Sebrae, funciona como garantia para empréstimos tomados por pequenos empreendedores.

"Não quero cota para financiar mulheres. Eu quero metas. Não adianta nada eu dizer que reserve uma cota de 10%, 15%, 20% para as mulheres, se as mulheres não vão sequer passar na calçada da instituição financeira", afirma. "O que quero é que a instituição financeira bata à porta delas."

A desigualdade de acesso apontada pela pesquisa pode ser explicada por diferenças estruturais entre negócios comandados por homens e mulheres, avalia Giovanni Bevilaqua, coordenador de acesso a crédito e investimentos da unidade de capitalização e serviços financeiros do Sebrae Nacional, responsável pelo estudo. Uma das hipóteses é a diferença de porte de empresas comandadas por homens e mulheres.

"Pessoas negras, mulheres, LGBTs... não foram ensinadas como se relacionar com sistema financeiro" *Gabriela Chaves*

DIVULGAÇÃO

Margarete Coelho, do Sebrae: protocolo de atendimento para facilitar acesso a crédito para minorias

O percentual de homens entre os tomadores de empréstimos é maior que o de mulheres em todas as categorias analisadas, mas a discrepância aumenta conforme o tamanho do negócio. No conjunto de microempreendedores individuais que acessaram crédito, por exemplo, há quase equilíbrio (55,4% homens e 44,6% mulheres). Já nas empresas de pequeno porte, que têm faturamento de R$ 360 mil a R$ 4,8 milhões, essa divisão é de 70,2% para homens e 29,8% para mulheres.

Negócios menores tendem a ter mais restrições a crédito e, quando conseguem, acessam linhas mais caras. Isso se reflete também na divisão por modalidade. No cartão de crédito, por exemplo, as empreendedoras são 43,1% do público. No crédito rotativo do cartão de crédito, a modalidade mais cara do mercado, as mulheres respondem por 40% das operações. A taxa de juros média do rotativo de pessoa jurídica foi de 168,2% ao ano e para pessoa física, de 429,5% em junho.

Gabriela Chaves, economista da NoFront, aponta que historicamente as mulheres têm menos propriedades e conseguem dar menos garantias para o banco. "Você vê, por exemplo, muitas mulheres empreendedoras empreendendo a partir do cartão de crédito, que é uma das modalidades mais caras de crédito do mercado, pela dificuldade de acesso a um crédito específico voltado ao empreendedorismo" disse.

Enquanto isso, em linhas mais baratas, como desconto de duplicatas (taxa média de 16,1% ao ano em junho), as mulheres representam apenas 25,6% das operações. Na modalidade de aquisição de veículos, que tem taxa média de 16,4% ao ano, elas são 25,06% do total.

O estudo também mostra que a inadimplência de homens e mulheres é parecida, com taxa média de 7,1% e 7,6%, respectivamente. Na avaliação de Bevilaqua, do Sebrae, a diferença não é suficiente para explicar as condições desiguais de acesso ao crédito.

Chaves, da NoFront, destaca que existem muitos lares no Brasil em que as mulheres são chefes de família, e essa realidade faz com que elas precisem administrar bem o dinheiro. No entanto, diz, "a grande questão" é que o letramento financeiro relacionado ao funcionamento do mercado e das taxas é insuficiente na sociedade e principalmente nos grupos socialmente vulneráveis.

"Pessoas negras, mulheres, pessoas LGBTs... a gente não foi ensinado historicamente a como se relacionar com o sistema financeiro e isso faz com que exista lacunas de conhecimento muito grandes em relação a como funciona o parcelamento com juros, como funcionam os juros compostos."

Em nota, a Febraban afirma que os bancos não fazem diferenciação entre gêneros como premissa para concessão de crédito no país. "Os modelos de concessão de crédito são frutos de análises estatísticas que envolvem variáveis objetivas e buscam maximizar a concessão de crédito e evitar o superendividamento", diz.

Gestora de fortunas suíça abre fundos ao varejo no Brasil

Liane Thedim
Rio

O Mirabaud, gigante suíço de US$ 34,4 bilhões sob gestão no mundo e que no Brasil atua como multifamily office, quer projetar seu nome no país. Desde 2020 por aqui e com apenas R$ 1 bilhão sob administração, de cerca de 70 famílias, a empresa vai pela primeira vez abrir para o público externo seus dois fundos de crédito, hoje restritos aos clientes de altíssima renda, com mais de R$ 10 milhões para investir.

Além disso, ainda neste ano, planeja trazer dois fundos da matriz suíça, um multimercado e um de renda fixa "high yield". Para isso, já está formatando aqui os chamados "fundos feeders".

"Queremos que o mercado conheça a capacidade de gestão do Mirabaud, e o primeiro passo é colocar a cabeça para fora", diz Eric Hatisuka, executivo-chefe de investimentos. Mas, segundo ele, o cliente de plataforma costuma fazer escolhas pelo rendimento, o que, afirma, não é o diferencial dos fundos da empresa. "O nosso tende a ser mais seguro, por isso não esperamos uma avalanche de recursos. Vamos fazer um trabalho junto aos distribuidores porque queremos passivo de longo prazo, de um público diferenciado." A ideia é terminar o ano com crescimento entre 50% e 100%.

O Mirabaud, que tem escritórios em outros nove países, aportou no Brasil em 2020, mas a operação só ganhou força em 2022, com a chegada de uma equipe egressa do CA Indosuez, comprada do Grupo Crédit Agricole pelo Safra. Atualmente são dois pilares, o de fortunas e o da asset, que atende exclusivamente aos clientes próprios e cujo pontapé inicial foi dado em junho no ano passado com a criação do primeiro fundo de crédito, o Mirabaud Tradition, com prazo para saque em um dia.

Da carteira, 45% ficam com títulos públicos e o restante com papéis bancários, debêntures com classificação de crédito "AA" ou "AAA" e uma pequena parcela (5%) em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs), explica Fábio de Aguiar Faria, gestor de carteiras do Mirabaud. São cerca de 50 ativos e o patrimônio líquido é de R$ 190 milhões, com rentabilidade no ano até junho de 5,68% (109% do CDI).

R$ 1 bi
é quanto o Mirabaud tem no Brasil sob administração

O fundo foi estruturado por Faria, responsável por montar a asset do Crédit Agricole no Brasil, em 1999, e diretor executivo do CA Indosuez Wealth (Brasil) por mais de 20 anos. Atualmente, cuida ainda da gestão do fundo Mirabaud Conviction, criado em novembro 2023, que também vai para as plataformas até o fim do ano. Sua diferença para o Tradition é que tem maior concentração em ativos. Com patrimônio líquido de R$ 70 milhões, o prazo para liberação de pedidos de resgate é 21 dias e tem rentabilidade no ano até junho de 5,79% (111% do CDI).

Hatisuka explica que o Mirabaud é focado em investimentos, mas tem parceiros que auxiliam em processos sucessórios, patrimoniais, tributários e imobiliários. Ele afirma que vê um momento favorável para multifamily offices no país após a taxação dos fundos fechados exclusivos ou restritos, já que os investimentos tiveram que ser revistos e muitos migraram de instituição.

Além disso, afirma, o brasileiro tem menos dinheiro no exterior do que deveria, o que abre uma oportunidade para o Mirabaud. "Indicamos que ao menos 30% portfólio estejam lá fora, e os investimentos offshore são uma de nossas especialidades." O executivo conta que desde 2013 o grupo suíço já atendia brasileiros com investimento no exterior.

Alternativa estratégica no financiamento imobiliário

Palavra do gestor

Bruno Andrade

Nos últimos anos, o mercado de capitais brasileiro tem testemunhado um crescimento notável na emissão dos Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI). Este instrumento financeiro tem se destacado como alternativa robusta e eficiente em comparação com as tradicionais linhas de crédito imobiliário, proporcionando benefícios tanto para investidores quanto para incorporadoras.

Os CRIs têm se consolidado como uma ferramenta essencial para o financiamento do setor imobiliário. Desde a sua criação, houve um aumento significativo nas emissões, refletindo a confiança do mercado e a atratividade desse instrumento. A regulamentação sólida e o ambiente econômico favorável têm contribuído para essa evolução, proporcionando mais segurança e previsibilidade para todos os envolvidos. Em 2023, por exemplo, o volume de emissões de CRI atingiu um recorde histórico, totalizando cerca de R$ 50 bilhões, um aumento de 25% em relação ao ano anterior.

Há uma correlação direta entre o crescimento os lançamentos imobiliários e as emissões de CRI. Nos últimos anos, à medida que mais CRIs são emitidos, observamos aumento de novos projetos, o que indica a eficácia do instrumento como catalisador do desenvolvimento urbano.

Em 2023, o número de novos empreendimentos lançados no Brasil aumentou 15%, em grande parte devido ao acesso facilitado a financiamentos por meio de CRI. Esse aumento na oferta de crédito tem permitido que incorporadoras e construtoras tenham acesso a recursos de forma mais eficiente e menos onerosa, contribuindo para a expansão do setor.

A confiança dos investidores na solidez dos CRI tem proporcionado um fluxo constante de capital, incentivando o crescimento e a sustentabilidade dos novos empreendimentos. A qualidade dos ativos subjacentes e a estrutura jurídica dos CRIs oferecem um nível de segurança que atrai uma base diversificada de investidores. A diversificação do risco e a transparência desse instrumento são fatores cruciais que aumentam a confiança.

Hoje, os CRIs representam cerca de 35% do total de crédito disponível no mercado imobiliário. Esse percentual evidencia a importância crescente dos CRI como fonte de financiamento, contribuindo para a dinamização e expansão do setor. Em comparação, há cinco anos, essa participação era de apenas 20%. Esse aumento na participação dos CRI no mercado de crédito imobiliário ressalta a evolução positiva deste instrumento e a confiança depositada por investidores e incorporadoras.

A utilização crescente dos CRI como alternativa de financiamento reflete não só a maturidade do mercado de capitais brasileiro, mas também a capacidade do setor de se adaptar a novas formas de captação. Esse movimento tem sido essencial para a continuidade dos projetos imobiliários, especialmente em um contexto econômico desafiador, em que a busca por fontes de financiamento mais eficientes se torna imperativa.

Enquanto os CRIs ganham terreno no mercado, é importante comparar sua eficácia e benefícios com outras linhas de financiamento imobiliário tradicionais, como os empréstimos bancários e os financiamentos por meio de fundos imobiliários (FII).

Tradicionalmente, os empréstimos bancários têm sido uma das principais para projetos imobiliários. No entanto, esses empréstimos frequentemente vêm com altas taxas de juros e critérios rígidos de concessão, tornando-os menos acessíveis para algumas incorporadoras e construtoras. Em contrapartida, os CRIs oferecem uma estrutura de financiamento mais flexível e muitas vezes com custos menores, além de permitir uma maior diversificação de investidores.

Os FIIs também têm sido uma fonte importante de financiamento. Eles proporcionam liquidez e uma diversificação significativa para investidores, além de oferecerem uma forma de captação de recursos para incorporadoras. Contudo, os CRIs apresentam uma vantagem distinta ao oferecerem uma estrutura de securitização que pode atrair diferentes perfis de investidores, incluindo aqueles que buscam retornos mais estáveis e previsíveis, alinhados com os fluxos de caixa dos projetos. É importante notar que muitos FIIs são compradores de CRI, demonstrando a interdependência e a sinergia entre esses instrumentos.

A evolução dos CRIs no mercado de capitais não apenas oferece uma alternativa competitiva e eficiente às linhas de crédito tradicionais, mas também desempenha um papel fundamental no crescimento dos lançamentos imobiliários. A regulamentação robusta, a segurança jurídica e a confiança dos investidores são fatores que têm impulsionado o sucesso dos CRIs. Com um papel cada vez mais significativo no financiamento imobiliário, os CRIs continuam a contribuir para a dinamização e expansão do setor, evidenciando sua importância estratégica no desenvolvimento do país.

Portanto, a trajetória de crescimento dos CRIs no Brasil é um indicador claro de sua eficácia como instrumento financeiro, proporcionando benefícios tangíveis tanto para investidores quanto para o setor imobiliário como um todo. À medida que o mercado de capitais brasileiro continua a evoluir, espera-se que os CRIs desempenhem um papel ainda mais proeminente, sustentando o desenvolvimento sustentável e a inovação no financiamento imobiliário.

Bruno Andrade é sócio da área de real estate da CVPar Business Capital
E-mail
estruturacao@cvrealestate.com.br

TRT-MG
Contratação de ex-companheiro de empregada gera indenização
valor.globo.com/legislacao

Opinião Jurídica
Corporations: falta decidir quem é o dono da bola
E2

TRF-4
Mulher é condenada por falso testemunho
valor.globo.com/legislacao

Civil Decisão da 1ª Turma beneficia a Gradual, que comprou cédulas no comércio interbancário

STJ condena União a indenizar corretora por retenção de US$ 4 milhões em aeroporto

Beatriz Olivon
De Brasília

A 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, por unanimidade, que há responsabilidade da União pela retenção de US$ 4 milhões em papel moeda da Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários (falida) por servidores da alfândega do Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos. O processo deverá agora voltar ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) para a definição do valor da indenização a ser paga.

A corretora pede o ressarcimento de R$ 2,7 milhões e aponta que, na época, no ano de 2017, teve que pagar a tarifação de armazenamento e capatazia, de R$ 922,8 mil, e que só conseguiu a liberação do dinheiro por meio de liminar.

O tema foi julgado em uma ação indenizatória em que a corretora pede o pagamento pela União de danos materiais em razão de retenção indevida de US$ 4 milhões em papel moeda. A Gradual comprou a quantia no comércio interbancário e, quando as cédulas chegaram no aeroporto de Guarulhos, em maio de 2017, foram retidas.

A alfândega alegou que era necessário ter autorização prévia do Banco Central (BC) para realizar a operação de importação. E que, apesar de a instituição ter informado à alfândega não ser necessária prévia autorização, o dinheiro permaneceu retido até a corretora obter liminar determinando o início do desembaraço aduaneiro.

REPRODUÇÃO

Decisão na 1ª Turma do STJ foi unânime e agora caso volta à segunda instância para a definição do valor da indenização a ser pago pela União

O tema é inédito no STJ, segundo a relatora, ministra Regina Helena Costa, afirmou ontem na sessão de julgamento. O cerne do caso, explicou, seria definir se a entidade habilitada a operar no mercado de câmbio estava autorizada a realizar o ingresso de moeda estrangeira no país, independentemente de regulamentação pelo BC.

Em sustentação oral, o advogado da Gradual, Rômulo Martins Nagib, disse que a União praticou um ato ilícito e a corretora teve prejuízo de cerca de R$ 1 milhão. "A previsão de uma norma infralegal é meramente regulamentar, não pode inovar no mundo jurídico", afirmou.

Já o advogado da União, Roque José Rodrigues Lage, disse que o recurso não poderia ser utilizado para analisar ato infralegal, como a circular do Banco Central. "Para rever as conclusões do acórdão do TRF-3 seria necessário analisar a legalidade da circular", afirmou. Em relação ao mérito, o advogado defendeu a legalidade da circular do órgão.

No julgamento, a relatora fez um histórico das leis e regulamento sobre o assunto. Pela Lei nº 9.069 de 1995, só bancos autorizados a realizar operações de câmbio poderiam fazer compras desse tipo. Mas a Lei nº 12.865 de 2013, destacou a ministra, viabilizou que transações de ingresso e saída de moeda do território nacional não fossem feitas só por bancos, ampliando o rol de players aptos a atuar nessa arena, e manteve a possibilidade de normatização pelo BC.

> "Higidez da atuação administrativa limitadora só restou viabilizada em 2021"
> *Regina H. Costa*

"A nova lei suspendeu a orientação anterior do BC, que restringia as operações a entidades bancárias", disse. "Embora promulgada [a lei], o BC não editou novo ato infralegal, deixando um vácuo regulamentar sobre sujeitos qualificados a realizar essas operações."

Lei posterior, de nº 14.286, de 2021, acrescentou, estabeleceu que operações de entrada e saída em papel moeda deveriam ser realizadas por meio de instituição autorizada a operar no mercado de câmbio, mas autorizou o Banco Central, por ato infralegal a regulamentar a questão — e uma resolução de 2022 estabeleceu que o ingresso, em espécie, de valor superior a R$ 10 mil precisa de participação de banco autorizado a operar no mercado de câmbio.

"Ao regulamento só cabe instituir procedimentos, não a criação de embaraços ao cumprimento da vontade do legislador", afirmou a relatora, ressaltando que apenas leis dependentes de regulamentação precisam de legislação suplementar.

No caso concreto, considerando a Lei nº 12865 de 2013, a Gradual fez a importação em papel moeda e a União apontou que, por resolução do Banco Central de 1998, era necessário haver um banco na operação. Mas para a relatora, tendo o legislador atribuído a entidades autorizadas a operar no mercado de câmbio o direito de ingresso de moeda no país, a ausência de ato normativo secundário não pode impedir esse exercício.

"A higidez da atuação administrativa limitadora só restou viabilizada com entrada em vigor da lei de 2021, motivo pelo qual é ilegítima a conduta anterior", afirmou a relatora em seu voto. A decisão reformou entendimento do TRF-3 de que a empresa não teria direito à reparação dos danos materiais sofridos pelo tempo em que a moeda ficou retida.

STF começa a julgar cobrança de IR sobre doação

Marcela Villar
De São Paulo

A 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) começou a julgar ontem uma ação em que a Fazenda Nacional quer cobrar Imposto de Renda (IRPF) sobre antecipação de herança de um pai para seus filhos. Após dois votos favoráveis ao contribuinte para afastar a tributação, o ministro Luiz Fux pediu vista. O caso deve retornar à pauta em até 90 dias.

O STF analisa um segundo recurso da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) que tenta reformar decisão do Tribunal Regional da 4ª Região (TRF-4). Em junho de 2023, o presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, já havia negado um recurso do órgão, entendendo que a doação em si não traz acréscimo patrimonial. "O doador já tinha efetiva disponibilidade jurídica do valor acrescido ao seu patrimônio antes da doação", disse.

Segundo advogados, o Supremo tem divergido bastante sobre o assunto. Há acórdãos da 1ª e 2ª Turma e decisões monocráticas tanto permitindo a tributação quanto afastando. A 1ª Turma impediu a incidência do IR por entender ser bitributação (ARE 1387761), enquanto a 2ª Turma, sob relatoria da ministra Cármen Lúcia, em 2021, permitiu a cobrança (RE 1269201).

Os contribuintes entendem que a União não pode cobrar do doador, pois já há a incidência do ITCMD, de responsabilidade estadual, para aos herdeiros ou donatários. Além disso, quem doa não teria acréscimo patrimonial, e sim decréscimo, pois se desfaz do bem.

ANTONIO AUGUSTO / SCO / STF

> "O acórdão do TRF-4 está alinhado à jurisprudência do STF"
> *Flávio Dino*

Já a União entende que o doador aumenta o patrimônio, pois existe uma "mais valia" — a diferença entre o valor histórico da herança e o de mercado. Na sessão, a PGFN argumentou ser necessário "impedir que haja uma blindagem patrimonial".

O processo chegou à Justiça por um mandado de segurança preventivo, em que o patriarca quer transferir patrimônio ainda em vida aos herdeiros apenas pagando o ITCMD e não o IRPF, utilizando como base o valor de mercado — que é "relevante", segundo seus advogados. O patrimônio ainda não foi transferido.

Antes de iniciado o julgamento no plenário físico, o STF começou a análise no Plenário Virtual, em março. Quatro ministros votaram a favor do contribuinte — o relator Flávio Dino, Cristiano Zanin, Cármen Lúcia e Alexandre de Moraes. Moraes, porém, apesar de acompanhar o Dino, pediu destaque, o que reiniciou o placar (RE 1439539).

Na sessão, Moraes disse ter destacado a ação após receber um memorial da PGFN e que tem sempre "boa vontade com a Fazenda Nacional, mas há limites". "Aqui seria uma tributação que me parece excessiva."

Moraes seguiu o voto de Dino. O relator destacou que o acórdão do TRF-4 está alinhado à jurisprudência do STF, de que "'o aspecto material da regra matriz de incidência do Imposto de Renda é a aquisição ou disponibilidade de renda ou acréscimos patrimoniais", disse Dino, no voto. Fux, ao pedir vista, deu a entender que também acompanhará o relator.

Para Fernando da Silva Chaves, sócio do Papp, Taranto & Chaves Advogados, que atuou no caso, a União tributar a doação, já cobrada pelo Estado, fere o pacto federativo. "Quando foi montada a estrutura da Constituição e foram designados os fatos jurídicos e geradores para cada ente no pacto federativo, foi entregue aos Estados aferir essa manifestação de riqueza", disse.

Ele explica que a União tem tentado exigir o IR – com alíquota entre 15% e 22% — sobre eventual ganho auferido na atualização do valor do bem na transferência da propriedade. Mas diferentemente do que ocorre com o ITCMD, o IR é cobrado do doador ou do espólio. Isso porque a isenção ao donatário por ganho de capital em doação estaria garantida pela Lei nº 8.023/1990, que não foi revogada pela Lei nº 9.532/1997, que a Fazenda usa nas fundamentações. "A União não aceita que o donatário tenha isenção e tentou ir no doador."

Pelo artigo 23 da Lei nº 9.532, os bens ou direitos transferidos em adiantamento de herança podem ser avaliados a valor de mercado ou pela declaração de bens do doador ou do falecido. A discussão central é sobre a constitucionalidade do parágrafo 1º, que prevê que, na transferência a valor de mercado, a diferença a maior estaria sujeita ao IR.

Em nota, a PGFN defende que "não há tributação da herança ou da doação, mas da valorização do patrimônio do doador que já havia ocorrido anteriormente, mas que somente foi aferida no momento da avaliação do bem realizada por opção legal do doador". Se acatada a tese do contribuinte, acrescentou, "faz com que esse acréscimo patrimonial verificado não seja jamais sujeito à tributação, já que o donatário já recebe o bem valorizado".

Supremo suspende julgamento sobre licença-maternidade

Flávia Maia
De Brasília

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu ontem, por um pedido de vista, o julgamento sobre a equiparação entre a licença-maternidade da mãe biológica e a licença à adotante. O mesmo processo discute o compartilhamento dos períodos de licença-maternidade e licença paternidade pelo casal. A análise vale tanto para o setor público quanto para a iniciativa privada. O julgamento estava no Plenário Virtual.

Até a interrupção, apenas o relator, ministro Alexandre de Moraes, havia votado. Em seu voto, Moraes defendeu a equiparação entre a licença-maternidade e a licença à adotante. Para ele, são inconstitucionais os trechos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e dos regimes de agentes públicos federais e das Forças Armadas que fazem a distinção entre maternidade biológica e adotiva ou fixam períodos diferentes de afastamento pautados na idade da criança adotada.

"Assim, ao diferenciar o tempo de licença conforme o tipo de maternidade, em prejuízo da maternidade adotiva, as normas impugnadas foram discriminatórias em relação a essa forma de vínculo familiar, o que contraria diretamente o texto constitucional e a jurisprudência desta Corte, que não admite diferenciações dessa natureza", diz.

No entanto, Moraes não entrou na discussão sobre o compartilhamento dos períodos de licença-maternidade e licença paternidade pelo casal. Para ele, não cabe ao Supremo impor normas sobre a licença parental, mas sim ao legislador. Na visão de Moraes, os poderes de Estado devem atuar de maneira harmônica, afastando as práticas de "guerrilhas institucionais".

De acordo com o regimento do Supremo, o ministro Flávio Dino tem 90 dias para devolver o processo à pauta. A ação (ADI 7495) foi apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) em outubro de 2023.

> "As normas foram discriminatórias em relação a essa forma de vínculo familiar"
> *Alexandre de Moraes*

Corporations: falta decidir quem é o dono da bola

Opinião Jurídica

Fábio Coelho e Felipe Hanszmann

No futebol de várzea, o jogo termina quando o dono da bola decide. A analogia serve como exemplo para o atual vácuo na regulação de corporations no Brasil, especialmente por conta do debate de recentes privatizações no país. Enquanto a figura do acionista controlador é bem definida por lei (50% + 1 do capital), em empresas sem controle definido não há nada que especifique o momento em que um acionista de referência passa a deter poder suficiente para atuar como um controlador. Na prática, a bola tem dono, mas ele não é obrigado a cumprir com as regras e responsabilidades que tornam o jogo justo para todos.

Casos emblemáticos mostram que é urgente fortalecer a regulação de controle minoritário no país para evitar conflitos de interesse e prejuízos aos acionistas, que incluem transações entre partes relacionadas com pouca transparência e pagamentos de prêmio de controle indevidos.

O número das chamadas true corporations na bolsa brasileira não chega a uma dúzia, considerando critérios como o grau de pulverização do capital votante, a presença de acionistas de referência, acordo de acionistas e composição do conselho. Mesmo em empresas sem controle predefinido, evidencia-se um grau elevado de concentração de poder. Em mercados mais desenvolvidos, como os EUA e o Reino Unido, a situação é diferente devido à maior pulverização do capital e à autorregulação.

Sem regras específicas, proliferam situações em que o acionista de referência chega a ter quase 50% do capital votante, mas não há nada na legislação vigente que o caracterize ou traga deveres e direitos similares aos do acionista controlador — ainda que, na prática, ele tenha a palavra final sobre decisões essenciais para a companhia.

Esse é um debate antigo no Brasil, especialmente no âmbito das ofertas públicas de aquisição (OPA). Inspirada pelo Takeover Panel britânico, a B3 tentou implementar cláusula no Novo Mercado que obrigava o adquirente que atingisse participação societária superior a 30% de seu capital a propor uma OPA aos demais acionistas. A iniciativa não vingou devido à oposição das companhias, que alegaram que a medida poderia tornar investimentos inviáveis, e que outros instrumentos, como a regra de tag along e poison pills, já seriam suficientes para mitigar problemas.

A experiência brasileira com poison pills, no entanto, mostrou não ser o caso. Esses instrumentos foram criados nos EUA para proteger acionistas de aquisições hostis, dado que lá a legislação permite que o ofertante crie incentivos perversos para alavancar seu poder de barganha. Um exemplo são as two-tiered offers, em que o preço pago para os primeiros aderentes é mais alto do que para aqueles que aceitarem vender posteriormente.

No sistema brasileiro, prevalece a exigência de tratamento equânime, tornando desnecessário que o board intervenha para frustrar tais ofertas. Nesse contexto, as brazilian pills foram incorporadas como disposições estatutárias demandando que compradores que atingissem determinada porcentagem do capital votante estendessem ofertas aos demais acionistas para comprar a totalidade de suas ações. Porém, essas cláusulas acabaram sendo usadas para proteger blocos de controle, desvirtuando seu princípio original e frustrando reorganizações societárias legítimas. A CVM precisou intervir em 2009 para desincentivar o uso do instrumento como cláusula pétrea em estatutos.

Houve também uma tentativa de mitigar conflitos por meio da autorregulação, com a criação do Comitê de Aquisições e Fusões (CAF) em 2012/13. A iniciativa, inspirada no Takeover Panel britânico, criou um regime de adoção voluntária para proteger os minoritários em aquisições de controle e reorganizações.

Dentre as regras previstas no Código do CAF estava a obrigatoriedade de realização de OPA após atingimento de participação relevante (30%), tal qual no Reino Unido. O racional da norma é prover aos investidores a oportunidade de vender suas ações com a chegada de um novo controlador de fato, que poderá alterar a governança e o negócio da empresa. Contudo, em virtude da falta de adesão das companhias, o projeto foi encerrado em 2021.

Há quem defenda que o modelo de autorregulação é o mais adequado para solucionar os conflitos. Porém, se tais iniciativas não estão conseguindo sanear o mercado adequadamente, acreditamos que a solução deve vir mesmo da regulação. A CVM tem se esforçado para endereçar várias questões nos últimos anos. Porém, no caso das OPAs, ainda há espaço para aperfeiçoamentos, o que torna a recente consulta pública para revisar a Resolução CVM nº 85 uma excelente oportunidade para a autarquia retomar a discussão.

A proposta busca aprimorar diversos processos operacionais e traz soluções para o cálculo das porcentagens que desencadeiam obrigações em decorrência de aumento de participação, facilitando o custo de observância de companhias e investidores. Contudo, peca ao deixar de fora pontos polêmicos, como maior detalhamento dos laudos de avaliação.

Independentemente da definição de porcentagem ideal que configure atingimento de participação relevante, é essencial reconhecer a influência dos acionistas de referência sobre as decisões das companhias sem controle majoritário tradicional por meio de uma regulação clara. É essencial incorporar nas regras do jogo o controle efetivo que tais acionistas exercem na governança e sua sujeição aos deveres legais. Com o incentivo regulatório correto, a expectativa é de que haja menos conflitos e mais fairplay nas corporations brasileiras.

Fábio Coelho e Felipe Hanszmann são, respectivamente, presidente da Associação de Investidores no Mercado de Capitais (Amec) e professor da FGV; e sócio do Vieira Rezende Advogados e professor da FGV

Hypera pharma — HYPERA S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 02.932.074/0001-91 - NIRE 35.300.353.251 - Código CVM nº 21431

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 25 de julho de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada em 25 de julho de 2024, às 9:00 horas, no escritório administrativo da Hypera S.A. ("Companhia"), localizado na Avenida Magalhães de Castro, 4.800, 24º andar, Cj. 241, Edifício Continental Tower, Cidade Jardim, CEP 05676-120, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Convocação e Presença:** A convocação foi realizada nos termos do artigo 21 do Estatuto Social e do artigo 18 do Regimento Interno do Conselho de Administração. Presentes a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia: Srs. Alvaro Stainfeld Link, Bernardo Malpica Hernandez, Eliana Helena de Gregório Ambrosio Chimenti, Esteban Malpica Fomperosa, Flair José Carrilho, Hugo Barreto Sodré Leal, Luciana Cavalheiro Fleischner Alves de Queiroz, Maria Carolina Ferreira Lacerda e Mauro Rodrigues da Cunha (por videoconferência). Além disso, acompanharam integralmente a reunião os Diretores Estatutários, Senhores Breno Toledo Pires de Oliveira, Ramon Sanches Frutuoso Silva e Juliana Aguinaga Damião Salem. **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Presidente do Conselho de Administração, Sr. Alvaro Stainfeld Link, que convidou a mim, Juliana Aguinaga Damião Salem, para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia:** Apreciar: **(a)** o reporte dos trabalhos do Comitê de Governança e Sustentabilidade, Comitê de Estratégia, Comitê de Pessoas e Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia ("Comitês de Assessoramento"), em reuniões realizadas no 2º trimestre de 2024; **(b)** os resultados referentes ao 2º trimestre de 2024; **(c)** a apresentação sobre as áreas de pesquisa e desenvolvimento ("P&D") e Qualidade da subsidiária Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. e o status do processo de gerenciamento de riscos corporativos da Companhia. **5. Deliberações:** Instalada a reunião, os Senhores Conselheiros receberam informações e discutiram as matérias constantes da Ordem do Dia, conforme reportado abaixo: **(a) Atualização dos Trabalhos dos Comitês de Assessoramento:** (a.1) Os Coordenadores dos Comitês de Assessoramento reportaram os trabalhos do trimestre ao Conselho de Administração seguindo o calendário de atividades destes comitês, prestando os devidos esclarecimentos aos membros do Conselho de Administração da Companhia. **(b) Apreciação dos resultados do 2º trimestre de 2024:** (b.1) O Diretor Financeiro da Companhia apresentou os resultados do 2º trimestre de 2024. Assim, feitos os esclarecimentos e considerando a conclusão dos auditores independentes quanto à revisão das informações financeiras intermediárias, a ser emitida sem ressalvas, bem como das diligências concluídas pelo Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário no trimestre, o Conselho de administração concluiu a apreciação dos resultados do trimestre. (b.2) Além disso, os *heads* das unidades de negócios da Companhia apresentaram individualmente a performance destas unidades no trimestre, bem como os principais planos para o segundo semestre de 2024. **(c) Apresentação de P&D, Qualidade e Gestão de Riscos:** (c.1) A Diretora de P&D e Qualidade da subsidiária da Companhia, apresentou as frentes de trabalho das áreas P&D e Qualidade e prestou os devidos esclarecimentos aos membros do Conselho de Administração. (c.2) A Gerente de Riscos Corporativos da Companhia apresentou o status do processo de gerenciamento de riscos corporativos da Companhia, cujo acompanhamento dos trabalhos tem sido feito trimestralmente pelo Comitê de Auditoria Estatutário. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada pelos conselheiros presentes. Mesa: Presidente - Alvaro Stainfeld Link e Secretária - Juliana Aguinaga Damião Salem. Membros Presentes: Alvaro Stainfeld Link, Bernardo Malpica Hernandez, Eliana Helena de Gregório Ambrosio Chimenti, Esteban Malpica Fomperosa, Flair José Carrilho, Hugo Barreto Sodré Leal, Luciana Cavalheiro Fleischner Alves de Queiroz, Maria Carolina Ferreira Lacerda e Mauro Rodrigues da Cunha. São Paulo, 25 de julho de 2024. **Mesa: Juliana Aguinaga Damião Salem -** Secretária.

COMUNICADO

Despacho Chefe de Gabinete 24/07/2024
024.00089840/2024-10
INTERESSADO: Coordenadoria Geral de Administração
ASSUNTO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de informática (software SLA)

Trata a presente Contratação de serviço de informática (software SLA), conforme solicitação Documento de Formalização de Demanda DFD 107/2024, 0029305234.

À vista das manifestações constantes dos autos, destacada a Informação 0034527340, considerando o valor estimado da contratação pretendida, 0029707707, de acordo com o artigo 74, da Lei 14.133/2021 e atualizações, bem como fundamentado sob o Decreto nº 68.304/2024 sob o artigo 6º inciso VIII, **AUTORIZO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 17/2024,** Contratação de serviço de informática (software SLA), por intermédio da **empresa CONTRATOSGOV SISTEMAS LTDA. CNPJ: 40.628.906/0001-70,** no valor total de **R$ 1.180.470,00 (um milhão cento e oitenta mil quatrocentos e setenta reais).**

CM HOSPITALAR S.A.

Companhia Aberta. CNPJ/ME 12.420.164/0001-57. NIRE 35.300.486.854. CVM nº 02568-2

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 16/07/2024. DATA, HORA E LOCAL. Real. no dia 16/07/2024, às 14h, reun. por conf. tel., nos ter. do art. 13 do Est. Soc. da Comp. **CONV. E PRES.** Devid. conv., nos ter. do Est. Soc. da Comp., pres. os memb. do Cons. de Admin. **MESA.** Mario Sérgio Ayres Cunha Ribeiro, Presid.; e Joseane Correia, Sec. **ORD. DO DIA E DELIB.:** Inst. a reun.do Cons. de Admin. e disc. as mat., os memb., por unanim. de votos e sem quaisquer ressalvas, res. ou rest., aprov., nos ter. do Plano de Ações Rest. Aprov. pela Assemb. Geral Extraord. realizada em 17/03/2021, o Prog. de Out. de Ações Rest. e autor. a repres. da Comp., nos cont. de outorga, observ. as reg. e cond. do ref. Prog., pelo dir. presid., cujo teor fica arq. na sede da Comp. **ENC. E LAVR. E LEIT. DA ATA** Nada mais hav. a tratar, foi susp. a sessão pelo tempo nec. à lavr. da pres. ata, que, depois de lida e achada conf., foi aprov. e ass. por todos os pres.. Pres.: Mario Sérgio Ayres Cunha Ribeiro; Sec.: Joseane Correia; Cons.: (i) Mário Sérgio Ayres Cunha Ribeiro; (ii) Luiz Felipe Duarte Martins Costa; (iii) Ricardo Pechinho Hallack; (iv) Thayan Nascimento Hartmann; (v) Carla Schmitzberger; (vi) Jerome Paul Jacques Cadier. Ribeirão Preto, 16/07/2024. Mesa: Mario Sérgio Ayres Cunha Ribeiro, Pres.; e Joseane Correia; Sec. JUCESP nº 286.683/24-6 em 26/07/2024. Maria Cristina Frei – Sec. Geral.

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90106/2024,** referente ao processo nº **024.00097102/2024-38,** objetivando a **AQUISIÇÃO DE EXTENSÃO E CONJUNTOS DE GASTROSTOMIA EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS JUDICIAIS** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 19/08/2024 às 10:00 horas.**
Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 07/08/2024** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.
O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90105/2024,** referente ao processo nº **024.00076275/2024-12,** objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, EM ATENDIMENTO À AÇÃO JUDICIAL** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 21/08/2024 às 10:00 horas.**
Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 07/08/2024,** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.
O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ/MF nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 68ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 14B0480838) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2024 ÀS 14H40 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 16 DE SETEMBRO DE 2024 ÀS 14H40 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 68ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titular(es) do(s) CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 68ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 10 de março de 2014, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **26 de agosto de 2024, às 14:40 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **16 de setembro de 2024, às 14:40 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e contencioso@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 68ª Série da 1ª Emissão – (IF 14B0480838), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e contencioso@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 05 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ/MF nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 83ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 13A0035641) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 16 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 83ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titular(es) do(s) CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 83ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 27 de fevereiro de 2013, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **26 de agosto de 2024, às 14:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **16 de setembro de 2024, às 14:10 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e contencioso@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 83ª Série da 1ª Emissão - (IF 13A0035641), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e contencioso@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 05 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ/MF nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 86ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 13B0036712) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2024 ÀS 14H20 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 16 DE SETEMBRO DE 2024 ÀS 14H20 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 86ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titular(es) do(s) CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 86ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 15 de abril de 2013, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **26 de agosto de 2024, às 14:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **16 de setembro de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e contencioso@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 86ª Série da 1ª Emissão – (IF 13B0036712), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e b) **demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e contencioso@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 05 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

PECINI LEILÕES

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES - PRESENCIAL

DATA: 1º Público Leilão: 12/08/2024 às 11h45 | 2º Público Leilão: 14/08/2024 às 11h45
LOCAL: Avenida Rotary nº 187, Jardim das Paineiras, Campinas/SP – CEP: 13.092-509

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, Matrícula Jucesp nº 715, autorizada por **COMPANHIA PROVINCIA DE SECURITIZAÇÃO**, CNPJ nº 04.200.649/0001-07, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, **na modalidade exclusivamente PRESENCIAL**, de acordo com os art. 26, 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL**: **LOTE DE TERRA SOB Nº 19-A DA QUADRA U, DO LOTEAMENTO DENOMINADO "COLINAS DO MOSTEIRO DE ITAICI – GLEBA III"**, Itaici, Indaiatuba/SP, com **ÁREA TOTAL DE TERRENO DE 3.216,52m²**, sobre o qual consta construção de **PRÉDIO RESIDENCIAL**, com frente para a Alameda das Caviúnas, nº 60, e com **ÁREA CONSTRUÍDA DE 285,00m² (conforme Laudo de Avaliação de 18/05/2023) ou de 190,64m² (conforme Lançamento de IPTU/2024)**, não averbada na matrícula do imóvel. Matrícula Imobiliária nº 48.395 do CRI de Indaiatuba/SP. Inscrição Cadastral: 5045.2830.0-8. Consolidação da propriedade em 12/07/2024. **Lances Mínimos: 1º PÚBLICO LEILÃO: R$ 1.141.396,20. 2º PÚBLICO LEILÃO: R$ 632.854,72. Informações: 1.** Cabe ao interessado verificar o imóvel, seu estado de conservação, sua situação documental, as áreas informadas, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento que versem sobre o bem; **2.** O Arrematante pagará, à vista, o valor da arrematação, 5,00% de comissão da Leiloeira em até 24h do encerramento do leilão nas contas correntes a serem indicadas, bem como todas as despesas, custas, taxas, impostos, incluindo ITBI e emolumentos de qualquer natureza, decorrentes da transferência patrimonial do imóvel arrematado; **3.** Débitos de IPTU e condomínio existentes e no limite apurado **ATÉ** as datas dos leilões serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores não apurados e os vencidos **APÓS** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **4.** Débitos de água, energia, gás e outras utilidades existentes antes e após as datas dos leilões serão de responsabilidade exclusiva do Arrematante; **5.** O Arrematante arcará com as custas, impostos, taxas e despesas para a regularização da construção e benfeitorias junto ao Oficial de Registro de Imóveis competente e demais órgãos públicos e privados; **6. IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes do ato; **7.** A venda será feita em caráter ***AD CORPUS***. Imóvel entregue no estado em que se encontra. Fica o Devedor Fiduciante **ALEX UMBERTO DE ARAUJO CRUZ** – CPF: 233.303.778-44 comunicado e intimado das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, nº 187, Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

PECINI LEILÕES

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES

DATA: 1º Público Leilão: 13/08/2024, às 15h30 | 2º Público Leilão: 15/08/2024, às 15h30

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **VILA PORTO ITAPEVI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 29.814.575/0001-20, **VENDERÁ**, em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos artigos 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, em execução da garantia fiduciária expressa no Instrumento Particular de Venda e Compra de Imóvel, com Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária do Imóvel em Garantia de Pagamento e Outras Avenças, firmado em 13/07/2021, na cidade de São Paulo/SP, o seguinte **IMÓVEL: LOTE Nº 01 DA QUADRA "B" do loteamento "RESIDENCIAL VILA PORTO I", Itapevi/SP. ÁREA TOTAL DO TERRENO: 192,31m². Medidas e Confrontações**: mede 4,90m em linha reta de frente para a Rua 4; mede 25,53m de frente para a Rua 5 em dois segmentos, 14,55m em curva com raio de 7,00m e 10,98m em linha reta; mede 5,66m em linha reta do lado direito, de quem da Rua 5 olha, confrontando com parte do Lote nº 20 da mesma quadra; mede 20,00m em linha reta, do lado esquerdo de quem da Rua 4 olha, confrontando com o Lote nº 02. Matrícula Imobiliária nº 14.577 do CRI de Itapevi/SP. Inscrição Municipal nº 23.132.53.27.0001.00.000. Consolidação da Propriedade em 10/07/2024. **Lances Mínimos: 1º Leilão: R$ 222.916,82. 2º Leilão: R$ 192.664,68. Regras, Condições e Informações: 1.** Cabe ao interessado verificar o imóvel, seu estado de conservação, a área informada, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento que versem sobre o bem; **2.** O Arrematante pagará, nos termos do Edital de Leilão e Regras para Participação, o valor da arrematação, 5,00% de comissão da Leiloeira, à vista, e todas as despesas, custas, taxas, impostos, incluindo ITBI, e emolumentos de qualquer natureza decorrentes da transferência patrimonial do imóvel arrematado; **3.** Débitos de IPTU existentes e no limite apurado **ATÉ** as datas dos leilões serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores não apurados e os vencidos **APÓS** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **4.** Débitos de água, energia, gás e outras utilidades existentes antes e após as datas dos leilões serão de responsabilidade exclusiva do Arrematante; **5.** O Arrematante arcará com as custas, impostos e despesas para a regularização de eventual construção e benfeitorias junto ao CRI de Itapevi/SP e todos os demais órgãos competentes; **6.** O Arrematante deverá observar as restrições urbanísticas e construtivas do Loteamento; **7. IMÓVEL DESOCUPADO**. Em caso de eventual ocupação, a desocupação ficará a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes de tal ato; **8.** A venda será feita em caráter ***AD CORPUS***. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **9.** As demais regras, condições e informações constam no **EDITAL DE LEILÃO E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO**, disponível para consulta no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR, do qual os interessados deverão obrigatoriamente tomar conhecimento e dele não poderão alegar desconhecimento. Ficam os Devedores Fiduciantes **RICARDO DE MORAIS**, CPF nº 277.958.848-90 e **PAULA APARECIDA DE OLIVEIRA MORAIS**, CPF nº 307.447.128-07, devidamente comunicados das datas dos leilões também pelo presente edital. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

SILVEIRA LEILÕES

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS - COMUNICAÇÃO DO DEVEDOR DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º PÚBLICO LEILÃO: 19/AGOSTO/2024, ÀS 11:00h – 2º PÚBLICO LEILÃO: 20/ AGOSTO/2024, ÀS 11:00h - Leilão online

MARCELO EMIDIO FERREIRA PIEROBOM SILVEIRA, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 843, Avenida Rotary, nº 187, sala 01, Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP: 13092-509 faz saber, através do presente Edital, que autorizado pelas Credoras Fiduciárias: 1º) **MASA VINTE E QUATRO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., CNPJ nº 19.643.371/0001-10** e 2º) **MASA VINTE E CINCO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., CNPJ nº 19.643.381/0001-55**, venderão em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 da Lei Federal nº 9.514/97, posteriores alterações e demais disposições legais aplicáveis a matéria, em execução do Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Imóvel, com Pacto de Alienação Fiduciária em Garantia e Outras Avenças, datado de 26 de fevereiro de 2019, na cidade de Barueri/SP o **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 216, LOCALIZADO NO 21º PAVIMENTO, DO BLOCO B – EDIFÍCIO COLUMBIA, DO EMPREENDIMENTO CENTRAL PARK BARUERI,** situado na Rua Sol, nº 276 e Avenida Sebastião Davino dos Reis, nº 1015, Bairro Cruz Preta, Barueri/SP, CEP: 06414-007, com as seguintes áreas: privativa 76,100m2, comum 69,669m2, já incluída a área correspondente a 02 vagas de garagens, total 145,769m2 e fração ideal 0,0020900 ou 0,20900%. Matrícula imobiliária 207.295 do Cartório de Registro de Imóveis de Barueri/SP. CCM: 24453.42.40.0001.03.170.1. Consolidação da propriedade em 04/07/2024. **VALORES MÍNIMOS: 1º LEILÃO: R$ 806.313,67. 2º LEILÃO: R$ 1.118.073,59.** O arrematante pagará o valor do arremate à vista e mais 5% de comissão do leiloeiro e arcará com as despesas cartorárias e impostos de transmissão para lavratura e registro da escritura e com todas as demais despesas que se vencerem a partir da data da arrematação. Imóvel ocupado, a desocupação ficará a cargo do arrematante. Venda *ad corpus*. Fica o Fiduciante, **Rafael Rodrigues Assunção, CPF nº 338.236.828-57,** expressamente comunicado das datas dos leilões, pelo presente edital, para o exercício do direito de preferência, na forma do artigo 27, §2º B da LF nº 9514/97. Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital, Regras e Condições para participação do leilão disponível no portal da Silveira Leilões, bem como dos documentos imobiliários do imóvel. Às Comitentes e ao Leiloeiro não caberão qualquer reclamação posterior.

Informações: (19) 3794-2030 | e-mail: contato@silveiraleiloes.com.br | www.silveiraleiloes.com.br

ÂNIMA HOLDING S.A.

ânima EDUCAÇÃO — ANIM3 NOVO MERCADO BM&FBOVESPA

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 09.288.252/0001-32 NIRE: 35300350430

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração
Realizada em 13 de Maio de 2024 às 09:00 Horas

Data, hora e local: Realizada dia 13/05/2024, às 09:00 hs, na sede da Companhia, em São Paulo – SP. **Convocação:** Todos os membros do Conselho de Administração foram devidamente convocados nos termos do artigo 5º do Regimento Interno. **Presenças**: Presentes os seguintes Conselheiros: Srs. Daniel Faccini Castanho, Maurício Nogueira Escobar, Gabriel Ralston Correa Ribeiro, Marcelo Barbalho Cardoso, Paula Maria Harraca, Eduardo Azevedo Marques de Alvarenga e Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves. Ausente, justificadamente, a Conselheira Ana Paula de Assis Bogus. Presentes, também, membros da Diretoria da Companhia, bem como o Procurador Jurídico Geral da Companhia, João Batista Pacheco Antunes de Carvalho e, ainda, os auditores independentes Tomas Menezes e Susanne Murta, representantes da Ernst & Young (EY). **Mesa:** Daniel Faccini Castanho – Presidente. Heleno Carlos Fernandes – Secretário. **Deliberações:** Os Conselheiros presentes, por unanimidade de votos, sem reservas e/ou ressalvas, deliberaram: (i) Pela aprovação dos resultados e demonstrações financeiras trimestrais (ITR) relativas ao 1º trimestre do exercício social de 2024, conforme apresentados ao Conselho de Administração e arquivados na sede da Companhia, considerando, inclusive, a recomendação favorável do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, autorizando ainda a sua respectiva divulgação, na forma da legislação aplicável; (ii) O Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos (CAR) apresentou um relatório sobre suas atividades recentes. Este incluiu a avaliação, supervisão e acompanhamento das operações da área de Compliance, bem como o monitoramento das auditorias baseadas em riscos. O CAR também cuidou do monitoramento dos riscos associados à segurança da informação, discutiu e aprovou o plano de auditoria interna, revisou a agenda temática do Comitê de auditoria, a Política Interna de Estimativa de PDD, bem como acompanhou os principais riscos e motivadores de processos jurídicos da Companhia. Por fim, consignou que os membros do CAR examinaram e discutiram as Informações Trimestrais de Resultado da Companhia relativas ao 1º trimestre de 2024. Registra-se que o CAR se manifestou favorável à aprovação, pelo Conselho de Administração da Companhia, dos resultados e demonstrações financeiras trimestrais (ITR) relativas ao 1º trimestre do exercício social de 2024. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 13 de maio de 2024. JUCESP nº 263.469/24-4 em 10/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 1ª E 2ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 09H0003225/ 09H0003245) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 16 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 1ª e 2ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 1ª e 2ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 10 de agosto de 2009, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **26 de agosto de 2024, às 15:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **16 de setembro de 2024, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 1ª e 2ª Séries da 1ª Emissão – (IF 09H0003225/ 09H0003245), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanha-

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ/MF nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 70ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 13J0119972) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2024 ÀS 14H30 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 16 DE SETEMBRO DE 2024 ÀS 14H30 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e contencioso@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 70ª Série da 1ª Emissão – (IF 13J0119972), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e contencioso@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 05 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 383ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21I0277499) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 06 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 27 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

... Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 383ª Série da 1ª Emissão – (IF 21I0277499), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 07 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

CM HOSPITALAR S.A.

Companhia Aberta. CNPJ/ME 12.420.164/0001-57. NIRE 35.300.486.854. CVM nº 02568-2

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 21/06/2024

DATA, HORA E LOCAL. Em 21/06/2024, às 11h, de modo exclus. dig., por meio do sist. elet. Mic. Teams, nos ter. do art. 124, § 2º-A, da Lei nº 6.404/76, conf. alt. ("Lei das S.A.") e do art. 5º, §2º, inc. I da Res. da CVM nº 81, de 29/03/2022, tendo sido cons. como real. na sede social da CM Hospitalar S.A. ("Comp."), na Cid. de Rib. Preto/SP, na Av. Luiz Maggioni, nº 2.727, Dist. Emp., CEP 14072-055. **CONV**. Ed. de Conv. publ. no jornal Valor Econ., em suas ed. de 30/05/2024, 01 e 04/06/2024, nas pág. E2, E2 e E2, respec., com div. simult. da ínt. na pág. do mesmo jornal na int., nos mesmos dias, conf. o art. 124 da Lei das S.A. **QUÓRUM**. Pres. acion. titul. de ações ord., nomin. e sem valor nom. repres. de 69,53% do cap. social da Comp., descons. as ações em tes., conf. os reg. do sist. elet. de part. Mic. Teams, nos ter. do art. 47, inc. III da CVM 81. **MESA**. Os trab. foram pres. por Flávia de L. Carvalho e sec. por Joseane Correia. **ORD. DO DIA**. A Assemb. terá a seg. ordem do dia: 1. Aum. o núm. de memb. do Cons. de Admin. de 05 para 06 memb.; e 2. Eleg. Jerome Paul Jacques Cadier como memb. Indep. do Cons. de Admin. **DELIB.** Prim., os acion. aprov. a lavr. da ata da pres. assemb. na forma de sum. dos fatos ocor. e a sua publ. com omis. das ass. dos acion., nos ter. dos §§ 1º e 2º do art. 130 da Lei das S.A. Após a disc. das mat. const. da ord. do dia, os acion. delib. quanto segue: 1. Foi aprov., por unanim. dos votos prof., tendo sido comp. 221.437.731 a favor, que o Cons. de Admin. será comp. por 6 memb. 2. Foi aprov., por unanim. dos votos prof., tendo sido comp. 221.437.731 a favor, a eleição do memb. do Cons. de Admin., list. a seguir, com mand. até a data de real. da AGO em que os acion. da Comp. delib. acerca das demonst. financ. do exerc. social a ser enc. em 31/12/2024, de forma a coinc. com o mand. dos demais cons.: Sr. **Jerome Paul Jacques Cadier**, bras., casado, eng., RG nº 9.706.109-SSP/SP, CPF nº 127.225.208-69, resid. e dom. em São Paulo/SP, na rua Tucumã, 401, Jard. Europa, CEP 01455-010. O Sr. Jerome Paul Jacques Cadier foi eleito cons. indep., nos ter. do Reg. do Novo Mercado da B3. O memb. do Cons. de Admin., ora eleito, toma posse em seu cargo med. a ass. do respec. Ter. de posse, arq. na sede da Comp. e lavr. no Liv. de Atas do Cons. de Admin. na forma da leg. aplic., e aceita o cargo para o qual foi eleito, decl. expres., sob as penas da lei, que não está imp. de exercer a admin. da Comp. por lei especial, em virt. de cond. crim. ou por se enc. sob os ef. dela, a pena que vede, ainda que temp., o acesso a cargos públ.; ou por crime falim., de prevar., peita ou suborno, concussão, pecul., ou contra a econ. pop., contra o sist. finan. nac., contrato normas de def. da concorrência, contra as rel. de cons. a fé pública ou a prop., bem como que cumpre, nos ter. desta ata, os req. do art. 147 da Lei das S.A. **ENC**. Nada mais hav. a tratar, a Pres. susp. os trab. pelo tempo nec. à lavr. desta ata que, após lida e achada conf., foi ass. pela Mesa. Nos ter. do art. 47, inciso III da CVM 81, foram consid. pres. à assemb. e sign. da ata os acion. cujos bol. de voto a dist. foram consid. válidos pela Comp. e os acion. que regist. a sua pres. no sist. elet. de part. a dist. Mic. Teams. **ACION. PRES. POR MEIO DO SIST. ELET. MIC. TEAMS**: Genoma VI Fundo De Invest. em particip. Multiestratégia, Fundo de Invest. em Particip. Multiestratégia Genoma I, Government of Singapore, Dynamo Cougar Master - Fia, Consolação Goulart Terra, Dynamo Brasil VIII LLC, Fidelity Invest Trust Latin America Fund, Carlos Alberto Mafra Terra, Dynamo Brasil I LLC, Vanguard Total International Stock Index Fd A Se Van S F, 3 Ilhas Master Fundo de Invest. em Ações, Ascese Fundo de Invest. em Ações, Vanguard Emerging Markets Stock Index Fund, Dynamo Brasil VI LLC, Vanguard F. T. C. Inst. Total Intl Stock M. Index Trust II, Dynamo Brasil XV LP, Dynamo Brasil XIV LLC, Itaú Sniper Fundo de Invest. em Ações, Dynamo Brasil III LLC, Dynamo Brasil IX LLC, Dynamo Brasil V LLC, Ishares Public Limited Company, State St Gl Adv Trust Company Inv Ff Tax Ex Ret Plans, Itau Small Cap Master Fundo De Invest. Em Ações, Wisdomtree Emerging Markets Smallcap Dividend Fund, Public Employees Retirement System Of Ohio, Vanguard Fiduciary Trt Company Instit T Intl Stk Mkt Index T, Vanguard Total World Stock Index Fund A Series Of, Vaneck Vectors Brazil Small-Cap Etf, Ishares Iii Public Limited Company, California State Teachers Retirement System, It Now Small Caps Fundo de Indice, The Regents Of The University Of California, Ssga Spdr Etfs Europe I PLC, SSGATC I. F. F. T. E. R. P. S. S. M. E. M. S. C. I. S. L.F., ST ST MSCI Emerging Mkt Small Ci Non Lending Common Trt Fund, Ups Group Trust, State Street Global All Cap Equity Ex-Us Index Portfolio, Vanguard Esg International, Alaska Permanent Fund, Vanguard Invest. Series Plc / Vanguard Esg Emer, Itau Quantamental Gems Master Ações FI, It Now Igct Fundo De Indice, Spartan Group Trust For Employee Benefit Plans: Sp, St Str Msci Acwi Ex Usa Imi Screened Non-

TOTVS S.A.

CNPJ/MF nº 53.113.791/0001-22 - NIRE 35.300.153.171

ATA DA REUNIÃO DE CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 19 DE JULHO DE 2024

... Cláudia Piedade Silveira dos Reis, Edson Georges Nassar, Gilberto Mifano, Guilherme Stocco Filho, Maria Letícia de Freitas Costa e Tania Sztamfater Chocolat **4. Ordem do Dia: (I)** aprovar, na forma permitida pelo parágrafo 1º do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), a realização, pela Companhia, da 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), as quais serão objeto de oferta pública de distribuição, exclusivamente para Investidores Profissionais (conforme abaixo definidos), sob o rito de registro automático de distribuição de valores mobiliários, nos termos do artigo 26, inciso V, alínea "a", da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 60"), e demais leis e regulamentações aplicáveis ("Oferta"); **(II)** autorizar a diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à consecução da Oferta, incluindo, mas não se limitando, à discussão, negociação e definição de todos os termos e condições que venham a ser aplicáveis à Emissão e à Oferta, além de praticar todos os atos e assinar todos os documentos necessários à efetivação da Emissão e da Oferta, inclusive contratar instituições financeiras e quaisquer outros prestadores de serviços relacionados à Emissão e à Oferta; **(III)** aprovar a realização da oferta de resgate, pela Companhia, das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da 4ª (quarta) emissão e **(IV)** ratificar os atos já praticados pela Companhia para a consecução da Oferta. **5. Deliberações:** Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os Srs. Conselheiros, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas: **5.I.** Aprovaram a Emissão e a Oferta, de acordo com os seguintes termos e condições, a serem detalhados e regulados por meio do *"Instrumento Particular de Escritura da 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, Sob o Rito de Registro Automático, da TOTVS S.A."* ("Escritura de Emissão"), a ser celebrado entre a Companhia e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Agente Fiduciário"), na qualidade de representante dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"): (i) **Data de Emissão:** para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 19 de julho de 2024 ("Data de Emissão"). (ii) **Número da Emissão:** 5ª (quinta) emissão de debêntures simples e não conversíveis em ações, da Companhia. (iii) **Valor Total da Emissão:** o valor total da Emissão será de R$1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais) na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"). (iv) **Número de Séries:** a Emissão será realizada em série única. (v) **Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) Debêntures. (vi) **Valor Nominal Unitário:** o valor nominal unitário das Debêntures será de R$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"). (vii) **Atualização Monetária.** O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente. (viii) **Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade:** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador (conforme definido abaixo) e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 ("B3"), será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures. (ix) **Conversibilidade:** As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Companhia. (x) **Agente de Liquidação e Escriturador:** O agente de liquidação e escriturador das Debêntures será a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, nº 3.434, bloco 7, sala 201, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91 ("Agente de Liquidação" e "Escriturador"), cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Agente de Liquidação ou o Escriturador na prestação dos serviços relativos à Emissão e às Debêntures). O Escriturador será responsável por efetuar a escrituração das Debêntures, entre outras questões listadas em normas operacionais da B3, conforme o caso. (xi) **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações. (xii) **Procedimento de Distribuição:** As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob rito de registro automático perante a CVM, nos termos da Resolução CVM 160, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder"), por meio do módulo MDA, administrado e operacionalizado pela B3, nos termos do *"Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação de Debêntures, da 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da TOTVS S.A."* ("Contrato de Distribuição"), a ser celebrado pela Companhia e o Coordenador Líder, observado o plano de distribuição previsto no artigo 49 da Resolução CVM 160 ("Plano de Distribuição").

... ao recebimento da Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento. (xxi) **Preço de Subscrição Forma de Subscrição e de Integralização:** As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), **(i)** na primeira Data de Integralização ("Primeira Data de Integralização"), pelo seu Valor Nominal Unitário; e **(ii)** nas Datas de Integralização posteriores à Primeira Data de Integralização, pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização até a data da efetiva integralização ("Preço de Integralização"), de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3. O Preço de Integralização poderá ser acrescido de ágio ou deságio, conforme definido pelo Coordenador Líder, no ato de subscrição das Debêntures, se for o caso, utilizando-se até 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, desde que aplicado de forma igualitária à totalidade das Debêntures, em cada Data de Integralização, observado o disposto no Contrato de Distribuição. O ágio ou o deságio, conforme o caso, será aplicado em função de condições objetivas de mercado, incluindo, mas não se limitando a **(a)** alteração material na curva de juros DI, construída a partir dos preços de ajustes dos vencimentos do contrato futuro de taxa média de depósitos interfinanceiros de

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA faz público que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO 058/2024 – EDITAL 060/2024 – cujo objeto é a REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME ANEXO I DO EDITAL. O período de envio das propostas será a partir de 08/08/2024 até 20/08/2024 às 08:00h no endereço eletrônico novobbmnet.com.br. O início da disputa ocorrerá no dia 20/08/2024 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacoes@ituverava.sp.gov.br ou novobbmnet.com.br. Edital à disposição na internet: www.ituverava.sp.gov.br, a partir do dia 08/08/2024. Ituverava-SP, 06 de agosto de 2024. LUIZ ANTÔNIO DE ARAUJO, Prefeito Municipal.

INÊS 249

PECINI LEILÕES — **PROVÍNCIA**

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES

DATA: 1º Público Leilão: 13/08/2024, às 11h45 | 2º Público Leilão: 15/08/2024, às 11h45

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO**, inscrita no CNPJ sob nº 04.200.649/0001-07, **VENDERÁ**, em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos artigos 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, e das demais disposições aplicáveis à matéria, em execução da garantia fiduciária expressa no Contrato de Empréstimo com Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel, Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) e Outras Avenças, firmado em 14/10/2022, na cidade de São Paulo/SP, e posterior Cessão de Crédito, o seguinte **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 61, 6º ANDAR DO EDIFÍCIO ITAOCA**, à Rua Guian, nº 334, Vila Campestre, Bairro do Cupecê, 42º Subdistrito - Jabaquara, São Paulo/SP. Áreas: Útil: 78,20m²; Comum: 17,06m²; Total Construída: 95,26m²; FIT: 2,2727%, com direito ao estacionamento de um automóvel, em lugar indeterminado. Matrícula imobiliária nº 52.047 do 8º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. Inscrição Municipal nº 091.172.0382-1. Consolidação da propriedade em 05/07/2024. **Valores: 1º Leilão: R$ 360.420,16. 2º Leilão: R$ 267.783,93. Regras, Condições e Informações: 1.** Cabe ao interessado verificar o imóvel, seu estado de conservação, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento que versem sobre o bem; **2.** O Arrematante pagará, à vista, nos termos do Edital de Leilão e Regras para Participação, o valor da arrematação, 5,00% de comissão da Leiloeira, à vista, e todas as despesas, custas, taxas, impostos, incluindo ITBI, e emolumentos de qualquer natureza decorrentes da transferência patrimonial do imóvel arrematado; **3.** Débitos de Condomínio e IPTU existentes e no limite apurado **ATÉ** as datas dos leilões serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores não apurados e os vencidos **APÓS** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **4.** Débitos de água, energia, gás e outras utilidades existentes antes e após as datas dos leilões serão de responsabilidade exclusiva do Arrematante; **5. IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes de tal ato; **6.** A venda será feita em caráter ***AD CORPUS***. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **7.** As demais regras, condições e informações constam no **EDITAL DE LEILÃO E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO**, disponível para consulta no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR, do qual os interessados deverão obrigatoriamente tomar conhecimento e dele não poderão alegar desconhecimento. Fica o Devedor Fiduciante **JOSÉ LUIZ GONÇALVES MAFFEI** – CPF nº 014.574.878-29, devidamente comunicado das datas dos leilões, também pelo presente edital, tendo em vista que se encontra em lugar ignorado, para o exercício da preferência. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

Odontoprev S.A.

CNPJ/ME nº 58.119.199/0001-51
NIRE 35.300.156.668
Companhia Aberta

Certidão

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 07 de maio de 2024 às 09 horas. JUCESP nº 287.737/24-9 em 30/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Odontoprev S.A.

CNPJ/ME nº 58.119.199/0001-51
NIRE 35.300.156.668
Companhia Aberta

Certidão

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 17 de junho de 2024 às 08 horas. JUCESP nº 287.740/24-9 em 30/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 370ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21G0637148) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 06 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 17 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 370ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 370ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 15 de julho de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **06 de setembro de 2024, às 14:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **17 de setembro de 2024, às 14:10 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 370ª Série da 1ª Emissão – (IF 21G0637148), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 07 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 336ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21G0048448) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 06 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 17 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 336ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 336ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 02 de julho de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **06 de setembro de 2024, às 14:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **17 de setembro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 336ª Série da 1ª Emissão – (IF 21G0048448), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 07 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 432ª, 433ª E 434ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 22A1171641 / 22A1171643 / 22A1171644) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 10 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 432ª, 433ª e 434ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 432ª, 433ª e 434ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 21 de janeiro de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **30 de agosto de 2024, às 11:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **10 de setembro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 432ª Série da 1ª Emissão – IF 22A1171641 / 22A1171643 / 22A1171644), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 07 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

2W ECOBANK S.A.

(nova denominação da 2W ENERGIA S.A.)
CNPJ/ME nº 08.773.135/0001-00 - NIRE 35.300.341.252

Edital de Convocação para a Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures, em Duas Séries, sendo a Primeira Série composta por Debêntures Conversíveis em Ações, e a Segunda Série composta por Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da 2W Ecobank S.A.

Ficam convocados pela **Vortx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88 ("Agente Fiduciário"), os senhores titulares de debêntures em circulação da primeira série ("Debenturistas") da 2ª (segunda) emissão de debêntures, em duas séries, sendo a primeira série composta por debêntures conversíveis em ações, e a segunda série composta por debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, da 2W Ecobank S.A., com sede social na Avenida Doutor Chucri Zaidan, nº 1.240, Torre A, Edifício Morumbi Golden Tower, 27º Andar, Sala 2.701, Vila São Francisco (Zona Sul), CEP 04711-130, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Emissão", "Debêntures" e "Companhia", respectivamente), emitidas nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures, em Duas Séries, sendo a Primeira Série Composta por Debêntures Conversíveis em Ações, e a Segunda Série Composta por Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da 2W Energia S.A.*", celebrado em 24 de novembro de 2021 (conforme aditado de tempos em tempos, "Escritura de Emissão"), entre a Companhia, o Sr. Ricardo Lopes Delneri ("Ricardo"), o Sr. Claudio Ribeiro da Silva Neto ("Claudio"), o Sr. Maurício José Pelmoni Orlandi ("Maurício") e, em conjunto com Ricardo e Claudio, os "Fiadores") e o Agente Fiduciário, com interveniência da Sra. Flavia Abreu Ribeiro ("Flavia") e da NLI Participações S.A. ("NLI Participações"), para se reunirem em assembleia geral de debenturistas ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, **no dia 09 de setembro de 2024**, às 15:00 horas, conforme cláusula 11.4. da Escritura de Emissão, de modo exclusivamente digital e remoto, através da plataforma "Microsoft Teams" nos termos do art. 71, § 2º, da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), para deliberar sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: (i)** aprovar o não decretação do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da cláusula 8.28.I.(x) da Escritura de Emissão, em função do descumprimento, pela Companhia, da obrigação de apresentação da **(a)** cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia auditadas pelo Auditor Independente, relativas ao exercício social encerrado em 2023, preparadas de acordo com a Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e do relatório específico de apuração dos Índices Financeiros, elaborado pela Companhia, contendo a memória de cálculo com todas as rubricas necessárias que demonstrem o cálculo dos Índices Financeiros referentes ao exercício social encerrado em 2023; bem como da **(b)** cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia objeto de revisão limitada pelo Auditor Independente referentes aos trimestres encerrados em dezembro/2023, março/2024 e, se aplicável, em junho/2024, em caso de descumprimento desta obrigação até a data de realização da Assembleia, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e relatório específico de apuração dos Índices Financeiros, elaborado pela Companhia, contendo a memória de cálculo com todas as rubricas necessárias que demonstrem o cálculo dos Índices Financeiros, nos termos das cláusulas 9.1(a)(i), 9.1(a)(ii) e 9.1(m) da Escritura de Emissão ("Não Entrega das Demonstrações Financeiras"). **Informações Gerais**: 1. Os Debenturistas interessados em participar da Assembleia por meio da plataforma "Microsoft Teams" deverão solicitar o cadastro para o Agente Fiduciário através dos endereços eletrônicos agentefiduciario@vortx.com.br e ahg@vortx.com.br com antecedência de até 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia, mediante ao seu interesse em participar da Assembleia e solicitação o link de acesso ao sistema ("Cadastro"). A solicitação de Cadastro deverá conter (a) quando pessoa física: documento de identidade com foto; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando do fundo de investimento: cópia digitalizada do último regulamento consolidado do fundo, estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação em Assembleia e documento de identidade válido com foto do representante legal; e (d) quando representado por procurador: além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração (i) com poderes específicos para sua representação na Assembleia, válida e outorgada há menos de 1 (um) ano contado da data da convocação deste Edital, obedecidas as condições legais, acompanhado de documento de identidade válido com foto do outorgado; (ii) contendo indicação do lugar onde foi assinada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos; (iii) com o reconhecimento da firma do outorgante, ou com assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil, como alternativa ao reconhecimento de firma; e (iv) para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante, não havendo margem para o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Na deliberação da ordem do dia da Assembleia, será levado em consideração o total de Debêntures em Circulação (conforme definido na Escritura de Emissão) da respectiva série. 2. Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pelo Agente Fiduciário, após o Cadastro, o Debenturista receberá, até 24 horas antes da Assembleia, as instruções para acesso à plataforma. 3. Caso determinado Debenturista não receba as instruções de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com o Agente Fiduciário, através dos e-mails agentefiduciario@vortx.com.br e ahg@vortx.com.br. 4. O Agente Fiduciário lembra aos Senhores Debenturistas que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia, uma vez que essa será realizada exclusivamente de modo digital. 5. Na data da Assembleia, o link de acesso à plataforma estará disponível a partir de 10 (dez) minutos de antecedência e até 10 (dez) minutos após o horário de início da Assembleia, sendo que o registro da presença somente se dará conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após 10 (dez) minutos do início da Assembleia, não será possível o ingresso do Debenturista na Assembleia, independentemente da realização do cadastro prévio. Assim, o Agente Fiduciário recomenda que os Debenturistas acessem a plataforma digital para participação da Assembleia com pelo menos 10 (dez) minutos de antecedência. 6. O Agente Fiduciário ressalta que será de responsabilidade exclusiva do Debenturista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital e com o acesso à videoconferência, bem como não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle do Agente Fiduciário. 7. Este Edital se encontra disponível na página do Agente Fiduciário (http://www.vortx.com.br). 8. Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. São Paulo, 07 de agosto de 2024.

Odontoprev S.A.

CNPJ/ME nº 58.119.199/0001-51
NIRE 35.300.156.668
Companhia Aberta

Certidão

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 15 de maio de 2024 às 09 horas. JUCESP nº 296.150/24-1 em 01/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Odontoprev S.A.

CNPJ/ME nº 58.119.199/0001-51
NIRE 35.300.156.668
Companhia Aberta

Certidão

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 20 de março de 2024 às 09 horas. JUCESP nº 294.088/24-6 em 30/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ÂNIMA HOLDING S.A.

ânima EDUCAÇÃO — ANIM3 NOVO MERCADO BM&FBOVESPA

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 09.288.252/0001-32 NIRE: 35300350430

Extrato da Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração Realizada em 27 de Junho de 2024 às 10:30 Horas

Data, hora e local: Realizada dia 27/06/2024, às 10:30 hs, por meio de videoconferência. **Convocação:** Dispensada a convocação, diante da presença de todos os membros do Conselho de Administração com mandato em vigor. **Presenças**: Totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia: Sr(a)s. Daniel Faccini Castanho, Maurício Nogueira Escobar, Gabriel Ralston Correa Ribeiro, Marcelo Barbalho Cardoso, Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves, Eduardo Azevedo Marques de Alvarenga, Ana Paula de Assis Bogus e Paula Maria Harraca. Presentes, também, o Presidente da Companhia Marcelo Battistella Bueno e os demais Diretores da Companhia, bem como o Procurador Jurídico Geral da Companhia João Batista Pacheco Antunes de Carvalho. **Mesa:** Sr. Daniel Faccini Castanho - Presidente. Sr. Heleno Carlos Fernandes - Secretário. **Deliberações:** Os Conselheiros presentes, por unanimidade e com a abstenção da Conselheira Paula Maria Harraca: (i) Deliberaram, nos termos do Estatuto Social, pela eleição da Sra. **Paula Maria Harraca**, RNE nº V757784M (CGPI/DIREX/DPF) e CPF nº 018.469.186-93, para exercer o cargo de **Diretora Presidente** da Companhia, tendo em vista o comunicado do Sr. Marcelo Battistella Bueno, ao Conselho de Administração, informando que, resolveu deixar, nesta data, o cargo de Diretor Presidente da Companhia, colocando-se à disposição para apoiar a sucessão e transição. A Diretora Presidente, eleita neste ato, dará continuidade ao mandato unificado da Diretoria, de 02 anos, que se encerrará na AGO, na qual se deliberará acerca das demonstrações financeiras do exercício social que findará em 31/12/2024, a ser realizada em 2025, (ii) Deliberaram por ratificar a eleição dos demais Diretores com mandato em curso, para cumprir o restante do mandato unificado da Diretoria, de 02 anos, que se encerrará na AGO, na qual se deliberará acerca das demonstrações financeiras do exercício social terminará em 31/12/2024, a ser realizada em 2025. Com isso, a Diretoria passará a ter a seguinte composição: (a) **Diretora Presidente**: Sra. **Paula Maria Harraca**, RNE nº V757784M (CGPI/DIREX/DPF), CPF nº 018.469.186-93; b) **Diretor Financeiro:** Sr. **Átila Simões da Cunha**, RG nº 22.942.915-4/SSP-SP, CPF nº 178.893.298-65; (c) **Diretor Executivo**: Sr. **Ricardo Cançado Gonçalves de Souza**, RG M-182.125 SSP/MG, CPF nº 250.347.826-34; (d) **Diretora de Relação com Investidores** e **Diretora de Novos Negócios:** Sra. **Marina Oehling Gelman**, RG 18.629.380-X SSP/SP, CPF nº 251.164.408-85; A Diretora, ora eleita, declara, neste ato, sob as penas da lei, que cumpre todos os requisitos previstos no artigo 147 da Lei nº 6.404, de 15/11/1976 ("Lei das Sociedades por Ações") para a investidura como integrante da Diretoria da Companhia. A Diretora tomará posse no cargo para o qual foi eleita mediante a assinatura do respectivo Termos de Posse, momento em que se desligará do cargo que ocupava no Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos ("CAR"); (iii) Consignaram, por fim: a) o agradecimento ao Sr. **Marcelo Battistella Bueno**, Sócio Fundador da Companhia, por: (i) toda sua dedicação, competência e inestimável contribuição que prestou à Ânima Educação, durante o longo período em que exerceu o cargo de Diretor Presidente da Companhia, (ii) conduzir, juntamente com o Conselho de Administração e com o relevante apoio do Comitê de Pessoas e do i. Consultor Luiz Carlos de Queiroz Cabrera, o longo, cuidadoso e estruturado processo sucessório, (iii) apoiar a nova Diretora Presidente, juntamente com o Conselho de Administração e demais acionistas fundadores, durante um período de transição ; b) suas felicitações e votos de grande sucesso à nova Diretora Presidente, **Paula Maria Harraca**, que já integrava o Conselho de Administração da Companhia e agora integrará, também, a Diretoria da Companhia, dando sequencia no propósito de unir a vocação de qualidade, ousadia e inovação da Ânima com uma agenda de crescimento sustentável e geração de valor para a Companhia; **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 27 de junho de 2024. JUCESP nº 296.932/24-3 em 05/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

COMUNICADO

DESPACHO DO SENHOR COORDENADOR DA CGA
024.00113796/2024-68
Interessado: COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO - CGA
Assunto: Contratação de Empresa Especializada em Fornecimento de Alimentação - Coffee Break.

Trata o presente de solicitação realizada pela Coordenadoria Geral de Administração, para a Contratação de Empresa Especializada em Fornecimento de Alimentação - Coffee Break. À vista das manifestações constantes dos autos, destacada a Informação retro, às quais me reporto a título de despacho e motivação para o presente ato, e considerando o valor estimado para a contratação pretendida, AUTORIZO, a Dispensa 15/2024 - observadas as normas legais incidentes e as recomendações declinadas no Parecer Referencial, a contratação da empresa CANTINHO DO SABOR SERVIÇOS DE CATERING LTDA., CNPJ nº 43.687.155/0001-50, fundamentada nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 - Nova Lei de Licitações, para a Solicitação de contratação de Coffee Break evento "Oficina de Planejamento SES", no valor total de R$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais).

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 378ª E 379ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 21I0140051/21I0148113) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 06 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 17 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 378ª e 379ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 378ª e 379ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 03 de setembro de 2021., ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **06 de setembro de 2024, às 14:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **17 de setembro de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 378ª e 379ª Séries da 1ª Emissão – (IF 21I0140051/21I0148113), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 07 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

COMUNICADO

DESPACHO DA SENHORA COORDENADORA CRH 31/07/2024
Nº do Processo: 024.00118261/2024-83.
Interessado: Coordenadoria Recursos Humanos - CRH.
Assunto: Contratação de Empresa Especializada em Fornecimento de Alimentação - Coffee Break.

Trata o presente de solicitação realizada pela Coordenadoria Geral de Administração, para a Contratação de Empresa Especializada em Fornecimento de Alimentação - Coffee Break, para a realização de evento da Coordenadoria de Recursos Humanos.
À vista das manifestações constantes dos autos, destacada a Informação retro, às quais me reporto a título de despacho e motivação para o presente ato, e considerando o valor estimado para a contratação pretendida, **AUTORIZO, a Dispensa 20/2024** - observadas as normas legais incidentes e as recomendações declinadas no Parecer Referencial, a contratação da empresa **CANTINHO DO SABOR SERVIÇOS DE CATERING LTDA., CNPJ nº 43.687.155/0001-50**, fundamentada nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 - Nova Lei de Licitações, para a Solicitação de contratação de Coffee Break evento da Coordenadoria Recursos Humanos, no valor total de **R$ 7.920,00 (sete mil novecentos e vinte reais).**
DECLARO para os devidos fins que o caso concreto tratado neste expediente se enquadra, **integralmente**, nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial CJ/SS Nº 07/2024 citado, e que serão seguidas as orientações nele contidas, nos termos da Resolução PGE 65/2024.

COMUNICADO

DESPACHO DA SENHORA COORDENADORA CRH
Nº do Processo: 024.00109311/2024-31
Interessado: CRH, Coordenadoria de Recursos Humanos-Grupo de Desenvolvimento de Recursos Humanos.
Assunto: Contratação de Empresa Especializada em Fornecimento de Alimentação - Coffee Break.

Trata o presente de solicitação realizada pela Coordenadoria de Recursos Humanos, para a Contratação de Empresa Especializada em Fornecimento de Alimentação - Coffee Break.
À vista das manifestações constantes dos autos, destacada a Informação retro, às quais me reporto a título de despacho e motivação para o presente ato, e considerando o valor estimado para a contratação pretendida, **AUTORIZO, a Dispensa 16/2024 -** observadas as normas legais incidentes e as recomendações declinadas no Parecer Referencial, a contratação da empresa **CANTINHO DO SABOR SERVIÇOS DE CATERING LTDA., CNPJ nº 43.687.155/0001-50,** fundamentada nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei federal nº 14.133/2021 - Nova Lei de Licitações, para a Solicitação de contratação de Coffee Break evento "Curso de Eletrocardiograma para Enfermeiros", no valor total de **R$ 6.160,00 (seis mil cento e sessenta reais).**
DECLARO para os devidos fins que o caso concreto tratado neste expediente se enquadra, **integralmente,** nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial CJ/SS Nº 07/2024 citado, e que serão seguidas as orientações nele contidas, nos termos da Resolução PGE 65/2024.

megaleilões — 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Salto/SP

EDITAL DE ALIENAÇÃO PARTICULAR e de intimação **dos executados e depositário PICCHI S A INDUSTRIA METALURGICA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 56.646.102/0001-33; **CARLOS PICCHI**, inscrito no CPF/MF sob o nº 588.721.408-20; **e sua mulher HELOISA HELENA NAVERO PICCHI**, inscrita no CPF/MF sob o nº 024.058.058-65; **OSWALDO PICCHI**, inscrito no CPF/MF sob o nº 017.987.668-68; **bem como seu cônjuge, se casado for**. **A Dra. Thais Galvão Camilher Peluzo**, MM. Juíza de Direito da 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Salto/SP, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital da Alienação do bem imóvel, virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo processam-se os autos da **Ação de Execução de Título Extrajudicial** ajuizada por **GERDAU SA** em face de **PICCHI S A INDUSTRIA METALURGICA e outros - Processo nº 0000189-21.2001.8.26.0526 – Controle nº 146/2001,** e que foi designada a venda do bem descrito abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir: **DO IMÓVEL** - O imóvel será vendido em caráter "AD CORPUS" e no estado em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus da parte interessada verificar suas condições antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. **DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL -** O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do Leiloeiro **www.megaleiloes.com.br**, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do CPC, inclusive as fotos e a descrição detalhada do imóvel a ser apregoado. **DA VISITAÇÃO** - Os interessados em vistoriar o bem deverão enviar solicitação por escrito ao e-mail visitacao@megaleiloes.com.br. Cumpre esclarecer que cabe ao responsável pela guarda do bem autorizar o ingresso dos interessados, sendo que a visitação nem sempre será possível, pois alguns bens estão em posse do executado. Independente da realização da visita, a arrematação será por conta e risco do interessado. **DA ALIENAÇÃO** - A Alienação será realizada por **MEIO ELETRÔNICO**, através do Portal www.megaleiloes.com.br, a **Alienação** terá início no dia **19/08/2024** às **15:30 h** e se encerrará dia **11/09/2024** às **15:30 h**, onde serão aceitos lances com no mínimo 75% (setenta cinco por cento) do valor da avaliação. **DO CONDUTOR DA ALIENAÇÃO** – O Leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Sr. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o nº 844. **DO VALOR MÍNIMO DE VENDA DO BEM** – Na **Alienação**, o valor mínimo para a venda do bem corresponderá a **75% (setenta e cinco por cento)** do valor da avaliação judicial, que será atualizada até a data da alienação judicial. **DOS LANCES** – Os lances poderão ser ofertados pela Internet, através do Portal **www.megaleiloes.com.br**. **DOS LANCES** – Os lances poderão ser ofertados pela Internet, através do Portal **www.megaleiloes.com.br**. **DOS DÉBITOS** – Eventuais ônus sobre o imóvel correrão por conta do arrematante, exceto eventuais débitos de IPTU e demais taxas e impostos que serão subrogados no valor da arrematação nos termos do Art. 130, "caput" e parágrafo único, do CTN, bem como os débitos de condomínio (propter rem) que também serão subrogados no preço da arrematação, conforme Artigo nº 908, § 1º, CPC. **DO PAGAMENTO** - O arrematante deverá efetuar o pagamento do preço do bem arrematado, no prazo de até 24h (vinte e quatro horas) após o encerramento do leilão através de guia de depósito judicial em favor do Juízo responsável, sob pena de se desfazer a arrematação. **DO PAGAMENTO PARCELADO** - O pagamento poderá ser parcelado, sendo 25% (vinte e cinco por cento) à vista no prazo de 24h (vinte e quatro horas) a contar do encerramento do leilão e o restante do saldo da arrematação em até 30 (trintas) parcelas mensais consecutivas, que terão início em 30 (trinta) dias após o encerramento do leilão. O valor das parcelas será atualizado monetariamente conforme tabela do Tribunal de Justiça de São Paulo, e acrescido de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, que incidirá sobre o saldo devedor, e a carta de arrematação ficará vinculada a cláusula resolutiva até quitação integral do preço da arrematação. **DA PROPOSTA -** Os interessados na aquisição do bem de forma parcelada, deverão apresentar proposta enviando de forma detalhada sua intenção no e-mail proposta@megaleiloes.com.br (Art. 895, I e II, CPC). As referidas propostas serão apresentadas ao M.M Juízo respectivo, caso o leilão se encerre negativo. No entanto caso o leilão se encerre positivo, as propostas apresentadas serão desconsideradas, vez que o pagamento à vista prevalece sob o pagamento parcelado. Em resumo o interessado em adquirir o bem realizando o pagamento à vista, deve confirmar o lance em leilão, já aquele que tem a intenção de realizar o pagamento de forma parcelada, deve enviar sua proposta por e-mail, ficando ciente das referidas condições do Artigo 895§ 7º, CPC. Por fim, a apresentação de proposta não suspende o leilão (Art. 895, § 6º, CPC), devendo a mesma ser analisada pelo M.M Juízo respectivo que decidirá pela opção mais vantajosa para a resolução da lide. **PENALIDADES PELO DESCUMPRIMENTO DAS PROPOSTAS -** Em caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas; O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação (Art. 895, § 4º e 5º do CPC). **DA COMISSÃO** – O arrematante deverá pagar ao Leiloeiro, a título de comissão, o valor correspondente a **5% (cinco por cento)** sobre o preço de arrematação do imóvel. A comissão devida ao Leiloeiro não está incluída no valor do lance e não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial ou por razões alheias à vontade do arrematante e, deduzidas as despesas incorridas. **DO PAGAMENTO DA COMISSÃO** - O pagamento da comissão do Leiloeiro deverá ser realizado em até 24h (vinte e quatro horas) a contar do encerramento do leilão, através de guia de depósito que será enviada por e-mail. **OBS**: Nos termos do art. 242, X da NSCGJ, a alienação judicial poderá ser julgada ineficaz, se não forem prestadas as garantias exigidas pelo juízo. **Todas as regras e condições da Alienação estão disponíveis no Portal www.megaleiloes.com.br, no Código de Processo Civil e Resolução nº 236 do CNJ.** Por qualquer motivo caso a intimação pessoal do executado não se realizar por meio de seus advogados ou pelo endereço constante dos autos, será intimado através do próprio edital de leilão nos termos do art. 889, I, do CPC. **RELAÇÃO DO BEM: MATRÍCULA Nº 22.417 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE SALTO/SP - IMÓVEL: (Conf.Av.02)** Um terreno urbano com área de 45.877,45m2 denominado setor 4, localizado a Avenida dos Trabalhadores, que assim se descreve: inicia-se no ponto 2, interseção do córrego com leito de cimento e margem esquerda do Rio Jundiai, e segue a divisa, pela margem do referido rio, até o ponto B, com uma distância de 639,56m; deflete à direita, e segue a divisa por cerca, ponto A/12 pelo rumo 20º13'39"SE/NW, distância de 214,43m e confronta com propriedade de Studi Impianti Conzulenze Autimotoristiche S.I.C.A. S.P.A. No ponto A/12, deflete à direita, e segue a divisa pelo limite da área da Fepasa - Ferrovias Paulistas S/A, até o ponto 11, com quem faz confrontação, pelo rumo de 82º002183SW e distância de 47,00m. Segue a divisa em curva até o ponto 10 com uma distância de 141,56m, raio de 334,00m, ângulo central de 24º17' e confronta com a Fepasa Ferrovias Paulistas S/A. Segue a divisa, com a mesma confrontação até o ponto 6A, pelos seguintes pontos, rumos e distâncias: 10/9 – 57º02'24"SW – 106,00ms; 9/8 – 54º39'51"SW - 130,00 ms; 8/7 em curva 62,29m, raio de 118,00ms, angulo central de 31º42'; 7/6A em curva 17,87 metros, raio de 136,50m, angulo central de 07º30'. Deflete à direita, e segue a divisa por um córrego com leito de cimento até o ponto 2, com uma distância de 22,85m e confronta com um terreno urbano denominado Setor 3, de propriedade de Picchi S.A. Industria Metalurgica. Ao atingir o ponto 2. a divisa encontra o ponto inicial desta descrição, formando um polígono irregular e encerrando a área de 45.877,45m2. **Consta no R.01 desta matrícula** que nos autos da Ação de Execução Fiscal, Processo nº 05/88, em trâmite na 1ª Vara Cível de Salto/SP, movida pela FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO contra PICCHI S/A INDÚSTRIA METALURGICA, foi penhorado o imóvel desta matrícula, sendo nomeado depositário CARLOS PICCHI. **Consta no R.03 desta matrícula** que nos autos da Ação de Execução Fiscal, Processo nº 004/91, em trâmite na 2ª Vara Cível de Salto/SP, movida pela FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO contra PICCHI S/A INDÚSTRIA METALURGICA, foi penhorado o imóvel desta matrícula, sendo nomeado depositário CARLOS PICCHI. **Consta no R.04 desta matrícula** que nos autos da Ação de Execução Fiscal, Processo nº 064/90, em trâmite na 2ª Vara Cível de Salto/SP, movida pela FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO contra PICCHI S/A INDÚSTRIA METALURGICA, foi penhorado o imóvel desta matrícula, sendo nomeado depositário OSVALDO PICCHI. **Consta no R.05 desta matrícula** que nos autos da Ação de Execução Fiscal, Processo nº 07/88, em trâmite na 1ª Vara Cível de Salto/SP, movida pela FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO contra PICCHI S/A INDÚSTRIA METALURGICA, foi penhorado o imóvel desta matrícula, sendo nomeado depositário CARLOS PICCHI. **Consta no R.06 desta matrícula** que nos autos da Ação de Execução Fiscal, Processo nº 125/84, em trâmite na 1ª Vara Cível de Salto/SP, movida pela FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO contra PICCHI S/A INDÚSTRIA METALURGICA, foi penhorado o imóvel desta matrícula, sendo nomeado depositário CARLOS PICCHI. **Consta no R.07 desta matrícula** que nos autos da Ação de Execução Fiscal, Processo nº 1.448/86, em trâmite na 1ª Vara Cível de Salto/SP, movida pela FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO contra PICCHI S/A INDÚSTRIA METALURGICA, foi penhorado o imóvel desta matrícula, sendo nomeado depositário CARLOS PICCHI. **Consta no R.08 desta matrícula** que nos autos da Ação de Execução Fiscal, Processo nº 075/90, em trâmite na 2ª Vara Cível de Salto/SP, movida pela FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO contra PICCHI S/A INDÚSTRIA METALURGICA, foi penhorado o imóvel desta matrícula, sendo nomeado depositário CARLOS PICCHI. **Consta no R.09 desta matrícula** que nos autos da Ação de Execução Fiscal, Processo nº 005/88, em trâmite na 1ª Vara Cível de Salto/SP, movida pela FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO contra PICCHI S/A INDÚSTRIA METALURGICA, foi penhorado o imóvel desta matrícula, sendo nomeado depositário CARLOS PICCHI. **Consta no R.10 desta matrícula** que nos autos da Ação de Execução Fiscal, Processo nº 003/90, em trâmite na 1ª Vara Cível de Salto/SP, movida pela FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO contra PICCHI S/A INDÚSTRIA METALURGICA, foi penhorado o imóvel desta matrícula, sendo nomeado depositário CARLOS PICCHI. **Consta no R.11 desta matrícula** que nos autos da Ação de Execução Fiscal, Processo nº 193/89, em trâmite na 1ª Vara Cível de Salto/SP, movida pela FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO contra PICCHI S/A INDÚSTRIA METALURGICA, foi penhorado o imóvel desta matrícula, sendo nomeado depositário CARLOS PICCHI. **Consta no R.12 desta matrícula** que nos autos da Ação de Execução Fiscal, Processo nº 032/88, em trâmite na 1ª Vara Cível de Salto/SP, movida pela FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO contra PICCHI S/A INDÚSTRIA METALURGICA, foi penhorado o imóvel desta matrícula, sendo nomeado depositário CARLOS PICCHI. **Consta na Av.14 desta matrícula** que nos autos da Ação de Execução Trabalhista, Processo nº 423/2009, em trâmite na Vara do Trabalho de Salto/SP, movida pela UNIÃO contra PICCHI S/A INDÚSTRIA METALURGICA, foi penhorado o imóvel desta matrícula, sendo nomeado depositário CARLOS PICCHI. **Consta na Av.15 desta matrícula** que nos autos da Ação de Execução Trabalhista, Processo nº 19400-58.2004, em trâmite na Vara do Trabalho de Salto/SP, movida por HENRIQUE ANTONIO SALA contra PICCHI S/ A INDÚSTRIA METALÚRGICA, foi penhorado o imóvel desta matrícula, sendo nomeado depositário CARLOS PICCHI. **Consta na Av.16 desta matrícula** a penhora exequenda do imóvel desta matrícula, sendo nomeado depositário o executado. **Consta às fls. 1702 do laudo de avaliação** a existência de duas edificações, sendo uma utilizada como casa de máquina para refrigeração de equipamentos da indústria Eucatex, e a outra um sobrado com utilização mista, comercial e residencial. **Avaliação deste lote: R$ 11.469.362,25 (onze milhões quatrocentos e sessenta e nove mil trezentos e sessenta e dois reais e vinte e cinco centavos) para janeiro de 2021, que será atualizado até a data da alienação conforme tabela de atualização monetária do TJ/SP. Consta às fls. 2212/2215 dos autos** débitos tributários no valor total de R$ 1.351.985,74 para março/2024. Débito desta ação no valor de R$ 2.937.680,63 (julho/2024). Salto, 29 de julho de 2024. Eu, diretora/diretor, conferi. **Dra. Thais Galvão Camilher Peluzo - Juíza de Direito**.

(11) 3149-4600 — www.megaleiloes.com.br